

X-96-074621-7



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: ECONOMIA INTERNACIONAL

Dissertação de Mestrado

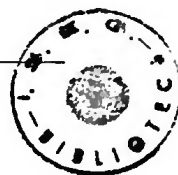
**Ajustamento Estrutural e Comércio na situação actual dos países
da África Subsariana: estudo da região do Golfo da Guiné**

RICARDO DE SOUSA MENESES BONNET VICTÓRIA

ORIENTAÇÃO: DOUTOR ARMANDO PULQUÉRIO CASTRO

JÚRI: Presidente – DOUTOR JOÃO ANTÓNIO RAMOS ESTÊVÃO
Vogais – DOUTOR FERNANDO JORGE TEIXEIRA CARDOSO
– DOUTOR MARIA ANTONINA E. S. LIMA

Outubro de 1998



Glossário de Abreviaturas

- A.D.B.: *African Development Bank*
A.M.F.: Acordo Multi-Fibras
A.P.D.: Ajuda Pública ao Desenvolvimento
B.C.: Balança Comercial
B.I.R.D.: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
B.N.T.: Barreira Não Tarifária
B.P.: Balança de Pagamentos
B.T.C.: Balança de Transacções Correntes
D.S.E.: Direito de Saque Especial
E.F.T.A.: *European Free Trade Association*
E.U.A.: Estados Unidos da América
F.A.E.: Facilidade de Ajustamento Estrutural
F.M.I.: Fundo Monetário Internacional
I.D.E.: Investimento Directo Estrangeiro
I.&D.: Investigação e Desenvolvimento
N.A.F.T.A.: *North American Free Trade Association*
N.P.I.: Novos Países Industrializados
O.C.D.E.: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
O.I.T.: Organização Internacional do Trabalho
O.M.C.: Organização Mundial de Comércio
O.P.E.P.: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
P.A.E.: Programa de Ajustamento Estructural
P.A.Z.F.: Países Africanos da Zona ranco
P.E.D.: Países Em Vias de Desenvolvimento
P.I.B.: Produto Interno Bruto
P.N.B.: Produto Nacional Bruto
U. E.: União Europeia



Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Doutor Armando Pulquério Castro, pela forma como através das suas aulas me entusiasmei neste tema e nas matérias comerciais em particular.

Ao Prof. Doutor José Manuel Rolo, por me ter incentivado numa síntese das reformas de ajustamento estrutural em economias africanas.

À Gaëlle, por me ter apoiado sempre e incondicionalmente, aos meus amigos e à minha família, a todos, por me terem ajudado a persistir nos momentos de maior dificuldade .

Ao Fil, ao Branco e ao Bernardo, pela preciosa assistência no tratamento de texto.

Ao Rui e ao Calado e à Sofia, pelas sugestões que me fizeram na revisão formal da dissertação.

À minha Mãe, pela determinação em ver-me atingir a meta final.

A todos estes agradeço sinceramente,

Ricardo.

Resumo

Mais de uma década decorrida sobre a implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural das instituições de Bretton Woods nos países subsarianos e do Golfo da Guiné em particular, as estatísticas das economias em questão revelam sinais de uma mais sólida estabilidade macroeconómica e mesmo de aumentos no seu volume de comércio externo, mas não de uma plena liberalização de trocas e menos ainda, de uma diversificação da sua estrutura produtiva.

No entanto, os referidos programas foram concebidos na expectativa de que o controlo dos défices correntes, da inflação e do câmbio, juntamente com a abertura ao exterior, seriam geradores de um círculo virtuoso de aumentos de receitas de exportações e do investimento privado.

As reformas introduzidas consolidaram a exploração das vantagens comparativas nas abundantes reservas energéticas e minerais, mas em geral não impulsionaram o investimento em indústrias mais criadoras de emprego, como as manufacturas.

Entretanto, a situação actual do endividamento externo da região inibe profundamente a acumulação de divisas e exacerba a lentidão e os custos do processo de ajustamento. Este prevê uma liberalização do comércio que constitui seguramente um instrumento crucial para a dinamização do tecido produtivo das economias subsarianas. Ora as barreiras pautais e não-pautais à importação mantidas pelos Estados subsarianos constroem os ganhos potenciais de comércio, decorrentes da abertura ao exterior, e comprometem o acesso das suas exportações aos mercados internacionais, devido a uma reacção dos seus parceiros comerciais, na maioria países industrializados.

O presente trabalho realça a relativa eficácia dos P.A.E.'s do Banco Mundial e do F.M.I. na estabilização macroeconómica, e o seu desaire no objectivo de induzir uma liberalização do comércio que contribua para o crescimento sustentado dos países costeiros do Golfo da Guiné.

Por conseguinte, conclui que é hoje imperativo um reforço do compromisso das autoridades nacionais na prossecução das reformas e dos credores internacionais no seu financiamento, aliviando em última análise o peso do serviço da dívida.

Palavras-chave: Ajustamento estrutural, estabilização macroeconómica, liberalização comercial, diversificação de exportações, Golfo da Guiné, dívida externa

Abstract

More than a decade after the introduction of the Structural Adjustment Programs conceived by the Bretton Woods institutions in Subsaharan countries and in the Gulf of Guinea in particular, statistical data on these economies reveal considerable progress in macroeconomic stability and external trade volumes, but insufficient trade liberalization and diversification.

However, such programs were based on the assumption that reducing Current Account deficits and controlling exchange rates and inflation, along with an open trade regime, would generate both higher export revenues and a surge in private investment.

The structural reforms implemented enhanced the exploration of comparative advantages in abundant energetic and mineral reserves, but generally failed in spurring investment in labor-intensive industries, namely manufactures.

Meanwhile, Subsaharan economies face an annual debt service which inhibits foreign currency accumulation and hinders the adjustment process. The latter insists on trade liberalization which certainly remains a crucial instrument for the promotion of economic transformation in the subcontinent. In that sense, the persisting tariff and non-tariff barriers to imports in Subsaharan states constrain the potential trade gains from an open system, thus leading to restrictive trade policies on behalf of their international partners, mainly industrialised countries. In this context, real access to world markets is made more difficult for african exports.

The present work underlines the effectiveness of World Bank and IMF Structural Adjustment Credits regarding macroeconomic stabilization, and their failure in inducing trade liberalization as an alternative for sustained growth in the economies of the Gulf of Guinea.

Therefore, it concludes on the local authorities' point of view, that priority should be given to further commitment to the completion of reforms. Simultaneously, that international creditors are expected to raise the level of financial assistance, ultimately relieving the local debt service ratios.

Keywords: Structural Adjustment, macroeconomic stabilization, trade liberalization, exports diversification, Gulf of Guinea, external debt

TÍTULO: AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E COMÉRCIO NA SITUAÇÃO ACTUAL DOS PAÍSES DA ÁFRICA SUBSARIANA: ESTUDO DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

Índice

1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL NA ÁFRICA SUBSARIANA.....	1
1.2 - QUESTÕES PRELIMINARES E OBJECTIVOS.....	5
1.3 - METODOLOGIA.....	7
1.4 - ESTRUTURA DA TESE.....	9
2 - ABORDAGEM TEÓRICA DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL.....	11
2.1 - CONTRIBUTO DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	11
2.2 - DEFINIÇÃO DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL.....	22
2.3 - METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, FASEAMENTO E PRIORIDADES DOS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL.....	24
2.3.1 - Faseamento das reformas e a condição da sua credibilidade.....	27
2.3.2 - Estabilidade macroeconómica e ajustamento estrutural em economias altamente inflacionárias	28
2.4 - A RELEVÂNCIA DO LAPSO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E OS SEUS EFEITOS, EM CONTEXTO DE AJUSTAMENTO: O FACTOR <i>DECISION LAGS</i>	30
2.5 - A VISÃO QUANTITATIVA DOS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO EM VIGOR NA ÁFRICA SUBSARIANA.....	31
2.6 - OS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO EM VIGOR	34
3 - A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS COMERCIAIS PARA O AJUSTAMENTO ESTRUTURAL	36
3.1 - A PERSPECTIVA DO BANCO MUNDIAL.....	37
3.2 - A PERSPECTIVA DO F.M.I.....	40
3.3 - LIBERALIZAÇÃO DAS TROCAS E A POSIÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	41
3.3.1 O acesso aos mercados internacionais	41
3.3.2 As barreiras não-tarifárias ao comércio entre os países subsarianos e os seus parceiros da O.C.D.E.	45
4 - AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E COMÉRCIO NO GOLFO DA GUINÉ: O PANORAMA ACTUAL	51
4.1 - COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ: ELEMENTOS COMUNS E DE DIFERENCIAÇÃO.....	55
4.1.1 Elementos comuns: factores de especialização e a preponderância dos produtos de base ...	56
4.1.2 Elementos de diferenciação: factores específicos da situação actual dos países do Golfo da Guiné	61
4.1.2.1 - Factores específicos do Benim	63

4.1.2.1	- Factores específicos do Benim	63
4.1.2.2	- Factores específicos dos Camarões.....	65
4.1.2.3	- Factores específicos da Costa do Marfim.....	68
4.1.2.4	- Factores específicos do Gabão.....	70
4.1.2.5	- Factores específicos do Gana.....	71
4.1.2.6	- Factores específicos da Guiné-Bissau.....	74
4.1.2.7	- Factores específicos da Guiné-Conakry	75
4.1.2.8	- Factores específicos da Guiné Equatorial	77
4.1.2.9	- Factores específicos da Libéria.....	78
4.1.2.10	- Factores específicos da Nigéria	80
4.1.2.11	- Factores específicos de São Tomé e Príncipe.....	82
4.1.2.12	- Factores específicos da Serra Leoa	84
4.1.2.13	- Factores específicos do Togo.....	86
4.1.2.14	- O padrão de comércio actual e a diversificação das exportações	88
4.1.3	- A evolução dos termos de troca dos países da África Subariana	90
4.2	- ESTRATÉGIAS COMERCIAIS E AS PRINCIPAIS POLÍTICAS SECTORIAIS NOS PAÍSES DA ÁFRICA SUBSARIANA: A GENEALOGIA DE UM LEGADO COMUM.....	92
4.2.1	- Política fiscal e ajustamento: o papel das autoridades nacionais	92
4.2.1.1	- Défices Fiscais: uma tendência persistente, alguns progressos recentes.....	94
4.2.1.2	- Redução da Despesa, mas aumento ténue da Receita.....	96
4.2.1.3	- As contradições da reforma do Sector Público	98
4.2.1.4	- Barreiras internas ao Ajustamento Estrutural	104
4.2.2	- Políticas Monetária e Cambial nos países subsarianos	106
4.2.2.1	- Política Monetária: maior disciplina não reduziu discrepâncias	106
4.2.2.2	- <i>Seigniorage</i> e Inflação	107
4.2.2.3	- Taxas de Juros Reais: uma situação insustentável.....	108
4.2.2.4	- Política Cambial: frágeis progressos.....	109
4.2.2.5	- Os efeitos da desvalorização do franco CFA.....	111
4.3	- INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO NA ÁFRICA SUBSARIANA.....	116
5	- O ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	121
5.1	- INDICADORES GERAIS: CRESCIMENTO DO P.I.B. E DA POPULAÇÃO NACIONAL.....	121
5.2	- P.I.B. E OS SECTORES DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DA REGIÃO.....	122
5.3	- O COMPORTAMENTO DA PROCURA E DO INVESTIMENTO NAS ECONOMIAS DO GOLFO DA GUINÉ	124
5.4	- A PROBLEMÁTICA DA DÍVIDA EXTERNA DO SUBCONTINENTE	126
5.4.1	- O peso crescente dos fluxos de origem pública	128
5.4.2	- O desvio dos fluxos privados para os países da Ásia Oriental	129
5.4.3	- Os esforços realizados no sentido da redução do stock e do alívio do serviço da dívida	130
6	- CONCLUSÕES.....	135

Índice de Quadros, Tabelas e Figuras

QUADRO 1 - ÁFRICA SUBSARIANA – BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES	52
QUADRO 2 - GOLFO DA GUINÉ – BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES	53
QUADRO 3 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ.....	59
QUADRO 4 - COMÉRCIO EXTERNO DO BENIM	63
QUADRO 5 - COMÉRCIO EXTERNO DOS CAMARÕES.....	65
QUADRO 6 - COMÉRCIO EXTERNO DA COSTA DO MARFIM	68
QUADRO 7 - COMÉRCIO EXTERNO DO GABÃO	70
QUADRO 8 - COMÉRCIO EXTERNO DO GANA	71
QUADRO 9 - COMÉRCIO EXTERNO DA GUINÉ-BISSAU	74
QUADRO 10 - COMÉRCIO EXTERNO DA GUINÉ-CONAKRY	75
QUADRO 11 - COMÉRCIO EXTERNO DA GUINÉ EQUATORIAL	77
QUADRO 12 - COMÉRCIO EXTERNO DA NIGÉRIA.....	80
QUADRO 13 - COMÉRCIO EXTERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	82
QUADRO 14 - COMÉRCIO EXTERNO DA SERRA LEOA	84
QUADRO 15 - COMÉRCIO EXTERNO DO TOGO	86
QUADRO 16 - COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ	89
QUADRO 17 - EVOLUÇÃO DOS TERMOS DE TROCA DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ	91
QUADRO 18 - ORÇAMENTO DO GOVERNO CENTRAL DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ	95
QUADRO 19 - INDICADORES SELECIONADOS DA POLÍTICA MONETÁRIA DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ	107
QUADRO 20 - SECTORES SUBEXPLORADOS NA ZONA FRANCO ATÉ À DESVALORIZAÇÃO DO FRANCO CFA, DE 1994	114
QUADRO 21 - COMÉRCIO INTRA-REGIONAL EM ÁFRICA	119
TABELA 1 - TARIFAS DA O.C.D.E. SOBRE AS EXPORTAÇÕES NÃO-PETROLÍFERAS DO GOLFO DA GUINÉ	42
TABELA 2 - BARREIRAS À IMPORTAÇÃO EM ÁFRICA E NOS PAÍSES COM ÍNDICES MAIS ELEVADOS DE CRESCIMENTO DE EXPORTAÇÕES DE NÃO-DERIVADOS DO PETRÓLEO	47
TABELA 3 - AUDITORIA FINANCEIRA DAS GRANDES EMPRESAS PÚBLICAS DOS PAÍSES DO GOLFO DA	100
TABELA 4- VALOR ACRESCENTADO NOS SECTORES DAS ECONOMIAS DO GOLFO DA GUINÉ.....	123
TABELA 5- CONSUMO E INVESTIMENTO NAS ECONOMIAS DO GOLFO DA GUINÉ.....	125
FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CRÉDITOS PARA AJUSTAMENTO DA A.I.D.	33
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES DOS CRÉDITOS PARA AJUSTAMENTO DA A.I.D.	34



1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Breve enquadramento histórico do Ajustamento Estrutural na África Subsariana

As inúmeras avaliações existentes sobre o impacto dos Programas de Ajustamento Estrutural¹ concebidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional desde a década de 80, divergem nos seus critérios e nas suas conclusões, mas são hoje mais consensuais no que respeita às razões que tornaram as referidas reformas inelutáveis.

Depois de atravessar um período de crescimento entre meados da década de 60 e o primeiro choque petrolífero da década de 70, a generalidade dos países da África Subsariana estagnou ou entrou em profunda recessão económica. A situação agravou-se na primeira metade da década seguinte, em razão da deterioração dos seus termos de troca e perante o eclodir da crise da dívida externa, e o reduzido acesso ao financiamento internacional para a maioria dos Países em Vias de Desenvolvimento.

Em cerca de vinte anos, a maioria das economias subsarianas mantiveram ou aumentaram o seu grau de abertura ao comércio externo, mas não diversificaram a sua base de exportação, permanecendo dependentes de um ou dois produtos de base. Estes forneciam aproximadamente 80% das receitas de exportação de toda a região, globalmente traduzidas numa gama de produtos agrícolas cada vez mais concentrada, e num conjunto de manufacturas que apenas tinha expressão numa minoria de países. As economias em questão mantinham estruturas que não lhes permitiram maximisar os benefícios decorrentes do comércio internacional e da especialização.

Entretanto, as suas infraestruturas encontravam-se depauperadas por falta de manutenção, e os serviços públicos eram regra geral ineficientes.

Paralelamente, graves e crónicos défices fiscais, bem como reformas institucionais demoradas, implicavam a necessidade de ajuda financeira.

Por outro lado, quer a permanência de profunda rigidez nos mercados, quer as políticas monetárias e fiscais adoptadas como alternativa, exigiram grande contenção por parte das populações, cujo apoio não era garantido sem crédito internacional acrescido, na forma de doações e/ou empréstimos.

Assim, embora os indicadores oficiais relacionados com a saúde e a educação à escala nacional

fossem mais consistentes do que nos anos 60, a verdade é que, duas décadas a seguir, o subcontinente africano a que nos referimos carecia seriamente de medidas de ajustamento macroeconómico.

Sucintamente, a experiência de desenvolvimento da região resultou de factores internos, traduzidos em políticas macroeconómicas e sectoriais ineficazes, a par de barreiras de corrupção e instabilidade política, mas deveu-se igualmente a factores externos, entre os quais se viriam a destacar as políticas comerciais dos países industrializados, e as condições de acesso aos mercados internacionais.

Relativamente aos factores internos da *paralisia económica* que justificou a adopção na década de 80 de reformas de ajustamento estrutural nos P.E.D.'s e na África Subsariana em particular, destacaram-se fundamentalmente quatro, todos eles logicamente interligados.

Em primeiro lugar as **políticas comerciais de substituição de importações** amplamente adoptadas na região. Estas foram concretizadas mediante a prática corrente de obstáculos pautais e não-pautais, em particular no sector das manufacturas. Globalmente, o recurso a este proteccionismo obedeceu a uma estratégia de industrialização que combatia a instabilidade dos preços internacionais das matérias-primas e procurava reduzir a dependência em manufacturas importadas. Porém, a vasta literatura teórica e empírica avessa a esse proteccionismo industrial, apontaria para o risco de assim.sufocar a concorrência, veículo da produtividade, e também restringir o comércio, levando a uma tendência para o encarecimento dos *inputs* e dos custos do capital.

Em segundo lugar, e no contexto da idiosincracia económica dos governos da região no pós-independência, preponderaram as **volumosas despesas públicas que causaram défices crónicos e pesados**, com despesas correntes em capital e serviços da ordem dos 17% do PIB nos inícios dos anos 80².

Em terceiro lugar, a **sobreapreciação da taxa de câmbio** desses países, até meados da década de 80 em particular. As suas causas seriam comuns às economias do subcontinente, na medida em que os sucessivos governos optaram por políticas monetárias expansionistas, financiando os seus défices por essa via. É de mencionar ainda o importante factor de perda de competitividade, que foram as várias espirais inflacionárias sofridas por aqueles países. As pressões inflacionárias

¹ Pelas iniciais, PAE's.

² Cf. OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa – Reforms, results and the road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, cap.1, p. 23.

teriam por sua vez origem em grande parte, nas políticas macroeconómicas invocadas, e na degradação dos termos de troca da região. Saliente-se ainda que no início das reformas, os países com mais dificuldades em conter a inflação e em estabilizar a respectiva taxa de câmbio eram claramente aqueles que experimentavam um regime de câmbio flexível. Na sua maioria, lidavam com mercados paralelos de divisas que alimentavam um sector informal cujos lucros não revertiam nem para o Estado, nem para as populações mais afectadas.

Em quarto lugar, **o estigma da corrupção** das instituições nacionais, da inércia do sector público e **da instabilidade política**, que durante os últimos dez anos, minou por vezes o ajustamento e ainda agora se manifesta nas economias da região, como referiremos oportunamente neste estudo. Nesse ambiente, os mercados financeiro e bancário dos países em análise, bem como os seus índices de investimento privado, não tiveram o desenvolvimento esperado até meados da década de 90.

Neste contexto também, surgiram as reformas que as instituições de Bretton Woods denominaram de **Ajustamento Estrutural**, em conformidade com as quais passaria a vigorar uma nova doutrina do desenvolvimento, destinado aos P.E.D.'s em geral, e aos países subsarianos em particular.

Os programas a que aludimos consagravam essencialmente **a liberalização da actividade económica privada e a redução do papel do Estado na produção**. Por outro lado, visavam através da estabilização macroeconómica, controlar a taxa de câmbio e **dinamizar as exportações**, especialmente as do sector agrícola, o mais negligenciado até àquele momento, embora vital para a expansão dos outros sectores da economia.

A adopção de **incentivos ao investimento privado e à exploração das capacidades instaladas nos sectores agrícola e industriais em geral**, proporcionaria na expectativa do Banco Mundial, como do F.M.I. em seguida³, a dinamização do comércio externo das economias que viessem a adoptar PAE's.

Esperavam-se pois a médio-prazo, aumentos das receitas de exportações, maior investimento e a concomitante diversificação da produção.

No entanto, agora que se perfaz mais de uma década de ajustamento estrutural, os dados disponíveis sugerem que na África Subsariana, regra geral, **aqueles programas proporcionaram a estabilização macroeconómica e mesmo aumentos de volumes de transacções, mas não a**

³ Sobre a incidência das reformas concretas de cada uma destas instituições de Bretton Woods, faremos os devidos esclarecimentos no capítulo 3.

diversificação do tecido produtivo das economias, e muito menos condições inequívocas para o desenvolvimento sustentado e mais equitativo das populações locais.

No presente estudo, veremos que assim evoluiu o comércio externo dos países costeiros do Golfo da Guiné⁴, durante esse período. Para esse efeito, consideraremos os avultados recursos naturais daquelas economias, e não deixaremos de assinalar a interferência de factores conjunturais nos processos de ajustamento dos vários países, casos de guerras civis, de fenómenos de seca, ou das políticas comerciais dos próprios países industrializados.

Utilizaremos os dados oficiais mais recentes para expôr as lacunas da aposta na vertente comercial no âmbito dos PAE's aplicados naquela região. Muito embora o intuito desta dissertação não seja a atribuição cabal de responsabilidades a qualquer parte interessada, mas antes alertar para a fragilidade dos resultados obtidos, perante algum optimismo ultimamente ventilado sobre o comércio externo da região, faremos dois comentários a partir da informação recolhida. Por um lado, as instituições de Bretton Woods, aquando da aplicação de PAE's na região, parecem não ter estabelecido plataformas técnicas e políticas para um acompanhamento eficaz dos diferentes processos desde o início. Por outro, as autoridades nacionais não revelaram aparentemente empenho ou capacidade ao longo destes anos, para criar através da liberalização e da estabilidade macroeconómica, incentivos à exportação e à diversificação da produção. Na prática, Banco Mundial, F.M.I. e governos nacionais em conjunto, não contribuíram decisivamente para uma posição mais competitiva daqueles países nos mercados internacionais, ainda que as trocas se tenham dinamizado.

Finalmente, caberia aqui criar espaço para um estudo comparativo entre os resultados do processo de ajustamento estrutural na África Subsariana e nos denominados dragões do Sudeste Asiático⁵, seguramente no interesse das instituições de Bretton Woods. Relembre-se que as condições macroeconómicas entre as duas regiões eram já bem contrastantes em 1980, mas em meados da década de 60, eram semelhantes, ou até piores para países como a Tailândia⁶.

Contudo, as formalidades desta dissertação confinam-nos a uma análise em que não cabem extrapolações para fora da esfera subsariana. Essas seriam um potencial objecto de outra tese, paralela, ou posterior.

⁴ Contam-se treze, a saber, por ordem alfabética, o Benim, os Camarões, a Costa do Marfim, o Gabão, o Gana, a Guiné-Bissau, a Guiné-Conakry, a Guiné Equatorial, a Nigéria, a Libéria, São Tomé e Príncipe, a Serra Leoa e o Togo.

⁵ Taiwan, Coreia do Sul, Singapura, Tailândia, Malásia, etc.

⁶ Cf. OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa – Reforms, results and the road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, cap.1, p. 17.

1.2 - Questões preliminares e Objectivos

Genericamente, os PAE's são constituídos por um conjunto de políticas que visam simultaneamente a estabilização macroeconómica e a reforma da estrutura de incentivos nos vários sectores da economia. Em geral, as medidas apontadas nestes programas colocam especial ênfase em estratégias comerciais voltadas para o exterior⁷.

Nesse sentido, compreende-se que a perspectiva de crescimento inerente a estes programas seja de médio ou longo-prazo⁸, consoante as dificuldades técnicas e práticas surgidas em cada caso.

Num primeiro momento, prevêem-se medidas de estabilização que lidam com problemas de inflação, de escassez de divisas, de fugas de capital e de substanciais défices correntes. Numa segunda etapa, as medidas de ajustamento abordam os obstáculos ao crescimento de longo-prazo, ou seja, as referidas distorções nos incentivos à produção⁹, os controlos de preços, as políticas de juros e crédito, as restrições ao comércio e as políticas fiscais¹⁰.

A reorientação pretendida passa por uma relativa diminuição da Despesa Pública, por uma redução do financiamento do Estado nos mercados internos, por uma política monetária mais restrictiva, e por uma reforma comercial que inclua uma flexibilização da taxa de câmbio.

Implicitamente, a liberalização comercial significa nos PAE's a adopção de incentivos à produção de bens para exportação e de substitutos das importações, eliminando porém os instrumentos do proteccionismo.

Em última análise, o intuito das reformas seria o incremento da produção na base da exploração mais intensiva das vantagens comparativas dos P.E.D.'s e dos países subsarianos concretamente, por forma a reduzir no longo prazo a sua dependência económica e comercial em relação aos países industrializados. O "custo de oportunidade" do ajustamento estrutural seria na primeira fase, devido às inadiáveis medidas de estabilização, o sacrifício do poder de compra e dos níveis de vida locais¹¹.

Por outro lado, desde logo foi manifesta a consciência entre Banco Mundial, F.M.I. e governos

⁷ Cf. ELBADAWI *et al.*, 1992:17, citado por AJAYI, Simeon Ibi (1995), in *L' Ajustement Structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, editado por Rolph van der Hoeven e Fred van der Kraaij, Editions Karthala, Paris, 1995, p. 96.

⁸ Registo-se a propósito que os PAE's foram criados desde 1980 para um período de duração de três anos fiscais.

⁹ WALLACE, Olusegun R. S., destaca a sobreapreciação da taxa de câmbio, in *The IMF, the World Bank and the African Debt – Volume 1 The Economic Impact*, editado por Bade Onimode, Zed Books Ltd, Londres e Nova Jersey, 1989, p. 209.

¹⁰ Sobre as diferenças entre a implementação dos dois tipos de medidas, ver Banco Mundial (1988), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, pp. 59-61.

¹¹ WALLACE, Olusegun R. S. (1989), *The IMF, the World Bank and the African Debt – Volume 1 The Economic Impact*, editado por Bade Onimode, Zed Books Ltd, Londres e Nova Jersey, p. 210.

nacionais, de que o processo de ajustamento não seria viável sem o apoio financeiro internacional, necessidade que se acentuaria à medida que se sentia o impacte social das reformas. Minimizar semelhantes custos, era por conseguinte, não apenas competência dos governos, através de uma afectação de recursos mais eficaz, mas também das instituições de Bretton Woods, que lançaram os P.E.D.'s no ajustamento estrutural.

O resultado que se foi afigurando durante os sucessivos Programas, traduz-se pois no facto de **que a gestão das receitas do Estado teria de carregar irreversivelmente o fardo do serviço da dívida externa.**

Mas para todos os efeitos, esperava-se dos PAE's que permitissem "o aumento duradouro da produção nacional, a melhoria do nível de vida das populações, e a participação no comércio internacional enquanto parceiro igual e viável, por parte dos países embarcados no esforço de ajustamento."¹²

No estudo que aqui realizámos, as observações recaíram sobre os já mencionados países do Golfo da Guiné, uma vez que entre eles figuram alguns dos casos considerados na África Subsariana, desde o início da década corrente, como de maior sucesso com PAE's¹³, e alguns dos casos mais críticos, como o da Serra Leoa¹⁴. Uma síntese da situação do comércio externo desses países, considerando o decurso dos seus PAE's, permitirá *à priori*, na base das diferenças verificadas, melhor concluir sobre o realismo e a viabilidade dos PAE's na região, tal como se conhecem hoje.

O objectivo crucial desta dissertação é realçar a fragilidade dos resultados da estratégia de liberalização comercial proposta pelos PAE's, quando decorreram mais de dez anos sobre o seu início.

¹² Cf. MALIMA, Kighoma (1995), in *L' Ajustement Structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, editado por Rolph van der Hoeven e Fred van der Kraaij, Editions Karthala, Paris, 1995, p. 36.

¹³ Caso do Gana. Sobre o processo deste país, ver HUSAIN, Ishrat e FARUQEE, Rashid (1994), *Adjustment in Africa – Lessons from Country Case Studies*, The World Bank, Washington, pp. 153-193.

¹⁴ Cf. OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa – Reforms, results and the road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, Tabela 2.5 Countries Ranked by Overall Macroeconomic Policy Stance, 1990-91, p. 58.

Na essência, a primeira ilação que retirámos das informações disponíveis está em consonância com a corrente de analistas independentes que como Cornia¹⁵, consideram que as políticas comerciais recomendadas no âmbito dos PAE's não fomentaram verdadeiramente, nem uma composição de exportações mais diversificada¹⁶, nem uma maior autosuficiência no plano regional.

Com efeito, as reformas comerciais não resultaram nos ganhos de comércio augurados, quer por falta de diálogo entre as autoridades locais e internacionais competentes, quer por uma simples falta de empenho ou de capacidade de prossecução das medidas de liberalização da parte dos governos subsarianos.

Por conseguinte, pretende a dissertação que se segue demonstrar simultaneamente, a **relativa eficácia dos PAE's na estabilização das contas externas dos países do Golfo da Guiné, e o seu fracasso em operar num prazo de mais de uma década, um ajustamento da estrutura produtiva** daquelas economias.

1.3 - Metodologia

Entre os membros do *staff* do Banco Mundial e do F.M.I., tal como entre os analistas independentes, três metodologias fundamentais são hoje utilizadas na avaliação do impacte dos PAE's na macroeconomia dos países "beneficiários". Na terminologia original, são eles o método *before-and-after*, o método *control-group* e o método *modified-control-group*¹⁷.

Todas constituem um exercício de comparação entre a performance real da economia decorrido o período de ajustamento, e a performance num cenário em que as medidas dos PAE's estão ausentes, isto é, por norma, o período anterior à adopção do programa. Trata-se de estimativas que têm em conta o ambiente externo onde se situa o país, bem como as políticas que este desenvolve até ao início das reformas.

¹⁵ Cf. CORNIA (1991: 35), citado por AJAYI, Simeon Ibi (1995), in *L' Ajustement Structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, editado por Rolph van der Hoeven e Fred van der Kraaij, Éditions Karthala, Paris, 1995, p. 56.

¹⁶ Em particular, alicerçada num sector de manufacturas mais eficiente.

¹⁷ Cf. CORBO, Vittorio e ROJAS, Patricio (1992), *World Bank-Supported Adjustment Programs: Country Performance and Effectiveness*, in *Adjustment Lending Revisited – Policies to Restore Growth*, editado por Vittorio Corbo, Stanley Fischer e Steven B. Webb, Banco Mundial, Washington, pp. 23-30.

Por outro lado, os principais indicadores seleccionados para a estimativa da eficácia dos PAE's, de acordo com as três metodologias, são mais frequentemente os rácios do crescimento/PIB, da poupança/PIB, do investimento/PIB, do défice fiscal/PIB e das exportações/PIB, e as taxas de câmbio real, e da inflação¹⁸. Naturalmente, recorrem as análises a outros indicadores, no caso por exemplo da síntese dos factores externos associados, como sendo os termos de troca e as taxas de juros internacionais.

Relativamente às limitações das referidas metodologias, cabe dizer sucintamente que nenhuma é infalível e abrangente em absoluto. De facto, o designado método *before-and-after* peca por um pressuposto de *ceteris paribus* relativamente a variáveis que poderão influenciar determinantemente a evolução do processo de ajustamento. Quanto ao método *control-group*, esse utiliza o comportamento macroeconómico de um grupo de referência de países que não adoptaram PAE's, para avaliar o que sucederia no grupo de países abrangidos pelas reformas de ajustamento, se não as adoptassem. Ora a crítica que recai sobre esta abordagem prende-se com o facto de não contemplar eventuais diferenças nos factores externos que interfiram tanto num grupo de países como no outro. Finalmente, o método conhecido por *modified-control-group*, realiza uma análise econométrica cujo intuito é superar as limitações dos dois métodos anteriores, mas que pela sua natureza teórica, não poderia tão pouco, ser totalmente infalível. Se nos reportarmos à crítica de Robert E. Lucas¹⁹ sobre as análises econométricas de políticas económicas, reteremos a dificuldade daqueles modelos em incorporar o fenómeno das expectativas dos agentes económicos, por exemplo em relação a alterações na tributação e/ou nos preços.

Assim, considerando que os países do Golfo da Guiné seleccionados²⁰ adoptaram, até finais da década de 80, PAE's sob a tutela do Banco Mundial e do F.M.I., partimos para uma análise directa dos indicadores macroeconómicos sistematicamente presentes nos estudos de impacte daqueles programas. Para tal, tivemos por base, o pressuposto de que esses reflectem hoje suficientemente, o contributo que na prática os PAE's possam ter trazido para alterações positivas no comércio externo, no tecido produtivo e nas condições de vida naquelas economias. Nesse sentido, acabámos enveredando por um método de tipo *before-and-after*. Porém

¹⁸ Cf. CORBO, Vittorio e ROJAS, Patricio (1992), *World Bank-Supported Adjustment Programs: Country Performance and Effectiveness*, Quadro 3-1. Initial Conditions, Banco Mundial, Washington, p. 24.

¹⁹ Ver LUCAS, Robert. E. (1981), *Econometric Policy Evaluation: A Critique*, in *Studies in Business Cycle Theory*, M.I.T. Press, Cambridge, Massachussets.

²⁰ Pese embora o caso da Costa do Marfim, que nos anos 80 abandonou o ritmo esperado para as suas reformas de ajustamento, e o da Libéria, que ao ser duramente afectada por conflitos armados, iniciou o seu processo tardiamente.

tratar-se-á de um método corrigido, no momento em que tanto quanto possível ponderámos os resultados obtidos, pelas variações dos factores internos e externos que de alguma forma influíram, na prática, sobre os processos de ajustamento.

A dissertação que se segue é na verdade essencialmente empírica, uma vez que associa a presença de reformas de ajustamento estrutural com a evolução macroeconómica no Golfo da Guiné.

Daqui resultará uma síntese dos efeitos reais daquelas reformas, na base dos dados estatísticos mais recentemente publicados. Como tal, consideramos que esse será o ponto de partida para uma leitura global dos benefícios dos PAE's naquela região.

No que concerne aos elementos estatísticos que recolhemos, refira-se ainda que consoante os critérios de tratamento coincidam, adaptaremos os dados publicados (em 1996 e 1997) em diferentes obras das instituições de Bretton Woods, para a África Subsariana e para o Golfo da Guiné, no intuito de completarmos a nossa pesquisa. Para tal atentámos às dificuldades colocadas ao próprio Banco Mundial e ao F.M.I., pela escassez de dados fidedignos, e pela heterogeneidade dos respectivos métodos de processamento²¹.

1.4 - Estrutura da tese

O corpo da tese subdivide-se em cinco capítulos, dos quais o quarto é o mais extenso e o mais abrangente, visto que nele desenvolvemos os aspectos respeitantes à composição actual do comércio externo dos países seleccionados, e tratamos a evolução das respectivas políticas macroeconómicas, no âmbito do ajustamento.

Retomando a partir da introdução, apresentamos no segundo capítulo uma abordagem teórica do ajustamento, passando pelo contributo dos sucessivos modelos de desenvolvimento dos P.E.D.'s, e pelos problemas de faseamento e lapsos temporais das políticas macroeconómicas implicadas.

No terceiro capítulo, coube uma exposição da importância atribuída pelo Banco Mundial e pelo F.M.I. às reformas comerciais em contexto de ajustamento, bem como da posição actual da África Subsariana no comércio internacional.

²¹ Cf. BANCO MUNDIAL (1996), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Washington, p. 241.

Estão ainda transcritas as nossas deduções sobre as causas da decadência dessa posição.

O quinto capítulo dá-nos conta dos indicadores do desenvolvimento económico do subcontinente, após mais de uma década de PAE's. Na sequência, aborda a situação da dívida externa da região.

Por fim, as conclusões, que incluem considerações sobre as perspectivas das economias do Golfo da Guiné para o futuro próximo, no contexto da liberalização comercial e do ajustamento estrutural.

2 - ABORDAGEM TEÓRICA DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

2.1 - Contributo dos modelos de desenvolvimento económico

Os teóricos dos anos 50 e inícios de 60 encaravam o processo de desenvolvimento como uma série de estágios sucessivos de crescimento económico que qualquer país deverá atravessar. Era sua convicção que a quantidade e uma combinação correctas de Poupança, Investimento e Ajuda Externa eram suficientes para colocar os países então designados do Terceiro Mundo no mesmo caminho de crescimento económico que historicamente havia sido percorrido pelos próprios países desenvolvidos. O desenvolvimento tornara-se sinónimo de rápido crescimento económico global. Esta **abordagem linear dos estágios do desenvolvimento**, como ficou conhecida, foi largamente preterida nos anos 70 em favor de duas escolas de pensamento económico antagónicas e marcadamente ideológicas.

A primeira, colocando ênfase nas **teorias e padrões de transformação estrutural**, recorreu à teoria económica moderna e à análise estatística para traçar o quadro do processo interno de transformação estrutural que um “típico” país em desenvolvimento deve sofrer para gerar e sustentar um rápido crescimento económico. A segunda, a revolução da dependência internacional, como sugere o nome, foi mais radical e politicamente mais vincada. Entendia o subdesenvolvimento à luz das relações de poder internas do Estado e internacionais, em simultâneo, bem como à luz das “rigidezes” institucionais e estruturais de que resultava a multiplicação de assimetrias nas economias e no mundo em geral. As teses surgidas nesta corrente tenderam assim a procurar sublinhar as restrições políticas e institucionais, internas e externas, ao desenvolvimento económico. Enquanto **teorias da dependência**, defenderam as prioridades à diversificação e criação de emprego tal como à redução das desigualdades nos rendimentos, num contexto do crescimento económico, mas insistindo, ao contrário das duas teorias anteriores, nos aspectos políticos e institucionais.

Durante grande parte dos anos 80, prevaleceu uma quarta abordagem. Esta “contra-revolução” neoclássica advoga a exploração dos benefícios da liberalização dos mercados, das economias abertas e da privatização das empresas públicas, tidas como inertes por natureza. Contrariando o argumento da destabilização dos lobby’s internos e externos avançado pelos teóricos da dependência, esta corrente atribuía o atraso económico à excessiva intervenção das autoridades

governamentais e ao peso das regulamentações da economia.

Finalmente, nos últimos anos da década de 80 e no início dos anos 90, economistas neoclássicos e “institucionais” desenvolveram a **nova teoria do crescimento**. Esta recuperou a tradicional teoria de crescimento por forma a justificar o rápido desenvolvimento de alguns países perante a estagnação de outros, defendendo a ideia de que mesmo no contexto neoclássico de mercados privados, os governos têm um papel importante a desempenhar no processo de desenvolvimento.

De acordo com a tese de Rostow, os países com níveis de poupança de 15 a 20% do PNB, atingíveis através de um agravamento da carga fiscal ou do recurso à ajuda externa e/ou de uma redução no consumo, cresceriam sempre mais depressa e, *à priori* de uma forma sustentada. Relativamente ao obstáculo dos baixos níveis de formação de capital nos países menos desenvolvidos, este seria ultrapassado pelo recurso à ajuda externa e ao investimento estrangeiro privado.

Estes argumentos seriam instrumentalizados na política de transferências de capital e assistência técnica para países subdesenvolvidos, na expressão da época, num espírito herdeiro do Plano Marshall.

Obviamente, a prática viria a derrotar esta política e a realçar a insuficiência da condição de aumentar os níveis de poupança e do investimento para iniciar um processo de crescimento rápido e sustentado, no contexto dos países que passariam a designar-se por países em desenvolvimento.

Estes não absorveram essas transferências por intermédio de uma estrutura institucional e produtiva eficaz, por forma a gerar aumentos líquidos no Rendimento. Na verdade, as lacunas que apresentaram e que provaram ser um óbice considerável no processo de desenvolvimento bem como nas políticas de financiamento das entidades internacionais (lideradas pelos países altamente industrializados), constituem o motivo para discussões mais actuais sobre a eficiência das políticas de financiamento no seio de instituições como o Banco Mundial e o F.M.I.. Hoje, estas lidam com problemas crónicos nos países em vias de desenvolvimento, e particularmente no continente africano, de instabilidade política e de burocracia governamental, de baixos níveis de qualificação no trabalho e como tal de capacidade de gestão, bem como de infraestruturas sanitárias de abastecimento de água e de transportes, entre outros.

Estas são as falhas estruturais que desde as décadas de 50-60 tornaram ineficaz, no caso dos



países mencionados, o modelo baseado nas medidas macroeconómicas para o aumento da poupança e do investimento agregados.

Por esta altura, foram desenvolvidos modelos que empregam os conceitos neoclássicos de preços e afectação de recursos, e que procuraram sistematizar o **processo de transformação estrutural** através do qual economias de agricultura de subsistência passaram a economias mais industrializadas, mais urbanizadas e com actividades nos sectores das manufacturas e dos serviços. Neste contexto destacaram-se duas análises que marcam ainda hoje a abordagem teórica do desenvolvimento e os respectivos instrumentos nos P.E.D.'s: o modelo de W. Arthur Lewis e a análise empírica dos “padrões de desenvolvimento” de Hollis B. Chenery.

O modelo de Lewis²² de dois sectores baseado no excedente do factor trabalho foi preponderante nas economias subdesenvolvidas tradicionalmente excedentárias em mão de obra, durante parte dos anos 60 e princípios de 70.

O modelo caracterizou tais economias pela presença de dois sectores, um de agricultura de subsistência sobrepovoado com uma produtividade marginal do trabalho do nível zero e um segundo industrializado e urbano, com uma produtividade mais elevada. Essencialmente, procurou explicar o processo que deveria ocorrer, de transferência do factor trabalho do primeiro sector para o segundo, por um lado, e por outro, do aumento do output e do emprego nesse sector mais moderno.

O aumento deste output torna-se o catalisador da transferência de mão de obra e da subsequente expansão do emprego no sector industrial urbano. O ritmo desta expansão depende por sua vez da acumulação de capital e dos níveis de investimento nesse sector. Ora refira-se que o modelo assume um salário constante no sector urbano, superior ao salário real médio do sector agrícola na proporção do que se considera um prémio de risco, associado à transferência para aquele sector. O salário real do sector agrícola mede-se aqui como vimos pelo seu valor médio, dado o facto de existir um excedente de mão de obra, e sendo a produtividade marginal do trabalho igual a zero.

Segundo Lewis, este processo de crescimento do sector moderno seria auto-sustentado e a expansão do emprego continuaria até o excedente do factor trabalho ser absorvido pelo sector urbano.

No entanto, se o modelo deste autor se coaduna em traços gerais com a experiência histórica

²² LEWIS, Arthur W. (1945), *Economic development with unlimited supplies of labour*, Manchester School.

do crescimento económico dos países ocidentais, os seus pressupostos fundamentais são incompatíveis no contexto institucional e económico da maioria dos P.E.D.'s, e da África Subsariana em especial.

De facto, a assunção da proporcionalidade entre a taxa de crescimento do emprego no sector moderno e a taxa de acumulação de capital nesse mesmo sector, não levou em conta o investimento sistematicamente em bens de equipamento e outro capital que dispensa mão de obra aumentando em simultâneo a produtividade. Na verdade, não considerou os volumes de capital que foram sendo investidos fora das economias e dos mercados onde eram gerados. Como sabemos, aumentos de output não significam obrigatoriamente acréscimos dos salários e do emprego.

Por outro lado, e apesar da maioria das populações dos P.E.D.'s viverem em zonas rurais, em termos empíricos, o modelo falha na hipótese de que existe tradicionalmente um grande excedente de mão de obra no sector agrícola, e um sector urbano com elevadas taxas de emprego e com capacidade para absorver a mão de obra do êxodo rural.

Actualmente, ao contrário, é o problema do desemprego nas zonas urbanas dos P.E.D.'s aquele com que mais se debatem os economistas do desenvolvimento.

À semelhança do modelo de Lewis, a **análise dos padrões de desenvolvimento** procura identificar quais os factores e qual a sequência em que estes se articulam no processo de transformação estrutural de uma economia de agricultura de subsistência para uma economia industrializada, isto é, “desenvolvida”.

Contudo, atribui relevância a um conjunto de factores interligados que ultrapassam o binómio poupanças-investimento, num processo cujo diagnóstico é como tal apresentado numa forma mais complexa. Deste tipo de análise merece destaque o trabalho de Chenery²³ cuja notoriedade data do início da década de 80.

Desde logo, uma grande ênfase é colocada no comércio internacional e no grau de abertura das economias no início e durante o processo de transformação. A interacção das economias em transformação com economias industrializadas proporciona, acesso a fontes de capital, tecnologia e mercados de exportação que aceleram o referido processo.

Mas note-se que as características domésticas dos P.E.D.'s são igualmente alvo de especial atenção, uma vez que tanto o podem favorecer como atrasar. Essencialmente, o modelo refere-

²³ CHENERY, Hollis B. (1979), *Structural change and Development Policy*, Baltimore: John Hopkins University Press.

se à dotação factorial do país, incluindo os seus recursos naturais e a sua população, bem como à dimensão geográfica, para além dos aspectos institucionais relacionados com políticas governamentais.

Esta interacção de factores que variam consoante os países à partida, segue padrões também variáveis durante o processo de desenvolvimento, mas em que se podem normalmente identificar algumas semelhanças. Estas prendem-se (segundo os estudos empíricos comparativos ou em séries temporais), com uma correcta condução de políticas económicas por parte dos P.E.D.'s, com as condições do comércio internacional que encontram e com as políticas de ajuda externa dos países desenvolvidos. Na óptica dos **analistas da transformação estrutural**, um *“policy mix”* acertado, fundamentalmente, poderá gerar padrões adequados de crescimento sustentado.

Entretanto, durante a década de 70, permanecendo os profundos desequilíbrios ditos Norte-Sul, ganhou aceitação uma corrente especialmente no seio dos P.E.D.'s, de onde nasceram os **modelos da dependência internacional**. Estes modelos tinham em comum a visão de que os P.E.D.'s sofrem de “rigidezes” crónicas a nível político, institucional e económico, bem como das “rigidezes” dos mercados internacionais. Mas o que caracterizava esta abordagem era a importância que atribuía às relações de poder na economia mundial, em que os países mais desenvolvidos dominam os mais atrasados e pobres, quer através das suas políticas industriais e comerciais, quer pelas relações de conluio estabelecidas com as elites locais nos P.E.D.'s, quer pela influência exercida enquanto financiadores de instituições internacionais vocacionadas para a assistência ao desenvolvimento, designadamente o Banco Mundial e o F.M.I.. Neste período, gerou-se uma considerável reacção por parte de diversos intelectuais e figuras políticas dos P.E.D.'s, ao que Theotónio dos Santos²⁴ por sua vez chamou o “capitalismo dependente”. Segundo este autor e de acordo com a perspectiva dos **modelos de dependência neocolonialista**, como ficariam genericamente conhecidos, o subdesenvolvimento constatado nos países de África, da Ásia e da América Latina era um fenómeno induzido e exógeno, o que acentua uma diferença com a perspectiva dos modelos anteriores, cuja preocupação incidia nos factores internos do atraso económico, como níveis insuficientes de poupanças e investimento, e lacunas na formação e capacidade tecnológica.

Numa abordagem que se pode considerar paralela e contemporânea, alguns autores atribuíram

²⁴ SANTOS, Theotónio dos (1969), *A crise da teoria do desenvolvimento e o problema da dependência da América Latina*, Siglo 21.

o persistente atraso dos P.E.D.'s à incorrecta assistência técnica fornecida pelas organizações internacionais e pelas agências para assistência internacional dos países desenvolvidos. Este *know-how* seria baseado em modelos econométricos e conceitos que sem a informação sobre a estrutura social e étnica bem como das instituições dos P.E.D.'s, resultam geralmente em políticas macroeconómicas impróprias para esses países. Em certos casos, a crítica foi estendida aos técnicos nacionais formados em instituições dos países desenvolvidos, às luz de modelos simples de factor trabalho excedentário, inspirados em Lewis, ou de transformação estrutural partindo da análise de Chenery.

Assim, o sentimento de que prevalece uma dualidade²⁵ de países desenvolvidos e com altas taxas de produtividade em contraste com países subdesenvolvidos e dependentes que coexistem na economia mundial, nasceu e reforçou-se, tanto mais que no seio dos próprios P.E.D.'s se acentuavam as diferenças de poder económico entre as elites dirigentes políticas e militares, e a grande massa populacional.

Naturalmente, os vários defensores da abordagem da **dependência neocolonial**, uniram-se na rejeição de políticas de desenvolvimento exclusivamente inspiradas nos modelos macroeconómicos de Lewis e na ideias de Chenery segundo a qual o processo de transformação estrutural deve ser seguido por qualquer país subdesenvolvido, no respeito de um conjunto de padrões bem definidos e identificáveis. Firme foi também a resistência que passariam a fazer à privatização sistemática dos sectores principais da actividade económica, alegando a importância de uma gestão pública dos meios produtivos, responsabilizando inclusivé os governos nacionais, como meio de fomentar o crescimento. Era pois neste sentido que reclamaram reformas institucionais nos P.E.D.'s e a nível internacional, em particular no seio das organizações de assistência ao desenvolvimento.

Mas se esta reacção pareceu legítima à maioria dos observadores mais avisados nas várias instâncias nacionais e mundiais, cabe aqui lembrar que os seus protagonistas, nomeadamente no meio político, e em parte devido à instabilidade interna em inúmeros P.E.D.'s, não tiveram condições ou não manifestaram a preocupação de formalizar as suas estratégias de desenvolvimento e de reformas estruturais.

No dealbar da década de 80, os estudos políticos e os factos no contexto do desenvolvimento serenaram de certa forma os ânimos no debate ideológico das prioridades à captividade

²⁵ SINGER, Hans (1970), Dualism revisited: A new approach to the problems of dual societies in developing countries, *Journal of Development*

privada, às leis do mercado livre ou à intervenção e propriedade estatal e pública, sendo que uma equilibrada conjugação das duas indiossincrasias se revelara até então, a mais consistente no desenvolvimento económico, globalmente entendido, isto é, na sua faceta humana em especial. Porém, paralelamente aos governos conservadores que chegaram ao poder nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental e Canadá, obtiveram influência os representantes da escola de pensamento neoclássico que viriam a fomentar políticas económicas muito firmes na sua reacção à intervenção estatal sistemática, como as que advogou Milton Friedman, o grande mentor da escola monetarista, durante a era de Ronald Reagan.

Em traços gerais, os países desenvolvidos favoreciam políticas na óptica da oferta, a privatização das empresas públicas e a aplicação pelos agentes, das premissas da teoria das expectativas racionais. Enquanto isso, exerciam pressões junto dos P.E.D.'s para que liberalizassem os seus mercados, desmantelassem o seu tradicional e burocrático sector público e desregulassem a actividade comercial e financeira.

Os teóricos desta perspectiva neoclássica, inspirada na teoria original, tornaram-se a corrente dominante nas principais agências financeiras internacionais, isto é, o Banco Mundial, nomeadamente ao nível da A.I.D., e do F.M.I., numa altura em que perdiam influência instituições como a O.I.T., o P.N.U.D. e a C.N.U.C.E.D., onde as vozes dos P.E.D.'s falavam relativamente mais alto.

Na argumentação dos precursores das políticas que dominariam toda a década de 80 e que permanecem em acesa polémica no Banco Mundial até aos nossos dias, caso de Bela Balassa, Peter T. Baner e de Jagdish Bhagwati, sobressai o entendimento de que o ritmo de crescimento económico que caracteriza os P.E.D.'s, tem origem numa afectação de recursos ineficiente, agravada por políticas fiscais e de preços erróneas, protagonizada por governos demasiadamente interventores.

Esta era tanto mais a sua convicção que nesse período, as políticas de ajuda ao desenvolvimento levadas a cabo nos programas de ajustamento do Banco Mundial e da A.I.D. em particular, privilegiavam de forma intransigente a liberalização interna e externa do comércio por parte dos P.E.D.'s, passando pela eliminação total do controlo de importações e das distorções de preços nos mercados de factores, de bens e financeiros. Rapidamente, alguns exemplos de economias de mercado com escassa intervenção estatal foram utilizados para

reforçar o argumento do recuo das autoridades perante as leis endógenas do mercado: foi o caso com os Dragões do Sudeste Asiático. Mas importa referir que mesmo esses países optaram por sistemas em que o Estado desempenhou um papel consideravelmente interventor no jogo de relações entre os vários agentes económicos, ou seja, no funcionamento dos mercados. Como contraponto, alguns autores relembrou o fracasso dos regimes de intervenção estatal apertada que se conhecem ainda hoje na América Latina e em África.

Em termos mais concretos, saliente-se que a escola neoclássica do desenvolvimento da década de 80 se subdividiu em várias abordagens que preconizando a liberalização dos mercados, evoluíram no grau de intervenção estatal preconizado.

De uma posição favorável ao recuo completo do aparelho estatal perante as leis do mercado, passariam mais tarde a reconhecer as imperfeições dos mercados de bens e de factores nas economias dos P.E.D.'s. Reconheceriam igualmente as lacunas numa informação por norma pouco circulante, donde as dificuldades a que estaria sujeita a transmissão e aquisição do "know-how tecnológico", bem como as economias de escala na produção em determinados sectores desses países. Os defensores desta tese exerceriam grande influência nas políticas de financiamento do Banco Mundial, uma vez que se tratava maioritariamente de economistas afectos àquela instituição.

Com a adopção dos Programas de Ajustamento Estrutural, as referidas políticas exprimiam o desejo de obter uma intervenção criteriosa dos governos ao nível de infraestruturas de educação, sanitárias e de transportes, por um lado, e por outro, ao nível das condições existentes para a iniciativa privada. A responsabilização inerente dos governos dos P.E.D.'s por parte de organizações como o Banco Mundial, marcava uma nova viragem na política dos países industrializados no âmbito da ajuda ao desenvolvimento e estaria na génese da **nova teoria do desenvolvimento**.

No entanto, reteremos aqui ainda alguns aspectos da teoria neoclássica do desenvolvimento, tanto mais que estariam presentes na ajuda ao desenvolvimento tal como se passaria a praticar desde os anos 80. De facto, se essa ajuda, de que se destacam as iniciativas para o Ajustamento Estrutural, procurou promover a abertura das economias dos P.E.D.'s, designadamente em termos comerciais, foi porque imperava a convicção de tipo neoclássico de que a liberalização e a abertura dos mercados nacionais seria sempre uma política da qual decorreriam entradas de capital e mais investimento interno também, aumentando por conseguinte a taxa de acumulação

de capital. Os resultados desta política constituíam para as instituições lideradas pelos países industrializados, uma alternativa viável à do aumento induzido das taxas de poupanças, que permitiriam como dissemos anteriormente, aumentar o rácio de capital/ trabalho pela via do investimento, subindo assim os rendimentos per capita dos P.E.D.'s, tão escassos em capital. A liberalização e a abertura ao comércio internacional foram pois encarados como a solução mais pragmática para o atraso tecnológico que afectava os P.E.D.'s, e geraram políticas patentes nos Relatórios de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, da década de 90. Este último seria alvo de sucessivas críticas internas e externas relativamente à sua supervisão dos processos em vigor, o que motivou como veremos, uma revisão, no seio da instituição, da estratégia de definição dos P.A.E.'s e do papel que nessa tarefa caberia daí em diante aos governos nacionais²⁶.

Mas na verdade, foi preponderante até aos nossos dias no Banco Mundial a concepção neoclássica do crescimento segundo a qual os factores decisivos no processo passam pela qualificação do trabalho, pela acumulação de capital, através de aumentos nas poupanças e no investimento, e igualmente pelo avanço tecnológico. Ora se considerarmos que isoladamente os factores capital e trabalho apresentam rendimentos decrescentes à escala, sendo que os dois factores em conjunto proporcionam rendimentos apenas constantes, nesse caso todo o processo de desenvolvimento dependerá do progresso e da capacidade tecnológica, variável considerada

pelo famigerado modelo neoclássico de Solow como exógena nas economias de baixos níveis de capital e de trabalho abundante não qualificado²⁷.

Assim parece estar encontrada a explicação para a absoluta prioridade atribuída à abertura ao comércio externo como parte integrante da estratégia de desenvolvimento para os países que recorreram ao Banco Mundial e ao FMI neste período.

Mas a experiência viria rapidamente a demonstrar a inadequação da premissa neoclássica da liberdade dos mercados associada a uma correcta política de preços incluindo a política cambial, por parte dos governos dos referidos países. Perante a rigidez institucional e dos mercados nos P.E.D.'s, onde os monopólios definham a iniciativa empresarial, e dada a grande escassez de informação sobre os valores culturais aí vigentes, a aplicação directa de programas

²⁶ SINGH, A. (1994), State intervention and "market-friendly" approach to development: A critical analysis of the World Bank theses, in Amitava K. Dutt, Kwan S. Kior, and Ajit Singh (eds.), *The States Markets and Development*, Londres: Elgar.

²⁷ SOLOW, Robert (1956), A contribution to the theory of economic growth, *Quarterly Journal of Economics* 70, , pp. 65-94.

de recuperação económica só pareceu viável a partir do momento em que se adoptou uma abordagem casuística e aturada das condições específicas de ordem económica e político-institucional de cada um. Subentenda-se então que os instrumentos de políticas macroeconómicas do tipo neoclássico não seriam de forma alguma excluídos. Simplesmente, a polémica incidiu sobre a sua possível articulação com a realidade de cada país.

Durante os anos 80 e até meados da década de 90, as reformas prescritas por parte do Banco Mundial e do FMI aos países altamente endividados no sentido da liberalização dos seus mercados, pressupunham uma liberalização do comércio que levaria ao aumento do investimento estrangeiro, com absorção de tecnologia e consequentes ganhos de produtividade, tal como a retenção de capitais nacionais; portanto, uma melhoria dos níveis de vida²⁸. Mas a persistente fuga de capitais dos países em desenvolvimento para os ditos “países ricos” e a crónica incapacidade dos primeiros em cumprir a tarefa do desenvolvimento em simultâneo com a do serviço da dívida, seriam razões mais do que válidas para a emergência de uma nova teoria do crescimento, cuja base conceptual seria a do **crescimento endógeno**.

A recente abordagem teórica do crescimento endógeno parte do princípio de que o crescimento do PNB se deve em primeiro lugar à intervenção do sistema no processo produtivo, e em segundo aos factores exteriores a esse sistema. Por outro lado, e em contraste com a abordagem neoclássica, pressupõe condições para rendimentos marginais crescentes no investimento em capital (bens de equipamento por exemplo), sendo que as externalidades provavelmente geradas terão elas próprias uma influência na determinação da taxa de remuneração desses investimentos.

Este seria pois o ponto de partida para o crescimento de longo prazo e sustentado.

Apesar desta teoria reconhecer a importância da poupança agregada tal como os modelos neoclássicos, insiste firmemente na ideia de que o processo de desenvolvimento depende directamente dos níveis de tecnologia que a economia interna pode assegurar, tendo em conta que esses obviamente serão alimentados em regime de economia aberta. O conceito de crescimento endógeno prevê assim um crescimento sustentado na condição dos governos nacionais conduzirem políticas industriais e de investimento público que assegurem uma eficiente afectação de recursos. Estes modelos de desenvolvimento marcariam a sua diferença nas políticas deles extraídas, na medida em que a abertura ao comércio externo e altos níveis de

²⁸STEWART, Frances (1985), The fragile foundations of the neoclassical approach to development, *Journal of Development Studies*

poupança agregada não eram considerados instrumentos suficientes para o crescimento sustentado: sem uma eficiente intervenção dos governos locais, os mercados nacionais não poderiam, dadas as “rigidezes” inerentes aos P.E.D.'s, gerar acumulação de capital e progresso tecnológico, donde se compreende a contínua fuga de capitais das economias dos P.E.D.'s e o agravamento dos desequilíbrios quer internos, quer em termos comparativos internacionais.

Renunciando à doutrina do mercado absolutamente livre e da passividade dos governos, a nova teoria do crescimento preconiza a (auto-)responsabilização das autoridades no desenvolvimento de infraestruturas e telecomunicações, na educação e nos incentivos ao investimento privado em sectores de elevada intensidade capitalística, recorrendo inclusivamente à investigação e desenvolvimento.

À diferença do modelo neoclássico de Solow, a nova teoria do crescimento analisa o progresso tecnológico como parcialmente resultante de políticas de investimento público e privado em capital humano e em indústrias com elevados coeficientes tecnológicos. O mesmo implica uma renúncia ao primado das leis do mercado, em detrimento da intervenção estatal.

Mas cedo surgiram críticas de fundo aos modelos de crescimento endógeno, em particular à perspectiva tendencialmente de longo prazo que adoptam. De facto, a prática comprovou a noção de que é difícil a eliminação a curto e médio prazo das ineficiências na afectação de recursos numa economia subdesenvolvida em transição para uma economia de mercado e aberta, quando a malha institucional existente é tradicionalmente rígida e quando os mercados de capitais (em particular) são ineficientes.

A excessiva ênfase atribuída ao crescimento no longo prazo, quando nos confrontamos com os fortes impactos negativos dos programas de recuperação e ajustamento no plano económico e social nos P.E.D.'s, representa como tal a lacuna fundamental da escola predominante dos nossos dias.

Por conseguinte, na tentativa de concretizar uma síntese das diferentes abordagens teóricas do desenvolvimento que sucintamente expusemos, para obtermos um modelo mais adequado e exequível no contexto social e estrutural dos P.E.D.'s, importaria realçar o indispensável contributo técnico, por assim dizer, que cada uma das abordagens traz para o modelo pretendido.

Com efeito, a lógica da progressão de qualquer análise teórica, cujas versões actuais realizam em parte e normalmente uma síntese das versões anteriores, aplica-se integralmente à história

do pensamento macroeconómico, e ao nosso caso em particular.

Assim deveríamos reter do modelo linear dos estágios do desenvolvimento, o papel crucial que cabe aos níveis de poupança e investimento numa política de desenvolvimento sustentado. Em igual medida, deveríamos reter a noção de que o desenvolvimento dos P.E.D.'s passa em grande parte pela equitativa articulação entre o sector agrícola tradicional, ainda importante, e um sector industrial crescente ou mesmo nascente. Tal seria o legado do modelo de dois sectores de Lewis. No que respeita ao estudo dos parâmetros da transformação estrutural de Chenery, a supervisão da evolução dos indicadores macroeconómicos fundamentais dos P.E.D.'s permanece hoje um instrumento subsidiário indispensável para as políticas de desenvolvimento em geral.

Por seu lado, os teóricos da dependência internacional contribuíram para a ponderação maior ou menor das decisões tomadas em organizações como o Banco Mundial, porquanto essas tenham efeitos profundos nas economias dos P.E.D.'s, e para igual uso de ponderação no relacionamento dos países industrializados com as elites governantes dessas economias.

Finalmente, dos modelos neoclássicos dos anos 80, apesar das suas limitações, devem reter-se os argumentos válidos da importância da política de preços na dinamização do tecido produtivo e da distribuição, bem como os argumentos relativos à inércia do sector empresarial público, à ineficácia relativa do planeamento económico tal como se conheceu nos P.E.D.'s, bem como às distorções nos preços domésticos e internacionais induzidas pelos governos, nomeadamente através da política cambial.

Das virtudes da nova teoria do crescimento, ainda em fase de construção, cabe sublinhar em resumo que procura adaptar os pressupostos da tradição neoclássica aos padrões de desenvolvimento a longo prazo observados nos P.E.D.'s, restituindo aos governos um papel activo na dinamização dos mercados.

2.2 – Definição de Ajustamento Estrutural

Em consonância com o que referimos já a título introdutório nesta dissertação, pode caracterizar-se teoricamente o ajustamento estrutural, pesem embora as especificidades dos vários Programas adoptados até hoje, como um conjunto de políticas e/ou medidas macroeconómicas, que visam a reorientação da Despesa Pública e do envolvimento do Estado na actividade económica, provendo a condições para a iniciativa privada num ambiente de

economia de mercado, para atingir um **objectivo primordial: o desenvolvimento económico sustentado e mais rápido.**

Em termos genéricos, encontra-se nos programas de ajustamento estrutural seis tipos de medidas macroeconómicas que reflectem estratégias variadas mas um objectivo comum²⁹.

Em primeiro lugar, figuram as **medidas de estabilização macroeconómica**, i.e., de redução dos défices das BTC's e das taxas de inflação, particularmente a fim de incrementar o investimento privado.

Em segundo lugar, destacam-se as **medidas de estabilização ou ajustamento orçamental**. Perante a situação típica de baixos índices de poupança nacional dos países que recorreram a PAE's, o ajustamento orçamental e das políticas de juros tornou-se uma meta incontornável para os ditos países.

Em terceiro lugar, as **medidas conducentes à liberalização comercial e à estabilização cambial**, e conseqüentemente, à abertura das economias beneficiárias ao comércio externo. A este nível, entende-se por ajustamento estrutural a eliminação mais ou menos gradual das barreiras não-pautais ao comércio e respectiva substituição por um regime tarifário claro³⁰, o controlo ou remoção das taxas de câmbio paralelas a favor de uma taxa oficial mais estável, bem como a liberalização dos preços e do regime de marketing e distribuição, em especial nos sectores de exportação. Em grande parte dos casos, tornou-se indispensável uma desvalorização da moeda nacional, sustentada se possível pelo ajustamento fiscal. Por outro lado, todos os países "contemplados" com PAE's careciam de uma reestruturação das empresas e da administração pública.

Em quarto lugar, as **medidas tendentes à privatização das empresas públicas e do sector bancário em geral**, bem como à **desregulamentação dos preços**.

Em quinto lugar, salientem-se as **medidas de reorientação da Despesa Pública** para actividades com elevado retorno como a educação e o saneamento básico, e paralelamente, as **medidas de reforma fiscal**, com vista ao aumento das receitas globais. Para tal, prevêem normalmente os PAE's uma simplificação da estrutura tributária para proporcionar uma colecta mais eficaz, apoiada ainda em instrumentos mais modernos como o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

²⁹ A ordem em que se apresenta neste trabalho os seis tipos de medidas mencionados, não obedece necessariamente ao encadeamento real verificado na adopção dessas medidas nos diversos PAE's conhecidos.

³⁰ Naturalmente, o objectivo era neste caso a redução do proteccionismo tarifário.

Por último, são recorrentes as **medidas de reescalonamento da dívida externa** dos países no âmbito de um PAE, ou de alternância para financiamento em termos mais favoráveis, para além de frequentes perdões de dívida. Por esta via, os responsáveis do Banco Mundial e do FMI esperam facilitar o esforço de ajustamento por parte das economias recipientes.

Relativamente à ênfase atribuída pelos PAE's à liberalização comercial e à reforma do regime tarifário como instrumentos de crescimento económico, cabe sublinhar o facto de que segundo os próprios defensores do ajustamento estrutural, este último implica a longo-prazo um certo grau de transformação na estrutura produtiva, no sentido do desenvolvimento dos sectores produtores de bens de exportação ou de substitutos das importações³¹.

2.3 – Metodologia de implementação, faseamento e prioridades dos programas de Ajustamento Estrutural

Os principais elementos que caracterizam um Programa de Ajustamento Estrutural são o conjunto de **objectivos** e de respectivos **requisitos técnicos** (de política de gestão) que define, a par dos **resultados esperados** que previamente aponta, o que se completa com o estabelecimento dos **volumes, modalidades e faseamento da ajuda financeira prevista**. Os requisitos técnicos são um misto de condições de política macroeconómica e de reformas institucionais mais específicas, que incluem detalhes consagrando a sua extensão e timing.

No caso do FMI, que instaurou a Facilidade de Ajustamento Estrutural (em inglês, Structural Adjustment Facility) em 1986 e a Facilidade de Ajustamento Estrutural Reforçada (Enhanced Structural Adjustment Facility) um ano depois, os Programas são concebidos para um período de três anos, como suporte de três sucessivos programas anuais de desenvolvimento. Normalmente, aplicam uma taxa de juro anual de 0,5 % e os reembolsos são efectuados semianualmente, a começar 5 $\frac{1}{2}$ anos e a acabar 10 anos depois de cada desembolso.

A outra faceta essencial da composição e da metodologia de implementação dos PAE's é a da supervisão das reformas por parte das instituições de Bretton-Woods, que se realiza por intermédio da reunião annual de um Grupo Consultivo para cada país beneficiário, que tem habitualmente lugar na capital do mesmo e é presidido pelo Banco Mundial. Nele estão representados igualmente os governos nacionais, frequentemente por via dos Ministros das Finanças e/ou da Economia e do Planeamento, e ainda outros credores multilaterais e bilaterais.

³¹ Cf. ENGBERG-PEDERSON, Poul, GIBBON, Peter, RAIKES, Phil e UDSHOLT, Lars (1996), *Limits of Adjustment in Africa, The effects of*

Note-se que a ortodoxia na exigência do cumprimento dos termos e em particular do timing das reformas, levou os Grupos Consultivos por vezes a suspender a atribuição de “tranches financeiras” perante a falta dos beneficiários no cumprimento dos “calendários”. Mas o oposto tem também sucedido, sobretudo nas fases finais dos PAE’s, em que alguns atrasos ou mesmo incumprimentos são tolerados, sendo as medidas em falta adiadas.

No entanto, logicamente, mas nem sempre até hoje para as instituições de Bretton-Woods, a responsabilidade da elaboração de programas de desenvolvimento e das respectivas prioridades recai sobre os governos locais, o que não deveria obstar ao exercício legítimo por parte dos credores, da supervisão e assistência a todo o processo. A presença de consultores e de missões temporárias do Banco Mundial e do FMI nos países no decurso dos PAE’s deveria sofrer uma racionalização no intuito de dar às autoridades locais margem de manobra para com maior eficiência, concretizarem o planeamento, implementação e supervisão das reformas previstas.

A elaboração de um PAE deverá sempre ter como ponto de partida não apenas uma análise da situação económica, estrutural e institucional dos países visados, mas também da capacidade política e técnica dos seus dirigentes para executar o programa com impactes positivos e sensíveis. Nesta perspectiva, somos levados a pensar que talvez os PAE’s sejam em não poucos casos demasiado ambiciosos; **por outras palavras, a estabilidade e o crescimento económico dos países receptores beneficiaria por vezes de programas de menos dimensão e mais graduais, envolvendo volumes de capital mais pequenos mas permitindo uma maior coerência nas políticas dos governos nacionais. A programação das reformas deveria de forma mais sistemática, coordenar estratégias de curto e médio-prazo com objectivos de longo-prazo.** Um quadro referencial mais sistematizado contribuiria simultaneamente para uma maior coerência das políticas governamentais acordadas, e para uma supervisão consciente e mais construtiva por parte do Banco Mundial e do FMI.

Em suma, o financiamento de PAE’s deveria destinar-se tanto ao incremento da capacidade técnica e institucional dos governos nacionais, como à implementação propriamente dita. A dificuldade reside pois na busca de um equilíbrio entre a sanção de situações de fraca performance, por um lado, e por outro, o compromisso de longo-prazo por parte das instituições credoras no sentido do reforço da capacidade das autoridades nacionais.

A outro nível, e no centro da polémica em torno das estratégias de industrialização dos

P.E.D.'s (baseadas na liberalização dos mercados e na abertura ao comércio externo), está a questão do estabelecimento de uma ordem de prioridades das políticas macroeconómicas a adoptar, ou seja, a discussão sobre qual o momento oportuno para introduzir a liberalização de cada mercado.

No contexto do Ajustamento Estrutural, é premente o dilema colocado pelas contradições possíveis entre os instrumentos de garantia da estabilidade macroeconómica, e os das reformas dos mercados, isto é, da sua abertura ao exterior.

Ainda na década de 80, perante os efeitos da crise da dívida dos P.E.D.'s, surgiriam diversos estudos sobre as interacções entre os supracitados instrumentos, sem que por isso se tivesse chegado a um consenso geral. Objectivamente, tal literatura, mais ou menos académica, não forneceria uma sistematização do processo, à luz da sua evolução na prática. A experiência demonstraria justamente que as opções sobre a ordem de precedências entre a estabilização e/ou a liberalização do comércio, esta última integrada nos denominados PAE's, não decorrem de uma fórmula unívoca para toda e qualquer economia. Tudo depende da intensidade e da natureza dos desequilíbrios macroeconómicos que afectam cada país, no momento em que empreende um desses Programas.

Entretanto, as posições dos autores dividir-se-iam entre os defensores da primazia da liberalização comercial, os da implementação simultânea de políticas de estabilização e de liberalização comercial, e os adeptos da estabilização como primeira meta.

Importa na verdade salientar que para todos, o verdadeiro desafio era o da minimização dos custos socio-económicos dos PAE's, em economias à partida sofrendo de distorções e de desequilíbrios profundos, como era o caso dos países subsarianos.

Dos defensores da liberalização comercial numa primeira fase, refiram-se as teses de Anne Krueger (1981,1988,1990), cuja condição é de se verificar uma abertura da Balança de Capitais dos P.E.D.'s, permitindo uma sólida injeção de fundos para sustentar os custos das reformas comerciais inseridas no ajustamento³².

Numa posição diametralmente oposta encontra-se Ronald Mckinnon (1982,1984), que defende que as restrições à Balança de Capitais só devem ser retiradas depois das distorções nos sectores de exportação e das restantes indústrias serem eliminadas. Por outras palavras, entende o autor que o afluxo massivo de capitais tendo por efeito uma apreciação da taxa de

³² Cf. EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Banco Mundial, The

câmbio real, dificultará a necessária depreciação cambial que sustenha a competitividade das exportações nacionais, uma vez operada a eliminação das barreiras tarifárias ao comércio externo. Por conseguinte, uma reforma estrutural da Balança Comercial deve ocorrer sem o recurso massivo a capitais estrangeiros³³. E a melhor alternativa será então a de procurar a estabilização macroeconómica numa primeira etapa, traduzida no controlo da inflação, do défice fiscal e subseqüentemente numa taxa de câmbio estável.

2.3.1 - Faseamento das reformas e a condição da sua credibilidade

Devido às alterações estruturais de médio-longo-prazo que os PAE's introduzem, os analistas e os agentes económicos em geral partem com a preocupação de prover à sustentabilidade, melhor dizendo, à credibilidade das medidas quer de estabilização quer de liberalização. Segundo Calvo (1987)³⁴, a liberalização da Balança de Capitais como medida adjuvante da liberalização comercial numa altura em que esta não goza de credibilidade junto dos vários agentes, poderá acarretar custos acrescidos, diminuindo o bem-estar. Na opinião do autor, que descreve um conjunto de relações claras de causa-efeito, o acesso ao financiamento externo por parte dos investidores nacionais, num momento em que estes prevêem possíveis reversões da reforma comercial em curso, leva-os a importar grandes volumes de bens de longa duração em especial, na expectativa do retorno às distorções tarifárias na importação. Como tal, gera-se uma acumulação eventualmente desnecessária de obrigações financeiras com o exterior, cujos custos seriam evitáveis. Calvo assume-se como adepto de PAE's que em economias tradicionalmente marcadas pela instabilidade das esferas de decisão política, mantenham um controlo sobre as transacções de capitais até o pacote de liberalização do comércio externo estar plenamente consolidado, num clima de relativo equilíbrio³⁵.

Refira-se que alguns autores, como Corbo, V. e De Melo, J.(1987) defendem precisamente que se existe um princípio sistematicamente aplicável em ajustamento estrutural nas diferentes economias dos P.E.D.'s, é de que quaisquer medidas concretas e independentemente do seu faseamento, o pacote definido deverá ser consistente e adquirir credibilidade ao longo da sua implementação.

Economic Development Institute, p. 14.

³³ Cf. EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Banco Mundial, The Economic Development Institute, p. 3.

³⁴ CALVO, Guilherme A. (1987), *On the Cost of Temporary Liberalization/Stabilization Experiments*, in M. Connol e C. Gonzalez, ed., *Economic Reform and Stabilization in Latin America*, Edições Praeger, Nova York.

³⁵ Cf. EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Banco Mundial, The Economic

Em síntese, o panorama mundial do ajustamento estrutural até finais da década de 80, levaria as instituições de Bretton Woods a adoptar uma posição mais contundente sobre a ordenação das várias medidas de liberalização e de estabilização macroeconómica, tanto em conformidade com estudos de casos particulares, como com estudos comparativos. Num estudo datado de 1988 ³⁶, patrocinado pelo Banco Mundial sobre as políticas comercial e industrial na Ásia Oriental, as principais conclusões atingidas estão em consonância com a noção de que a economia real deve ter como primeiro alvo as medidas de liberalização, seguindo-se o sector financeiro e a Balança de Capitais. As barreiras ao comércio externo deveriam portanto, ser retiradas antes das que vigoram sobre as transacções de capitais.

2.3.2 - Estabilidade macroeconómica e ajustamento estrutural em economias altamente inflacionárias

Alguns autores enfaticamente distinguem estabilização e ajustamento estrutural. A primeira noção é geralmente associada ao FMI e consagraria as medidas de correcção de desequilíbrios macroeconómicos, designadamente a redução da Despesa Pública e o aumento das taxas de juro. Nesta lógica, o conceito teórico de ajustamento estrutural cai nas responsabilidades do Banco Mundial e refere-se a medidas de longo-prazo como o investimento em capital humano e a desregulamentação dos mercados a favor da iniciativa privada. Tal coadunar-se-ia com a sequência de negociação, em que um acordo com o FMI é normalmente uma condição prévia para a obtenção de um empréstimo do Banco Mundial.

No entanto, ambas as instituições tendem a impôr listas de condições e medidas tão extensas, que a distinção acima mencionada se desvanece. **A própria estabilização requer por vezes medidas que resultam na alteração da estrutura existente, isto é, produzem um ajustamento.** Na verdade, tanto o FMI com o Banco Mundial procuram uma reorientação das políticas de desenvolvimento, de um contexto de preponderância do Estado para o do modelo neoclássico, em que a função do Estado é criar condições para o crescimento da economia de mercado. **Nos últimos anos, tornou-se manifesto que a tentativa de implementação, estritamente independente, de programas de estabilização e de ajustamento estrutural, uns precedendo outros, representa por natureza uma contradição, ou seja, é em muitos casos, senão na maioria, contraproducente .**

Development Institute, p. 6.

³⁶ BHATTACHARYA, A., e LINN, J. (1988), Trade and Industrial Policies in the Developing Countries of East Asia, in World Bank Discussion

Ora num ambiente altamente inflacionário, algumas políticas de estabilização macroeconómica podem contrariar objectivos de liberalização. É o caso da política tendente à desvalorização da taxa de câmbio real, imposta pelo objectivo de proceder a uma liberalização dos mercados. Ora essa política contrasta com a apreciação da moeda potencialmente resultante de programas de estabilização baseados em taxas de câmbio nominais fixas, como forma de ancoragem dos preços domésticos³⁷.

Por outro lado, a eliminação de impostos ao comércio externo integrada num PAE, na medida em que reduz a receita fiscal e como tal exerce pressão no défice orçamental, pode ter efeitos inflacionários que entram inapelavelmente em contradição com programas de estabilização.

Uma terceira incompatibilidade surge à partida nos países altamente endividados que no âmbito de reformas comerciais, empreendem uma desvalorização da taxa real. Com efeito, uma vez que a referida desvalorização agrava o custo real do serviço da dívida externa, o subsequente reflexo no défice público alimenta por sua vez a inflação, prejudicando quaisquer objectivos de estabilização macroeconómica.

Assim, autores como Fischer e Sachs, em trabalhos dos finais dos anos 80 ³⁸, afirmaram que a experiência ditava a necessidade da consolidação da estabilidade macroeconómica para o sucesso de uma posterior reforma comercial. Sem o controlo da inflação, os custos do ajustamento e o risco de uma reversão nas medidas de liberalização será tendencialmente maior. Relembre-se finalmente que se as medidas de estabilização pressupõem um período de implementação e de produção dos seus efeitos nos mercados, as reformas de ajustamento estrutural, nomeadamente a do sistema fiscal e de liberalização do comércio externo, exigem por definição um abordagem de médio-prazo, para uma aferição dos resultados produzidos na economia.

Paper Nº 27.

³⁷ Cf. EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Banco Mundial, The Economic Development Institute, p. 11.

³⁸ Cf. EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Banco Mundial, The Economic Development Institute, pp. 22 e 24.

2.4 - A relevância do lapso entre os instrumentos de política e os seus efeitos, em contexto de ajustamento: o factor *decision lags*

Analisar os efeitos macroeconómicos de reformas de ajustamento estrutural é um exercício cuja coerência depende em parte do lapso decorrido desde a introdução das medidas previstas. Perante os desequilíbrios existentes, os instrumentos de política accionados em resposta exigirão um *timing* para a produção do efeito desejado na economia. Esse fenómeno, apelidado de *outside lag*³⁹, traduz por exemplo, a duração de um processo de reforma do sistema tributário no comércio, em termos das formalidades legais e no modo como o rendimento individual e o investimento são afectados.

Retrata igualmente operações de política monetária que visem condicionar a procura agregada⁴⁰. Se considerarmos uma operação de compra em *open market* pela autoridade monetária, neste caso o estímulo previsível da procura agregada produz-se em várias etapas. Efectivamente, o comportamento da procura é uma função das tendências a prazo do rendimento, das taxas de

juro e de outras variáveis económicas. Ora a operação monetária supracitada, afecta à partida a taxa de juros de curto-prazo e não o rendimento. Da mesma forma, as taxas de juros de curto-prazo, como as dos Títulos da Dívida Pública, afectam as taxas de longo-prazo decorrido um determinado lapso. E estas influenciam o investimento, que por sua vez gera potencialmente acréscimos na procura agregada.

A consideração destes mecanismos de transmissão é pois essencial para a definição dos parâmetros cronológicos de uma análise dos resultados de PAE's.

³⁹ Cf. DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley (1985), *Macroeconomics*, Third Edition, McGraw-Hill, p. 329.

⁴⁰ Cf. DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley (1985), *Macroeconomics*, Third Edition, McGraw-Hill, p. 334.

A existência dos *lags* (ou lapsos) mencionados, que poderemos definir genericamente como aqueles que decorrem entre políticas e reformas de ajustamento, e a consequente performance da economia designadamente ao nível do investimento e do crescimento, explica a posição de analistas do F.M.I., como Susan Schadler, Consultora Sénior do originalmente conhecido Policy Development and Review Department daquela instituição. Segundo esta autora, o F.M.I. deve incentivar políticas que tomem em conta os mecanismos de longo-prazo de transmissão aos e nos mercados. Por outras palavras, os efeitos das reformas no investimento, na poupança e no crescimento devem ser avaliados a partir dos dados de longo-prazo⁴¹.

Veremos pois se uma década de PAE's na África Subsariana produziu alterações estruturais positivas e substanciais no comércio externo e nas economias da região.

2.5 - A visão quantitativa dos Programas de Ajustamento em vigor na África Subsariana

Da gama diversa de Créditos de Ajustamento Estrutural que ao longo de mais de dez anos serviu o esforço da retoma da actividade económica no subcontinente por parte das instituições de Bretton Woods, realçaremos aqui o financiamento da responsabilidade do Banco Mundial, especialmente através da Associação Internacional para o Desenvolvimento (A.I.D.). Importa contudo mencionar de passagem, a importância dos Projectos de Investimento da A.I.D., que sendo alheios aos Créditos de Ajustamento, são um elemento complementar das reformas concebidas nos PAE's à escala global, na medida em que estão vocacionados para a recuperação de sectores e para a concretização de iniciativas travadas por infraestruturas obsoletas ou subutilizadas, bem como para o apoio às reformas dos sectores público e social ⁴².

⁴¹ SCHADLER, Susan (1995), *Can the IMF Help Low-Income Countries: A Reply*, The World Economy, Vol. 18, Nº 4, Blackwell Publishers, p. 624.

⁴² Referente aos serviços públicos de água e sanitários, à educação, à saúde, etc. Cf. WORLD BANK (1997), *IDA in Action 1993-1996 The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, Anexo1, Tabela 5, Sectoral Distribution of IDA Lending Commitments, p. 70.



Dos setenta e nove países com acesso ao financiamento da A.I.D., quarenta e um situam-se na África Subsariana. Devido às taxas de crescimento económico impostas pelo ritmo de expansão da população dos vários países, a região concentra a maior parte das intervenções mundiais da Associação. Rigorosamente, nos períodos A.I.D. 9 e A.I.D. 10, ou seja, nos períodos fiscais 1991-93 e 1994-96, a Associação canalizou respectivamente 40 e 46% do total do seu financiamento para a região⁴³. Entre estes dois períodos, o quantitativo do financiamento diminuiu segundo a A.I.D., devido a insuficiências na performance dos países beneficiários do subcontinente. Objectivamente, a performance de inúmeros beneficiários conheceu melhorias no final do segundo período, mas o abrandamento do crédito tem explicação nos indicadores menos animadores do início do período fiscal, e na postura do Banco Mundial em garantir a prossecução das operações em curso, antes de lançar outras de raiz.

Note-se segundo a A.I.D., que as políticas subjacentes ao período de financiamento conhecido como A.I.D.10, promoveram a continuidade da desregulamentação dos mercados por parte dos governos, em benefício do investimento privado e de um comércio livre⁴⁴.

Apesar da situação retratada, a distribuição regional das intervenções da A.I.D., durante os dois períodos, foi a que indicam as figuras 1.a) e 1 b).

O acréscimo do financiamento da região repartiu-se entre Projectos de Investimento, com destaque para o Gana no Golfo da Guiné, e os créditos de ajustamento, com destaque para os países da Zona Franco, nomeadamente a Costa do Marfim e os Camarões, em particular depois da desvalorização de Janeiro de 1994⁴⁵. Em recentes publicações⁴⁶ a que oportunamente faremos nova alusão, o Banco Mundial tem concluído que no período fiscal 1994-96, a desvalorização do franco CFA e os subsequentes PAE's apoiados pela A.I.D. e pelo F.M.I., reverteram o declínio económico em que a maioria dos países da África Ocidental se encontrava, restaurando o crescimento do PIB e das exportações nacionais a partir de 1996.

⁴³ Cf. WORLD BANK (1997), *IDA in Action 1993-1996 The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, p. XI.

⁴⁴ Cf. WORLD BANK (1997), *IDA in Action 1993-1996 The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, p. 15.

⁴⁵ Sobre esse processo, ver alínea 4.2.2.4.

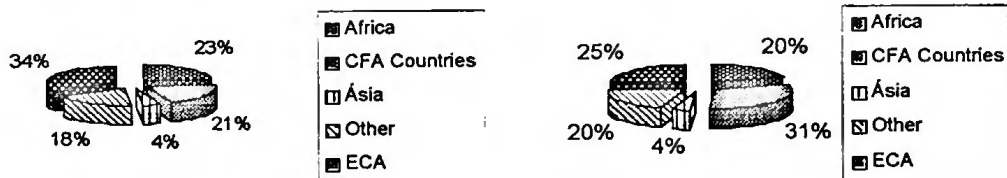
⁴⁶ Especificamente, os Relatórios intitulados *Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead*, Policy Research Report, publicado em 1994, e *A Continent in Transition*, África Region, de Novembro de 1995.

Figura 1 - Distribuição Regional dos Créditos para Ajustamento da A.I.D.

(US\$ milhões)

a) Período Fiscal 91-93 *

b) Período Fiscal 94-96



Fonte: adaptado de World Bank (1997), IDA in Action 1993-1996 – *The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, Table 4.6, pp 62.

Nota: *Exclui 662 US\$ milhões reafectados à Índia após cancelamento prévio de créditos.

ECA: países da Europa e da Ásia Central.

Por outro lado, salienta o papel indispensável da afectação de recursos para os sectores público e privado, no que concerne aos objectivos de retoma.

Nesse sentido, igual ênfase é atribuída aos investimentos na agricultura e nas actividades trabalho-intensivas, bem como no fornecimento dos serviços públicos elementares, incluindo infraestruturas e transportes⁴⁷.

Na verdade, os dados sobre o financiamento por sectores do Banco Mundial na África Subsariana reflectem, em traços gerais, essas preocupações⁴⁸.

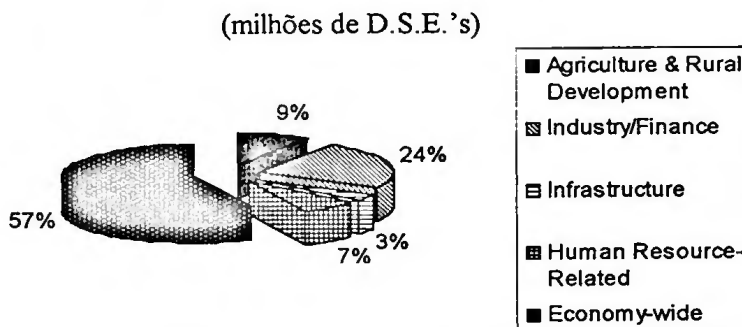
No entanto, quer na implementação das reformas quer no desempenho macroeconómico das economias da região, (em particular no Golfo da Guiné), e quer provavelmente no plano da elaboração dos PAE's, permanecem lacunas fundamentais. Tal é a noção que transmitem os indicadores.

Se nos detivermos na observação dos sectores em que incidiram os créditos de ajustamento da A.I.D. nos períodos A.I.D.9 e A.I.D.10, concluímos que sendo este tipo de financiamento vocacionado essencialmente para o desenvolvimento do tecido produtivo e para as reformas de mercado e financeiras, é lógica a sua actual distribuição por sectores.

⁴⁷ Cf. WORLD BANK (1997), IDA in Action 1993-1996 The Pursuit of Sustained Poverty Reduction, p. 15.

⁴⁸ Ver ANEXO Nº 1.

Figura 2 - Distribuição por sectores dos créditos para ajustamento da A.I.D.



Fonte: adaptado de World Bank (1997), IDA in Action 1993-1996 – *The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, Annex 1 Table A 5, pp 70.

Nota: A categoria Economy wide abrange créditos destinados à conservação do Ambiente, à gestão do Sector Público, etc.

Porém, a situação torna-se paradoxal quando apesar da gama diversa e financeiramente avultada de Projectos de Investimento que a Associação direcciona para o desenvolvimento de infraestruturas e para os sectores sociais e serviços públicos, vitais para o crescimento do comércio e da economia, nos deparamos com dados sobre a estrutura produtiva e sobre as reformas comerciais nos países do subcontinente em geral, e do Golfo da Guiné especificamente, que apesar de estimulantes de há dois anos a esta parte, são ainda relativamente frágeis.

Como veremos neste estudo e em última análise, são os objectivos de crescimento sustentado reclamados pelos PAE's que permanecem em causa.

2.6 - Os Programas de Ajustamento em vigor

Neste sentido, o Banco Mundial em particular tem sustentado a reorientação da Despesa Pública na região subsariana, por intermédio de uma gama diversa de Créditos de Ajustamento e de Projectos de Investimento, vocacionados para uma multitude de sectores e sub-sectores carenciados⁴⁹. Na década de 90, o referido apoio serviu o esforço da diversificação do tecido produtivo daqueles países, visando impulsionar o desenvolvimento da região.

Ora, o Banco esgota actualmente os seus recursos disponíveis para Ajustamento e Projectos de

Investimento, em sectores e iniciativas que enfrentaram estruturas paralizadas, obsoletas ou subutilizadas. No entanto, os Programas de Ajustamento até agora adoptados não afectaram directa e positivamente a exploração da capacidade instalada na região. Consequentemente, não funcionaram como veículo de uma industrialização sustentada das economias receptoras, mesmo tendo em conta que as avaliações de tais operações deverão ser de médio e/ou longo prazo. Globalmente, deve realçar-se que entre 1987 e 1996, os sectores mais beneficiados foram a agricultura, a categoria definida como Multisectores, os transportes e o sector financeiro; no ano fiscal de 1996, do total disponibilizado pela A.I.D., 654,4 US\$ milhões, isto é cerca de 24%, foram destinados a iniciativas para a gestão do sector público. Tendo como referência o padrão de comércio, esta situação indica que não ocorreu uma alteração significativa das economias em questão, dos anos 80 a esta parte. Não será legítimo considerar por enquanto que naquela região se verificou uma *transformação estrutural*.

Verifica-se uma situação paradoxal em que a maioria dos recursos vai ainda para financiamento da modernização de infraestruturas e modernização de indústrias agrícolas associadas a produtos de base de baixo valor acrescentado.

⁴⁹ Ver ANEXO 1.

3 - A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS COMERCIAIS PARA O AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

Apesar das diferenças nos objectivos e nos “timings” das reformas patrocinadas pelo Banco Mundial por um lado e pelo F.M.I. por outro, todas convergem na tentativa de a longo prazo, conduzir os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, ao caminho do crescimento económico sustentado e baseado numa melhoria dos níveis de vida. Como vimos no capítulo anterior, verifica-se igualmente nessas reformas o seu recurso a instrumentos comuns de política macro-económica, nomeadamente nos domínios, cambial e comercial.

As políticas comerciais em contexto de ajustamento estrutural têm sido caracterizadas da seguinte forma: passagem gradual de um sistema geral de controlo das importações para o licenciamento automático e aberto, passando por uma eliminação dos itens sujeitos a licenças de importação; passagem gradual de um controlo não-pautal (com restrições e medidas de efeito equivalente) para um controlo tarifário, e a subsequente redução das taxas efectivas de protecção tarifária; finalmente, a introdução de uma panóplia de incentivos à exportação. Baseando-nos nos dados apresentados em particular no subcapítulo que intitulámos “Liberalização das trocas e a posição da África Subsariana no comércio internacional”, a situação de facto quanto à liberalização comercial e ao concomitante “desarmamento tarifário” dos países em questão.

3.1 - A perspectiva do Banco Mundial

Desde os primórdios dos programas de ajustamento, o Banco Mundial tem concebido as reformas comerciais como “políticas que reduzam o proteccionismo”. Renegando a eficácia das políticas de substituição de importações bem como o cepticismo relativamente às estratégias de exportação de produtos de base, reiterou sempre a ideia de que “o que interessa não é a rapidez com que um país se pode industrializar e sim o modo como devem ser planeados os incentivos e as políticas a fim de que novas indústrias possam contribuir ao máximo para o desenvolvimento do país”.⁵⁰ Aliás, não menos tem reconhecido os benefícios da exportação de produtos agrícolas e matérias-primas, em determinadas fases, para o desenvolvimento de países como os da O.P.E.P., ou o Canadá, a Austrália, a Malásia e a Costa do Marfim. Relembre-se que na concepção do ajustamento imperam os objectivos de curto e médio prazo, de eliminar as distorções nos vários mercados e de restaurar o equilíbrio macro-económico. Ora nesse sentido, o Banco tem colocado grande ênfase nas necessidades de estabelecer uma eficaz estrutura de preços e de incentivos, de proceder a uma racional privatização do sector público, e de desenvolver estratégias de exportação. Para o caso dos países em vias de desenvolvimento, o Banco Mundial tem mesmo defendido de forma intransigente os ganhos potenciais da concorrência num regime económico plenamente aberto, ao nível das economias de escala e de custos, da inovação e da qualidade.

No início dos anos 80, o banco acreditava portanto em políticas macroeconómicas fundadas na exploração das vantagens comparativas dos países subsarianos, e na ideia de que o comércio acabaria por trazer uma melhoria generalizada dos seus níveis de vida, assumindo que os salários dessas economias abundantes em trabalho tenderiam a aproximar-se dos dos parceiros internacionais.

Em suma, o comércio livre foi considerado um factor de eficiência e de optimização na afectação de recursos. Paralelamente, o Banco daria igual relevância aos fluxos de capital e à disseminação da tecnologia, inspirando-se nas teses de autores como Stuart Mill.⁵¹

Mas ao contrário, em meados da década, agravavam-se as tendências conjunturais no tocante aos P.E.D.'s e mais concretamente à África Subsariana, da queda dos preços das matérias-primas à recessão nos países industrializados. De tal forma que por essa altura, a tese de

⁵⁰ Cf. Banco Mundial (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, pp. 2-3.

⁵¹ Cf. Mill, Stuart John (1848) – in *Principles of Political Economy*, p. 96.

Prebisch-Singer sobre a evolução dos termos de troca dos P.E.D.'s, ganhou novo vigor entre os analistas.

As receitas de exportações da região caíam consideravelmente, e a sua dívida externa tornava-se insustentável.

Perante esse cenário, e por influência dos seus principais países e entidades financiadoras, tanto o Banco Mundial como o F.M.I. encararam as reformas comerciais previstas nas suas intervenções junto dos P.E.D.'s, como dependentes da eliminação das mais diversas formas de protecção por parte dos governos locais. Nas suas publicações⁵², o Banco Mundial dedicava abundante literatura às diversas estratégias de liberalização que considerava urgentes, e às “ameaças do protecçãoismo”, no âmbito dos P.E.D.'s. Alertava para além do mais, para a persistência de um grau de protecçãoismo não-pautal e para uma ineficiência fiscal que nesses países causava inflação e uma inércia industrial que não respondia às alterações mundiais nas vantagens comparativas⁵³.

No seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1987⁵⁴, insistia com veemência na necessidade das reformas comerciais serem levadas a cabo na base de um sério compromisso político por parte das autoridades locais, por forma a garantir a sua credibilidade, assim como seriam indispensáveis políticas estáveis, “com o objectivo de reduzir a inflação e evitar a apreciação da moeda.”

Simultaneamente, reconhecia a importância do seu papel como patrocinador das reformas, e o facto de que estas são um elemento importante do ajustamento a médio prazo. No texto do mencionado Relatório, lê-se a esse propósito: “Conquanto o objectivo final seja conseguir um crescimento constante compatível com os recursos disponíveis (inclusivé financiamento externo), só a médio prazo é possível atingir essa meta. Por isso, os programas de ajustamento concentram-se principalmente no contexto de políticas necessário à obtenção do crescimento sustentável a médio prazo. Isto quer dizer também que as reformas devem ser apoiadas durante vários anos por uma série de operações de empréstimo do Banco.”⁵⁵

⁵² Cf. Banco Mundial (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, cap. 5, Política de comércio externo e industrialização.

⁵³ Cf. ANEXO Nº 2.

⁵⁴ Cf. Banco Mundial (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, p. 9.

⁵⁵ Cf. Banco Mundial (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, p. 34.

Finalmente, há precisamente dez anos atrás, nesse mesmo Relatório, após uma discussão relativamente exaustiva das estratégias comerciais alternativas⁵⁶ e do desempenho económico nos P.E.D.'s, o Banco admitia igualmente que a experiência impunha um ritmo gradual para as reformas dos países com maiores défices e menos competitivos à escala internacional.

Mas de qualquer forma, nos finais da década passada, o Banco entendia que a melhor opção para os P.E.D.'s seria uma estratégia voltada para fora, mesmo perante as barreiras não-pautais eventualmente praticadas pelos países industrializados. Aliás, previa o Banco que quanto mais os P.E.D.'s prolongassem uma política de restrição das suas importações e de subsídios à exportação, mais a reacção dos seus parceiros mundiais se faria sentir.

Nesse sentido, concluía que reformas firmes e decisivas haviam granjeado maior credibilidade e eram mais sustentáveis do que reformas mais tímidas⁵⁷.

Assim, o Banco recomendava uma política de “liberalização das importações aliada à desvalorização da moeda, em vez de protecção compensado por subsídios à exportação”, citando o exemplo consumado da Coreia do Sul e as orientações do Brasil e do México a esse nível⁵⁸.

Mas infelizmente, como veremos, os dados actuais confirmam que a liberalização comercial das economias subsarianas, apesar das reduções na tributação e do aumento do seu volume de transacções registado nos últimos dois a três anos, é ainda demasiado incipiente quando comparada com a dos seus parceiros internacionais.

⁵⁶ Sobre as políticas industriais e comerciais dos países da África Ocidental, ver também WALLACE, Olusegun R. S. (1989), *Structural Adjustment: The case of West Africa*, in The IMF, the World Bank and the African Debt, Volume 1- The Economic Impact, editado por Bade Onimode, Zed Books Ltd, pp. 206-208.

⁵⁷ Cf. Banco Mundial (1987), Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, p. 113.

⁵⁸ Cf. Banco Mundial (1987), Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, p. 95.

3.2 - A perspectiva do F.M.I.

No âmbito das suas Facilidades para Ajustamento Estrutural, o F.M.I. preconizou a partir de meados da década de 80, políticas macroeconómicas cuja vertente comercial é comum à dos PAE's do Banco Mundial, na medida em que pressupõem a abertura ao comércio externo e em particular a liberalização das importações, como um veículo da concorrência e da afectação de recursos mais eficaz. De facto, nas suas mais recentes referências à política comercial dos P.E.D.'s, o F.M.I. insiste na importância do reforço da eliminação das barreiras ao comércio como integrando a mais recomendável estratégia de industrialização. No caso do continente africano, segundo o Fundo, a reforma da tributação no comércio deve ainda ser aprofundada⁵⁹.

Mas actualmente, trata-se de uma orientação que não é alheia a uma certa controvérsia. Entre os críticos da insistência do F.M.I. nesse aprofundamento, sobressai o argumento de que os principais parceiros comerciais das economias subsarianas oferecem neste momento poucas garantias de um acesso das exportações da região aos seus mercados, sem restrições (formais ou informais). Por outras palavras, importa reter que muitos analistas subsarianos entendem que só será legítimo esperar “esforços” macroeconómicos acrescidos por parte do subcontinente, na senda da liberalização das importações (especialmente), quando se provar a prazo que a tendência para a organização dos países industrializados em blocos comerciais regionais (U.E., N.A.F.T.A.), não constitui mais uma barreira aos produtos africanos⁶⁰.

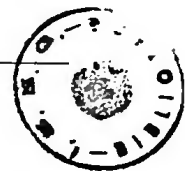
O próprio F.M.I., no seu Relatório Anual de 1993, sublinhava a preocupação manifestada pela generalidade das partes na Ronda Negocial do Uruguay, em evitar que a integração regional nos países industrializados venha a acentuar e/ou a criar obstáculos ao acesso dos P.E.D.'s e das economias em transição, aos mercados globais⁶¹.

Vejamos com base nos indicadores, qual o grau de abertura das economias subsarianas no presente, as condições de acesso das suas exportações aos mercados dos seus tradicionais parceiros comerciais, e a política que estes prosseguem a esse respeito.

⁵⁹ Cf. INTERNACIONAL MONETARY FUND (1993), Annual Report, p. 14.

⁶⁰ Cf. MLAMBO, A. S. (1995), Towards an Analysis of IMF Structural Adjustment Programs in Sub-Saharan Africa (SSA): The case of Zimbabwe 1990-94, in *Africa Development*, Vol. XX, N° 2, p. 84.

⁶¹ Cf. INTERNACIONAL MONETARY FUND (1993), Annual Report, p. 19.



3.3 - Liberalização das trocas e a posição da África Subsariana no comércio internacional

3.3.1 O acesso aos mercados internacionais

Entre 1955 e 1990, a quota-parte das exportações da África Subsariana nas exportações mundiais diminuiu de 3,1 para 1,2 %, segundo dados da C.N.U.C.E.D. de 1993 ⁶². A parcela do continente africano no comércio internacional é particularmente reduzida, mesmo em comparação com outras zonas em desenvolvimento. Segundo dados de Ng e Yeats de 1996, a percentagem média das importações dos países da O.C.D.E., representada pelo conjunto dos trinta principais produtos não-petrolíferos provenientes de África, diminuiu entre os triénios 1962-64 e 1991-93, de 20,8 para 9,7, respectivamente⁶³. São sobretudo os produtos do subsolo, cujas exportações africanas corresponderam em 1992 a 49 mil milhões US\$, ou seja à segunda posição mundial na categoria a seguir ao Médio Oriente⁶⁴, que mantêm ou aumentam as suas quotas de mercado. A esse respeito, duas interpretações têm surgido entre os analistas: uma primeira, segundo a qual a origem deste declínio reside no grau de protecção por parte dos países industrializados. Uma segunda, que identifica as causas do problema com a ineficácia das políticas comerciais dos países em questão.

Assim, coloca-se a dupla questão de saber até que ponto existem hoje, nos mercados internacionais, barreiras aos produtos oriundos daquele subcontinente, e qual a real abertura ao comércio externo apresentado pelas economias subsarianas.

O acesso dos produtos oriundos da África Subsariana aos mercados dos seus parceiros industrializados é formalmente favorável, e realiza-se ao abrigo ora das preferências concedidas pela União Europeia no âmbito da Convenção de Lomé, ora do Sistema Generalizado de Preferências (S.G.P.), criado pela segunda C.N.U.C.E.D., em Nova Deli, e consignado após derrogação do Artigo I do G.A.T.T., relativo à regra da reciprocidade, em Junho de 1971 ⁶⁵.

⁶² Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. V.

⁶³ Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, Apêndice, Tabela A.2, pp. 26-27.

⁶⁴ Cf. VADCAR, Corine (1995), *La constitution de zones de libre-échange et l' Afrique, Afrique Contemporaine*, Nº 175, 3º Trimestre, p. 36.

⁶⁵ Sobre o S.G.P., ver MEDEIROS, Raposo Eduardo (1988), *O Sistema Comercial Internacional – Factores e Técnicas de Intervenção (Um Quadro Geral Metodológico)*, I.S.C.S.P., Lisboa, Cap. V, pp. 315-339.

Na tabela que expomos em seguida, estão os dados da média da tarifa aplicada pelos países da O.C.D.E. às exportações subsarianas, consideradas as várias preferências.

Tabela 1 - Tarifas da O.C.D.E. sobre as exportações não-petrolíferas do Golfo da Guiné
(valores em %)

País de Origem	Média da OCDE		União Europeia		Estados Unidos	
	Tarifa Africana	Margem Preferencial ^a	Tarifa Africana	Margem Preferencial ^a	Tarifa Africana	Margem Preferencial ^a
Benim
Camarões	0,4	-2,5	0,1	-2,8	2,1	-1,1
C. Marfim	0,7	-3,1	0,3	-3,3	3,3	-2,0
Gabão	0,6	-2,0	0,0	-2,7	2,9	0,7
Gana	1,0	-2,2	0,1	-3,1	2,6	-0,9
Guiné-Bissau
Guiné-Conakry	0,6	-3,3	0,0	-2,9	1,9	-1,0
Guiné-Equatorial
Libéria	0,6	-1,7	0,3	-1,9	2,5	-1,1
Nigéria	2,7	-0,9	0,1	-2,6	5,2	0,7
Serra Leoa	0,5	-3,1	0,0	-4,0	2,3	-0,2
São-T. e Pr.
Togo	0,3	-2,8	0,2	-2,8	0,2	-2,8
Por memória						
Coreia	6,0	0,6	7,8	4,2	7,1	0,7
Taiwan	6,1	0,9	7,5	4,0	6,8	0,7

Fonte: BANCO MUNDIAL - C.N.U.C.E.D. Sistema SMART (Software for Market Analysis and Restrictions to Trade). Adaptado de YEATS, Alexander J., AMJADI, Azita, REINCKE, Ulrich e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Rationalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série Directions in Development, pp. 5-6

Nota: Os dados são médias não-ponderadas das tarifas pré-Uruguay Round.

^a margem preferencial (em pontos percentuais) da tarifa de que o país usufrui, por comparação com outros exportadores do mesmo(s) produto(s). Um valor negativo indica que o país paga uma tarifa média mais baixa que os outros exportadores.

Segundo os dados, a União Europeia aplica aos produtos do Golfo da Guiné, uma tarifa média que oscila entre 0 e 0,3%, sendo que as margens preferenciais variam em média, de 2 a 4%, o que representa um grau de tributação aparentemente mais favorável do que aquele que incide sobre os N.P.I.'s da Ásia Oriental.

Relativamente à política dos E.U.A. nesta matéria, importa salientar que a tarifa média que aplicam às exportações subsarianas é sensivelmente mais pesada que a da U.E.. Os sectores de exportação de têxteis foram os mais afectados, apesar da sua importância no processo de industrialização de diversos países, entre os quais alguns classificados pelas Nações Unidas como

“menos desenvolvidos”⁶⁶. Os regimes preferenciais de comércio acordados com países como o Canadá e Israel, reduzem igualmente a margem de penetração dos produtos subsarianos no mercado norte-americano.

Por outro lado, os diferenciais tarifários são ainda menos favoráveis aos países membros da O.P.E.P., como o Gabão e a Nigéria⁶⁷, uma vez que a legislação dos E.U.A. não lhes aplicou o tratamento previsto no âmbito do S.G.P..

Em contraste, a **tarifa média adoptada pela O.C.D.E. no seu global**, foi mais permissiva com as exportações subsarianas e do Golfo da Guiné neste caso, do que com outros exportadores.

Mas o acesso dos produtos subsarianos aos mercados internacionais é ainda restringido pelo comércio regional de carácter preferencial entre os membros da O.C.D.E.. Globalmente, o comércio realizado nesses termos, entre os países mencionados, abrange cerca de metade do comércio mundial de manufacturas. Entre os acordos e associações de comércio livre ou em regime preferencial, destacam-se os que vigoram entre a E.F.T.A. e a U.E., entre a Austrália e a Nova Zelândia, e ao nível da N.A.F.T.A. Assim, alguns dos produtos cruciais na industrialização dos países da África Subsariana, e excluídos dos regimes de tratamento preferencial consagrados pelo S.G.P. e pela Convenção de Lomé, são potencialmente colocados numa posição desvantajosa no plano mundial, pelos acordos e associações acima referidos. De facto, produtos trabalho-intensivos como os têxteis e o vestuário, importantes no processo de transformação dos NPI's e com elevado potencial nas economias subsarianas, encontram-se ainda hoje fora do regime preferencial adoptado por importantes parceiros comerciais como os E.U.A.⁶⁸. Aliás, a disparidade dos regimes aplicados pelos países outorgantes a título unilateral mas em nome do S.G.P., é em si um elemento limitativo para países como os do Golfo da Guiné, muito dependentes do seu comércio externo com aqueles países ditos “dadores”⁶⁹.

Igualmente restrictivas são ainda as regras de origem, cujo princípio da fabricação num só país, ao invés de uma regra de aplicação regional e uniforme, impede maiores progressos na integração

⁶⁶ Na sua maioria, situam-se no continente africano. Do conjunto seleccionado neste estudo, somente não figuram os Camarões, a Costa do Marfim, o Gabão, o Gana e a Nigéria.

⁶⁷ A tarifa média aplicada no mercado norte-americano a estes dois países, segundo a Tabela Nº1, era de 2,9 e 5,2%, respectivamente.

⁶⁸ Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 8.

⁶⁹ Segundo a terminologia de MEDEIROS, Raposo Eduardo (1988), *O Sistema Comercial Internacional – Factores e Técnicas de Intervenção* (Um Quadro Geral Metodológico), I.S.C.S.P., Lisboa, Cap. V, p. 337.

industrial no subcontinente africano que tratamos⁷⁰. Para além desse entrave, os critérios de determinação da origem dos produtos manufacturados definidos na Convenção de Lomé, restringem o acesso ao(s) mercado(s) da U.E., se bem que na sequência da ronda negocial de Lomé IV, se tenha previsto um acesso preferencial para os produtos cujo valor acrescentado num país A.C.P. corresponda a pelo menos 45% do valor do produto final, não representando um prejuízo para a indústria europeia⁷¹.

Com relação às diferentes cotas aplicadas no âmbito do comércio intra-O.C.D.E. e do comércio com P.V.D.'s, economistas como A. Yeats⁷², com responsabilidades no Banco Mundial, reconhecem presentemente o efeito de exclusão ainda exercido sobre as exportações da região subsariana.

Relembre-se que foi neste contexto de concorrência imperfeita e de alterações constantes nos padrões de produção e de consumo, decorrentes do próprio fenómeno da globalização económica, que o Banco Mundial insistiu na necessidade de maior acesso dos produtos dos P.E.D.'s, e de uma maior abertura destes países ao comércio internacional.

Contudo, perante as dificuldades de penetração encontradas até agora nos mercados mundiais, os governos da África Subsariana optaram por uma estratégia comercial mais defensiva, cujos resultados são por sua vez insatisfatórios, segundo os dados de que dispomos.

Efectivamente, a liberalização comercial levada a cabo pelas autoridades nacionais da região, caracteriza-se sobretudo por uma eliminação dos direitos aduaneiros na exportação, sem a correspondente política ao nível das importações⁷³. Apesar da escassez das estatísticas dos impostos ao comércio externo dos países subsarianos em geral, é bem patente o contraste entre a liberalização das exportações, essa sendo notória, e a das importações, muito menos pronunciada, embora o Banco Mundial se tivesse proposto em meados da década de 80, fomentar a plena desregulamentação das trocas por parte daquelas economias, a bem da sua industrialização.

Façamos nesta altura a síntese das barreiras não-tarifárias vigentes entre essas últimas e os seus parceiros comerciais da O.C.D.E., tendo em vista os danos comerciais e económicos que implicam teoricamente para as várias partes, e em particular, para o Golfo da Guiné.

⁷⁰ Cf. MEDEIROS, Raposo Eduardo (1988), *O Sistema Comercial Internacional – Factores e Técnicas de Intervenção (Um Quadro Geral Metodológico)*, I.S.C.S.P., Lisboa, Cap. V, p. 336.

⁷¹ Cf. EL-AGRAA, Ali M. (1994), *The Economics of the European Community*, Harvester Wheatsheaf, Fourth Edition, p. 486.

⁷² Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 8.

⁷³ Ver ANEXO Nº 3.1.

3.3.2 As barreiras não-tarifárias ao comércio entre os países subsarianos e os seus parceiros da O.C.D.E.

Segundo dados de 1992, o proteccionismo não-tarifário dos países da O.C.D.E que recai sobre as importações provenientes dos países subsarianos, é menos oneroso do que aquele que afecta as importações com origem nos restantes P.E.D.'s⁷⁴. Apenas cerca de 11% das exportações subsarianas de produtos não-derivados do petróleo encontram BNT's, enquanto que a proporção é de 17% para todos os P.E.D.'s. Recorde-se a esse propósito que a maioria dos produtos têxteis e de vestuário dos países subsarianos não estão sujeitos às restrições do Acordo Multi-Fibras, excepto os casos da ilhas Maurícias e do Quênia, cujos têxteis são submetidos a cotas no mercado norte-americano. Somente 19% das exportações de têxteis da África Subsariana enfrentam BNT's. A taxa de cobertura dessas barreiras em relação aos produtos de vestuário da região é de cerca de 45%, ao passo que para os P.E.D.'s no seu global, é de 62,5%⁷⁵.

Actualmente, as perspectivas de redução do impacte das BNT's sobre o comércio do subcontinente são mais optimistas, na medida em que a liberalização estipulada no âmbito da O.M.C. abrange os sectores agrícola e têxtil. Essa passa pela conversão dos obstáculos não-pautais aos produtos agrícolas, em direitos *ad valorem* ou em tarifas específicas, cuja redução total foi agendada para um período de seis anos a contar da data de entrada em vigor da O.M.C.⁷⁶. No que toca aos países subsarianos, o compromisso firmado pelas partes sobre uma redução dos subsídios à exportação, a par da eliminação gradual das BNT's, poderá contribuir para uma estabilização dos preços nos mercados internacionais de produtos agrícolas.

Também o Acordo sobre os Têxteis e o Vestuário estabelecido no Uruguay Round prevê a eliminação de todas as medidas típicas do A.M.F., isto é, todos os obstáculos não-pautais, restrições quantitativas e medidas equivalentes, num prazo de dez anos⁷⁷.

Para uma estimativa do impacte das BNT's sobre a competitividade e o acesso das exportações subsarianas aos mercados mundiais, no pós-Uruguay Round, devemos levar em conta que à partida e tanto quanto indicam os dados apresentados, o referido acesso era mais facilitado do que para o conjunto dos P.E.D.'s.

⁷⁴ Ver ANEXO.Nº4

⁷⁵ Ver ANEXO Nº4

⁷⁶ Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 13.

⁷⁷ Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 13.

Amjadi e Yeats procuraram em 1995 calcular a correspondente taxa de cobertura no pós-Uruguay Round, classificando os países subsarianos em quatro grupos, consoante a respectiva taxa verificada anteriormente à ronda negocial⁷⁸. No seu global, os resultados que obtiveram levam-nos a destacar o facto de que a parcela das exportações subsarianas não-petrolíferas afectada por BNT's, deverá diminuir no prazo previsto, de cerca de 11 para 3% do total. Mas, se os dados registados sugerem que a taxa de cobertura dos obstáculos não-pautais que incidia sobre aquelas exportações, era já diminuta se comparada com as taxas para os restantes P.E.D.'s e para os próprios membros da O.C.D.E., então não se podem prever grandes alterações por essa via "exógena", nos mercados dos países subsarianos, especialmente nos cinco países do Golfo da Guiné que assinalámos, por estarem sujeitos a uma taxa de cobertura inferior a 0,5% do total das suas exportações⁷⁹.

Porém, devemos lembrar-nos que a eliminação das BNT's é um compromisso político em que os países da O.C.D.E. implicitamente esperam a contrapartida da remoção dos impostos na importação, por parte dos seus parceiros subsarianos. Ora como vimos, os progressos nessa matéria têm sido incipientes, apesar dos esforços datantes dos últimos anos⁸⁰.

Ao nível das BNT's, assistimos a uma divergência nas aparentes orientações sobre a política comercial mais eficaz, entre os analistas das instituições de Bretton Woods, por um lado, e as autoridades nacionais da região, por outro. A título de exemplo, refira-se a posição marcada em 1995 pelo economista do Banco Mundial, Asad Alam, que defende o reforço da liberalização comercial para os P.E.D.'s mesmo em contexto de concorrência imperfeita⁸¹. Autores como Ng e Yeats, apontam para a pressão exercida pelos obstáculos pautais e não-pautais praticados nos P.E.D.'s, sobre os preços na importação de inputs vitais para as indústrias de manufacturas locais. Esse constituiria um factor de retração do investimento e de diminuição da capacidade de competir nos mercados mundiais⁸².

⁷⁸ Ver ANEXO. Nº 5.

⁷⁹ São eles a Guiné Equatorial, o Gana, a Guiné Conakry, a Libéria, a Serra Leoa e o Togo.

⁸⁰ Cf. ANEXO Nº 3.1.

⁸¹ Cf. ALAM, Asad (1995), *The New Trade Theory and its Relevance to the Trade Policies of Developing Countries*, in *The World Economy*, editada por David Greenaway e John Whalley, Blackwell Publishers, Vol. 18, Nº 3, pp. 383-384.

⁸² Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 21.

Tabela 2 - Barreiras à importação em África e nos países com índices mais elevados de crescimento de exportações de não-derivados do petróleo

Exportador	Tarifas ^a (%)	Total de encargos na importação ^a (%)	Taxa de cobertura das BNT's ^a
África Subsariana †	26,8	33,4	34,1
África de Rendimento Baixo	28,6	34,3	40,6
África de Rendimento Médio	20,9	30,1	12,5
Exportadores com índices mais elevados ‡	8,7	11,1	3,7
Rep. da Coreia	11,1	12,3	2,6
Singapura	0,4	0,4	0,3
Arábia Saudita	12,1	12,1	3,9
Taiwan	9,7	9,7	11,2
Tailândia	8,5	8,5	5,5
Malásia	12,8	17,6	2,1
Indonésia	17,0	20,1	2,7
México	13,4	16,9	3,9
Hong Kong	0,0	0,0	0,5
Países fora da O.C.D.E. de Elevado Rendimento	3,4	3,4	4,0
Países da O.C.D.E.	6,1	6,1	3,8 *

Fonte: C.N.U.C.E.D., 1987, 1994; G.A.T.T./O.M.C., *Trade Policy Review Mechanism Reports*, várias edições. Adaptado de YEATS, Alexander J., AMJADI, Azita, REINCKE, Ulrich e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série Directions in Development, p. 23

Nota: ^a - média não-ponderada; † - países cujo crescimento de exportações não-petrolíferas nos períodos 1962-64 e 1992-94, foi superior ao verificado no comércio mundial, em pelo menos 1 %;

‡ - Designam-se todos os países do continente africano excepto a Argélia, Marrocos, a Tunísia, o Egipto, a Líbia, o Sudão e a República da África do Sul; * - valor que reflecte a eliminação de BNT's pelos países da O.C.D.E., no âmbito do Uruguay Round

Mas como veremos, para além da escassa eliminação dos impostos na importação pelos países subsarianos, a desregulamentação que operaram quanto às BNT's ao seu comércio externo não foi uniforme até meados da década de 90.

Na tabela 2, estão patentes os dados comparativos sobre as barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas pelos países da África Subsariana e pelas economias com maior taxa de crescimento de exportações de produtos não-petrolíferos.

É evidente a diferença no grau de protecção comercial registado pelos países da África Subsariana, da O.C.D.E. e dos países com o índice de crescimento de exportações não-petrolíferas mais elevado. As barreiras tarifárias ao comércio externo aplicadas pelos países africanos cifram-se numa média de 26,8 % do total das suas importações, equivalente a cerca do triplo da média dos países com índices de crescimento de exportações de não-petrolíferos mais elevados, ao quádruplo da média da O.C.D.E..

Para além do mais, a discrepância tornou-se maior com as reduções de obstáculos pautais estipuladas no Uruguay Round. O proteccionismo actualmente exercido na importação por parte dos Estados da África Subsariana explica em parte a lentidão daquelas economias em incentivar o seu investimento privado, em diversificar a sua produção, com índices de formação de capital razoáveis.

E no que concerne ao recurso a BNT's registado nessa região, a situação apresenta-se mais séria, tendo em vista que mais de 1/3 do total das importações subsarianas⁸³ está sujeito à aplicação de BNT's pelos governos locais, numa proporção superior em cerca de nove vezes ao que ocorre nos países com elevados índices de crescimento de exportações de não-petrolíferos⁸⁴, e em cerca de treze vezes no caso dos países de rendimento elevado não abrangido pela O.C.D.E..

A prática de cotas, restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente a estas restrições, inibe certamente o acesso por parte de produtores e consumidores dos mercados subsarianos a técnicas produtivas mais sofisticadas e a novos produtos, o que origina custos incontestáveis para a diversificação das exportações da região, e por conseguinte para a sua competitividade nos mercados mundiais. Nesse sentido, a política comercial dos governos locais carece de revisão, na base de uma perspectiva de longo-prazo, passando por reformas fiscais eficazes, mas necessariamente e também, passando por uma maior liberalização nas importações.

⁸³ No caso dos países subsarianos de rendimento baixo, o valor é de 40,6% do total, de acordo com a tabela Nº 2..

⁸⁴ A tabela indica de facto 3,7% do total das importações sujeitos a BNT's, nesses países.

No entanto, a explicação para a renitência dos governos subsarianos em aprofundar as reformas comerciais, em particular removendo todas as barreiras à importação, deve-se em parte a uma reacção sistemática às sucessivas derrogações unilaterais de estados e organizações⁸⁵, relativamente às regras estabelecidas. A par da natureza aleatória da aplicação de regras de origem e de cláusulas de salvaguarda por parte dos seus parceiros comerciais, os países subsarianos temem pelo impacte futuro das BNT's no acesso das suas exportações aos mercados internacionais, justamente na sequência do Uruguay Round. Por outras palavras, defrontam-se com o risco de implementação de novas medidas proteccionistas não-pautais por parte dos seus parceiros da O.C.D.E., nomeadamente medidas de anti-dumping ou de salvaguarda, numa tentativa de contornar os compromissos assumidos ao nível da O.M.C. Mas importa salientar que o risco é igualmente elevado enquanto as importações nos mercados subsarianos não sofrerem uma liberalização definitiva.

A respeito dos instrumentos da liberalização comercial nos P.E.D.'s nos nossos dias, R. Dornbusch (1992), distingue peremptoriamente dois cenários prováveis: o primeiro traduziria a adopção de um **protecçãoismo selectivo** que permita o desenvolvimento das indústrias nascentes locais, sem anular radicalmente a fonte de receitas fiscais do comércio externo. Citando casos de sucesso em políticas de industrialização no período 1965-80, como a Coreia do Sul, o Japão e o Brasil, o autor prontamente condiciona a eficácia de tal política a três elementos concretos. São eles um regime comercial suficientemente selectivo para que os produtores nacionais não percam o acesso aos bens intermédios e de capital importados, uma política cambial que garanta a estabilidade (a prazo) de preços e salários, isto é, do poder de compra, e por fim, o **acesso ao crédito externo, para atenuar os custos socioeconómicos iniciais das reformas**. Segundo Dornbusch, **o segundo cenário possível será o caso dos países incapazes de levar a cabo uma política cambial eficaz em contexto de défices na Balança de Pagamentos**. A desvalorização e subsequente estabilização da taxa de câmbio, se bem que imperativa, implica numa primeira fase uma redução do salário real, ou seja do poder de compra, o que pode tornar-se grave se não forem accionados mecanismos de compensação para as perdas de receita pública e de investimento na produção nacional, provocadas pela liberalização das importações (nas palavras do autor, trata-se da eliminação global do protecçãoismo), e pela entrada de produtos estrangeiros mais interessantes na diversidade e no preço, do ponto de vista

⁸⁵ Entenda-se organizações como Acordos regionais de comércio, etc.

dos consumidores nacionais. Entende o autor que nesse cenário, e perante uma previsível escassez de divisas, resta ao país optar por uma liberalização comercial mais gradual⁸⁶.

Claramente, algo falha ainda na tentativa partilhada pelos governos nacionais da África Subsariana e pelas instituições de Bretton Woods, de definir um esquema eficaz de liberalização comercial no âmbito do ajustamento das economias do subcontinente. Como parecem pouco consequentes as opções estratégicas tomadas pelas autoridades subsarianas, o Banco Mundial manifesta a expectativa de que as reformas sejam reforçadas.

Até à conclusão desse processo, algumas medidas de incentivo à própria liberalização por parte dos países subsarianos, têm sido recomendadas aos países membros da O.C.D.E., por diversos autores. Do seu conjunto, destacaremos a possibilidade de alargamento das preferências estabelecidas sem limitação de cotas pelo S.G.P., a produtos agrícolas entendidos como essenciais no desenvolvimento dos exportadores. Relembre-se que no Uruguay Round foi decidida a conversão das barreiras aos produtos agrícolas em tarifas, no intuito de dissuadir a prática de obstáculos não-pautais ao comércio. Finalmente, sublinharemos a importância futura de uma actualização documental das BNT's permanentes após as resoluções do Uruguay Round, na medida em que tenham um peso sobre as exportações da África Subsariana, por exemplo, no caso dos produtos das pescas e da energia. Tanto as medidas de incentivo como as que visam uma supervisão mais eficaz do cumprimento das novas regras, contribuem em princípio para maiores fluxos comerciais entre as várias partes, e para um empenho renovado das autoridades subsarianas no sentido da abertura ao exterior⁸⁷.

⁸⁶ Cf. DORNBUSCH, Rudiger (1992), in *The Case for Trade Liberalization in Developing Countries*, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 6, Nº 1, p. 83.

⁸⁷ Cf. YEATS, Alexander J., e AZITA, Amjadi, REINCKE, Ulrich, e NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade?*, Banco Mundial, Série: Directions in Development, Washington, p. 15.



4 - AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E COMÉRCIO NO GOLFO DA GUINÉ: O PANORAMA ACTUAL

Como é conhecido, a conjuntura económica mundial a partir dos anos 80 originou uma redução generalizada do peso das exportações dos P.E.D.'s⁸⁸ no comércio mundial, pelos valores actuais. As principais causas apontadas para essa situação são também consensualmente identificadas, destacando-se os dois períodos de recessão global de 1980 a 1983, e de 1991 a 1993, sendo que o crescimento económico entretanto abrandou à escala planetária. A deterioração dos termos de troca dos países menos desenvolvidos, com a queda dos preços das suas exportações, e o recrudescimento do proteccionismo ou desenvolvimento do neo-proteccionismo por parte dos países desenvolvidos, são factores não menos apontados para a explicação da situação actual. Para além destes, refere-se sistematicamente a crise da dívida externa dos países menos desenvolvidos e da esmagadora maioria dos P.E.D.'s, que por sua vez levou esses países a medidas comerciais restrictivas, com especial incidência nas importações, no âmbito de políticas fiscais e monetárias de austeridade.

No entanto, a informação fornecida pelos dados agregados mais recentes do comércio externo dos países da África Subsariana tem ocasionado interpretações optimistas do impacte das políticas preconizadas no âmbito do Ajustamento Estrutural sobre as economias da região, quer por parte do Banco Mundial, quer por parte de alguns quadrantes nas autoridades nacionais. Como referimos anteriormente, o tratamento estatístico e as correlações estabelecidas entre volumes, indicadores e a estrutura produtiva das economias, permite análises diferentes das performances dos vários países, em particular quando efectuadas numa perspectiva de desenvolvimento económico e social.

Em termos absolutos, a partir de meados da década de 90, os dados do comércio externo dos países da região objecto do nosso estudo, indicam um aumento em volume, sendo que o conjunto empreendeu Programas de Ajustamento Estrutural entre 1986 e 1989⁸⁹.

⁸⁸ Em particular os países menos desenvolvidos, de baixo rendimento.

⁸⁹ No caso dos treze países do Golfo da Guiné que seleccionámos para esta dissertação.

Quadro 1 - África Subsariana - Balança de Transacções Correntes

(US\$ milhões)

	Exportações de Bens e Serviços		Importações de Bens e Serviços		Saldo	
	1980	1994	1980	1994	1980	1994
África Subsariana	91 798	79 026	96 504	100 724	- 4 706	- 21 698
Benim	241	405	428	518	- 187	- 113
Camarões	1 828	2 210	2 226	2 485	- 398	- 275
Costa do Marfim	3 640	3 117	4 761	3 590	- 1121	- 473
Guiné Equatorial*	3
Gabão	2 434	2 418	1 926	2 275	508	143
Gana	1 213	1 386	1 264	2 132	- 51	- 746
Guiné Conakry	553	678	577	952	- 24	- 274
Guiné-Bissau	17	55	83	102	- 66	- 47
Libéria*	46	..
Nigéria	27 749	9 872	22 044	12 504	5 705	2 632
São Tomé e Príncipe*	1	-14
Serra Leoa *	-160	..
Togo	570	305	752	341	- 182	- 36
Leste da Ásia e Pacífico	101 752	451 795	117 669	482 575	- 15 917	- 30 780
Sul da Ásia	18 792	52 585	30 493	69 750	- 11 701	- 17 165
Médio Oriente e Norte de África	218 507	..	165 659	..	52 848	..
América Latina e Caraíbas	132 434	233 334	178 545	319 456	- 46 111	- 86 122
Economias de rendimento alto	1 908 362	4 923 317	1 916 810	4 792 515	- 8 448	130 802

Fonte: BANCO MUNDIAL (1996), Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial "Do Plano ao Mercado", Tabela 16, p. 236

* Fonte: WORLD BANK (1996), *African Development Indicators*, Tabela 5-7, p. 79

Nota: O saldo da BTC é apresentado com os valores anteriores às transferências oficiais.

Segundo estes resultados, confirma-se a tendência para o aumento em termos absolutos, do volume de trocas dos países do Golfo da Guiné nos últimos anos. Na verdade, os dados disponíveis sobre a performance das economias da África ao Sul do Sara espelham claramente as assimetrias existentes nos seus padrões de comércio e de desenvolvimento, ficando desde logo corroborada a conclusão de que "não existe uma única realidade africana", reiterada no relatório intitulado *A Continent in Transition - Sub-Saharan Africa in the Mid-1990's*, publicado pelo Banco Mundial em 1995.⁹⁰ No entanto, a indicação do aumento global das trocas com relação aos países que aqui tratamos é-nos fornecida por outra publicação do Banco, abrangendo um período compreendido entre 1985 e 1995.

⁹⁰ Africa Region

Quadro 2 - Golfo da Guiné – Balança de Transacções Correntes

(rácio BTC/PIB – valores em %)

	1985	1994	1995
Benim	- 4,2	- 3,3	- 9,4
Camarões	3,9	- 4,3	- 3,8
Costa do Marfim	0,6	- 4,4	- 4,5
Gabão	- 4,8	7,3	3,1
Gana	- 4,2	- 8,4	- 6,4
Guiné-Bissau	- 48,2	- 18,8	- 25,9
Guiné-Conakry	..	- 9,3	- 5,9
Guiné Equatorial	- 13,9	- 14,1	- 20,3
Libéria
Nigéria	- 0,3	- 2,3	1,7
São Tomé e Príncipe	- 60,8	- 62,0	- 58,4
Serra Leoa	- 6,1	- 18,3	- 21,5
Togo	- 12,6	- 8,1	- 7,0

Fonte: Adaptado de WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies, Key Economic Ratios and Long-Term trends*

Nota: Valores da BTC apresentados com exclusão de transferências oficiais.

Regista-se dos dados aqui apresentados, a razoável performance do Gabão e da Nigéria na correcção do seu défice comercial corrente. No caso do Gabão, transparecem no ano de 1995, sinais de uma liberalização comercial relativamente eficaz e uniforme, em termos da redução dos valores médios dos direitos aduaneiros, e da eliminação das restrições quantitativas a todas as importações, excepto o açúcar e a água engarrafada, produtos cuja tributação ficou sujeita a uma redução progressiva⁹¹. Com relação à performance da Nigéria, importa salientar que a recente evolução da BTC se deve ainda em grande parte à dependência das oscilações do preço mundial do petróleo, e às políticas cambial e de afectação de divisas, que só agora parecem ter um carácter estável e digno de confiança para os agentes, em particular os exportadores nacionais. A Nigéria é um exemplo expressivo da situação actual do ajustamento estrutural na região: tratando-se de um país com uma dotação factorial bastante favorável, após uma década de P.A.E.'s, enfrenta ainda sérias contrariedades no esforço de estabilização macroeconómica, desde logo ao nível da inflação, bem como uma notória indisciplina fiscal, que conduz o governo ao financiamento externo e ao subsequente endividamento do país.

⁹¹ Cf. WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 187.

Assim, os valores da BTC aqui apresentados para a Nigéria em 1995, explicam-se mais pela queda importações, devido a uma escassez de divisas, após a abolição do mercado autónomo de divisas, do que pela dinamização das exportações⁹². Veremos oportunamente neste capítulo, como evoluiu até ao presente, a política cambial deste país.

Todavia, se nos reportarmos aos últimos Relatórios Anuais do Banco Mundial, constataremos rapidamente dois pontos de vista amplamente expressos: por um lado, o optimismo da sua leitura sobre a evolução recente do PIB no subcontinente, apesar das suas reservas quanto às possíveis generalizações. Por outro, a satisfação do seu staff no que toca aos números das exportações da região, não obstante as semelhantes cautelas evidenciadas. Efectivamente, o Relatório Annual de 1996 congratula-se com as estimativas do crescimento do PIB na região, que teria aumentado em 4% no ano de 1995, em contraste com a média do período 1991-94, que se cifrou em 1,4%.⁹³ Mas são imediatamente explicitadas as diferenças entre as taxas de crescimento para países como o Malawi e o Uganda, com mais de 10%, e para outros como a Serra Leoa, o Zaire, o Congo e o Zimbabwe, que registaram diminuições no seu PIB.

Paralelamente, é realçado o aumento das exportações da globalidade do subcontinente. Estas terão crescido em 5,7% durante o ano de 1995, o que equivale segundo aquela fonte ao dobro da taxa para o ano anterior. Mas também aí são mencionadas as variações entre países. Enquanto as exportações da Serra Leoa terão diminuído em 38%, as da Mauritânia ter-se-ão expandido em 23%. Ora no Relatório encara-se o aumento particular das exportações da zona CFA, como uma resposta positiva às reformas estruturais, neste caso cambial.⁹⁴

Segundo o Banco, as economias do subcontinente apresentam boas perspectivas de controlarem a médio prazo o problema da pobreza que afecta a grande percentagem das suas populações, caso se mantenham as tendências de alguns indicadores macroeconómicos, a avaliar por exemplo pelo Rendimento per Capita registado em média para o ano de 1995. Note-se porém o destaque dado a casos como o do Gabão e dos Camarões, cujo PIB aumentou a um ritmo inferior ao do crescimento das populações nacionais. Aliás, denota-se na posterior definição do Banco das linhas de orientação para a redução da pobreza, a preocupação com as tendências dos principais indicadores sociais, dos níveis de investimento e com as prioridades da Despesa Pública por parte dos diversos governos. Em conformidade com as últimas décadas, uma grande ênfase é dada aos

⁹² Cf. WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 379.

⁹³ World Bank (1996), *Annual Report – Regional Perspectives, Section Four Africa*.

⁹⁴ Ver alínea 4.2.2.3.

obstáculos criados pelo serviço da dívida externa desses países em especial.

Em suma, verifica-se actualmente por parte do Banco Mundial, a expectativa de progressos substanciais no desenvolvimento a médio prazo dos países da África Subsariana, principalmente aqueles que por norma têm concretizado os Programas de Ajustamento negociados nos últimos anos, cumprindo os respectivos calendários. Saliente-se que somente em 1994, os Programas de Ajustamento implementados na designada Zona Franco tiveram como complemento mais de 2,5 mil milhões de dólares para equilíbrio de Balanças de Pagamentos⁹⁵.

Mas importa interpretar as estatísticas do comércio no sentido de compreender qual o tipo de industrialização que representam, isto é, que indicações nos fornecem sobre o tecido produtivo das economias em análise.

4.1 - Composição do comércio externo dos países do Golfo da Guiné: elementos comuns e de diferenciação

Como sabemos, os saldos da Balança de Transacções Correntes ou da Balança Comercial não são à priori indicadores rigorosos da estrutura produtiva nem do padrão de comércio de uma economia. Esta noção esteve na origem da acesa polémica sobre estratégias comerciais e a questão da competitividade de que economistas como Paul Krugman e Lester Thurow têm sido destacados protagonistas no contexto dos E.U.A.⁹⁶

⁹⁵ World Bank (1995), Annual Report p. 56.

⁹⁶ Sobre a questão dos ganhos de comércio e de produtividade decorrentes da abertura ao exterior, ver KRUGMAN, Paul (1994), numa sequência de artigos publicados entre Março e Agosto na revista *Foreign Affairs*. Ver ainda KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M., *Economia Internacional: Teoria e Política*, Apêndice 2.1. – Modelo Ricardiano com muitos bens.

Contudo, perante o estado de desenvolvimento económico do Golfo da Guiné, deve prevalecer uma perspectiva mais elementar. As receitas das exportações desses países têm como utilidade, antes de mais, o facto de constituírem a reserva de divisas que irá colmatar as necessidades de importação nacionais. Se é certo que esta visão tem sido atribuída a uma herança da era colonial que marcou profundamente a industrialização desses países⁹⁷, a verdade é que hoje persiste o debate sobre a função desempenhada efectivamente pelas suas exportações. Nos processos de ajustamento estrutural, as receitas do comércio externo têm naturalmente financiado os custos inerentes às políticas de estabilização económica e de redução dos défices. Nas subsequentes estratégias de industrialização, essas receitas são igualmente vitais. Ora nesta linha de raciocínio, impõe-se uma análise da evolução do comércio dos países seleccionados, incidindo na sua composição e nos factores internos e externos associados.

4.1.1 - Elementos comuns: factores de especialização e a preponderância dos produtos de base

Decorrida mais de uma década de PAE na África Subsariana e numa altura em que essa região beneficia da maior percentagem dos Créditos para Ajustamento mundialmente concedidos pela A.I.D.⁹⁸, o seu padrão de especialização no comércio externo, em termos gerais, não se alterou significativamente.

⁹⁷ Hoeven, van der Rolph (1992), in *L'AFRIQUE vers la reprise économique (une étude de l'UNICEF)*, cap. XI, p. 322.

⁹⁸ Cf. Figura 1 p.33.

Mais concretamente, a estrutura económica da grande maioria das economias do Golfo da Guiné, após a independência, tal como no resto do subcontinente, apenas gerou ganhos de comércio na medida em que a situação nos mercados dos seus principais parceiros lhe era favorável. De facto, as suas exportações consistiam em produtos de base caracterizados por uma elevada elasticidade em relação ao preço e uma reduzida elasticidade em relação ao rendimento. Ao contrário, as suas importações incluíam bens de consumo imediato, bens intermédios e bens de equipamento cuja elasticidade era normalmente elevada em relação ao rendimento e baixa em relação ao preço. Assim, as limitações evidentes dessa estrutura foram atenuadas por factores externos que prevaleceram designadamente na década de 60. Com o acentuado crescimento do PIB dos países industrializados⁹⁹ nesse período, era elevada a procura mundial de produtos de base, como os de extração mineira e os produtos agrícolas. Os preços nas exportações subiam e a situação comercial mantinha-se estável para países como os da África Subsariana.

Mas recorde-se que mesmo nesse período, a procura de produtos de base não-agrícolas tinha já um carácter mais flutuante, devido ao avanço de indústrias como a da petroquímica, cuja tecnologia provocou mudanças estruturais nos países industrializados e colocou novos produtos em concorrência com determinadas matérias-primas, caso do cobre.

Entretanto, as políticas conduzidas por governos locais e credores bilaterais como multilaterais, obedeciam geralmente a uma estratégia de industrialização que cedo se revelou prejudicial. Esta repousava na substituição das importações sem inovação tecnológica, pelo que não permitiu a acumulação de divisas. Aliás, tão pouco contribuiu para o aumento do valor das exportações. Frequentemente, fomentou a consolidação de monopólios tanto de produção como de distribuição.

⁹⁹ Sistemáticamente os primeiros parceiros comerciais dos países da África Subsariana. Sobre o assunto, Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London

Na passagem para a década de 80, as indústrias de manufacturas não foram substancialmente desenvolvidas e não contrariaram a fragilidade estrutural revelada pelos países do subcontinente. O panorama comercial internacional tornar-se-ia claramente desfavorável para os mesmos, na sequência da crescente sobrevalorização das suas taxas de câmbio. À decorrente deterioração dos seus termos de troca, acresceu a diminuição do ritmo de crescimento dos países da OCDE e a simultânea subida das taxas de juro internacionais. A procura mundial de produtos de base e os afluxos de capital privado abrandariam no que respeita à África Subsariana. Entre 1980 e 1988, as exportações da região diminuíram em cerca de 2,2% numa média anual¹⁰⁰.

Actualmente, o grau de industrialização daquelas economias é consideravelmente heterógeneo, se nos colocarmos ao nível nacional. Os casos da Costa do Marfim e do Gana apresentam um razoável índice de produção de bens manufacturados, o que implica uma diversificação das exportações nacionais. No caso contrário encontra-se a maioria dos países da região¹⁰¹, isto é, apresentando uma composição de comércio de mercadorias que reflecte claramente um grau de transformação estrutural incipiente.

Nos dados apresentados no Quadro 3, é nítido o diminuto peso do sector das manufacturas e a importante parcela ocupada pelos bens alimentares, no comércio de mercadorias dos países referidos.

De acordo com os elementos disponíveis e em média, a proporção actual do sector das manufacturas nas exportações destes países reflecte a sua persistente dependência nas indústrias mineiras e de extração para a acumulação de divisas. Por outras palavras, trata-se de economias que sendo trabalho-intensivas não exploraram plenamente indústrias geradoras de emprego, como as manufacturas, cujos peços na exportação são menos voláteis em termos mundiais, do que os das indústrias de extração. As excepções recentemente confirmadas são o Gana com 24% de manufacturas no total das suas exportações de mercadorias em 1993, a Costa do Marfim com 16%, e os Camarões com 14%. Estes últimos incentivaram a produção de manufacturas apostando simultaneamente no sector privado e sobretudo nos casos do Gana e da Costa do Marfim, procurando atrair o investimento estrangeiro, e a adopção de tecnologias mais eficazes.

¹⁰⁰ Hoeven, van der Rolph (1992), in *L'AFRIQUE vers la reprise économique (une étude de l' UNICEF)*, cap. XI, p. 325.

¹⁰¹ Incluindo a do Golfo da Guiné.

Quadro 3 - Exportações e Importações dos Países do Golfo da Guiné

	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES					
	TOTAL		MANUFACTURAS		TOTAL		ALIMENTOS		COMBUSTÍVEIS	
	(US\$ Milhões)		(% do Total)		(US\$ Milhões)		(% do Total)		(% do Total)	
	1980	1994	1980	1993	1980	1994	1980	1993	1980	1993
Africa	77330	59065			67448	63330	11 ♦	10 ■		
Subsariana										
Benim	63		8	11	331		26	18 ■	8	
Camarões	1380		4	14	1600	1100	9	16	12	3
Costa do Marfim	3130			16	2970	2000	13	15 ●	16	23
Gabão	2170		0	3	674		19	13 ■	1	
Gana	1260		1	24	1130		10	11	27	17
Guiné-Bissau	11	32			55	63	20	46 ■	6	
Guiné-Conakry	401	625,9 +			270	687 +		23 ■		43 +
Guiné-Equatorial								13 ■		
Libéria										
Nigéria	26000	9378	0	2	16700	6511	17	13 ■	2	1
São Tomé e Príncipe										
Serra Leoa		67,9303 ★				183550 ★	24 ♦	57 ■		
Togo	338		11	9	551		17	22	23	10
Leste da Ásia e Pacífico										
Sul da Ásia	13855	38922			25884	47582				
Médio Oriente e Norte de África	203874	96741			109130	107306				
América Latina e Caraíbas										
Economia de Alto Rendimento	1375665	3291137			1478865	3307266				

Fontes: WORLD BANK (1996), Annual Report, Tabela 15 (Exportações e Importações de Mercadorias).

EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), Africa – South of the Sahara.

PNUD (1997), Relatório do Desenvolvimento Humano.

Notas: ★ Dados (arredondados) adaptados das estatísticas da Africa – South of the Sahara de 1997 (dados em milhões de Le).

■ Dados adaptados do PNUD (1997), Relatório do Desenvolvimento Humano – Tabela 14, coluna 8 (dados de 1994).

+ Dados adaptados adaptados das estatísticas da Africa – South of the Sahara de 1997 (dados em US\$ Milhões).

♦ Dados adaptados do PNUD (1997), Relatório do Desenvolvimento Humano – Tabela 14 (Segurança Alimentar), coluna 7.

● Dados adaptados adaptados das estatísticas da Africa – South of the Sahara de 1997 (dados arredondados em milhões de CFA).

- A Categoria dos Alimentos inclui para o efeito: arroz, trigo, laticínios, ovos, pescado, crustáceos e moluscos.

- A Categoria dos Combustíveis está definida como: produtos derivados do petróleo.

Não obstante, são ainda estruturalmente dependentes da exportação de produtos de base para a acumulação de divisas e como tal para a sua afectação de recursos.¹⁰²

Na composição das suas importações constata-se a preponderância de bens essenciais como os de alimentação e os combustíveis, o que representa um sinal de profunda dependência externa. Para os países do Golfo da Guiné, os dados de 1993 e de 1994 sobre o peso dos produtos alimentares no total das suas importações indicam uma média de cerca de 20%, praticamente o dobro daquela que apresenta o conjunto da África Subsariana. Apesar de mais dispar, a importação regional de combustíveis absorve também grande parte das reservas de divisas nacionais, o que como veremos, não é compensado por indústrias locais dinâmicas, diversificadas e geradoras de receitas na exportação. A situação é bem diferente, uma vez que a maioria das indústrias nesses países, ao contrário do que acontece nos países do Leste da Ásia e Pacífico, por exemplo, carecem de equipamento, de infraestruturas e defrontam-se com mercados financeiros rígidos e incertos.

Em traços gerais, constatamos hoje que os produtos de base representam cerca de 80% das receitas de exportações da África Subsariana¹⁰³, ou seja sensivelmente a mesma percentagem que nos anos 60. Os preços nos mercados internacionais de muitos produtos agrícolas vitais, incluindo o cacau, o óleo de palma, o chá e o tabaco, aumentaram desde 1986, mas os preços de outros como o café, o sisal e o açúcar, estagnaram ou diminuíram. Entretanto, à excepção de alguns países produtores de petróleo, a maioria dos países do subcontinente viu os seus termos de troca degradarem-se durante a década de 70 e no fim dos anos 80. Em 1988 o índice era de 60% do nível no período 1970-73¹⁰⁴. Entre 1970 e 1984, a quota da região nos mercados mundiais do café, do algodão e do cacau, viu-se reduzida respectivamente em 13, 29 e 33%. Utilizando 1987=100 como ano base, os termos de troca globais da região atingiram o nível 88 em 1992. Genericamente, poderemos reter que entre 1970 e 1985, a quota parte daquele subcontinente africano no mercado mundial de exportação de produtos de base¹⁰⁵, caiu de 7 para 4% do total¹⁰⁶.

¹⁰² Cf. Quadro Nº 3 p. 59.

¹⁰³ SPARKS, L. Donald (1996), in *Economic Trends in Africa South of The Sahara, Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p.11

¹⁰⁴ SPARKS, L. Donald (1996), in *Economic Trends in Africa South of The Sahara, Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p.12

¹⁰⁵ Excluídos o petróleo e seus derivados

¹⁰⁶ SPARKS, L. Donald (1996), in *Economic Trends in Africa South of The Sahara, Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p.12

No que concerne ao ajustamento estrutural, para além das medidas de austeridade fiscal e monetária preconizadas pela A.I.D. e pelo F.M.I., praticaram-se desvalorizações cambiais no intuito de alterar os termos de troca e de dinamizar as exportações da região. Mas estas na sua composição traduzem à priori uma persistência da rigidez dos mercados nacionais e da sua débil transformação estrutural. A actual distribuição dessas economias por sectores de actividade vem consubstanciar esta noção, porquanto decorre em grande parte de inadequadas políticas sectoriais, de infraestruturas e tecnologias obsoletas, e de baixa produtividade. Por outro lado, as diferentes dotações factoriais e reservas de recursos naturais em cada Estado, são naturalmente factores que se revelaram determinantes para o desenvolvimento dessas economias e para o padrão de comércio que apresentam nos nossos dias. A estes elementos se associa também o variado comportamento dos seus mercados, mais ou menos regulamentados e/ou sofisticados, formando o que designaríamos como o conjunto de **factores internos** relevantes para a sua situação actual.

Ora, a realidade das estruturas económicas dos países do Golfo da Guiné tanto quanto da África Subsariana tem evoluído nos últimos anos de uma forma mais diversa, em resultado do financiamento e da assistência técnica internacionais, bem como por factores económicos próprios de cada Estado. Consequentemente, passaremos adiante a uma análise da situação por países, para obtermos um quadro mais realista da situação económica actual.

Veremos desse modo como têm evoluído os já mencionados **factores externos** neste processo, destacando-se a procura mundial dos principais bens exportados por aqueles países, a evolução dos seus termos de troca e os ciclos económicos globais.

4.1.2 Elementos de diferenciação: factores específicos da situação actual dos países do Golfo da Guiné

Como veremos, é certo que as economias do Golfo da Guiné revelam um grau de industrialização ainda diminuto, e uma notória dependência externa em termos comerciais. Mas não menos certo é que o Banco Mundial e mais precisamente a A.I.D., mantiveram na região, nos últimos dois triénios¹⁰⁷, Programas de Ajustamento Estrutural, definidos nos seus pacotes de reformas, escrupulosamente à escala nacional.

Naturalmente, a avaliação concreta dos factores internos de crescimento, bem como das lacunas próprias de cada economia, é indispensável à elaboração dos referidos Programas, se bem que

obedeçam a uma lógica comum.

Como vimos, estes visam o equilíbrio das contas nacionais e da situação comercial, isto é, o desenvolvimento. Mas paralelamente, foram definidas as prioridades de assistência para cada um dos treze países seleccionados neste estudo¹⁰⁸, e consoante a sua evolução, diversos sectores nacionais têm beneficiado em acréscimo de Projectos de Investimento específicos. Numa altura em que os índices macroeconómicos da região parecem mais estabilizados, e na sequência do esforço no sentido da privatização do sector empresarial, constatamos que nas várias modalidades de crédito do Banco se entendem agora primordiais os sectores social¹⁰⁹, agrícola e industrial, e o aparelho financeiro local¹¹⁰, dadas as suas carências. Este facto constitui de per si um sintoma geralmente aceite de que permanece uma clivagem entre o ajustamento estrutural e o desenvolvimento sustentado nas economias da África Subsariana, mais do que em qualquer outra região do globo.

Especialmente através de alterações na colecta fiscal, o Banco Mundial recomendou nos últimos anos políticas expansionistas que gradualmente permitissem a promoção das exportações. Procurava essencialmente uma abordagem diferente do Ajustamento Estrutural, que vinha realçando até então o corte de importações e a reestruturação de investimentos. Três elementos viriam a sustentar esta abordagem, a saber, os próprios fluxos de ajuda internacional, os fluxos privados e o perdão da dívida.

Se a vertente comercial do Ajustamento Estrutural é hoje crucial para a redução da dependência externa dos países do subcontinente, será porque a composição do seu comércio externo é ainda o espelho de economias profundamente dependentes da exportação de matérias primas e da importação de bens alimentares e intermédios. Não nos surpreende portanto que o Banco considere prioritárias as medidas de liberalização comercial, nas suas mais recentes publicações relacionadas com a região. Numa análise publicada em Fevereiro do ano corrente sobre a situação da pobreza e das desigualdes internas dos vários países da região, refere que os actuais créditos para Ajustamento Estrutural tendem a subdividir-se de acordo com três objectivos de políticas: a desvalorização, a reforma fiscal e a remoção das tarifas na importação¹¹¹.

¹⁰⁷ Neste caso, os períodos fiscais 1991-93 e 1994-96.

¹⁰⁸ O exercício técnico levado a cabo conjuntamente entre a A.I.D. e o país beneficiário do seu crédito de Ajustamento, cujo resultado é conhecido como *Country Assistance Strategy*.

¹⁰⁹ Na definição da A.I.D.(1997), in IDA in Action 1993-96 *The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, *The World Bank* p. 70, Notas do Anexo 1 Quadro A5, consideram-se os sectores relacionados com os recursos humanos: a educação, a população, a saúde, a alimentação, o abastecimento de água e condições sanitárias.

¹¹⁰ Ver Figura 2, p34.

¹¹¹ THE WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Chap. III *The World Bank's Reponse to the Challenge*

4.1.2.1 - Factores específicos do Benim ¹¹²

Quadro 4 - Comércio externo do Benim

	(US\$ milhões)		
	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	298	308	382
Algodão	66	141	191
Combustíveis	42	13	9
Total de importações (fob)	384	335	531
Bens alimentares	126
Combustíveis e energia	61
Bens de capital	72

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 52

O Benim é hoje uma economia aberta e altamente dependente da actividade dos seus sectores primário e terciário. O sector agrícola, representando cerca de 35% do PIB¹¹³, produz o principal bem de exportação do país, ou seja, o algodão. Segundo os dados acima referidos, este abrangeu 50% do valor total das exportações nacionais em 1995.

Tendo apelado aos créditos de Ajustamento do F.M.I. e da A. I. D. desde 1989, o país beneficiou da dinamização das suas exportações, juntamente com a maioria dos países da denominada Zona Franco¹¹⁴, aquando da desvalorização do franco CFA, em Janeiro de 1994. Nesta altura, a economia colheu alguns frutos da aplicação criteriosa do Programa de Ajustamento e Reformas adoptado no período 1991-93. Enquanto se consumava a racionalização da colecta fiscal¹¹⁵, os preços internacionais do algodão tornavam-se mais favoráveis. A receita fiscal aumentaria de 12,5% do P.I.B. em 1994, para 13,8% em 1995¹¹⁶. O Défice Orçamental em 1995 aumentou em consequência de um aumento do investimento público. Paralelamente, o investimento privado cresceu de 7,3% do P.I.B. em 1994, para 11,4% no ano seguinte.

of Poverty, p. 82.

¹¹² Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 175

¹¹³ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 48. Sobre a divisão do PIB do Benim por sectores, ver alínea 5. 2.

¹¹⁴ Sobre as implicações da Zona Franco para o comércio dos seus países membros, seleccionados neste estudo, ver alínea 4. 2. 2. 5.

¹¹⁵ Sobre as políticas fiscais no âmbito do Ajustamento e os seus efeitos no comércio dos países em questão, ver alínea 4. 2. 1. 1.

¹¹⁶ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 48.

Assim, a economia cresceu de forma mais acentuada em 1995; no mesmo ano, o índice do consumo real privado registou um aumento de sensivelmente 6%. Em razão da expansão da Despesa e da procura interna, o volume das importações aumentou em mais de 20%, após uma queda em 27%, seguida à desvalorização do franco CFA no ano anterior. Aqui reside em parte a explicação para o agravamento do défice das transacções correntes, no ano de 1995. De 3,3% do P.I.B. em 1994, este¹¹⁷ representava no ano seguinte 9%¹¹⁸.

No que respeita às exportações nacionais, o seu volume diminuiria ligeiramente em 1995, mas o seu valor total, como se verifica no quadro nº4, cresceu devido aos preços internacionais mais elevados para o algodão.

A permanecerem as presentes tendências do comércio do Benim, as suas perspectivas de crescimento no médio prazo são animadoras. O governo nacional tal como o Banco Mundial antevêem uma diversificação da produção e das exportações, com maior incidência no sector secundário¹¹⁹, na sequência da desvalorização do franco C.F.A.¹²⁰. Mas o cumprimento de semelhantes objectivos dependerá da consolidação da reforma fiscal e do sector público. Fulcrais serão também o investimento público, direccionado sobretudo para as infraestruturas de transporte e de comercialização, e o investimento privado. A conjugação destes factores será no futuro uma condição para que as actividades terciárias por sua vez se desenvolvam.

Por outro lado, a economia nacional conta em toda a linha com o apoio financeiro e técnico do Banco Mundial por intermédio da A.I.D. sobretudo. No entanto, quer à escala da região da África Subsariana, quer hoje no caso do Benim, o referido apoio sofre de contradições semelhantes às que suscitaram o amplo debate sobre a doutrina do Ajustamento Estrutural, tal como foi praticado nos anos 80.

Ao nível dos seus Projectos de Investimento, a A.I.D., nos anos fiscais 1994 e 1995 e no Benim, interveio nos stocks alimentares, na área da educação, na saúde, na rede de abastecimento de água, e no ambiente e num projecto global de gestão. Note-se ainda que os designados Projectos absorveram 66% do total dos fundos disponibilizados para o período A.I.D. 10¹²¹. Em 1995 foi aprovado pela mesma instituição, o Terceiro Crédito de Ajustamento Estrutural para o país, apenas com os 40 US\$ milhões restantes.

¹¹⁷ Valores anteriores às transferências oficiais.

¹¹⁸ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 48.

¹¹⁹ Ver alínea 5. 2.

¹²⁰ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 50

¹²¹ Ver Cap. 2, alínea 2.5.

Na verdade, as debilidades estruturais do Benim compelem o Banco Mundial a uma estratégia de financiamento, que segundo veremos não vai plenamente ao encontro do objectivo último do desenvolvimento sustentado do país. Os créditos concedidos não promovem directamente, na sua maioria, a diversificação dos bens nacionais transaccionáveis, e muito menos uma alteração positiva do padrão de comércio.

A agricultura e a produção de algodão continuarão a ser o maior pilar do crescimento económico do Benim, numa altura em que a participação privada no processamento e marketing do algodão, tem ainda pouco alcance. Quer isto dizer que mau grado os Créditos para Ajustamento, persistem hoje “rigidezes” estruturais inibidoras do eficaz funcionamento dos mercados, tanto no país, como na região. No caso do Benim, a elaboração de uma estratégia comercial integrada num pacote de reformas estruturais, é um exercício que implica adicionalmente, um imediato ataque à profunda inoperância da gestão orçamental.

Este é o quadro que explica os ainda modestos resultados obtidos pelo Ajustamento como vem sendo concebido, considerando os indicadores que apresentamos neste estudo.

4.1.2.2 - Factores específicos dos Camarões¹²²

Quadro 5 - Comércio externo dos Camarões

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	2,339	1,868	2,331
Petróleo (crude e refinado)	1,535	531	454
Cacau (em semente, manteiga e pasta)	226	177	256
Manufacturas	126	109	137
Total de importações (cif)	1,231	1,114	1,428
Bens alimentares	92	195	222
Combustíveis e energia	8	7	8
Bens de capital	382	349	460

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 87

¹²² Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p.244.

Após vinte anos de crescimento económico baseado numa gama variada de exportações agrícolas e num quadro geral de autosuficiência alimentar, os Camarões passariam nos anos 80 a depender grandemente da exportação de petróleo para se protegerem das flutuações nas receitas provenientes dos produtos agrícolas¹²³. Na sequência da queda dos preços do crude em 1986, o nível das despesas nacionais correntes e de capital tornou-se insustentável. No início, apenas seria mantido às custas do rápido esgotamento das reservas acumuladas na venda de petróleo. Aliás, a dívida externa seria até aí igualmente contida através da mobilização daquelas reservas¹²⁴.

Mas o recurso ao financiamento externo seria inevitável, como demonstrou a adopção de um amplo programa de reestruturação económica para cinco anos em 1989/90, com o apoio do Banco Mundial, do African Development Bank e da França. Em 1988, o F.M.I. intervinha de parceria com o Banco Mundial, financiando um programa de reformas do governo camaronês cujas prioridades eram o reequilíbrio das finanças públicas, a privatização coordenada do sector público e a libelização comercial, especialmente ao nível das exportações¹²⁵. Mesmo assim, o colapso dos termos de troca e a aguda apreciação do câmbio prolongariam os efeitos das distorções nos rendimentos e nos incentivos à produção. Entretanto, no início dos anos 90, o ambiente político-social interno, fortemente marcado pela instabilidade e pela corrupção, bem como a dívida externa, seriam causas de uma séria crise económica.

Apesar de um perdão de dívida de cerca de 50% do total por parte da França, a dívida externa total dos Camarões no final de 1995 cifrava-se em 9200 US\$ milhões, equivalentes ao quádruplo das receitas de exportações e a 108% do PIB.

Neste contexto, a estrutura da economia camaronesa sofreu alterações profundas. O seu sector agrícola, representava em 1994 cerca de 28,6% do PIB, e é hoje responsável por 40% do total das receitas de exportação¹²⁶.

Mesmo sendo hoje autosuficientes em termos da sua produção alimentar, tendo em vista que essa tem aumentado a um ritmo mais elevado que o da população¹²⁷, os camarões importam quantidades de produtos alimentares em pouco inferiores às registadas em produtos químicos,

¹²³ O crude representava 55% do total das receitas de exportações em 1985, segundo HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 240.

¹²⁴ O serviço da dívida externa representou em média, durante a primeira metade da década de 80, cerca de 15% das receitas de exportações, segundo HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 240.

¹²⁵ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 83

¹²⁶ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 240.

¹²⁷ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 240.

como os farmacêuticos¹²⁸.

Por outro lado, mesmo apresentando uma composição de exportações relativamente diversificada, o país é ainda estrutural e altamente dependente das receitas de exportações de alguns produtos de base como o petróleo, bem como as madeiras, o café o chá e o cacau¹²⁹.

Refira-se ainda que enquanto membro da Zona Franco, os Camarões beneficiaram a partir de 1994, no seguimento da desvalorização nominal do franco CFA, de alguns progressos nos “sectores de transaccionáveis.” Nesse período, as autoridades nacionais reforçavam a eliminação das barreiras não-pautais ainda existentes, bem como a liberalização do marketing do café e do cacau, do código de exploração dos recursos florestais e das regras do mercado nacional do petróleo. Por outro lado, o Banco Mundial e o F.M.I. subsidiaram a desvalorização, porquanto ela integrava reformas que visavam conter a inflação a um nível médio de 5% na Zona¹³⁰, e melhorar a situação orçamental, reorientando a despesa para as actividades produtivas.

Por conseguinte, o comércio dos Camarões conheceu algum progresso, traduzido em primeiro lugar num aumento de cerca de 12% no volume das exportações de produtos não-petrolíferos em 1994. Em segundo lugar, os efeitos positivos das reformas são reconhecíveis no volume superior das importações, verificado em finais desse ano. Após a desvalorização, o crescimento do PIB real dos Camarões tornou-se positivo no ano fiscal de 1995, atingindo cerca de 3,3%¹³¹.

Por outro lado, a estimulada procura interna e externa poderá levar a uma retoma gradual do investimento privado, contribuindo para a diversificação das exportações.

Mas para ocorrer uma verdadeira alteração positiva dos níveis de vida globais do país, seriam necessários ritmos de crescimento muito elevados nos sectores transaccionáveis. Por ora, a economia apresenta-se estruturalmente dependente da parcela do PIB devida ao petróleo, cifrada em 1995 em 6,2%¹³².

¹²⁸ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p.244

¹²⁹ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p.244

¹³⁰ WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 84.

¹³¹ WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 84.

¹³² WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 84. Para mais pormenores sobre as perspectivas de médio prazo do PIB por sectores no caso dos Camarões, ver alínea 5.2.

4.1.2.3 - Factores específicos da Costa do Marfim¹³³

Quadro 6 - Comércio externo da Costa do Marfim

	(US\$ milhões)		
	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	2,761	2,867	3,890
Cacau	887	951	1,320
Combustíveis	618	325	400
Manufacturas	728	645	900
Total de importações (cif)	1,721	1,903	2,808
Bens alimentares	273	317	514
Combustíveis e energia	379	396	492
Bens de capital	446	423	614

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 136

Do conjunto dos países da África Subsariana, e nomeadamente da região do Golfo da Guiné, a Costa do Marfim é hoje uma das economias mais diversificadas, com um sector de manufacturas em considerável expansão. Contudo, à semelhança dos restantes países da região, o seu comércio externo permanece dependente da exportação de dois produtos fundamentais, o café e o cacau. Após um período de crescimento acentuado do seu PIB nos anos 60-70 e 70-80, numa média anual respectivamente de 11 e 6-7%, a economia entraria em declínio nos anos 80, sobretudo em resultado da queda dos preços internacionais das suas principais exportações, e de uma grave seca que assolou o país em 1982-84. Entre 1987 e 1994, o PIB estagnou e em certos casos caíu. No final de 1994, o PNB per capita era equivalente a 397 US\$, enquanto no ano anterior foi de 595 US\$¹³⁴. Note-se que tendo sido classificada pelo Banco Mundial como um país de rendimento médio-baixo, a Costa do Marfim consta hoje na lista dos países de rendimento baixo. Paralelamente, alguns dos objectivos cruciais do Plano Ouattara não foram cumpridos, apesar da redução do défice no início da década de 90. Efectivamente, o governo nacional não se revelou capaz de conter a apreciação do franco CFA, como não criou incentivos reais à retoma do investimento, através das reformas de mercado que implementou.

O real estímulo que se veio a verificar na actividade económica deveu-se em contrapartida à

¹³³ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 343.

¹³⁴ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 336.

desvalorização de Janeiro de 1994. O crescimento do PIB para esse ano foi registado em 1,8%, tendo aumentado bruscamente para 7% em 1995¹³⁵. As exportações nacionais, caso das madeiras, incluindo algumas não tradicionais como o pescado e a borracha, obtiveram ganhos de competitividade nos preços, numa altura em que os preços do café e do cacau se encontravam longe dos níveis atingidos nos anos 60.

Com a recuperação económica, alguma pressão foi exercida sobre as importações, mas essa seria contrabalançada pelo aumento das exportações. Por outras palavras, como se constata no Quadro 6, o habitual superavit comercial da Costa do Marfim manteve-se, uma vez que no momento da retoma, à diminuição das receitas provenientes da exportação do cacau e à pressão das importações veio “contrapôr-se” a dinamização das exportações de manufacturas, gerada por melhores preços internacionais e por uma melhoria nos preços ao produtor¹³⁶.

Apesar de ter permitido o controlo dos défices correntes, as medidas de ajustamento estrutural não foram as principais responsáveis pela diversificação da indústria e das exportações da Costa do Marfim, uma vez que algumas políticas macro-económicas vitais não foram bem sucedidas. As reformas que efectivamente estimularam o investimento e trouxeram eficácia aos circuitos de distribuição, são exactamente as que acompanharam a viragem na política cambial da Zona Franco efectuada em 1994. A liberalização comercial, com destaque para os sectores agrícola e dos transportes, consubstanciada a partir desse ano, só ficou oficialmente completa em Janeiro de 1997.¹³⁷ Nessa data, todas as tarifas na importação foram revogadas, excepções feitas aos encargos estabelecidos por critérios de saúde pública e de preservação ambiental. Refira-se ainda o progresso realizado no sentido da liberalização interna do mercado do cacau. Mas o mesmo não se verifica ao nível do marketing de exportação.

Se algumas das metas das reformas implementadas na Costa do Marfim foram alcançadas, concretamente as que integravam os programas de ajustamento estrutural, na prática, apesar de diversificada por comparação às economias vizinhas, a Costa do Marfim é ainda hoje um país estruturalmente dependente do seu sector agrícola. Segundo dados do próprio Banco Mundial, a

¹³⁵ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p. 336.

¹³⁶ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p. 339.

¹³⁷ WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 132.

indústria florestal e as agro-indústrias, por sua vez atribuídas ao sector das manufacturas, formam no caso desta economia, um sector agrícola que representa ainda hoje aproximadamente 35% do PIB e que gerou 70% das receitas de exportação em 1994.¹³⁸

Reiterando a noção inicialmente desenvolvida, diga-se que não obstante os esforços de diversificação da produção agrícola, desde logo motivados pela crescente procura interna,¹³⁹ as principais exportações da Costa do Marfim são ainda o café e o cacau.

4.1.2.4 - Factores específicos do Gabão¹⁴⁰

Quadro 7 - Comércio externo do Gabão

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	..	2,350	2,685
Petróleo	1,629	1,836	2,096
Madeiras	122	161	189
Manufacturas
Total de importações (cif)	977	756	812
Bens alimentares	161	166	181
Combustíveis e energia	50	161	173
Bens de capital	215	320	339

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 190

O Gabão fundou o seu desenvolvimento económico a partir dos seus recursos minerais e florestais, tendo atingido a classificação pelo Banco Mundial, de país de rendimento médio-alto¹⁴¹, sendo detentor do mais alto PIB per capita da África Subsariana continental. Mas, como indica o Quadro 7, a economia nacional é profundamente dependente da exploração da sua riqueza mineral, nomeadamente do seu petróleo, e em menor grau, do seu manganês e do seu urânio. Em 1994, segundo estimativas oficiais, o sector petrolífero contribuiu para 41,6% do PIB e as receitas do petróleo representaram 79,2% das receitas totais da exportação¹⁴².

¹³⁸ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 131.

¹³⁹ Ver alínea 5. 2.

¹⁴⁰ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p.420.

¹⁴¹ WORLD BANK (1997), World Development Indicators.

¹⁴² LEWIS, Janet E. (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 412.

A queda dos preços internacionais daquele produto em meados dos anos 80, causaria a diminuição das receitas e subsequentemente das despesas de investimento, situação que levou a uma contração da actividade económica do país. Segundo estimativas do Banco Mundial, o PIB real do Gabão decresceu a uma taxa anual de 2,1% entre 1990 e 1994, tendo mesmo decaído em 16,1% no fim daquele período¹⁴³.

Tendo adoptado PAE's desde 1986, as autoridades gabonesas têm procurado, à semelhança dos restantes governos do subcontinente, estimular a criação de emprego através da diversificação na produção, aumentando a utilização da capacidade instalada e desregulamentando a actividade nos vários sectores. Saliente-se que essas reformas constituem ainda hoje o essencial do pacote previsto no âmbito do acordo firmado com o F.M.I., a terminar em 1998.

No entanto, a composição do comércio e a estrutura da produção do Gabão não sofreu transformações relevantes. Em termos de Rendimento, a economia permanece baseada fundamentalmente na extração de petróleo, nas madeiras¹⁴⁴, e no cacau.

4.1.2.5 - Factores específicos do Gana¹⁴⁵

Quadro 8 - Comércio externo do Gana

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	633	1,236	1,431
Ouro	28	549	647
Cacau	412	320	390
Manufacturas
Total de importações (cif)	729	1,724	1,842
Bens alimentares	40	45	56
Combustíveis e energia	199	175	197
Bens de capital	187	348	398

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 206

¹⁴³ LEWIS, Janet E. (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997*, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 412.

¹⁴⁴ Segundo LEWIS, Janet E. (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997*, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 413, a indústria florestal equivalia em 1994, a 14,6% das receitas totais de exportação.

¹⁴⁵ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara, 1997*, Twenty-sixth Edition, London, p. 458.

Quer ao nível do Golfo da Guiné, quer à escala do todo o subcontinente, o Gana é de certa forma justamente considerado o país onde os Programas de Ajustamento Estrutural alcançaram os melhores resultados. Até 1983¹⁴⁶, tratava-se de um país economicamente estrangulado por factores comuns à maioria dos países da região. A deficiente capacidade de gestão, o estado de deterioração generalizado das infraestruturas, a corrupção endémica, uma inflação continuamente excessiva e défices fiscais e externos in comportáveis, agudizaram as tradicionais “rigidezes” na produção e nos mercados.

O PIB viria a crescer a uma média anual de 3,2% entre 1980 e 1991, mas atingiu uma média de cerca de 5% no fim desse período. A confirmar a tendência para a retoma, os valores do crescimento seriam de 3,9% em 1992, de 5,0% em 1993 e de 3,8% em 1994¹⁴⁷.

Os incentivos ao investimento durante o período das reformas reflectiu-se no considerável desenvolvimento do sector dos serviços, cujo comércio representou algo como 77% do crescimento da economia entre 1984 e 1991, enquanto o sector mineiro contribuiu em 19% e o sector agrícola em 5%. Tal mudança deveu-se concretamente ao investimento realizado no turismo nacional. Em 1995, registou-se para o Gana um crescimento de 4,9% dos serviços, de 4,2% para a agricultura e de 3,3% para a indústria¹⁴⁸.

Contudo, segundo os indicadores¹⁴⁹, a economia permanece dependente das receitas da exportação do ouro e do cacau, principalmente. O ouro é claramente a primeira exportação nacional. O governo introduziu um Código Mineral em 1986 com o intuito de atrair e diversificar o investimento no sector, em particular o investimento estrangeiro. Mas este concentrar-se-ia no ouro e residualmente na indústria dos diamantes.

No que respeita ao desenvolvimento da agricultura, é ainda o sector que emprega a maior percentagem da população activa do país, e apresenta uma produção de subsistência bastante diversificada, o que na verdade é comum à maioria dos países da região¹⁵⁰. Não obstante, o país depende da produção de cacau e é ainda em grande parte um importador de bens alimentares, não tendo atingido a completa autosuficiência a esse nível¹⁵¹.

¹⁴⁶ BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p. 450.

¹⁴⁷ BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p. 450.

¹⁴⁸ BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara, 1997, Twenty-sixth Edition*, London, Europa Publications Limited, p. 450.

¹⁴⁹ Veja-se o quadro 8 sobre o caso do Gana.

¹⁵⁰ Ver alínea 5.2.

¹⁵¹ Em 1995, de acordo com o quadro acima exibido, o volume de importações dessa categoria foi de praticamente 1/3 do total.

Todavia, as medidas de liberalização introduzidas no sector manufactureiro durante os períodos de Ajustamento Estrutural, permitiram a reutilização da capacidade em indústrias como a do petróleo, dos têxteis, do calçado, e do papel, citando alguns. Mas o Gana importa actualmente diversos tipos de manufacturas essenciais¹⁵², para além dos géneros alimentares, dos bens de equipamento, e da energia.

Em suma, a análise da composição do comércio do Gana permite-nos constatar que apesar dos progressos realizados no âmbito do Ajustamento Estrutural, o país indica ainda carências elementares, como vimos.

A propensão para o consumo é acentuada entre consumidores e produtores, o que coloca o comércio externo no primeiro plano da actividade económica do país. Aliás, os défices alimentares e em variados tipos de combustível consoante os casos, tal como as carências em bens de equipamento, são factores que explicam o peso do comércio externo verificado nos restantes países da região.

Apesar da melhoria verificada em termos do rendimento dos agricultores e de elevadas taxas de crescimento do PIB, que em 1995 foi de 4,5% ¹⁵³, o país enfrenta ainda sérios problemas, destacando-se a inflação registada naquele ano, em cerca de 60%.

O comércio e o desenvolvimento do Gana têm nos últimos anos sido influenciados pelo crescente défice alimentar por um lado, e pela subida dos preços internacionais do petróleo, por outro. A pressão nos custos das suas importações tem levado à deterioração dos seus termos de troca¹⁵⁴ e a défices comerciais que se tornaram constantes a partir de 1987 ¹⁵⁵.

¹⁵² Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 458.

¹⁵³ WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 202.

¹⁵⁴ Como veremos na alínea 4. 1. 3., os termos de troca desfavoráveis do Gana acompanham os défices comerciais desde 1983.

¹⁵⁵ BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Ltd, p. 455.

4.1.2.6 - Factores específicos da Guiné-Bissau¹⁵⁶

Quadro 9 - Comércio externo da Guiné-Bissau

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	12	33	24
Cajú	5	31	21
Amendoim, Pescado e outros Bens Alimentares	3	1	1
Manufacturas	..	0	0
Total de importações (cif)	69	64	72
Bens alimentares	17	17	26
Combustíveis e energia	9	5	8
Bens de capital	13	19	15

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 220

Aquando da adopção do PAE para o período 1987-90¹⁵⁷, em que participaram as instituições de Bretton Woods, as autoridades guineenses propuseram-se reduzir os défices orçamental e externo, liberalizando a economia, com o objectivo último de prover ao crescimento económico sustentado e menos inflacionário. Posteriormente, no intuito de consolidar os resultados obtidos, no Plano de Desenvolvimento para 1989-92¹⁵⁸, elaborado pelo governo nacional, era atribuída prioridade à agricultura e pescas como veículo da autosuficiência e da redução dos défices da Balança de Pagamentos.

Fontes do Banco Mundial consideram que até ao final de 1995, as medidas de ajustamento estrutural originaram profundas alterações na economia, saldando-se num impacte francamente positivo¹⁵⁹. De facto, o PIB da Guiné-Bissau cresceu numa média anual de cerca de 4,5% entre 1987 e 1993, de 5,0% em 1994 e de 4,2% em 1995. Sucessivas desvalorizações do peso impulsionariam as exportações nacionais, sustentadas pelos consideráveis recursos agrícolas e florestais.

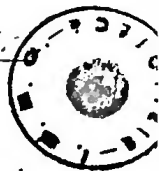
Mas simultaneamente, a procura interna disparou, levando a uma maior dependência em em bens

¹⁵⁶ CE EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 495.

¹⁵⁷ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 216.

¹⁵⁸ MORRIS, Smith Miles (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 491.

¹⁵⁹ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 217.



alimentarés, em maquinaria e em manufacturas.

Por outro lado, a par da elevada taxa de inflação e do acentuado défice da Balança de Transacções Correntes, a economia debate-se actualmente com estrangulamentos estruturais que deixam um longo caminho a percorrer pelas reformas já implementadas.

A diversificação da estrutura do PIB é ainda incipiente, apesar da tentativa governamental de relançar o investimento nas indústrias alimentar e do algodão, bem como na exploração mineral e nos transportes.

Finalmente, importa referir o significativo peso da dívida externa acumulada pelo país, factor que reduz a margem de sucesso do Ajustamento, tal como ocorre em geral na região¹⁶⁰.

4.1.2.7 - Factores específicos da Guiné-Conakry¹⁶¹

Quadro 10 - Comércio externo da Guiné-Conakry

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	..	626	725
Bauxite	..	272	299
Alumina	..	103	110
Manufacturas
Total de importações (cif)	..	687	690
Bens alimentares	..	74	73
Combustíveis e energia	..	68	82
Bens de capital	..	153	182

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 215

Na sequência do PAE adoptado em 1986, em que prevaleceu a liberalização do comércio externo, juntamente com as tradicionais reformas de ajustamento e incentivo à recuperação económica, as autoridades nacionais lograram um crescimento médio do PIB real entre 1988 e 1995, de 4,0 %. Por outro lado, a dependência da receita fiscal nos rendimentos gerados pela exploração mineira foi reduzida de um máximo de 60% do total em 1987, para cerca de 21% em 1995¹⁶². Por essa altura, o governo alterara o sistema tributário e a colecta. No entanto, o plano

¹⁶⁰ Ver alínea 5. 4.

¹⁶¹ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 479.

¹⁶² HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 475.

governamental de investimento público para 1991-93, apenas foi concluído mediante o seu financiamento em mais de 85% do total, por credores estrangeiros. Na verdade, o processo encontrou muita resistência nos mercados domésticos¹⁶³, e o crescimento da economia em termos de output, a par do sector mineiro, concentrou-se na actividade agrícola de pequena escala, bem como em pequenas empresas.

A perspectiva do comércio da Guiné-Conakry revela uma economia ainda insuficientemente diversificada, sendo que uma grande percentagem do abastecimento da população urbana e rural, ocorre no sector informal. Este último é igualmente responsável por grande parte do volume de comércio externo com países vizinhos, apesar da indução de aumentos nos preços agrícolas ao produtor, e de várias desvalorizações cambiais.

Segundo os dados oficiais exibidos, as exportações nacionais beneficiaram do incremento da extracção de ouro e diamantes¹⁶⁴, mas com a queda das receitas da bauxite e do alumina a partir de 1991, mantendo-se uma elevada propensão a importar, o défice comercial tornou-se anualmente maior.

O ritmo de aumento do output foi a longo prazo inferior ao do crescimento da população, de tal forma que a Guiné-Conakry, outrora um exportador líquido de bens alimentares, importa hoje quantidades num valor em duas vezes superior ao das suas exportações de produtos agrícolas¹⁶⁵.

Porém, o clima tropical associado a extensas áreas de terrenos cultiváveis, constitui um grande potencial agrícola. Para mais, os recursos naturais passam também por vastas reservas minerais, algumas das quais permanecem por explorar.

Finalmente, cabe mencionar o recurso sistemático ao capital estrangeiro por parte do governo, representado neste caso pelo investimento no sector mineiro local, e pela ajuda externa protagonizada pela França e pela A.I.D.

A estratégia, inserida nos PAE's, de diversificação do comércio, passando pelo ajustamento dos défices correntes, enfrenta ainda inúmeras barreiras de pelo menos, médio prazo. Por outras palavras, as "rigidezes" internas e a dependência vital da economia no que respeita à ajuda externa, são ainda hoje por natureza barreiras de médio prazo ao Ajustamento Estrutural. Por conseguinte, justificam uma crítica da doutrina que vigorou até meados dos anos 90, precisamente à luz da sua estratégia comercial. Perante a experiência comum dos países da África

¹⁶³ Ver alínea 4.1.2.7.

¹⁶⁴ CE EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p.479.

¹⁶⁵ HODJKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, 1997, Twenty-sixth Edition, London, Europa Publications Limited, p. 473.

Subsariana, considerados os factores específicos nacionais, o primeiro contributo para a região é o de reequacionar o papel de cada agente da estratégia comercial nacional, sendo certo que esta é um instrumento fundamental do Ajustamento Estrutural e do desenvolvimento.

4.1.2.8 - Factores específicos da Guiné Equatorial¹⁶⁶

Quadro 11 - Comércio externo da Guiné Equatorial

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	..	65	89
Madeiras	6	24	37
Manufacturas	..	29	38
Cacau	15
Total de importações (cif)	31	34	49
Bens alimentares	4
Combustíveis e energia	4
Bens de capital	12

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996),
Trends in Developing Economies, p. 215

A agricultura domina largamente a actividade económica da Guiné Equatorial, cujos principais produtos são as madeiras, o cacau, o café, o óleo de palma, as bananas e a mandioca. Em termos de exportação, como se constata nos indicadores, os principais bens são as madeiras, cujo processamento pouco se alterou¹⁶⁷, e algumas manufacturas, onde se incluem certas embarcações, algumas fibras têxteis, e o tabaco.

A composição do PIB nacional reflecte um sector de manufacturas ainda pouco diversificado, com enormes lacunas em infraestruturas.

Contudo, relembando a situação da Guiné-Conakry, a Guiné Equatorial possui uma substancial riqueza natural. Para além da dotação em terra cultivável¹⁶⁸, detém petróleo, gás natural e madeiras, em quantidades significativas. Por outro lado, foi recentemente iniciado o cultivo de especiarias como a baunilha, a pimenta e o coentro, cuja procura no mercado europeu é elevada. Mas presentemente, as expectativas de melhorias da BP e de redução do défice orçamental, repousam principalmente na exploração de petróleo e nos efeitos da desvalorização cambial

¹⁶⁶ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 372.

¹⁶⁷ SMITH, Clarence, W.G. (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-sixth Edition, London, p. 369.

¹⁶⁸ Cerca de 7% da área territorial da ilha de Bioko, onde se situa a capital Malabo, representam solos vulcânicos de elevado grau de fertilidade, onde o clima é muito favorável.

Cf. WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 163.

operada na Zona Franco, em 1994.

No entanto, esta teve o efeito imediato de reduzir o poder de compra do consumidor nacional, aumentando a tendência geral para o desinvestimento e para o desemprego.

Como tal, os possíveis incentivos à substituição das importações, desde logo mais custosas, e subsequentemente ao desenvolvimento das manufacturas, dependerão da ajuda externa, quer sob a forma de novo financiamento, quer de novo perdão de dívida.

4.1.2.9 - Factores específicos da Libéria¹⁶⁹

Segundo estimativas do Banco Mundial¹⁷⁰, a Libéria tem registado um superavit comercial que na verdade reflecte a dramática queda do poder de compra local, provocada pela guerra civil que eclodiu durante a década de 80. Apesar de um saldo positivo de 110 US\$ milhões na Balança Comercial de 1992, deve referir-se que entre 1990 e 1992, o PIB decresceu numa média anual de 12,3%. A partir de Julho de 1993, a assinatura de um acordo de paz levou à retoma das exportações oficiais de borracha e de madeiras, mas os confrontos recomeçariam em Abril de 1996, e com eles a estagnação económica.

Perante a instabilidade política e o insucesso das autoridades nas medidas de estabilização cambial, as instituições de Bretton Woods suspenderam o seu auxílio financeiro, entre 1986 e 1990.

A dívida externa total do país aumentou de 437 US\$ milhões em 1978 para 2,056 US\$ milhões em 1994, e o montante dos juros devidos sobre a dívida pública de longo prazo subiu de 27 US\$ milhões em 1984, para 545 US\$ milhões, dez anos depois¹⁷¹.

Entretanto, o crescimento da economia tem sido baseado na exportação de produtos primários, essencialmente a borracha e o minério de ferro. Por outro lado, o surgimento dos conflitos internos provocou uma diminuição de cerca de 42% na produção total¹⁷² de bens alimentares, no período 1989-94. Ora a relevância do facto compreende-se quando levamos em conta que em 1993, aproximadamente 68,5% da mão de obra nacional disponível foi absorvida pelo sector agrícola¹⁷³. Tanto mais que segundo o GUIA DO TERCEIRO MUNDO de 1993, a população activa no sector agrícola da Libéria naquele ano, foi inferior, cifrando-se em 59,2% do total¹⁷⁴.

¹⁶⁹ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 557.

¹⁷⁰ TUDOR, Gill (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-Sixth Edition, p. 553.

¹⁷¹ TUDOR, Gill (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-Sixth Edition, p. 553.

¹⁷² Considere-se bens transaccionáveis e não-transaccionáveis.

¹⁷³ TUDOR, Gill (1997), in *Africa South of the Sahara*, p. 550.

¹⁷⁴ TRICONTINENTAL EDITORA (1993), *Guia do Terceiro Mundo*, Lisboa, Junho de 1993, p. 244.

Independentemente da sua dotação factorial, a Libéria é no contexto de um país em guerra, o caso mais delicado, para a controvérsia do Ajustamento Estrutural à escala do Golfo da Guiné.

A economia nacional tem sido sistematicamente prejudicada pela apropriação por parte das facções armadas em conflito, de uma parte substancial dos recursos naturais existentes, no intuito de se auto-financiarem. Com efeito, grandes quantidades de madeiras e de minérios têm sido monopolizadas e por vezes vendidas em contrabando pelos beligerantes. As receitas deste comércio servem pois as necessidades do conflito armado, sem gerarem investimento em qualquer actividade produtiva.

Segundo estudo do Professor Jochen Oppenheimer sobre o caso de Moçambique, o impacte da liberalização dos mercados e dos preços, medida habitual dos PAE's, será reduzido num país em guerra, em particular se não for efectuada uma gestão eficaz da ajuda externa que por norma acompanha a aprovação de um PAE. Para além disso, assevera o autor que a revogação ou redução dos direitos na importação, naquele contexto, alimenta um tipo de comércio que “não deixa de enriquecer excessivamente uma minoria de intermediários urbanos¹⁷⁵ (comerciantes, traficantes de moeda e transportadores), excluindo a maioria da população do mercado em questão. Enquanto a guerra e insegurança prevalecerem, mantém-se também o reinvestimento dos lucros assim realizados no tipo de comércio que os geraram, assim como a sua canalização para o consumo ostentatório de produtos importados, ou a sua aplicação no estrangeiro¹⁷⁶ [...]. Em nenhum destes casos o potencial produtivo [de Moçambique] sai reforçado¹⁷⁷.

¹⁷⁵ No nosso estudo, considerem-se os indivíduos e outros agentes que integram a elite detentora de algum poder de compra, como acontece com os grupos militares que têm dominado a Libéria durante a guerra. Nessas condições, esses são os agentes beneficiários das divisas provenientes da ajuda externa.

¹⁷⁶ Naturalmente, pretende-se aqui sublinhar o risco da liberalização dos mercados como medida que no imediato, apenas sirva os interesses particulares dos agentes referidos, isto é, sobretudo, as suas necessidades de armamento.

¹⁷⁷ OPPENHEIMER, Jochen (1992), *Cooperação para o Desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique.*, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nº 16 e 17, 1992-1994, 171-208.

4.1.2.10 - Factores específicos da Nigéria¹⁷⁸

Quadro 12 - Comércio externo da Nigéria

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	12,566	9,534	11,671
Combustíveis	12,203	9,302	11,340
Cacau	258	83	93
Manufacturas
Total de importações (cif)	9,832	7,389	7,900
Bens alimentares	..	872	880
Combustíveis e energia	..	89	90
Bens de capital	..	1,833	2,368

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 382

Mau grado as inúmeras intervenções das instituições de Bretton Woods nos Planos de Desenvolvimento das autoridades nigerianas¹⁷⁹, quer no domínio da diversificação da indústria mineira, quer no desenvolvimento das manufacturas, e quer ainda na tentativa de obter a autosuficiência alimentar, as ilações possíveis de um quadro da composição do comércio externo nacional, são de que o seu padrão não se alterou consideravelmente.

Apesar dos abundantes recursos agrícolas e minerais, a Nigéria está classificada como um país de rendimento baixo pelo Banco Mundial¹⁸⁰.

Sendo o país mais populoso da África Subsariana¹⁸¹, possui ampla força de trabalho e um sector privado de elevado potencial empreendedor, mas herdou igualmente uma heterogeneidade étnica e tensões socio-políticas que afectam as instituições e têm contribuído para a corrupção generalizada.

A produção de petróleo constituiu em 1995, aproximadamente 49% do PIB, mais de 97% do volume das exportações e 83% da receita orçamental. Apesar de uma política de preços que favoreceu a produção agrícola de subsistência, bem como comercial, e que se repercutiu numa taxa de crescimento do PIB real de 5% entre 1987 e 1992, a verdade é que o poder de compra nacional se encontra ainda demasiado dependente das flutuações dos preços internacionais do

¹⁷⁸ Ver Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 749-750.

¹⁷⁹ Nomeadamente desde Julho de 1986, segundo SYNGE, Richard (1997), in *Africa South of the Sahara*, p. 737.

¹⁸⁰ THE WORLD BANK (1997), World Development Indicators, interior capa; Ver índice da dissertação, alínea 5. 1.

¹⁸¹ Abrange cerca de 20% da população da região.

petróleo:

Em Dezembro de 1994, o aumento do PIB real havia estagnado em 2,5%. O valor acrescentado no sector das manufacturas¹⁸², em declínio desde 1991, voltara a cair em cerca de 2,8%¹⁸³. Ora a diminuição no output do sector, à semelhança da situação vivida nos restantes países da região, está estreitamente relacionada com a dependência da manufactura em matérias primas e componentes importadas. Em virtude da diminuição das reservas em divisas provocada pela flutuação dos preços do petróleo, o sector manufactureiro sofre de uma séria escassez de inputs.

Nesta medida, e perante a inflação causada pela queda dos preços do petróleo no ano fiscal de 1994¹⁸⁴, compreende-se o esforço do governo nacional no sentido de prover à diversificação dos produtos não-petrolíferos, para exportação e para consumo doméstico. Assim acontece com o gás natural, cujas reservas do país são as maiores de África; no entanto, a sua exploração, grandemente participada pelo sector privado, é ainda recente e ténue.

Por outro lado, no sector agrícola¹⁸⁵, somente o cacau (e em termos residuais o amendoim e o algodão) contribui para as exportações nacionais. Contudo, a deterioração das plantações, baixos preços ao produtor, elevadas quantidades de contrabando para países vizinhos e finalmente as oscilações nos preços internacionais, são factores que têm reduzido a referida contribuição¹⁸⁶.

Relativamente à política cambial, só em 1996 as autoridades nacionais optaram definitivamente por um mercado autónomo de divisas, facilitando o acesso aos agentes económicos¹⁸⁷.

A partir de 1995, o governo contornou o défice orçamental, negociando contratos de exploração petrolífera mais favoráveis aos grupos privados, reduzindo a margem da Despesa Pública nesse sector. Paralelamente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado introduzido em Janeiro de 1994, aumentou a receita fiscal a partir desse ano.

Tendo controlado o défice orçamental, reestabelecido um mercado de divisas autónomo e permitido maior margem de manobra aos investidores estrangeiros nos contratos negociados, o governo da Nigéria poderá ter estabilizado a economia.

Porém, a competitividade das suas exportações debate-se habitualmente com problemas de inflação causados em parte por uma moeda sobrevalorizada. A este nível, o ajustamento deixou a

¹⁸² Saliente-se que de acordo com estatísticas de WORLD BANK (1997), World Development Indicators, Tabela 4.2 Structure of Output, p. 135, o valor acrescentado das manufacturas da Nigéria era de 8% do PIB em 1980, mantendo-se em apenas 9% em 1995.

¹⁸³ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 377.

¹⁸⁴ Segundo dados de WORLD BANK (1997), World Development Indicators, Tabela 4.20 Inflation, p. 206, o índice de preços no consumidor na Nigéria durante o período 1990-95, foi de 49,1%.

¹⁸⁵ Como atrás referimos, a despeito dos seus abundantes recursos.

¹⁸⁶ SYNGE, Richard (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, p. 738.

¹⁸⁷ Ver alínea 4. 2.2.4

desejar:

Finalmente, deve relembrar-se que o comércio externo da Nigéria tem enfrentado a concorrência dos países da Zona Franco, pelo impacto da desvalorização de 1994.

4.1.2.11 - Factores específicos de São Tomé e Príncipe¹⁸⁸

Quadro 13 - Comércio externo de São Tomé e Príncipe

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	7	6	8
Cacau	6	5	6
Copra	1	0	0
Manufacturas	..	0	0
Total de importações (cif)	24	31	33
Bens alimentares	7	5	..
Combustíveis e energia	..	2	..
Bens de capital	9	12	..

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 450

Desde 1987, momento da adopção, por parte do governo sãotomense, de um típico P.A.E financiado pelo Banco Mundial e pelo F.M.I., e posteriormente pelo ADB, São Tomé e Príncipe tem encontrado dificuldades em controlar os seus défices orçamental e comercial, especialmente pela ineficácia das políticas de preços e de estímulo às exportações, levadas a cabo até 1994. No período 1990-94, estimativas do Banco Mundial apontam para um crescimento do PIB real de apenas 1,4%¹⁸⁹.

Em 1994, o balanço das transacções correntes foi negativo, num montante equivalente a 9,6% do PIB¹⁹⁰. Por sua vez, a inflação aumentou de 20 para 40% entre 1993 e o ano seguinte. O défice comercial verificado deriva da tendência decrescente dos preços mundiais do cacau, claramente o principal produto de exportação, a par de um nível de importações estável, a custos mais elevados nos últimos anos.

Em 1994, em razão de uma política monetária expansionista que alargara a discrepâncias entre os câmbios oficial e paralelo, o Banco Mundial ameaçou suspender os créditos para ajustamento,

¹⁸⁸ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 806.

¹⁸⁹ Segundo WORLD BANK (1996), *African Development Indicators*, Tabela 2-1. Gross domestic product, real, p. 18, o PIB real de São Tomé e Príncipe manteve-se entre 1985 e 1994, numa média (aritmética) anual de 57,5 US\$ milhões, a preços constantes de 1987.

¹⁹⁰ Note-se que segundo SEIBERT, Gerhard (1997), in *Africa South of the Sahara*, p. 802, a Balança de Transacções Correntes de São Tomé e

tanto mais que as autoridades tardavam igualmente na implementação de reformas na função pública local. No ano seguinte, a reacção governamental traduziu-se num aumento do preços dos combustíveis em cerca de 25%, num aumento das taxas de juros de cerca de 35 a 50%, e no despedimento de 300 funcionários públicos, numa altura em que a despesa em salários com a função pública representava 4,1% do PIB¹⁹¹. Note-se também que o fornecimento de energia eléctrica na capital se realiza por intermédio de geradores, cujo funcionamento depende de combustível importado¹⁹².

Por outro lado, a economia nacional permanece dependente da importação de bens de capital essenciais e de manufacturas, apesar de um sector industrial que em 1995, representou cerca de 25,7 do PIB.

A estratégia de ajustamento estrutural levada a cabo em São Tomé e Príncipe tem pecado por uma ineficaz afectação de recursos, incluindo aqueles provenientes da ajuda externa, e por uma liberalização de mercado demasiadamente lenta. No entanto, o país figura entre os países que mais beneficiam do financiamento internacional¹⁹³, calculado numa base per capita.

A genuína política de incentivo ao investimento privado, nacional e estrangeiro, bem como a desregulamentação do comércio externo, só foram plenamente oficializadas com o Código do Investimento de 1992.

Os resultados globais de tal estratégia são ilustrados por uma agricultura actualmente algo mais diversificada. Segundo dados do Banco Mundial, a produção de bananas e de milho aumentou entre 1992 e 1994. Mas nas pescas, o país carece de embarcações mais modernas e de maior alcance, por forma a possibilitar a pesca em alto mar e satisfazer a procura interna.

As prioridades de desenvolvimento para a economia são hoje ainda elementares, já que passam pela resolução de “rigidezes” estruturais que se mantêm à revelia da intervenção do Banco Mundial e do F.M.I. A capacidade utilizada na produção permanece baixa em percentagem, particularmente no sector agrícola, o que representa perdas no contexto da procura interna mas também considerando que o mercado angolano, bastante mais amplo, é tradicionalmente um mercado de exportação importante para o país.

Finalmente, refira-se que as receitas geradas pela exploração do potencial turístico do país são

Príncipe registou no período 1991-93, um superavit correspondente a 1,3% do PIB.

¹⁹¹ Em causa estava o desbloqueamento de uma nova tranche de crédito, negociada nesse ano com as instituições de Bretton Woods, no âmbito da Facilidade para Ajustamento Estrutural (S.A.F.).

¹⁹² Cf. SEIBERT, Gerhard (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, p. 804-805.

¹⁹³ Segundo dados das Nações Unidas, em 1993, São Tomé recebeu oficialmente assistência para o desenvolvimento no valor de 378 US\$ per capita, o mais alto valor no conjunto dos P.E.D.'s.

ainda limitadas, dadas as lacunas em infraestruturas, só recentemente contrariadas, através da construção de novos empreendimentos. Na verdade, a dinamização dos serviços turísticos nacionais deverá colmatar ainda preços elevados e uma insuficiente promoção.

4.1.2.12 - Factores específicos da Serra Leoa¹⁹⁴

Quadro 14 - Comércio externo da Serra Leoa

(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	127	118	42
Diamantes	28	30	22
Cacau	27	55	0
Manufacturas
Total de importações (cif)	150	149	137
Bens alimentares	52	52	74
Combustíveis e energia	23	29	24
Bens de capital	8	6	3

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 466

Desde 1990, a Serra Leoa tem desenvolvido esforços no sentido da flexibilização do seu regime cambial e na remoção das barreiras legais ao comércio externo, designadamente registos e licenças de importação e exportação (excepto nos casos do ouro e dos diamantes). Contudo, as necessidades patentes na composição das importações e a realidade da economia enquanto profundamente dependente de uma actividade agrícola de subsistência¹⁹⁵, levam-nos a questionar os reais progressos do ajustamento estrutural no país até à data.

Na verdade, o sector primário emprega mais de metade da população activa¹⁹⁶ e nele se obtêm aproximadamente 70 colheitas diferentes, das quais apenas algumas são exportadas, destacando-se o café e o cacau. Registe-se de passagem que tais produtos são cultivados por menos de 10% dos agricultores nacionais¹⁹⁷.

Actualmente, a extração mineira constitui um enclave de actividades capital-intensivas na economia a que se devem a maioria das receitas da exportação. Ora no que respeita aos diamantes, as autoridades têm revelado grandes dificuldades em contrariar o contrabando de

¹⁹⁴ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 857-858.

¹⁹⁵ Segundo BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara*, p. 852, os produtos agrícolas representaram apenas 8% das exportações totais da Serra Leoa em 1993.

¹⁹⁶ Ver alínea 5.2

consideráveis volumes da produção, apesar da despesas em segurança no sector.

A Serra Leoa foi nos últimos anos¹⁹⁸ um país marcado pela instabilidade política, de tal forma que os conflitos deflagrados entre 1994 e 1995, devido a despesas na segurança dos civis, provocaram um aumento do défice orçamental no ano fiscal de 1995, para 7,3% do PIB, contrariamente aos 5,2% previstos pelo governo.

Segundo o Banco Mundial, trata-se da maior lacuna das autoridades leonesas, na prossecução das reformas de ajustamento estrutural, dado que mediante o seu apoio, o do F.M.I., o da União Europeia, o do ADB e o do Reino Unido, têm progredido satisfatoriamente na estabilização da economia.

Com efeito, o Banco Mundial constata com agrado¹⁹⁹ os resultados da rigorosa disciplina orçamental aplicada pelo governo desde 1990. A receita fiscal passou de 9,2% do PIB em 1989, para 14% no ano fiscal de 1994, tendo o défice orçamental diminuído respectivamente de 9 para 6,3%. Paralelamente, a política monetária mais restrictiva tem realizado progressos na redução da inflação. Entretanto, a desregulamentação das taxas de juros de crédito a partir de Abril de 1990, e a crescente intervenção do Banco Central através de operações de mercado, criam a expectativa de maior credibilidade interna e maior confiança por parte dos investidores estrangeiros. Para além do mais, com a passagem dos juros dos Bilhetes do Tesouro de 8% em Junho de 1994 para mais de 30% em Junho de 1996, o nível da poupança interna será favorecido e as fugas de capital desencorajadas, segundo prevê o próprio Banco Mundial.

Contudo, a fragilidade estrutural da economia é ao fim de quase uma década de reformas ainda bem patente, se considerarmos a dependência na importação de bens alimentares de primeira necessidade e em manufacturas básicas, para além dos previsíveis bens de capital. No seu conjunto, estas importações equivaleram em 1994 a cerca de 81% do valor total das importações nacionais²⁰⁰.

Mesmo considerando o impacto negativo dos conflitos internos no comércio externo do país, nomeadamente o aumento da importação de equipamento militar em detrimento de bens de primeira necessidade como o arroz e o petróleo, ocorrido em 1995, os progressos verificados na exploração dos recursos naturais em tempos de estabilidade não garantiram todavia uma

¹⁹⁷ BUREN, Linda Van (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, p. 851.

¹⁹⁸ As primeiras eleições legislativas e presidenciais democráticas em praticamente 30 anos, foram realizadas em Fevereiro e Março de 1996, com uma participação de cerca de 60% do eleitorado, apesar das investidas de forças rebeldes e da deslocação de 2 milhões de cidadãos nacionais. CF. WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 462.

¹⁹⁹ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 462.

²⁰⁰ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 857.

autonomia considerável para a economia.

Significa isto que por um lado, é compreensível um choque inflacionário provocado pelo recrudescimento dos confrontos internos e acentuado pelo aumento dos preços de bens de primeira necessidade na importação, situação que se reflectiu em 1995 numa despesa acrescida em produtos alimentares²⁰¹.

Mas por outro, constatamos que se as reformas de ajustamento estrutural permitiram maior estabilidade macroeconómica e uma política fiscal mais eficaz, não obtiveram o mesmo sucesso na promoção do crescimento do PIB, avaliando por dados do Banco Mundial²⁰².

4.1.2.13 - Factores específicos do Togo

Quadro 15 - Comércio externo do Togo
(US\$ milhões)

	1985	1994	1995
Total de exportações (fob)	282	226	298
Algodão	26	52	84
Fósforo	95	66	76
Manufacturas	47
Total de importações (cif)	348	248	343
Bens alimentares	87	106	..
Combustíveis e energia	20	22	37
Bens de capital	52	41	70

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 499

Entre 1983 e 1989, as autoridades do Togo concretizaram reformas de estabilização e ajustamento que colocaram o seu país na vanguarda do crescimento económico africano. A par de medidas de liberalização, o governo aperfeiçoou o sistema fiscal, aumentando a receita pública.

Por outro lado, a economia nacional desenvolveu um dinâmico sector de serviços de transporte de mercadorias²⁰³, que através de uma rede de autoestradas liga a capital e principal porto, Lomé, com as fronteiras do Sahel, a norte. Igualmente dinâmico tornar-se-ia o sector bancário, que servia²⁰⁴ toda a região nos anos 80.

Actualmente, o sector terciário do Togo, contrariamente ao que se verifica na generalidade das

²⁰¹ Cf. Quadro Nº 14, p. 84.

²⁰² Segundo WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 465, o PIB da Serra Leoa cresceu no período 1985-95, numa média anual de -2,0%, apenas tendo aumentado em 3,5% no ano de 1994.

²⁰³ Largamente dominado pelo sector privado.

economias do Golfo da Guiné, constitui pela sua actividade cerca de 42% do PIB. A este nível, o ajustamento estrutural gerou investimento e contribuiu economicamente para além da estabilização, isto é, para o crescimento.

Em termos das suas vantagens comparativas, a economia conta com abundantes recursos agrícolas, e apesar de grandes disparidades climáticas entre um sul mais fértil e um norte mais seco e mais carente, alcançou a partir de finais de 1995, a autosuficiência alimentar, segundo dados do Banco Mundial de 1996²⁰⁵

No entanto, as receitas de exportações permanecem dependentes da produção de algodão e de fósforo, como se constata no Quadro 15 atrás exposto.

Entretanto, entre 1991 e 1993, a instabilidade política paralisou a administração pública²⁰⁶ e originou uma abrupta degradação das infraestruturas, em particular da rede viária. A crise económica seria global, com sérias consequências para a esfera social²⁰⁷, agravadas pela queda pronunciada do investimento público e privado. Nesse período, as importações de bens alimentares foram inevitáveis, e representaram mesmo a maior parte do valor total das importações²⁰⁸.

Em contrapartida, o Togo é membro da Zona Franco, pelo que a economia nacional beneficiou da desvalorização de 1994. A actividade privada retomaria alento num clima de maior confiança, tendo o governo subsequentemente aplicado medidas de ajustamento de preços com vista à contenção da inflação. Para 1994 e 1995, dados do Banco Mundial indicam um crescimento do PIB real da ordem de 14 e 8%, respectivamente.

Contudo, o Togo debate-se nos nossos dias com um conjunto de “rigidezes” estruturais típicas dos seus países vizinhos e da África Subsariana em geral. Como referimos, a sua actividade sectorial possui uma base relativamente diversificada, inclusivé ao nível da indústria de pequena escala²⁰⁹, mas o sector agrícola deverá procurar sérios ganhos de produtividade que passam pela utilização acrescida da terra cultivável, e pela diversificação dos produtos, como condição para a manutenção da autosuficiência alimentar. Nesse contexto, as melhores perspectivas advêm ainda da cultura e exportação de algodão.

²⁰⁴ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 496.

²⁰⁵ WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 496.

²⁰⁶ Entre 1991 e 1993, o PIB real caiu em cerca de 22% e as despesas de investimento diminuíram em cerca de 75%, segundo WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, p. 496.

²⁰⁷ Ver alínea 5. 3.

²⁰⁸ Ver quadro Nº 15, p. 86.

²⁰⁹ Note-se o nível da exportação de manufacturas cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 1008

Urge ainda a recuperação do sector financeiro, e das infraestruturas, em todos os aspectos.

Trata-se objectivos de ajustamento, que por ora estão por cumprir.

Esses requerem doravante, uma abordagem capaz de inverter o endividamento exponencial nacional e de praticamente todos os países da África Subsariana, não obstante as sistemáticas negociações de reescalonamento e perdão da dívida, no seio dos Clubes de Paris e Londres.

4.1.2.14 - O padrão de comércio actual e a diversificação das exportações

Na síntese que acabámos de fazer sobre os factores específicos nacionais que contribuíram e/ou impediram o sucesso dos PAE's no desenvolvimento do comércio e na sua diversificação, sobressaiem duas noções.

Em primeiro lugar, a de que nos últimos 2 a 3 anos alguns sectores de alguns países, num ambiente macroeconómico mais estável e flexível, conheceram alguma expansão. Com efeito, determinadas indústrias de manufacturas e certos serviços como o turismo, apresentam boas perspectivas de crescimento a médio prazo, em certos países.

Em segundo lugar, a noção de que apesar de alguns sinais de recuperação, e tendo em conta os recursos naturais da região, em rigor, as instituições de Bretton Woods e as autoridades nacionais não criaram em mais de uma década de ajustamento estrutural, condições para uma substancial diversificação do comércio externo das economias do Golfo da Guiné.

Quadro 16 - Competitividade das exportações dos países do Golfo da Guiné

(crescimento nominal das exportações no período 1988-89 a 1993-94)
(Valores percentuais)

	Média Anual	Devido à procura mundial	Devido a quotas de mercado	Devido à diversificação das exportações
Benim	10,6	4,9	7,3	-1,7
Camarões	-0,4	4,2	-4,2	-0,2
Costa do Marfim	2,6	4,7	-1,2	-0,8
Gabão	11,2	4,1	6,9	-0,2
Gana	5,8	3,1	1,6	1,0
Guiné-Bissau	3,6	4,5	-2,0	1,1
Guiné-Conakry	31,2	6,0	24,8	-0,8
Guiné Equatorial
Libéria
Nigéria	5,1	4,2	0,6	0,3
São Tomé e Príncipe
Serra Leoa	0,1	3,1	-4,1	1,2
Togo	-9,4	4,6	-13,3	-0,1

Fonte: Adaptado de WORLD BANK (1997), World Development Indicators, Tabela 5.7, pp. 257-258

Os dados apresentados neste quadro sugerem que o principal factor de aumento das exportações dos países em questão, naquele período, foi a expansão do comércio mundial e a procura das suas exportações tradicionais, incluindo ao nível regional, exceptuando os casos do Benim, do Gabão e da Guiné-Conakry, que para além de beneficiarem daquele factor, alargaram claramente as suas quotas de mercado.

Nesses casos, existe uma correlação positiva e lógica entre o acentuado aumento das exportações desses países e a expansão das suas quotas de mercado.

Mas em suma, importa salientar que não existe necessariamente essa correlação²¹⁰, e que sobretudo, não se registam níveis significativos de diversificação de exportações neste conjunto de economias.

²¹⁰ Note-se a partir dos dados apresentados, que países como a Costa do Marfim, o Gana e a Nigéria, obtiveram um aumento global das suas exportações, sem contudo alcançarem maiores quotas de mercado.

Na verdade, numa publicação do ano corrente, o Banco Mundial refere que, enquanto os padrões do comércio internacional continuam a evoluir, constata-se que no mesmo período²¹¹, entre os países cujo volume de exportações aumentou, muitos diversificaram simultaneamente as mesmas. No entanto, segundo a mesma fonte, a estratégia de diversificação surge frequentemente em alternativa a perdas acentuadas de quotas de mercado nacionais²¹².

4.1.3 - A evolução dos termos de troca dos países da África Subsariana

Pese embora o ajustamento estrutural, a preponderância dos produtos de base na composição das exportações dos países em análise, bem como a sua dependência em bens de capital e manufacturas importados, são os principais factores explicativos da deterioração dos termos de troca que afecta não somente esses, mas toda a África Subsariana em geral.

Rigorosamente, esses dois factores tornam-se decisivos para a evolução dos ditos termos de troca, na medida em que estão associados à elasticidade da procura mundial dos variados tipos de bens. Isto é, a situação dos países subsarianos é tanto pior quanto persista ou se agrave a tradicionalmente reduzida elasticidade-rendimento da procura dos seus parceiros comerciais, em relação às suas exportações.

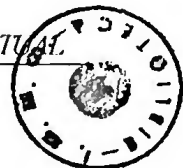
Considerando que a elasticidade-rendimento da procura mundial de matérias-primas é por norma baixa, e que essas constituem ainda hoje as principais exportações da região, compreende-se que os preços relativos desses produtos tenham tendência para a baixa.

Os prejuízos que decorrem para os países em questão são agravados pela semelhante inelasticidade-preço da procura e da oferta mundiais numa grande parte dos produtos de base.

O panorama descrito através do quadro 17 ilustra em última análise, a instabilidade das receitas de exportação dos países que aqui estudamos, por sua vez um factor de imprevisibilidade nas taxas de crescimento das respectivas economias.

²¹¹ À escala mundial.

²¹² WORLD BANK (1997), World Development Indicators, Quadros 5.7a e 5.7 b, pp. 258-259.



Quadro 17 - Evolução dos Termos de Troca dos países do Golfo da Guiné

(Ano base: 1987=100)

	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
África	145	120	101	100	97	96	99	94	93	90	92
Subsariana											
Benim	111	120	106	100	109	98	105	111	100	100	108
Camarões	163	170	133	100	84	82	72	85	83	99	107
Costa do Marfim	79	96	100	100	93	79	71	65	69	67	67
Gabão	206	188	105	100	94	96	112	99	98	95	86
Gana	155	92	103	100	95	81	76	78	73	65	74
Guiné-Bissau	30	95	82	100	86	81	76	84	163	136	118
Guiné-Conakry	..	120*	113	100	88	99	100	94	83	78	74
Guiné Equatorial
Libéria
Nigéria	249	198	96	100	84	103	122	101	96	89	78
São Tomé e Príncipe	110	93	86	100	117	84	104	54	51	57	55
Serra Leoa	110	98	105	100	115	106	99	108	101	97	97
Togo	95	106	108	100	101	104	106	104	105	98	96
Toda a África	152	127	102	101	96	96	96	94	92	88	89

Fonte: Adaptado de WORLD BANK (1996), World Development Indicators, Tabela 5-15. Terms of Trade, p. 87

Nota: Valor assinalado com *, adaptado de WORLD BANK (1996), Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Tabela 3, p. 210

Naturalmente, na evolução dos termos de troca transparecem alguns excepcionais casos de países cuja situação pouco se deteriorou a esse nível, e cujo volume de comércio externo tendeu a aumentar, como o Benim, os Camarões e a Guiné-Bissau.

No caso dos Camarões, até 1993, o declínio ou as flutuações dos preços do cacau e do petróleo, as suas principais exportações, foram compensadas por aumentos na produção e exportação de petróleo, e por uma dinamização das exportações de manufacturas²¹³.

Em contraste, o Gabão, país muito rico em recursos naturais, não beneficia de forma alguma dos seus termos de troca. Ao depender essencialmente da exportação de produtos de base como o petróleo, cujo preço no mercado mundial caiu vertiginosamente a partir de 1986²¹⁴, e das madeiras, elevou os volumes de exportação dessas matérias, mas não diversificou o seu padrão de comércio²¹⁵.

Como sabemos, os termos de troca foram em parte influenciados por factores internos a essas

²¹³ Ver quadro Nº 5, p. 65.²¹⁴ Ano em cuja queda foi de cerca de 50%, para o crude.²¹⁵ Ver Quadro Nº 7, p.70.

economias, designadamente a estratégia de substituição de importações e a sua inerente tributação, geradora de um aumento no seu preço relativo. Factores como este, acompanharam a queda mundial dos preços de algumas das suas exportações vitais, nas décadas de 70 e 80²¹⁶.

Para todos os efeitos, actualmente, os dados sobre a evolução dos termos de troca que apresentámos parecem confirmar para a região, aquilo que Prebisch e Singer prognosticavam para os P.E.D.'s em geral, nas suas famigeradas teses dos anos 50.

4.2 - Estratégias comerciais e as principais políticas sectoriais nos países da África Subsariana: a genealogia de um legado comum

Uma análise do grau de industrialização de uma economia, implica naturalmente o conhecimento da distribuição do seu PIB por sectores, bem como das políticas macroeconómicas subjacentes. Realizaremos especificamente neste capítulo, uma síntese das políticas fiscal e cambial. Sem tais referências, não poderemos efectuar uma leitura objectiva do comércio externo no país.

4.2.1 - Política fiscal e ajustamento: o papel das autoridades nacionais

O Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1991 do Banco Mundial, expôs a orientação unânime na instituição, no sentido da consolidação urgente de uma abordagem do desenvolvimento, favorável ao mercado. Na exposição era uma vez mais reiterada a necessidade de uma desregulamentação da actividade económica, atribuindo-se ao Estado quatro domínios vitais de actuação: o investimento nos recursos humanos, a criação de um ambiente competitivo para as empresas, a abertura dos mercados ao comércio internacional, e a garantia de uma gestão macroeconómica estável.

Ora na concepção dos PAE's, **as estratégias comerciais de correcção de défices correntes implicam sistematicamente restrições orçamentais e taxas de câmbio reais competitivas**, para além da liberalização dos mercados financeiros e da privatização do sector público. Porém, como veremos na análise que se segue, o exercício da austeridade fiscal implica cortes massivos na Despesa Pública cuja gestão aparentemente não teve o devido acompanhamento em particular nos países da África Subsariana, por parte do Banco Mundial, e que resultaram até muito recentemente no agravamento das discrepâncias socioeconómicas nacionais.

²¹⁶ Ver tese p. 10.

Após o *boom*²¹⁷ dos produtos de base dos anos 70, cuja produção e/ou comercialização era nesse período grandemente monopolizada pelos governos nacionais²¹⁸, a Receita Pública daqueles países entrou em declínio, enquanto persistia a tradição de elevados níveis de Despesa.

Nos últimos anos, a conjugação de colectas fiscais e afectações de recursos ineficazes, de baixos níveis de investimento e de crescente dívida externa, e finalmente inesperados choques externos negativos, precipitaram os défices orçamentais combatidos pelos reformas dos PAE's.

Como sabemos, a eficácia da colecta fiscal de uma economia depende de factores estruturais variáveis, a saber:

- a desigualdade da distribuição do rendimento nacional;
- a estrutura do PIB por sectores de actividade e o respectivo grau de industrialização;
- quadro institucional, político e social nacional, associado ao peso dos diferentes *lobbies* (comerciais, industriais, etc.);
- a eficácia da Administração Pública.

Por outro lado, é necessário avaliar os recentes resultados da política fiscal das economias referidas com os dos demais instrumentos de política macroeconómica: a política monetária e a política cambial. Com efeito, políticas monetárias restrictivas têm acompanhado as reformas fiscais no âmbito dos PAE's, através do reforço de reservas obrigatórias no sistema bancário, e do controlo das taxas de juros. Contudo, tais medidas estrangularam o sistema e levaram frequentemente ao racionamento do crédito²¹⁹, bem como à fuga generalizada de capitais.

Paralelamente, as políticas de preços e de salários, contribuíram para os défices e para moedas sobreapreciadas. Por sua vez, a restrição monetária elevou as taxas de juro e acentuou essa sobreapreciação, por via da atração de novos capitais.

Ora a alteração sustentada da taxa de câmbio real não foi obtida, enquanto a restrição fiscal não foi acompanhada de desvalorizações nominais e de uma diminuição nominal de salários e de preços. Na verdade, os progressos realizados até hoje na correcção das contas nacionais são mais evidentes quando políticas fiscais restrictivas e estáveis, coincidem com taxas de câmbio reais, ou políticas monetárias, igualmente estáveis²²⁰.

Finalmente, refira-se que o relativo insucesso das políticas fiscais restrictivas no subcontinente, propulsionou o endividamento daqueles países, na medida em que após a eliminação dos

²¹⁷ Preços e volumes elevados de exportações.

²¹⁸ Em conformidade com a maioria dos casos nos P.E.D.'s.

²¹⁹ Acentuando-se as desigualdades de acesso ao crédito entre empresas privadas e estatais.

encargos nas transacções comerciais e as desvalorizações, o serviço da dívida se tornou mais oneroso.

Devido à sua base tributária interna limitada, e às já referidas perdas de receita fiscal por causa do colapso dos preços internacionais das mercadorias em geral, os governos nacionais induziram distorções no sector financeiro na tentativa de colmatar internamente os seus défices, recorrendo ao crédito dos Bancos Centrais. No dilema da liberalização comercial e da simultânea perda da sua principal fonte de receita fiscal, as referidas autoridades recorreram insistentemente ao financiamento externo.

Ora o recurso acrescido ao financiamento externo foi indispensável para as economias que mantendo os volumes de importação, dependiam das receitas de apenas umas ou duas exportações de matérias-primas. Mesmo no que toca aos países exportadores de matérias-primas de grande procura mundial, como o petróleo, o peso da sua dívida externa aumentou, em parte devido às suas dificuldades em equilibrar as finanças públicas.

4.2.1.1 - Défices Fiscais: uma tendência persistente, alguns progressos recentes

Com défices orçamentais da ordem dos 7% do PIB durante a década de 80, os países da África Subsariana chegaram aos anos 90 com resultados desencorajadores no que respeita às suas políticas fiscais, tendência que não foi ainda plenamente invertida.

²²⁰ Ver Anexo Nº 6.

Quadro 18 - Orçamento do governo central dos países do Golfo da Guiné

(% do PIB)

	Receita Corrente			Balanço Corrente			Superavit/Défi ce Global		
	1985	1994	1995	1985	1994	1995	1985	1994	1995
Benim	12,7	12,5	13,8	-4,7	-0,9	0,6	-4,7	-8,0	-10,5
Camarões	20,6	10,6	12,0	9,3	-6,2	-3,1	-1,5	-9,7	-4,3
Costa do Marfim	32,9	20,5	21,7	8,9	-5,6	-0,3	3,2	-9,5	-5,1
Gabão	38,4	25,1	30,5	22,5	3,9	8,7	-5,0	-1,8	3,0
Gana	11,3	23,7	22,3	0,1	4,8	4,9	-4,1	-6,8	-8,3
Guiné-Bissau	27,5	12,1	12,5	5,1	12,4	16,6	-54,1	-22,7	-20,4
Guiné-Conakry	..	10,4	11,0	..	4,5	6,1	..	-3,6	-2,5
Guiné	21,6	16,9	15,5	3,5	4,5	2,9	-2,5	-2,5	-2,4
Equatorial									
Libéria
Nigéria	12,4	10,9	22,2	4,2	-2,9	9,3	-2,8	-8,8	0,3
São Tomé e Príncipe	..	57,3	79,0	..	4,1	33,7	..	-49,3	-47,1
Serra Leoa	5,8	13,9	11,1	-8,6	-1,7	-3,7	-11,3	-6,2	-7,3
Togo	29,0	12,5	14,7	6,2	-10,8	-4,4	-6,1	-13,2	-8,4

Fonte: Adaptado de WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies

Nota: O Superavit/Défi ce Global representa a soma da Receita total e de todas as concessões (*grants*) recebidas, menos a soma da Despesa total e dos empréstimos concedidos pelo governo, menos os seus reembolsos

Se considerarmos o indicador do Défi ce Global, que inclui a importância dos encargos com juros da dívida pública, constatamos que apesar de consideráveis progressos, em casos como os do Gabão, da Guiné-Bissau e da Nigéria, as reformas fiscais implementadas no âmbito dos PAE's não alcançaram ainda amplamente o seu primeiro objectivo: o equilíbrio das finanças públicas dos países da região.

Por outro lado, se até meados da década de 90 os países com regime de câmbio flexível pareciam relativamente favorecidos no controlo do défi ce²²¹, os dados revelam hoje que as diferenças se desvaneceram. Tanto os países membros da Zona Franco²²², como países de regime cambial flexível²²³, partilham hoje dificuldades em reduzir défi ces orçamentais. Isto é, os dados indicam que actualmente, dado o peso insustentável da sua dívida externa e o difícil acesso a qualquer *funding* interno, a maioria dos países enfrentam o potencial risco de recorrerem a políticas fiscais inflacionárias ou de outro modo desestabilizadoras.

²²¹ *Adjustment in Africa – Reforms, Results, and the Road Ahead*, Publicado para o Banco Mundial por Oxford University Press, 1994.²²² Segundo os dados, destacando-se o Benim, os Camarões, a Costa do Marfim e o Togo.²²³ Caso do Gana.

Como tal, a situação fiscal dos países da região é ainda muito frágil, sobretudo porque por ora, dependem em grande medida do financiamento externo para equilibrarem as suas finanças públicas²²⁴.

4.2.1.2 - Redução da Despesa, mas aumento ténue da Receita

Essencialmente, o controlo do défice fiscal conseguido até aos nossos dias pelos países do Golfo da Guiné, deve-se à considerável contenção da sua Despesa Pública, política que como temos referido, integra as reformas de Ajustamento Estrutural, em particular desde 1994²²⁵. Porém, tais reformas incluíam medidas para o aumento da Receita, designadamente a mobilização da colecta, a privatização criteriosa das empresas públicas e a promoção das exportações. Nessa vertente, os progressos realizados são claramente insuficientes.

Relativamente à Despesa Pública, a reforma fiscal prevista nos PAE's originou cortes por vezes radicais por parte das autoridades governamentais, nas despesas correntes de capital, responsáveis pela maior fatia da Despesa Total²²⁶. Tal contenção tornou-se um factor de diminuição do défice, associado simultaneamente a uma gestão mais eficaz e menos restrictiva dos impostos sobre exportações.

Entretanto, os seis países do Golfo da Guiné membros da Zona Franco²²⁷ enfrentaram encargos acrescidos a partir da desvalorização do franco CFA de Janeiro de 1994. Na medida em que esta inflacionou o índice de preços no consumidor, as autoridades viram-se impelidas a conceder aumentos de salários no sector público, por exemplo no Benim²²⁸. A desvalorização provocou também a duplicação²²⁹ das taxas de juro da dívida externa total dos países da Zona, situação a que o reescalamento da dívida junto do Clube de Paris, não pôs amplamente côbro.

De qualquer forma, as tentativas de racionalização das despesas de capital proporcionariam uma ligeira diminuição do défice, por exemplo nos Camarões e na Costa do Marfim, entre 1994 e 1995.

²²⁴ Ver Anexo 7.4.

²²⁵ Ver WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies.

²²⁶ Ver Anexo 7.3.

²²⁷ Benim, Camarões, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão e Togo. Sobre as questões de política cambial e monetária na Zona Franco, ver alínea 4.2.2.5.

²²⁸ Cf WORLD BANK BOOK (1996), Trends in Developing Economies, pp. 48-50.

²²⁹ Na moeda nacional.

Não obstante, trata-se de uma política que foi conduzida de forma radical, contribuindo em particular para a degradação das infraestruturas. Tal “externalidade “ tem forçado os governos à redução de despesas elementares como a saúde e a educação, para retomar a manutenção das mencionadas infraestruturas²³⁰. Foi neste contexto que o Gana viu a sua Despesa Pública aumentar para 12,9% do PIB em 1995. Note-se igualmente a pressão recentemente exercida pelas despesas com a segurança e ordem internas, sobre os défices da Serra Leoa e do Togo.

Finalmente, cabe referir que as despesas de investimento dos países do subcontinente e do Golfo da Guiné continuam a provir do financiamento externo, como sugerem os dados do financiamento dos respectivos Orçamentos²³¹, e os Projectos de Investimento que a A.I.D. patrocina continuamente na região.

O peso que assim recai sobre a dívida daquelas economias está implícito no seu rácio do serviço da mesma²³².

Como veremos ainda, na perspectiva do ajustamento, o serviço da dívida permanece o obstáculo crónico ao sucesso das reformas na região, agravado por níveis tradicionalmente baixos de poupança interna. A verdade é que as políticas fiscais aplicadas não têm incentivado a poupança²³³. Nessa medida, a doutrina dos PAE's, independentemente da sua perspectiva sobre o prazo razoável para a obtenção de resultados, pecou e não parece estar ainda em poder de uma solução globalmente pragmática.

Relativamente à **Receita Pública**, as reformas de Ajustamento Estrutural implementadas por toda a região a partir de 1994, defenderam uma política fiscal de alargamento da base de tributação e de racionalização das taxas existentes, por forma a obter uma colecta mais eficaz.

Foi o caso do café e do cacau, cujas exportações deixaram de ser tributadas por países como a Costa do Marfim, até 1994. Nesse ano, alguns governos como o da Costa do Marfim reintroduziram impostos na exportação daqueles bens, mantendo essa fonte de receita, e reduzindo ligeiramente o défice no ano seguinte.

Outra medida fundamental seria a uniformização dos impostos directos e a introdução ou ampliação da incidência do IVA, processo a que o F.M.I. e o Banco Mundial prestaram

²³⁰ Assim se explica em parte a profusão de Projectos, apoiados pela A.I.D., de Investimento em abastecimento de águas e em vias de comunicação e transporte, a que a situação na região ainda hoje obriga. Ver alínea 2. 5.

²³¹ Ver ANEXO 7.4.

²³² Ver ANEXO 8.

²³³ Ver ANEXO 14.

assistência. **Algumas economias obtiveram receitas importantes da cobrança do IVA**, como o Benim, a Costa do Marfim, o Gana e o Gabão. No entanto, as medidas de ajustamento de preços requeridas na sequência da instauração daquele imposto não surgiram atempadamente, o que acentuou a escalada da inflação nacional²³⁴. No caso do Gana, o governo viu-se obrigado a retirar o IVA e a repôr impostos variáveis na venda dos produtos²³⁵.

Entretanto, uma substancial alternativa para a redução da Despesa e incremento da Receita foi o processo de privatização do sector público, responsável por grandes volumes de custos fixos estatais, ao nível dos salários da função pública e da manutenção das empresas públicas.

4.2.1.3 - As contradições da reforma do Sector Público

As instituições de Bretton Woods mantêm nos nossos dias pressões sobre os países da região para que intensifiquem os seus **processos de reestruturação da função pública, e de privatização das empresas estatais**.

Por um lado, os obstáculos estruturais e políticos às **reformas da função pública** em países como os da África Subsariana e do Golfo da Guiné neste caso, são sobejamente conhecidos, e persistem em larga medida. Efectivamente, os governos nacionais têm lidado com as “rigidezes” próprias de um aparelho de Estado extenso, e em muitos casos fortemente centralizador. Por conseguinte, a política de reestruturação não tem contado com o apoio de um mercado de trabalho flexível e diversificado, capaz de absorver as dezenas ou centenas de milhares de funcionários públicos exonerados, ou sujeitos a medidas administrativas semelhantes.

O equilíbrio do Déficit Orçamental através daquela política, não revelou a mesma eficácia em todos os países do subcontinente e da região, em virtude de realidades e dimensões político-económicas apesar de tudo diferentes, mas na verdade é um aspecto em que o ajustamento também está atrasado em relação aos seus objectivos. O sector público da região em geral carece ainda de eficiência e de transparência, para além de permanecer desproporcional em diversos países. O caso paradigmático desta contradição será sem dúvida o da Guiné Equatorial, cujo sector público ainda hoje representa 40,000 cidadãos, ou seja, cerca de 9% de uma população nacional total de 450,000²³⁶.

No que concerne ao desmantelamento dos obsoletos monopólios do Estado e à **privatização das**

²³⁴ Ver alínea 5. 3.

²³⁵ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 450

²³⁶ Cf. . WORLD BANK BOOK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 163.

empresas públicas, trata-se de um processo que tem decorrido de certo modo lentamente e envolto em determinadas contradições. Os programas de Ajustamento consideraram desde o início as privatizações como uma fonte de receitas destinadas ao equilíbrio dos défices públicos. As receitas libertariam lógica e simultaneamente os governos de uma fatia considerável da sua despesa.

Porém, a **ineficiência dos sistemas financeiro, bancário e de crédito nacionais**, para além da **falta de credibilidade das instituições**, viriam dificultar as operações de venda das ditas empresas. Os investidores privados nem sempre reagiram favoravelmente às operações de privatização, exceptuando em sectores potencialmente mais lucrativos, como o da extração mineira.

Saliente-se igualmente a rigidez do sistema fiscal, que não acarretou uma gestão adequada dos preços de serviços públicos como a água e a electricidade. A inacessibilidade dos preços de tais serviços, para além de redes de abastecimento ainda pouco desenvolvidas ou degradadas, explicam a desigual e escassa²³⁷ utilização da água canalizada e potável na região, segundo dados do P.N.U.D., de 1997²³⁸.

Em todo o caso, as privatizações geram fundos imediatos que se tornaram nos últimos anos, imprescindíveis no combate ao défice no subcontinente, e no Golfo da Guiné em especial.

Mas tal não impediu o atraso do processo de privatização, que decorreu da renitência do Estado em abdicar do monopólio em sectores vitais como os da água, da electricidade, dos transportes, das comunicações e das indústrias pesadas, típicas da região. Com efeito, apesar das insatisfatórias taxas de retorno do capital nelas investido, as empresas públicas classificadas como *estratégicas*, sendo as de maiores dimensões, conheceram processos que em certos casos estão ainda apenas agendados.

Note-se que não existiu por parte dos governos nacionais o conhecimento rigoroso dos resultados do seu investimento nessas empresas, sendo certo que os custos da sua manutenção obrigaram a políticas fiscais que expulsaram a iniciativa privada no mercado interno²³⁹. Como se constata na Tabela 3, o processo de privatização do sector não foi levado a cabo com uma regular e eficaz contabilidade dessas empresas.

²³⁷ Nos países do Golfo da Guiné, a média da população com acesso a água potável é de cerca de 40-50% do total.

²³⁸ Cf. P.N.U.D. (1997), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Tabela 7, Trinova Editora, Lisboa, p. 165.

²³⁹ A par dos tradicionais privilégios fiscais e de crédito outorgados às empresas públicas, estavam incluídas medidas como as barreiras não-tarifárias ao comércio e outras formas de protecção, como acesso preferencial a divisas.

Tabela 3 - Auditoria Financeira das Grandes Empresas Públicas dos países do Golfo da Guiné

(Dados sobre o final do ano de 1992)

País	Regularidade das auditorias
Benim	◐
Camarões	◐
Costa do Marfim	◐
Gabão	◐
Gana	○
Guiné-Bissau	○
Guiné-Conakry	○
Guiné Equatorial	..
Nigéria	◐
Serra Leoa	◐
Togo	○
Outros países subsarianos	
Malawi	●
Zimbabwe	●

Nota: ○ - Sem auditorias anuais regulares ◐ - Algumas firmas com auditorias anuais

● - Muitas firmas com auditorias anuais

Fonte: Staff do Banco Mundial; adaptado de *Adjustment in Africa - Reforms, Results, and the Road Ahead* (1994) Publicado para o Banco Mundial por Oxford University Press, p. 103

Esta é uma situação que se perpetuou até há cerca de dois anos, mesmo perante custos fixos inadmissíveis para o Estado. Na verdade, diga-se que é um comportamento político-económico que se verifica com contornos semelhantes, em inúmeros países industrializados.

Em contrapartida, muitos governos do Golfo da Guiné têm procurado equilibrar os seus défices aumentando as suas receitas orçamentais, na base de aumentos de produção em petróleo, o que acontece no Gabão e na Nigéria. A estratégia de expansão das indústrias pesadas locais, associada à expectativa da rendibilidade das grandes reservas existentes na região, alastrou-se e teve efeitos paralelos. Assim, alguns governos como o da Nigéria, têm incrementado a produtividade da exploração petrolífera, estabelecendo condições contratuais mais interessantes para os investidores privados, conforme referimos no âmbito da liberalização comercial.

Entretanto, de uma lista de cento e dez empresas estatais a privatizar publicada pelo governo nigeriano em 1988, num programa que incluía as companhias nacionais dos Caminhos de Ferro, de Telecomunicações e da Electricidade, em 1992, noventa dessas empresas tinham sido “transferidas” para o sector privado²⁴⁰. Mas até meados dos anos 90, os incentivos ao afluxo de capital privado nacional e estrangeiro não sortiram efeito, devido à reputação do aparelho de Estado como altamente corrupto, e por causa de um processo de privatizações que este último tornou “complicado”.

No caso dos Camarões, a privatização do sector público também foi morosa, em particular no sector bancário. O processo global só avançou decisivamente em 1990, quando quinze companhias foram privatizadas. Mas em 1994, apenas cinco de quinze empresas previstas foram transferidas para o sector privado, devido à grave situação financeira do conjunto. O processo só ganharia novo impulso a partir de 1996, com planos para a privatização das empresas estatais da Electricidade, dos Transportes Marítimos, dos Caminhos de Ferro, da Borracha, e da refinaria nacional do Açúcar.

O quadro é extensível a todos os países da região, como a Costa do Marfim, cujo processo foi acelerado pela Lei da Privatização de Junho de 1994. Também aí as perspectivas do governo foram modestas: até final de 1995, este previa a venda de oitenta empresas de um total de cento e quarenta. Só no ano corrente as autoridades entendiam completar o processo, sendo que as companhias nacionais de Telecomunicações, do Açúcar, do Óleo de Palma e a Refinaria de petróleo, foram vendidas em 1995²⁴¹.

Objectivamente, a reforma do Sector Público e especialmente a gestão das privatizações a que se assitiu nos últimos anos naquela região, iriam ainda sofrer tremendas contradições. Por outras palavras, as participações governamentais em *joint ventures* recentemente criadas com multinacionais nas indústrias de base por exemplo, quando não demasiado onerosas para o país, só deverão garantir lucros no próximo século. As instituições de Bretton Woods incentivaram nomeadamente nos últimos anos, consórcios entre governos e investidores estrangeiros, em que a participação dos primeiros serviu como fonte de liquidação de compromissos com a dívida externa.

Mas o processo foi globalmente encarado numa perspectiva redutora e de curto-prazo, na medida em que as receitas geradas não permitiram posteriormente uma melhoria clara das

²⁴⁰ Cf. SYNGE, Richard (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-sixth Edition, London, p. 737.

finanças públicas das economias do Golfo, nem na óptica da Despesa, nem na óptica da Receita²⁴².

Com a exploração de vários dos seus sectores vitais²⁴³ por multinacionais, as economias da região sofreram pressões na sua BTC por via da importação acrescida de bens intermédios e de capital. Tais pressões não foram compensadas pela acumulação de receitas, dados os termos frequentes dos contratos firmados.

Estes incluíam facilidades à repatriação de capitais por parte dos investidores estrangeiros, acordo por ventura indispensável, mas incluíram na maioria dos casos, concessões que exerceram um considerável²⁴⁴ efeito de expulsão do investimento privado nacional. Entre outras, contam-se medidas como a atribuição de isenção fiscal para prazos de dez anos, em média.

Perante volumes de poupança interna que pouco se alteraram²⁴⁵ desde o início da década de 90, justificam-se assim as críticas àquele género de *joint ventures* e ao papel das multinacionais nas economias em desenvolvimento, cujo debate nos meios económicos e políticos decorre desde o *boom* do I.D.E, de meados dos anos 80. A actividade das multinacionais nos países do Golfo da Guiné em particular, não contribuiu significativamente para uma alteração positiva da estrutura daquela economias, nem tão pouco dos rendimentos nacionais. Ao contrário, verifica-se a sua tendência para promover os interesses de uma minoria de agentes, industriais e gestores, cujos benefícios apenas se reflectem nos salários dos trabalhadores desses “sectores modernos”. Na verdade, as multinacionais concentraram factores na produção de bens cuja procura local é limitada, e se escoia em grande parte nos mercados externos.

Numa óptica de ajustamento estrutural, não foram assim criados mecanismos de disseminação do *know-how* trazido e investido nas indústrias da região.

²⁴¹ Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, pp. 337-38.

²⁴² Ver ANEXO 7.1.

²⁴³ Como o das indústrias mineiras locais.

²⁴⁴ Ainda que dificilmente quantificável.

²⁴⁵ Ver ANEXO 14. A excepção será o ano de 1994, em que as melhorias verificadas nos países da Zona Franco se devem em parte à desvalorização do CFA desse ano.

O “estado subsariano” conserva direitos sobre a exploração desses sectores, mas a margem de lucro de que abdica, não é compensada pelo crescimento do investimento local²⁴⁶ nas indústrias afins, perdendo-se a possibilidade de geração de núcleos dinâmicos a que M. Porter chamaria “clusters industriais”. Aliás, **a utilização sistemática de tecnologia capital-intensiva pelas multinacionais na região, em pouco serviu para o desenvolvimento das indústrias manufactureiras trabalho-intensivas**, que apesar de menos competitivas em preços do que as do Sudeste Asiático, têm grande potencial no Golfo da Guiné.

A concepção neoclássica dos ganhos de eficiência decorrentes das privatizações, como resposta à rigidez do monopólio de Estado, esteve longamente subjacente aos PAE’s. Mas a sua concretização não passou pela indução na Administração Pública local, da capacidade essencial de combater a corrupção e de corrigir distorções nos preços, isto é, nas leis da oferta e da procura.

O papel da política fiscal como adjuvante da liberalização comercial nos países do Golfo da Guiné, careceu até hoje de articulação entre governos e credores internacionais. Os PAE’s adoptados de há cerca de dois ou três anos a esta parte, por sua vez, não produziram ainda alterações sensíveis nem na poupança, nem no investimento nacionais, segundo os dados oficiais. O certo é que após a necessária liberalização, constata-se precisamente que aquela foi levada a cabo de uma forma desapoiada. Nenhuma fonte alternativa de receita fiscal veio compensar imediatamente as perdas resultantes da eliminação dos impostos nas transacções comerciais. Por via dos cortes massivos na Despesa Pública, as infraestruturas degradaram-se e o investimento privado nacional tendeu a cair.

Em suma, a reforma do sector público e das políticas fiscais deveria ter sido objecto de uma calendarização mais rigorosa consoante os países, ainda que o objectivo comum de racionalizar e uniformizar a estrutura tributária se mantivesse.

No caso específico da liberalização comercial, as reformas no sector exportador foram mais radicais e pesaram fortemente no défice. Este foi largamente financiado no exterior, pelo que foi um factor de agravamento do problema da dívida²⁴⁷.

Finalmente, a queda de investimento que poderá ter provocado a contenção nos gastos públicos, não foi contrariada por estímulos à poupança interna. Actualmente, a situação a esse nível, em

²⁴⁶ Público e privado.

²⁴⁷ Ver alínea 5. 4.

termos globais, não difere muito da que se vivia no início da década.

4.2.1.4 - Barreiras internas ao Ajustamento Estrutural

Como é conhecido, a execução dos Programas de Ajustamento Estrutural tem enfrentado barreiras levantadas no âmbito de todas as políticas que abrange. Assim tem acontecido por parte dos grupos de interesse político-económicos, e dos próprios mercados, em que se destaca a rigidez dos preços.

Para uma análise rigorosa do impacte do ajustamento nas economias do subcontinente, cabe pois referir os obstáculos erguidos durante e posteriormente à prossecução das reformas. Esta ressalva é uma condição *sine qua non* para a avaliação dos indicadores macroeconómicos mais recentes.

Como tal, mencionemos as diversas resistências encontradas pelas autoridades nacionais em todo o processo. A respeito da reestruturação da função pública e da desregulamentação comercial, essas têm sido bastante avultadas. De facto, uma parte considerável do sector público, **funcionários e empresários cuja sobrevivência dependia de privilégios estatais** mais ou menos divulgados, tem restringido a cadência e a articulação das reformas.

No âmbito da uniformização da base de tributação, **a evasão fiscal** foi de certo o maior desafio defrontado pelos governos. Os problemas subsistem, como atesta o caso dos Camarões, que segundo dados de 1997, viu o seu défice orçamental agravar-se para mais de 9% do PIB²⁴⁸ no período 1993-94, não apenas após uma contracção da actividade económica, mas também devido a perdas de receita, por via da evasão fiscal²⁴⁹.

A reorientação da Despesa Pública defronta ainda resistências quando visa a **remoção de subsídios ao consumidor**, por exemplo, o que na verdade reflecte a fragilidade dos rendimentos, e a vulnerabilidade dos mercados a alterações de preços relativos, quer em função da política fiscal, quer devido a choques externos.

Finalmente, importa mencionar as consequências nefastas de uma **ineficiente Despesa Pública** porquanto permitiram a **degradação acelerada das infraestruturas** da região. Subsequentemente, colocar-se-ia o grave problema do escoamento dos produtos, quer no plano interno, quer para os mercados internacionais. O isolamento da produção mais afastada dos centros comerciais, normalmente reduzidos à capital e a mais alguns pólos urbanos, provocou

²⁴⁸ Ver ANEXO 7. 1.

²⁴⁹ Cf. HODGKINSON, Edith (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-sixth Edition, London, p. 240.

desperdícios e desincentivou o investimento, em particular na agricultura. Este sector tem encontrado dificuldades em transitar de um tipo de actividade de subsistência para uma agricultura de consumo de larga escala.

Genericamente, o comércio do subcontinente tem sido estrangulado pela inadequação e pela degradação das redes de transportes nacionais e internacionais de que indiscutivelmente ainda sofrem aqueles países. Um dos casos mais flagrantes é hoje o da Nigéria, que apesar da sua dimensão e dos seus recursos naturais, possuindo uma rede de transportes ampla, debate-se com a degradação avançada daquele sistema. Aproximadamente 95% do tráfego nacional de mercadorias e passageiros é efectuado pela rede viária. Ora em 1991, apenas cerca de 28% de um total de 112 140 Km de estradas naquele país, eram alcatroados²⁵⁰.

No seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1988, o Banco Mundial alertava para o facto de muitos países em desenvolvimento não respeitarem as prioridades de actuação que lhes eram atribuídas na área das infraestruturas. O Banco insistia na liberdade de intervenção dos agentes privados nos transportes colectivos e na construção de habitação, mas apelava com veemência ao investimento público nas restantes áreas: *“No que se refere à infraestrutura, tanto rural quanto urbana, os governos desempenham um papel importante na construção de estradas, no abastecimento de água, no fornecimento e distribuição da electricidade e na eliminação de resíduos sólidos”*²⁵¹.

No entanto, praticamente uma década volvida, os fundos aplicados no âmbito do Ajustamento Estrutural na África Subsariana, destinam uma importante parcela à manutenção e construção de redes viárias ainda precárias, quer no acesso aos grandes centros urbanos, quer nas localidades rurais.

Também neste aspecto, o Banco Mundial demonstra de algum modo a ineficiente supervisão e acompanhamento técnico dos empreendimentos por ele financiados na região.

Para o triénio fiscal 1995-97, cerca de 30% dos projectos de investimento classificados pelo Banco como “assessórios do Ajustamento Estrutural” e “catalizadores do desenvolvimento de longo-prazo”, foram canalizados para a reabilitação de infraestruturas. As áreas consideradas foram a energia, as telecomunicações, as autoestradas e os portos²⁵².

Na verdade, o Ajustamento Estrutural não se apoiou até à data numa estratégia eficaz para que

²⁵⁰ Cf. SYNGE, Richard (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-sixth Edition, London, p. 743.

²⁵¹ Cf. BANCO MUNDIAL (1988), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Fundação Getúlio Vargas, p. 121.

²⁵² Cf. WORLD BANK (1997), *Taking Action to reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, p. 83.

em cooperação com as autoridades locais, o Banco Mundial pudesse ter desenvolvido em cerca de 15 anos, uma rede de infraestruturas que no mínimo reduzisse as assimetrias entre os meios urbano e rural, permitindo um crescimento mais sustentado da região.

4.2.2 - Políticas Monetária e Cambial nos países subsarianos

4.2.2.1 - Política Monetária: maior disciplina não reduziu discrepâncias

Partindo da invocação dos objectivos tradicionais da política monetária, a saber a garantia de uma actividade económica sustentada, através de uma taxa de inflação baixa e estável e de uma taxa de juro real adequada, recorreremos aos critérios utilizados em análise²⁵³ publicada sobre vinte e nove países subsarianos pela Oxford University Press em 1994²⁵⁴, para sintetizar o sucedido nos últimos anos de programas de ajustamento na região, e especificamente nos países do Golfo da Guiné.

Os mencionados critérios foram os rendimentos da emissão de moeda (*seigniorage*), a evolução da taxa de inflação, e a da taxa de juro real.

Grossomodo, durante a década de 90, assistiu-se naquelas economias, a um reforço da disciplina na política monetária que as instituições de Bretton Woods impõem no âmbito dos seus PAE's, tendo as autoridades nacionais abdicado de forma mais clara, do instrumento da "monetarização" dos défices. No entanto, as discrepâncias mantêm-se entre Estados, ao nível das taxas de inflação e das políticas de juros.

Quanto às discrepâncias internas ao nível dos rendimentos, faremos a síntese da actualidade na região, no capítulo a seguir.

²⁵³ Referente ao período de Ajustamento 1987-91.

²⁵⁴ OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa - Reforms, Results, and the Road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, cap. 2.

4.2.2.2 - *Seigniorage* e Inflação

A selecção de um indicador de política monetária como o designado *seigniorage* deve-se ao facto de este acusar a emissão de moeda para financiar défices orçamentais, o que o indicador do crescimento da massa monetária não garante. Altos níveis de *seigniorage* indiciam normalmente uma política monetária inflacionária, a não ser que se destinem a cobrir uma maior procura de moeda, ou que o aumento da oferta da mesma não atinja os preços. Regra geral, níveis de *seigniorage* superiores a 2% do PIB provocam risco inflacionário na economia²⁵⁵

Quadro 19 - Indicadores seleccionados da política monetária dos países do Golfo da Guiné

	<i>Seigniorage</i>	Inflação ♦		Taxa de Juros Real
	% do PIB	%		%
	1993-95	(crescimento anual médio)		1993-95
		1980-90	1990-95	
África Subsariana	..		12,9 *	..
Benim	0,5	..	18,9	..
Camarões	-0,2	8,7	8,2	-1,9
Costa do Marfim	2,0	5,4	9,3	..
Gabão	1,0	5,1	5,8	-9,2
Gana	2,1	39,1	24,6	-4,0
Guiné-Bissau	2,6	..	45,1	-2,1
Guiné-Conakry	0,3	11,6
Guiné Equatorial	-2,2 *	..
Libéria
Nigéria	3,0	21,5	49,1	-22,9
São Tomé e Príncipe
Serra Leoa	0,7	72,4	41,9	-6,7
Togo	-1,6	2,5	0,5	..

Fonte: adaptado de WORLD BANK (1997), *World Development Indicators*, Tabelas 4.15 e 4.20, pp. 187-89, e 206-08

Valores assinalados com * : adaptados de WORLD BANK (1996), *African Development Indicators*, Tabela 3-3 Consumer Price Index, p. 46

Nota: Inflação ♦ definida como o Índice de Preços no Consumidor, de acordo com a fórmula de Laspeyres. Ver ANEXO Nº 9

Globalmente, os anos 90 marcaram uma viragem positiva na disciplina monetária conduzida na região no âmbito do Ajustamento Estrutural. Constata-se precisamente que nos anos a que se refere o quadro exposto atrás, a maioria das economias do Golfo da Guiné apresenta taxas de inflação mais estáveis do que até 1992²⁵⁶, se bem que em termos absolutos e consoante o seu regime cambial, as taxas sejam ainda demasiado elevadas e as diferenças pronunciadas.

Saliente-se à partida o facto de os países com maior sucesso na contenção da inflação, serem

²⁵⁵ OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa - Reforms, Results, and the Road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, cap. 2, p. 49.

²⁵⁶ Ver ANEXO 9.

aqueles que menos financiaram os seus défices internos e externos através da emissão de moeda. Verifica-se pois uma correlação positiva entre a tendência dos valores das taxas de *seigniorage* e da inflação: **os governos que lograram manter os níveis de *seigniorage* abaixo de 2% do PIB, controlaram mais eficazmente a inflação.**

Cabe salvaguardar a situação da Serra Leoa, que em virtude de uma política fiscal mais eficaz reduziu a expansão da massa monetária *lacto senso*, diminuindo a inflação de 115% em 1991, para cerca de 20% no ano fiscal de 1994. Contudo, os valores dramáticos da inflação e da taxa de juros exibidos para este país no quadro nº 19, traduzem o choque interno dos conflitos surgidos a partir de 1991, e o choque externo da subida dos preços na importação do arroz e do trigo durante o ano de 1995, ambos agravados pela forte depreciação da moeda nacional²⁵⁷. Como tal, uma taxa razoável de *seigniorage* não foi suficiente no caso da Serra Leoa, para conter a inflação nos últimos anos.

Por outro lado, confirma-se nos dados exibidos, **a tendência para uma menor vulnerabilidade face à inflação, nos países de regime de câmbio fixo, como acontece com os seis países do Golfo da Guiné, “pertencentes” à Zona Franco.**

Sendo certo que a inflação é ainda elevada na região, não menos evidente é que apesar da rigidez dos preços nas economias do Golfo, e das pressões exercidas pela desvalorização do franco CFA de 1994, a inflação nos países de sistema câmbio fixo, neste caso os da Zona Franco, tem até hoje sido melhor controlada.

4.2.2.3 - Taxas de Juros Reais: uma situação insustentável

Relativamente às taxas de juros, estas somente passaram a ser um indicador fidedigno da política monetária da maioria dos países subsarianos, com as desregulamentações dos anos 90, não sendo até então determinadas pelo mercado. Por conseguinte, a liberalização das taxas de juros e a redução da inflação poderá a médio-prazo permitir a eliminação de taxas de juro reais altamente negativas. Actualmente, apesar do impulso do ajustamento estrutural no Golfo, estas permanecem sintomáticas de altas taxas de inflação, e constroem a poupança interna, bem como a expansão dos mercados de capitais.

Assim, as economias mais inflacionárias, na maioria funcionando num sistema cambial flexível, com elevados níveis de procura agregada, caso da Nigéria, enfrentam dificuldades acrescidas no

²⁵⁷ Cf. WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 462.

equilíbrio das taxas de juro. Em rigor, a evolução das taxas de juros reais do início dos anos 90 a esta parte, mau grado as reformas de ajustamento são decepcionantes, uma vez que em 1990-91, em pleno período de ajustamento, o Banco Mundial encontrava entre os países de câmbio fixo, cerca de uma dezena de países com taxas de juros reais superiores a 3%²⁵⁸. Ora se tivermos por referência as catorze economias africanas²⁵⁹ da Zona Franco, verificamos hoje que mesmo com uma taxa de inflação menor, o conjunto apresenta taxas de juros reais altamente negativas.

Na verdade, dado o endividamento das economias subsarianas, e face às suas elevadas despesas e fracas receitas públicas, para apenas referir alguns dos principais estrangulamentos tratados nesta análise, as políticas de crédito na região não podem ainda estimular o investimento interno em larga escala, através de juros mais favoráveis. No caso particular dos países do Golfo da Guiné, as taxas nominais dos juros do sector bancário sobre empréstimos, encontravam-se em 1994, numa média anual superior a 15%, segundo o Relatório Anual do Banco Mundial de 1996²⁶⁰.

4.2.2.4 - Política Cambial: frágeis progressos

Consoante adoptem um regime cambial fixo ou flexível, as economias partem para reformas de ajustamento dispondo de instrumentos e visando prioridades diferentes de política macroeconómica. Os países que funcionam em câmbio fixo, abdicando do recurso à desvalorização, devem no curto prazo, procurar o equilíbrio da BP e a contenção da procura, através de políticas fiscais e de crédito mais restrictivas.

Porém, se de acordo com os dados disponíveis, países como os da Zona Franco progrediram em matéria de política monetária, no domínio fiscal, ao contrário, as vantagens relativamente aos países de regime de câmbio flexível não se confirmam. De facto, controlaram mais eficazmente a sua inflação, mantendo em particular níveis favoráveis de *seigniorage*. Mas no domínio da política fiscal, apesar de terem reduzido as suas despesas, não aumentaram em suficiente proporção as suas receitas, como já referimos²⁶¹.

Seleccionando para este subcapítulo o Défice Orçamental Primário como indicador, disporemos de uma medida provavelmente mais objectiva da política fiscal dos governos nacionais, uma vez que se deduzem da Despesa Total, os encargos com o pagamento de juros. Ora convém relembrar que o indicador se justifica, pelo facto das flutuações dos juros do financiamento

²⁵⁸ OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa - Reforms, Results, and the Road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, p. 50.

²⁵⁹ Excluindo portanto a França.

²⁶⁰ Cf. WORLD BANK (1996), *Annual Report*, Tabela 2 - Indicadores Macroeconómicos, p. 208.

externo do défice, estarem no curto-prazo, para além do controlo dos governos.

Assim, no universo da África Subsariana, os países com regime de câmbio fixo apresentam défices primários ainda pesados, como o caso da Costa do Marfim, dos Camarões e do Togo²⁶². Mas deve hoje sublinhar-se que a situação orçamental é precária na maioria dos países subsarianos, independentemente do seu sistema cambial, avaliando concretamente pelos dados daquele défice. Apenas se constata superávits em países da África Austral, como o Lesoto e a Zâmbia.

Contrariamente ao que ocorria no período 1990-91²⁶³, os países de regime de câmbio flexível, por sua vez, não estão hoje em tão clara vantagem no que respeita ao défice primário, nem ao nível da Receita Fiscal, se excluirmos os países da África Austral, como a Namíbia ou o Lesoto²⁶⁴.

Debrucemo-nos agora sobre a evolução da taxa de câmbio real no subcontinente e no Golfo da Guiné, considerando os diferentes sistemas de câmbio, e as implicações macroeconómicas para os países.

Desde o início do Ajustamento Estrutural na década de 80, a esmagadora maioria dos países subsarianos realizou progressos na redução e estabilização da sua taxa de câmbio real, como demonstram dados do Banco Mundial de 1996²⁶⁵.

As economias de regime de câmbio flexível anularam o elevado prémio de câmbio dos seus mercados paralelos através da racionalização da afectação de divisas e da tributação do comércio externo, especialmente as exportações. Nesse sentido, a actividade económica saiu estimulada.

Foi o caso da Nigéria, que funcionou entre 1992 e 1993, com um regime de provisão de divisas através de um mecanismo de leilão. Em 1994, o governo aboliu aquele mecanismo, substituindo-o pela afectação ocasional de divisas para o sector bancário, a uma taxa fixada administrativamente. Entretanto, suprimiu o mercado autónomo de divisas apesar de este ter estimulado relativamente a exportação de produtos não-petrolíferos. Mas em 1995, o Mercado Autónomo de Divisas foi oficialmente instituído. O governo nacional tentaria uma política cambial mais eficaz, na estabilização das taxas. Em Junho de 1996, estava em vigor uma taxa de câmbio dual, com uma taxa oficial estabelecida pelas autoridades, e uma taxa de mercado mais

²⁶¹ Ver ANEXO 7.1.

²⁶² Ver ANEXO 7.2.

²⁶³ Cf OXFORD UNIVERSITY PRESS (1994), *Adjustment in Africa - Reforms, Results, and the Road Ahead*, publicado para o Banco Mundial, cap. 2, p. 52.

²⁶⁴ Ver ANEXO 7.2.

²⁶⁵ Ver ANEXO 6.

flutuante: Como tal, o objectivo de longo-prazo de unificar a taxa de câmbio não foi ainda alcançado, e na sequência, o volume de comércio externo com os países vizinhos ocorrido na base da economia informal e do contrabando, é ainda significativo²⁶⁶.

Por sua vez, as economias de regime de câmbio fixo, sem flexibilidade ao nível de preços e salários nos seus mercados internos, não foram capazes de reagir à evolução nos mercados internacionais, nos finais dos anos 80 e inícios da década de 90. No seguimento de pressões por parte das instituições de Bretton Woods e da França, viram-se irreversivelmente levados à desvalorização, para recuperarem competitividade nas exportações, o que só aconteceu decisivamente a partir de 1994.

Salientem-se ainda e desde logo, três aspectos comuns aos países da região: em primeiro lugar, a grande abertura destas economias e a já invocada dependência daqueles países em relação às suas exportações; em segundo lugar, a fragilidade das suas políticas orçamentais e a acentuada dependência em relação ao financiamento externo dos défices; em terceiro, e na mesma ordem de ideias, o facto de que em última análise, os progressos nas exportações da generalidade dos países subsarianos, se deveu mais ao muito recente aumento dos preços internacionais de produtos como o café, o cacau e o algodão, do que a uma real diversificação da sua produção de bens transaccionáveis²⁶⁷.

4.2.2.5 - Os efeitos da desvalorização do franco CFA

A avaliação dos resultados da decisão política²⁶⁸ de 11 de janeiro de 1994 da desvalorização em 50% do franco CFA em relação ao franco francês, deve logicamente passar pela evolução em matéria de preços, de output, e de composição e performance do comércio global, das economias implicadas.

Em matéria de preços relativos, em particular de salários, refira-se que se a desvalorização reforçou a capacidade de resposta aos choques externos por parte dos mercados da região, em comparação com o sucedido no início dos anos 80, a verdade é que largos segmentos profissionais nas áreas urbanas viram o seu poder de compra gravemente reduzido a partir de 1994, o que constitui um balanço pouco optimista das implicações sociais da desvalorização

²⁶⁶ Cf. SYNGE, Richard (1997), in *Africa South of the Sahara*, Europa Publications Limited, Twenty-sixth Edition, London, p. 743.

²⁶⁷ Entendidos como bens exportados.

²⁶⁸ Decisão tomada pelos treze países africanos da Zona Franco (P.A.Z.F.), em Dakar. A partir desse dia, o franco CFA passou a ter como valor ao certo, 0,01 francos franceses.

Do conjunto, como referimos atrás no texto, seis países localizam-se na região que estudamos em particular nesta tese. São eles, o Benim, os Camarões, a Costa do Marfim, o Gabão, a Guiné Equatorial e o Togo.

naqueles países.

Saliente-se desde logo que o impacte inflacionário do aumento do preço das importações para os países da Zona, não se fez sentir por completo, na medida em que regra geral, contrariamente ao que se esperava, nem os preços de bens alimentares nem das manufacturas, duplicaram. Mais propriamente, o aumento dos preços das importações não foi muito maior que o dos bens nacionais, cujo ajustamento ocorreu como veremos, de tal forma que a actividade económica se expandiu, se bem que o poder de compra diminuiu para a maioria das populações. Entretanto, as razões para esta situação poderão ter sido principalmente, o desconto de preços por parte dos exportadores, ciosos de conservar nos países africanos as suas quotas de mercado, e por outro lado, a procura local de produtos de gama mais baixa. Por fim, a diminuição sensível dos direitos aduaneiros *ad valorem* sobre as importações nos P.A.Z.F., contribuiu de certo para minimizar o impacto inflacionário.

Neste contexto, a reacção dos mercados locais²⁶⁹ foi o desencadeamento de um efeito de substituição das importações, que apesar de não estar até agora consolidado nas economias, foi responsável por um aumento da actividade económica. Mas a procura de bens nacionais substitutos dos produtos importados deveu-se igualmente e em grande proporção nos países da Zona, à diminuição dos rendimentos reais dos agregados.

Paralelamente, assistiu-se a um fenómeno de contenção nos aumentos de preços, que se esperavam por parte dos produtores nacionais, e para o mercado interno. Foi pois o que sucedeu na área dos bens não-transaccionáveis²⁷⁰, designadamente a água, a electricidade, o telefone, os transportes públicos e as propinas escolares. Apesar de ter sido tardia e de ser alvo de grandes pressões externas e internas²⁷¹ para a sua concretização, a desvalorização foi acompanhada por uma atitude de relativa prudência do lado da oferta, sendo que governo e produtores nacionais, procuraram conservar margens de lucro sem paralizar a procura interna.

²⁶⁹ A par de uma política orçamental de ajustamento que visava a redução da Despesa.

²⁷⁰ Isto é, no mercado internacional.

²⁷¹ Destacando-se os exportadores nacionais.

No que respeita à actividade económica e ao comércio dos P.A.Z.F., esses beneficiaram de medidas de ajustamento de preços na sequência da desvalorização. Para os investidores detentores de divisas, os custos da mão de obra e da electricidade diminuíram em cerca de 40%, enquanto os dos transportes ferroviários caíram em 35% e os transportes rodoviários em 25% ²⁷². Os Estados reduziram os encargos fiscais sobre os hidrocarbonetos, e os custos de importação e de distribuição dos produtos petrolíferos. Mas a **administração fiscal, que como vimos não foi totalmente uniforme, não evitou a duplicação nos países da região, dos preços de determinados serviços**, como as telecomunicações internacionais.

Em contrapartida, o investimento atraído nas fileiras industriais de exportação resultou em **aumentos de produção, e na dinamização de certos segmentos subexplorados**. Os dois factores cruciais para os ganhos obtidos, foram o **aumento dos preços mundiais dos produtos exportados, e a diminuição dos custos de produção nas indústrias da região, expressos em divisas**. Os ganhos foram particularmente sensíveis no algodão, cujas exportações provenientes da Zona Franco se prevêem possam conquistar quotas de mercado mundial durante a próxima década. Igualmente pronunciados foram os aumentos de exportações de café e cacau, principalmente pelos grandes volumes da Costa do Marfim e dos Camarões.

Entre as exportações de grande volume dos países da Zona, os sectores da borracha, com ganhos de competitividade na Costa do Marfim e dos Camarões²⁷³, e das madeiras, são ainda sectores que beneficiaram nitidamente com a desvalorização.

O comércio externo da Zona Franco viria mesmo a ser dinamizado pelas exportações de cinco outros sectores também eles tradicionais, mas até então subexplorados.

Na sequência da desvalorização, os sectores referidos tornaram-se mais rendíveis por via de aumentos nos preços de venda e aumentos menores nos custos de produção. No caso do feijão verde, o preço de venda FOB duplicou em francos CFA após Janeiro de 1994, tendo os custos de produção aumentado em apenas 60%.

²⁷² Cf. ALIBERT, Jacques (1996), in *Un bilan de la dévaluation du franc CFA, Afrique Contemporaine*, N° 179, 3° trimestre 1996, p. 19.

²⁷³ Que juntos são responsáveis por 98% das exportações do sector na Zona Franco.

Quadro 20 - Sectores subexplorados na Zona Franco até à desvalorização do Franco CFA, de 1994

Sectores	Produtos em expansão	Principais países beneficiários
Oleaginosas	Óleo de palma - Feijão verde	Costa do Marfim - Burkina Faso, Senegal, Mali, Camarões
Frutos e Legumes	-Melões, tomate-cereja	- Senegal
Cereais	Arroz	Mali
Pescas	Peixe fresco	Senegal
Gado	Carne fresca	Burkina Faso, Mali, Niger, Tchad, República Centroafricana

Fonte: adaptado de *Afrique Contemporaine, Un bilan de la dévaluation du franc CFA*, N° 179, 3° Trimestre, 1996, pp. 22-23

No caso do arroz, importa realçar que a desvalorização levou o Mali a produzir em quantidades suficientes para sustentar a procura interna, isto é, cessando as importações de arroz.

No caso do peixe fresco, o Senegal viu as suas exportações aumentarem em 15%, no ano de 1994.

Relativamente à exportação de carne fresca, os países beneficiários viram as suas vendas para países vizinhos aumentarem, tendo o Mali e o Burkina Faso obtido vantagens comparativas nos mercados de Acra e de Abidjan²⁷⁴.

Neste aspecto, a desvalorização impulsionou a exploração de complementaridades regionais que de há muito existiam.

Por outro lado, outras indústrias vocacionadas para a exportação obtiveram maiores volumes de negócio, como a indústria química do Senegal²⁷⁵.

Mas as indústrias que produzem para os mercados nacionais, enfrentam devido à desvalorização do franco CFA, dificuldades na importação de bens intermédios e de equipamento, o que como tivemos já ocasião de mencionar, é um problema comum no Golfo da Guiné. Aliás, trata-se de um dos grandes obstáculos à expansão de inúmeras empresas na região, incluindo empresas presentemente exportadoras.

Em síntese, cabe sublinhar o facto de que tanto quanto sugerem os mais recentes dados, a desvalorização do franco CFA desencadeou a partir de 1994, em conjugação com aumentos

²⁷⁴ Respectivamente, as capitais do Gana e da Costa do Marfim.

²⁷⁵ Cf. *Afrique Contemporaine, Un bilan de la dévaluation du franc CFA*, N° 179, 3° Trimestre, 1996, p. 23.

da procura e dos preços mundiais, **uma expansão das exportações** dos países daquela Zona monetária. Nesse âmbito, **beneficiou relativamente o comércio intra-zona**. Por exemplo, as indústrias têxteis do Mali, da Costa do Marfim e dos Camarões, aproveitando as melhorias recentes nos rendimentos dos agricultores da região²⁷⁶, lograram vender para os países vizinhos²⁷⁷.

Numa óptica internacional, o Banco Mundial reconheceu mesmo em 1994, os efeitos positivos da desvalorização nas exportações subsarianas, que segundo aquele organismo, deveriam crescer em cerca de 4,9% ao ano entre 1994 e 2003 ²⁷⁸.

No entanto, os aumentos de exportação, em volume e em valor, incidiram na sua grande proporção, em produtos tradicionais. Foi o caso do petróleo, do algodão, do café, do e do cacau.

Na verdade, apenas alguns nichos de diversificação de exportação ganharam expressão neste processo. O caso mais notório foi até agora o da Costa do Marfim, cujas exportações de manufacturas aumentaram em cerca de 38%, entre 1993 e 1995 ²⁷⁹.

Finalmente, em relação às implicações sociais no curto-prazo para as economias da Zona, importa sublinhar que apesar do financiamento externo e da disciplina orçamental, o nível de vida diminuiu consideravelmente, em particular nas áreas urbanas.

Por um lado, a redução da despesa salarial com a função pública, reduziu o poder de compra dos efectivos.

Por outro, o rendimento real urbano caiu para os assalariados do sector formal, tendo a desvalorização acelerado o desenvolvimento do sector informal, pelo menos nas capitais. Regra geral, a recuperação da actividade industrial na Zona não melhorou a situação do emprego. Nos Camarões, o emprego teria mesmo diminuído em cerca de 14%, enquanto na Costa do Marfim a situação pouco se alterou. **Saliente-se ainda que o crescimento do sector informal é um problema partilhado pela maioria das economias subsarianas, cujas receitas fiscais se ressentem consideravelmente**.

Em compensação, a expansão das exportações de produtos agrícolas após a desvalorização, esteve associada a aumentos do rendimento real das populações rurais. Os produtores

²⁷⁶ Com o contributo de mais altos preços ao produtor.

²⁷⁷ Ver Quadros 5 e 6 pp. 65 e 68 sobre Comércio externo da Costa do Marfim e dos Camarões e crescimento das respectivas manufacturas; Ver também WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies*, p. 84.

²⁷⁸ Cf. *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, Les perspectives pour le monde et l' Afrique vues par la Banque Mondiale, 3 de Junho de 1994, pp. 1118-1119.

²⁷⁹ Cf. *Afrique Contemporaine*, Un bilan de la dévaluation du franc CFA, N° 179, 3° Trimestre, 1996, p. 24.

beneficiaram de melhorias nos seus termos de troca e aumentaram as suas vendas simultaneamente nos mercados externo e interno.

Na verdade, a retoma do comércio interno, apesar da diminuição generalizada do poder de compra, poderia reforçar no médio prazo, os benefícios do ajustamento estrutural naquela região.

4.3 - Integração regional e comércio na África Subsariana

Na mesma lógica pela qual as políticas macroeconómicas adoptadas nos países da Zona Franco dinamizaram as trocas intra-zona, e favoreceram a exploração de complementaridades regionais, cabe nesta altura procurar um balanço dos benefícios dos últimos anos de PAE's para a integração económica naqueles países, e vice-versa.

Objectivamente, o ajustamento estrutural concebido pelo Banco Mundial e pelo F.M.I., traduz-se num conjunto de reformas macroeconómicas com incidência nos mercados nacionais, ainda que visando a correcção dos desequilíbrios da Balança de Pagamentos, e dos preços relativos.

Ora nos seus pressupostos, os PAE's tomam a liberalização comercial como um importante instrumento de dinamização da actividade económica, o que não vem contradizer a noção de ajustamento estrutural como vocacionado para a economia interna. Mas as políticas deflacionistas fiscais e cambiais adoptadas nesse âmbito, incluindo o abandono da tributação no comércio, reflectiram-se nas trocas entre países subsarianos, neste caso.

Nessa medida, existe uma relação de causa-efeito indiscutível, ainda que dificilmente quantificável na região, entre PAE's e integração económica regional. Alguns analistas consideram precisamente que os referidos programas fomentam a integração regional por via da liberalização do comércio²⁸⁰.

Na perspectiva inversa, os benefícios nacionais gerados *à priori* pela integração regional, económica e monetária, ou simplesmente aduaneira, poderiam ir ao encontro dos objectivos de retoma económica sustentados pelos PAE's no médio/longo prazo.

²⁸⁰ Cf. COUSSY, J. e HUGON, Ph. (1991), *Intégration régionale et ajustement structurel en Afrique subsaharienne*, Ministère de la Coopération et du Développement, Paris.

De facto, a progressiva exploração das complementaridades regionais na África Subsariana²⁸¹, poderia teoricamente constituir uma alternativa mais consequente para o seu desenvolvimento, do que a estratégia longamente aplicada pelas autoridades locais, de defesa das quotas de mercado das exportações tradicionais. Por outras palavras, o objectivo defendido pelos PAE's de incentivar a actividade comercial e de diversificar as exportações nacionais, seria viável em contexto de integração económica mais ou menos formal, se se verificassem todos as "transformações" estruturais que a teoria prevê²⁸².

Em última análise, os ganhos da integração permitiriam a **realização de economias de escala na região, suplantadas as limitações de mercados nacionais reduzidos, e a reconquista de quotas de mercado nos mercados regionais**. Obviamente, tal será tarefa complicada enquanto as infraestruturas de comunicações não forem amplamente recuperadas e modernizadas, quer por intermédio do investimento dos governos interessados, quer por intervenção da A.I.D., por exemplo.

Os ganhos da integração poderiam mesmo advir das diferenças nas estruturas económicas e na composição das procuras nacionais, e da incitação à concorrência. Essa seria a alternativa que conduziria à retoma da actividade, e a maiores rendimentos nos países.

No que concerne aos **ganhos de comércio** e à reconquista de quotas de mercado, importa salientar que esses dependem não somente da liberalização das trocas e de redes modernas de transporte e de telecomunicações, mas acima de tudo de regras comuns claramente definidas e respeitadas, ou seja, de uma **real harmonização de políticas económicas e comerciais**.

Mas se por um lado se contam hoje na África Subsariana perto de duzentas organizações intergovernamentais²⁸³, por outro, a constatação de facto é de que apesar de alguns progressos regionais da harmonização monetária e da liberalização das trocas, a integração comercial real não é ainda significativa, nem gerou os benefícios económicos que se poderiam prever.

Efectivamente, assiste-se no subcontinente a uma erosão das preferências comerciais acordadas entre as várias organizações, provocada pela manutenção ou introdução por parte das autoridades, de barreiras comerciais²⁸⁴ para combater défices de Balanças de Pagamentos.

Não obstante os compromissos políticos assumidos em negociações oficiais de iniciativa regional

²⁸¹ E nos países do Golfo da Guiné.

²⁸² Para uma análise aprofundada da teoria da integração económica, ver EL-AGRAA, Ali M. (1994), *The economics of the European Community*, Fourth Edition, Harvester Wheatsheaf, pp. 83-106.

²⁸³ Cf. VADCAR, Corinne (1995), in *La constitution de zones de libre-échange et l' Afrique, Afrique Contemporaine*, N° 175, 3° Trimestre, p. 32.

²⁸⁴ Nas divesas formas de proteccionismo, e das próprias diferenças nos sistemas fiscais entre Estados.

ou por incentivo de organismos internacionais, a verdade é que os acordos instituídos têm na prática encontrado inúmeras resistências nos vários mercados.

De entre os principais obstáculos à integração regional, comercial e económica na África Subsariana, destacaremos genericamente três.

Em primeiro lugar, a manifesta relutância até aos anos 90 por parte dos governos da região, em adaptar-se a **estratégias de liberalização nos domínios aduaneiro e dos obstáculos não-pautais**, exigidas tanto pelo Ajustamento Estrutural, como pela integração regional aqui definida. Estão em causa **reformas literalmente incompatíveis com a política de substituição de importações**, tradicionalmente adoptadas até à década de 80²⁸⁵.

Em segundo lugar, a relativa rigidez dos preços na esfera nacional e a diminuta mobilidade dos factores dentro da região. No caso das zonas monetárias, como a Zona Franco, a União Económica e Monetária da África Ocidental (U.M.O.A.) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (C. E. M. A. C.), as correcções da BP passam crucialmente pelo controlo da criação de moeda e pela política de preços e salários, que se pressupõem flexíveis. Mas como sabemos, o mercado de trabalho nas economias do subcontinente sofre ainda de grande rigidez²⁸⁶. Por conseguinte, as barreiras criadas a esse nível para a integração, reflectem-se forçosamente nas reformas de ajustamento estrutural.

Paralelamente, sublinhe-se a fraca mobilidade dos factores de produção. O fenómeno da repatriação de capitais pelos investidores estrangeiros e a transferência para o exterior de poupanças por parte de residentes e cidadãos nacionais, é um efeito imediato da liberalização dos movimentos de capitais promovida durante as reformas. As expectativas sobre as políticas de juros e a inflação nacionais, nem sempre têm sido favoráveis. Quanto à mobilidade do factor trabalho, essa tem sido não menos limitada no plano regional: na U.M.O.A., a circulação a registar foi a dos fluxos migratórios do Burkina Faso, do Mali e em menor escala do Senegal, para a Costa do Marfim²⁸⁷.

²⁸⁵ Cf. DE LA TORRE, A. e KELLY, M.R. (1992), in *Regional Trade Arrangements*, F.M.I., *Ocasional Papers*, Nº 93, Março, p. 34.

²⁸⁶ Sobre os custos e benefícios da integração monetária, ver DE GRAUWE, Paul (1994), *The Economics of Monetary Integration*, Oxford University Press, Revised Second Edition, cap. 4.

²⁸⁷ Cf. DIALLO, Mamadou Lamine (1996), *Les Africains sauveront-ils l' Afrique?*, Éditions Khartala, Paris, cap. 4 p. 99.

Em terceiro lugar, a polarização das trocas²⁸⁸ com as antigas metrópoles coloniais, devido aos privilégios acordados por exemplo no âmbito da Convenção de Lomé, e certamente devido aos históricos laços e às estratégias comerciais desenvolvidas na região, por países como a França.

Neste panorama de final dos anos 90, não obstante as implicações para os PAE's desenvolvidos no subcontinente pelas instituições de Bretton Woods, retemos essencialmente que a integração regional real é incipiente, e os laços comerciais existentes ilustram um processo ainda nos seus primórdios.

Quadro 21 - Comércio Intra-Regional em África
(% das Exportações Totais de cada Grupo)

	1969	1970	1976	1980	1986
UDEAC	1,6	3,4	3,9	4,1	3,0
CEAO	2,0	9,1	6,9	6,9	6,5
CEDEAO	1,2	2,1	3,1	3,9	3,2
CEPGL	0	0,2	0,1	0,1	0,2

Fonte: C.N.U.C.E.D., citada in Marchés tropicaux et méditerranéens, 20 de Março, 1992, p. 698

Notas: UDEAC (União Económica e Aduaneira da África Central), CEAO (Comunidade Económica da África Ocidental), CEDEAO (Cominidade Económica dos Estados da África Ocidental), CEPGL (Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos)

Em síntese, registe-se que o comércio regional africano representava em 1995, apenas 6% do comércio externo do continente²⁸⁹. Trata-se de um valor manifestamente inferior às percentagens verificadas noutros continentes, onde a integração regional ganhou um novo impulso a partir da segunda metade dos anos 80, no caso da Ásia, e desde o início dos anos 90, na América Latina, em particular com o Mercosul.

No caso da África Austral a situação é semelhante, pese embora o esforço de integração realizado ao nível da Southern Africa Development Community (S.A.D.C.), que desde Janeiro de 1994, aprovou um protocolo visando a redução dos direitos aduaneiros no seu espaço comum.

²⁸⁸ Em particular as importações. Cf. EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, London, p. 1008.

²⁸⁹ Cf. VADCAR, Corinne (1995), in *La constitution de zones de libre-échange et l' Afrique, Afrique Contemporaine*, N° 175, 3° Trimestre, p. 36.

De facto, dados de 1995 indicam que com a adesão da África do Sul, o comércio regional da comunidade deveria atingir 12% do comércio externo do conjunto dos seus membros, até ao ano 2000 ²⁹⁰. Mas por ora, o comércio entre os onze países membros da S.A.D.C. equivale a 6-7% do seu comércio externo total²⁹¹.

Conforme realçamos, mau grado os benefícios potenciais da eventual conjugação dos PAE's ²⁹² com estratégias de integração regional, os progressos desta última confinaram-se até agora ao comércio de algumas manufacturas, do gado e de cereais. Por outro lado, refira-se o recente movimento de substituição de importações de produtos agro-alimentares como o óleo de cozinha pelo comércio regional de óleo de palma e afins.

Dos dados disponíveis retiramos pois a ilação de que os benefícios da integração regional para o ajustamento das economias do subcontinente, isto é, para o seu futuro desenvolvimento, só estarão consumadas quando estiverem plenamente produzidos os efeitos esperados dos PAE's em curso desde o início dos anos 90.

Aparentemente, estão ainda por “ajustar”, os desequilíbrios nacionais, o atraso na plena exploração das capacidades do tecido produtivo nacional, a ineficiência nas políticas fiscais, e as responsabilidades políticas e de gestão entre autoridades governamentais, regionais²⁹³, e as instituições internacionais implicadas, a saber, o Banco Mundial e o F.M.I..

²⁹⁰ Cf. VADCAR, Corinne (1995), in *La constitution de zones de libre-échange et l' Afrique, Afrique Contemporaine*, Nº 175, 3º Trimestre, p. 33.

²⁹¹ Cf. VADCAR, Corinne (1995), in *La constitution de zones de libre-échange et l' Afrique, Afrique Contemporaine*, Nº 175, 3º Trimestre, p. 36.

²⁹² Sendo que os PAE's, na presença de graves desequilíbrios à escala nacional, devem assumir um carácter prioritário.

²⁹³ Como o African Development Bank, organismo de que são membros 53 Estados africanos, e que se encontra activo desde 1966, no financiamento das reformas estruturais no continente. Sobre a questão, ver EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa South of the Sahara*, Twenty-sixth Edition, Londres, p. 98.

5 - O ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Se tivermos em conta que o Ajustamento Estrutural tem como objectivo primordial criar condições para o desenvolvimento económico sustentado ou de longo prazo, é imprescindível nesta fase do raciocínio, analisar a evolução dos seguintes parâmetros essenciais: a estratégia de modernização do sector agrícola; o valor acrescentado no sector industrial; finalmente, os níveis da procura e do investimento doméstico.

5.1 - Indicadores Gerais: crescimento do P.I.B. e da população nacional

Um dos principais estigmas do desenvolvimento das economias da África Subsariana é o da inferioridade crónica do ritmo de crescimento económico em relação ao das populações nacionais. Frequentemente seleccionado como indicador de última análise de “estratégias de redução da pobreza”, a taxa de crescimento do PIB/capita, tem um carácter considerado simplista, dado que não diz rigorosamente da distribuição do rendimento pela população. No entanto, é um indicador universalmente adoptado paralelamente aos da procura agregada e do investimento, em análises estatísticas de crescimento socioeconómico²⁹⁴.

Desde 1994, impera um certo optimismo quanto às perspectivas do subcontinente a médio-prazo, justamente pelo que sugerem aqueles dados. Efectivamente, após um período de declínio entre 1980 e o início dos anos 90, em que o PIB real per capita caiu a uma taxa anual de 1,5%, a generalidade das economias da região viram a tendência inverter-se: em 1994, o PIB subsariano cresceu numa média de 2,2% em termos reais e em 1995, cresceu em cerca de 3%, segundo o Banco Mundial. Mas as estimativas do Banco apontam para uma taxa anual de crescimento do PIB da região de 3,3 a 4,1% entre 1995 e 2005, o que perante uma previsão de aumento anual da população de 3,2%, significaria um crescimento per capita do PIB real de menos de 1%²⁹⁵.

²⁹⁴ Ver ANEXO Nº 10.

²⁹⁵ Cf. SPARKS, Donald L. (1996), *Economic Trends in Africa South of the Sahara*, in *Africa South of the Sahara 1997*, Europa Publications Limited, Twenty-Sixth Edition, Londres, p. 11.

Actualmente, o Banco Mundial reconhece a necessidade de definir estratégias de financiamento que incorporem medidas de combate à pobreza, quer em ajustamento global, quer ao nível sectorial, tendo prioridades de que destacamos a expansão das actividades trabalho-intensivas, o incentivo ao investimento privado e o desenvolvimento dos recursos humanos. Mas assume a insuficiência dos Programas na detecção das prioridades específicas de cada país²⁹⁶.

Tendo presentes os recentes esforços das instituições de Bretton Woods em articular com as autoridades nacionais os seus PAE's para a região²⁹⁷, debruçar-nos-emos em seguida sobre a estrutura da economia e os seus sinais de “prosperidade”.

5.2 - P.I.B. e os sectores da actividade económica da região

Entre meados da década de 80 e finais dos anos 90, a maioria das economias do Golfo da Guiné conservaram uma estrutura predominantemente rural, traduzida numa agricultura que incide fortemente em bens não-transaccionáveis no exterior e que emprega a maior percentagem da população activa nacional²⁹⁸.

Os sinais de diversificação da base industrial da mão de obra do Golfo da Guiné estão sobretudo presentes na expansão das indústrias energéticas e mineiras, como sugerem aliás os dados do I.D.E. para a região²⁹⁹, e apenas recentemente em manufacturas como os têxteis, e nos serviços de turismo. Por conseguinte, a participação da população activa no processo de industrialização da região é ainda escassa, o que não favorece o seu desenvolvimento humano.

Os casos do Gabão, do Gana e da Nigéria exprimem como temos visto a tendência da industrialização dos países com abundantes recursos naturais do Golfo: a liberalização dos mercados e a melhoria dos preços nos produtores, particularmente no sector agrícola, políticas apoiadas pelos PAE's introduzidos, não impulsionaram suficientemente o investimento privado, embora os mais recentes dados, incluindo os do consumo, indiquem uma intensificação da actividade em geral.

²⁹⁶ Cf. WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Cap. 3, The World Bank's Response to the Challenge of Poverty, p. 75.

²⁹⁷ Cf. WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Cap. 4, The World Bank and Its Partners, pp. 102-111.

²⁹⁸ Ver ANEXO Nº 11.

²⁹⁹ Cf. SPARKS, Donald L. (1996), *Economic Trends in Africa South of the Sahara*, in *Africa South of the Sahara 1997*, Europa Publications Limited, Twenty-Sixth Edition, Londres, p. 13. Ver igualmente ANEXO Nº 12.

**Tabela 4- Valor Acrescentado nos sectores das economias do Golfo da Guiné
 (VALORES PERCENTUAIS, CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO)**

	Agricultura		Indústria		Serviços	
	85-89	90-mr	85-89	90-mr	85-89	90-mr
África Subsariana	3,6	2,0	1,8	0,6	2,3	1,7
Benim	4,9	4,7	-4,1	5,1	2,2	3,5
Camarões	0,6	2,0	0,7	-5,6	-0,9	-1,7
Costa do Marfim	3,5	2,7	5,8	1,7	0,1	1,1
Gabão	1,5	-2,3	-2,8	3,0	-5,4	2,9
Gana	2,3	2,3	9,1	4,6	7,8	6,6
Guiné-Bissau	3,4	4,7	-3,5	-5,4	5,7	5,2
Guiné-Conakry	4,2	4,2	3,3	2,5	6,1	4,6
Guiné Equatorial	1,0	-1,7	11,1	10,5	3,9	17,2
Libéria
Nigéria	6,4	2,5	2,1	1,5	7,6	5,3
São Tomé e Príncipe	19,3	-6,2
Serra Leoa	0,9	-2,2	2,2	-4,8	-3,3	-4,8
Togo	4,3	0,3	6,2	-0,3	1,5	-2,6

Fonte: WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Tabelas 2.2, 2.3 e 2.4, pp. 18-20

Nota: mr: valores mais recentes

A última década na região do Golfo da Guiné foi caracterizada por um crescimento do comércio e do consumo que indiciam uma actividade económica mais dinâmica, mas que não foram proporcionalmente acompanhadas de aumentos no valor acrescentado nos principais sectores.

Numa época em que as estratégias de combate à pobreza estão como nunca no cerne das intervenções do Banco Mundial (em especial) nos países subsarianos, seria de esperar que a dinamização e o aumento da procura de trabalho no sector agrícola, sobretudo ao nível da produção de bens transaccionáveis, estes mais lucrativos, viesse compensar o facto dos incrementos nos sectores industrial e de serviços, ter ainda absorvido uma margem irrisória da população activa. Note-se que as economias onde se verificaram os maiores volumes de mobilização da mão-de-obra do sector agrícola tradicional para os restantes, a Costa do Marfim, o Gabão, o Gana e a Nigéria, conheceram uma expansão das indústrias energéticas extractivas, e recentemente, no ramo dos serviços turísticos. Por sua vez, a indústria de manufacturas trabalho-intensivas, ainda que impulsionada em casos como o da Costa do Marfim, não gerou ainda um volume significativo de emprego, à semelhança do que ocorreu até hoje nos demais ramos industriais.

Consequentemente, a participação da população activa é ainda reduzida neste processo.

Ora a agricultura é a actividade económica que carece de maiores incentivos, tendo em vista as



limitações de flexibilidade do mercado de trabalho, de formação de base e de infraestruturas sanitárias de saúde e de transportes, da região. Com efeito, a vertente do desenvolvimento humano inerente a um PAE deverá reconhecidamente aperfeiçoar políticas como a de preços junto dos produtores agrícolas, (transcendendo a dicotomia *agricultura de subsistência/agricultura de comércio*), bem como a da dotação de infraestruturas de apoio à comercialização.

Mas por ora, os dados do valor acrescentado na agricultura, na indústria e nos serviços, revelam uma situação frágil do tecido produtivo regional.

Vejamos na sequência como se comportaram neste período, o consumo e o investimento das economias subsarianas.

5.3 - O comportamento da procura e do investimento nas economias do Golfo da Guiné

Em resultado das reformas comerciais implementadas pelos PAE's, e das políticas de estabilização que incidiram na inflação e na taxa de câmbio, esperava-se obter em simultâneo com a promoção das exportações, um aumento sustentado do consumo e do investimento privado em relação ao P.I.B., nas economias subsarianas e forçosamente, no Golfo da Guiné.

Assim, como verificámos no Capítulo anterior (**Cap.4**) deste trabalho e como se confirma nos dados sobre o peso do comércio externo em relação ao P.I.B. dos países da região³⁰⁰, as exportações tenderam a crescer em volume. Por outro lado, registam-se valores médios mais elevados na procura e na importação de bens intermédios e de capital, o que ilustra uma maior produção.

No entanto, as expectativas não se materializaram no que toca ao consumo privado, e ao investimento privado, segundo se deduz da Tabela 5.

³⁰⁰ Ver ANEXO 16.

Tabela 5- Consumo e Investimento nas economias do Golfo da Guiné
 (% DO P.I.B., VALOR MÉDIO ANUAL)

	Consumo Privado *		Investimento Privado Bruto	
	85-89	90-mr	85-89	90-mr
África Subsariana	65,7	75,8	10,1	..
Benim	83,7	82,3	7,1	9,1
Camarões	66,3	66,3	12,1	13,2
Costa do Marfim	63,4	70	7,1	6,3
Gabão	53,7	46,9	21,8	17,0
Gana	84,4	82,6	4,3	4,4
Guiné-Bissau	88,2	89	10,5	8,5
Guiné-Conakry	71,8	78	8,9	8,3
Guiné Equatorial	81,2	66,6
Libéria	64,6
Nigéria	69,8	62,2	6,1	10,9
São Tomé e Príncipe	89,8	93,8	..	15,1
Serra Leoa	89,1	87,5	5,7	4,4
Togo	75,7	78,9	9,2	11,8

Fonte: Adaptado de WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Tabelas 2-6, 2-7 e 2-10, pp. 22, 23 e 26

Nota: * : Valores correspondentes à diferença entre o Consumo Total e o Consumo Global do Estado (*General Government Consumption*), cujos dados se encontram nas citadas Tabelas 2-6 e 2-7

Com efeito, os dados acima referenciados, correspondem a uma taxa de crescimento do consumo privado que não é proporcional à do aumento do volume de trocas daquelas economias. Aliás, o seu consumo privado não se alterou significativamente, em termos médios, nos anos de vigência dos PAE's, e tanto quanto indicam as tendências mais recentes.

Ressalvem-se ainda os casos da Costa do Marfim, da Guiné-Conakry, de São Tomé e Príncipe e do Togo, onde os índices sugerem um maior avanço relativo.

Mas em síntese, importa reter que seria necessária uma expansão anual média do consumo privado muito superior, para se poder legitimamente a médio-prazo, induzir uma alteração estrutural positiva da produção, nos países da região.

Relativamente ao Investimento, importa realçar o facto de que em virtude das políticas de racionalização das despesas públicas de capital, (integradas no objectivo de equilibrar os défices fiscais), o investimento interno bruto tende a ressentir-se no início dos PAE's, o que se verificou na África Subsariana até 1990, tendo os países exportadores de petróleo sido menos afectados nesse aspecto³⁰¹. Mas as medidas de ajustamento, cujos custos foram parcialmente atenuados pelo aumento das receitas de exportações, permitiram em geral manter o valor anual da proporção do Investimento interno sobre o P.I.B., segundo a fonte a que aludimos.

Todavia, o sector privado comportou-se na expectativa da sustentabilidade das reformas de ajustamento, particularmente ao nível da liberalização dos vários mercados, e da evolução das taxas de juro e da inflação. Saliente-se que o Índice de Preços no Consumidor (I.P.C.) evoluiu de forma mais estável na segunda metade da década de 90, mas nos últimos dois a três anos, voltaria a disparar³⁰², o que independentemente de ocorrer num momento de maior actividade económica ou não, constitui a prazo, um factor inibidor do investimento privado.

O panorama actual do investimento interno privado nos países do Golfo da Guiné justifica apreensão por parte das autoridades locais e das instituições de Bretton Woods, pelo que depreendemos da Tabela 5, cujos últimos dados datam de 1996. Considerando que aquele indicador se encontrava em níveis muito baixos em meados da década de 80, aquando da adopção dos PAE's, excepções feitas a países como o Gabão e os Camarões, a taxa de crescimento adequada para o mesmo deveria ter sido substancialmente mais elevada, em toda a região.

Embora as medidas de ajustamento e a maior estabilidade política tenham gerado maiores volumes médios anuais de investimento interno privado em economias como a da Nigéria, do Togo e do Benim, o conjunto dos países subsarianos não está ainda em condições de gerar um crescimento económico que simultaneamente ponha cõbro aos seus compromissos com a dívida externa, e com as suas carências sociais mais prementes, em especial ao nível alimentar.

5.4 - A problemática da dívida externa do subcontinente

É hoje unanimamente reconhecido que a resolução do problema do endividamento dos países subsarianos passa pela tentativa de criar mecanismos de redução substancial quer da dívida total

³⁰¹ Cf. WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Tabela 2-8, Gross domestic investment, p. 28.

³⁰² Ver ANEXO 9.

de longo prazo, quer dos encargos provenientes do serviço anual da dívida externa. Tal significa permitir aos países da região respeitar os seus compromissos com o financiamento externo, sem prejuízo das suas importações anuais necessárias, por forma a salvaguardarem os estímulos ao investimento interno, ao crescimento económico e ao progresso social.

O objectivo consiste pois em garantir a sustentabilidade da dívida externa do subcontinente, sem recurso posterior e sistemático a medidas para o seu alívio e/ou reescalonamento. Relembre-se que a A.P.D. canalizada para a região na última década, teve como premissas o subsequente apoio ao investimento no decurso das políticas de contenção estabelecidas pelos P.A.E.'s, e um semelhante apoio à eficácia da Despesa Pública³⁰³.

Desde logo, e embora não dispunhamos de um processo contundente de quantificação dos benefícios da Ajuda Pública nem para os níveis recentes de investimentos, nas suas várias formas, nem para o alívio dos custos inerentes a uma reforma fiscal, retirámos da informação que possuímos, que as diversas modalidades da Ajuda Pública Multilateral e Bilateral na África Subsariana, não asseguraram inequivocamente patamares razoáveis de investimento interno bruto nos países referidos, segundo dados do Banco Mundial de 1997. De facto, no período 1985-89 e desde 1990 até 1996, numa média anual e em percentagem do P.I.B., apenas a Guiné Equatorial, o Gabão e a Nigéria obtiveram aumentos significativos do seu Investimento Interno Bruto (Formação Bruta de Capital Fixo), sendo que nos restantes países os níveis pouco aumentaram, ou diminuíram³⁰⁴.

Paralelamente, concluímos na alínea 4.2.1.2. que a evolução dos níveis da Receita Pública foram insuficientes para uma rápida e eficaz afectação de recursos, nomeadamente na reabilitação de infraestruturas.

Ora mesmo nos casos em que a situação revela sinais de algum progresso, importa não perder de vista os patamares registados, não são compatíveis com um cenário mais optimista de crescimento económico sustentado, por ventura a uma taxa anual da ordem dos 8%.

³⁰³ Cf. HOEVEN, van der Ralph (1992), *La dépendance externe et le développement à long terme*, in: CORNIA, Giovanni Andrea, MKANDAWIRE, Thandika e HOEVEN, van der Rolph (ed.), *L' Afrique vers la reprise économique – De la stagnation et l'ajustement au développement humain*, (une étude de l' UNICEF), Cap. XI, p. 14, Paris: Economica.

³⁰⁴ Ver ANEXO 13.

No contexto dos 38 países classificados pelas instituições de Bretton Woods como de rendimento baixo e severamente endividados³⁰⁵, dos quais 31 são subsarianos e onde apenas não figuram o Gabão e o Benim³⁰⁶ do conjunto dos treze países costeiros do Golfo da Guiné que aqui estudámos, a sustentabilidade é estatisticamente deduzida a partir dos seguintes indicadores: o rácio da dívida externa total/exportações (em valores actuais), este não devendo ultrapassar os 220 %, e o rácio do serviço da dívida /P.N.B., que não se deve situar acima dos 80 %³⁰⁷.

Mas regra geral, segundo o B.I.R.D., os rácios reveladores de uma situação de endividamento crítico, serão o do serviço da dívida/exportações, quando ultrapassa os 15 %, e o do valor da dívida total/ exportações, quando ultrapassa os 200 %³⁰⁸.

Coincidentemente, este último passou de cerca de 92 % em 1980, para 226,6 % em 1990, 241,7% em 1995 e 236,9 em 1996³⁰⁹, numa fase em que as receitas do comércio externo são vitais para suportar os custos do ajustamento, por parte das economias da região.

5.4.1 - O peso crescente dos fluxos de origem pública

O financiamento externo destinado à África Subsariana, excluída a África do Sul, provém hoje essencialmente de fontes públicas e em termos concessivos³¹⁰, em mais de 90 % do total da ajuda ao desenvolvimento.

Entretanto, manteve-se a tendência para a concentração da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (de carácter público) no subcontinente, que recebeu em 1995 mais de 1/3 do seu total, e onde o seu volume representa 5 % do P.N.B., o equivalente a sete a quinze vezes mais do que sucede na Ásia ou na América Latina³¹¹.

Dados do Banco Mundial de 1996, revelam que a situação concreta dos países do Golfo da Guiné corresponde ao panorama geral do subcontinente³¹², portanto, com um peso esmagador da ajuda pública comparativamente ao dos fluxos privados.

³⁰⁵ Na designação original, Severely Indebted Low-Income Countries (SILICs)

³⁰⁶ O Gabão é considerado um país severamente endividado mas de rendimento médio, e o Benim um país moderadamente endividado, mas de rendimento baixo.

³⁰⁷ Cf. WORLD BANK (1997), *Global Development Finance*, Vol. 1, Analysis and Summary Tables, p. 187.

³⁰⁸ Cf. ALIBERT, Jacques (1996), L' évolution de la dette africaine, *Afrique Contemporaine*, N° 178, 2° Trimestre, p. 47.

³⁰⁹ Ver ANEXO N° 8

³¹⁰ O termo equivalente em inglês é como sabemos *concessional*.

³¹¹ Cf. ALIBERT, Jacques (1996), L' évolution de la dette africaine, *Afrique Contemporaine*, N° 178, 2° Trimestre, p. 43.

³¹² Ver ANEXO N° 15.1.

Segundo a mesma fonte, cujos dados são obtidos junto dos países devedores, e como tal são geralmente mais elevados que os do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da O.C.D.E., esses fornecidos pelos membros (credores) da Organização, o rácio da dívida total/exportações da região subsariana terão diminuído apenas no ano de 1996, e numa proporção de simplesmente 2% em relação ao ano anterior, cifrando-se em cerca de 237 %. Em contraste, o rácio diminuiu de 163 para 150 % entre 1994 e 1995 para os Países em Desenvolvimento, e de 93 para 83 % na Ásia Oriental ³¹³.

Quanto aos países do Golfo da Guiné, em 1995 apenas o Gabão detinha um rácio que não ultrapassava os 200 %, no conjunto da dívida concessiva e não-concessiva.

5.4.2 - O desvio dos fluxos privados para os países da Ásia Oriental

Actualmente, os fluxos privados da ajuda ao desenvolvimento canalizada para a região subsariana, representam apenas 12 % do total e no caso dos investimentos de carteira, foram reduzidos de 1,4 para 1,2 mil US\$ milhões, entre 1994 e 1995 ³¹⁴. Deste total, mais de metade dirigiu-se à África do Sul e à Nigéria, o que atesta das dificuldades das economias da região em atrair neste momento investimento estrangeiro privado.

Efectivamente, no final de 1995 e em comparação com a situação de 1980, dos treze países que seleccionámos para este estudo, apenas a Nigéria, a Costa do Marfim, o Gana, os Camarões e a Libéria, tinham encargos acrescidos com a dívida de carácter privado ³¹⁵.

Na verdade, a estrutura da dívida externa e o padrão do investimento estrangeiro (em particular o I.D.E.) na actividade económica dos países beneficiários da região, são outra face de uma especialização em exportações de petróleo e de minérios que pelo menos deveria permitir-lhes solucionar os seus graves problemas de solvabilidade.

Nos últimos anos, a repartição dos fluxos financeiros externos para o conjunto dos países subsarianos entre A.P.D. e fluxos privados, sofreu uma inversão em relação aos Países em Desenvolvimento geralmente vistos. Enquanto a parte do I.D.E. no P.N.B. da África Subsariana se saldava em 0,7 % em 1995 (1,1% em 1994), os valores mantiveram-se elevados no continente asiático, em especial nas economias com maiores índices de industrialização.

³¹³ Cf. ALIBERT, Jacques (1996), L' évolution de la dette africaine, *Afrique Contemporaine*, Nº 178, 2º Trimestre, p. 44.

³¹⁴ Cf. ALIBERT, Jacques (1996), L' évolution de la dette africaine, *Afrique Contemporaine*, Nº 178, 2º Trimestre, p. 43.

³¹⁵ Cf. WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Tabela 5-23, Structure of external debt, p. 177.

5.4.3 - Os esforços realizados no sentido da redução do stock e do alívio do serviço da dívida

As medidas para o alívio do volume da dívida externa dos países subsarianos, inevitavelmente condicionados a um complemento da própria ajuda, não chegaram até agora para travar o aumento do Stock Total, mesmo tendo em conta os diferentes resultados alcançados consoante se trata de dívida bilateral ou multilateral, e se deve a credores públicos ou privados.

Não obstante o facto de ocupar uma pequena parte do Stock Total da dívida dos países da região, mesmo tendo em conta a importância do financiamento dos países da Zona Franco por parte da França ³¹⁶, importa neste contexto destacar a situação relativa à **dívida bilateral**. Na verdade, esta foi objecto de sucessivas anulações parciais, de donativos em detrimento dos tradicionais empréstimos, e de reescalonamento, designadamente durante os últimos anos, sob a égide do Clube de Paris. Porém, os valores absolutos dessa dívida são ainda um grande fardo no serviço anual total.

Por outro lado, tendo em vista a proporção muito superior da **dívida multilateral**, que em países como o Benim e a Serra Leoa corresponde a cerca de 80 % do serviço total da dívida, a situação apresenta-se mais preocupante, na medida em que essa dívida tem aumentado relativamente em termos anuais, e tanto mais que o seu serviço é em princípio irrenegociável.

Por sua vez, a resposta das instituições de Bretton Woods oscila entre a defesa da sua credibilidade nos mercados internacionais e o reconhecimento explícito de que a política de ajuda ao desenvolvimento seguida pelos países da O.C.D.E., não é adequada aos seus objectivos reclamados.

Assim, invoca por um lado as iniciativas inspiradas no Programa Especial de Assistência à África Subsariana, criado em Dezembro de 1987 e visando a promoção das reformas, e a coordenação entre doadores multilaterais, bilaterais e a ajuda ao equilíbrio das B.P.'s. No âmbito do Programa seria criado em 1988 o mecanismo de financiamento conhecido pelo nome de 5ª Dimensão ³¹⁷, que contemplou os países incapazes de manter os seus compromissos com a dívida ao B.I.R.D..

³¹⁶ Cf. WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Tabela 5-23, Structure of external debt p. 177.

³¹⁷ Esta viria juntar-se às quatro "dimensões" do crédito extra-projectos já existentes: os Créditos para Ajustamento da A.I.D., a F.A.E. e a F.A.E.R. do F.M.L., os créditos para Ajustamento de origem bilateral ou de outros organismos multilaterais como o A.D.B. e a U.E., e por fim, o perdão de dívida por parte de doadores bilaterais.

Esta nova fonte de crédito deveu-se ao maior envolvimento dos países Nórdicos na ajuda bilateral e multilateral, de que resultou o apoio ao serviço da dívida ao B.I.R.D., esta caracterizada por juros e prazos de maturidade de curto prazo, mais pesados para os países da região.

Na sequência, o Banco sublinha com veemência a parcela crescente dos fluxos a título altamente concessional, no total da ajuda multilateral. Esses aumentaram em dez anos (de 1982 a 1992), de 52 para 85 % do total da referida ajuda³¹⁸.

No entanto, se é indiscutível que os países do Golfo da Guiné viram o seu rácio do serviço da dívida / exportações reduzir-se de forma assinalável a partir da adopção dos respectivos PAE's, não menos certo é que em 1995 apenas a Guiné Equatorial, o Togo, o Benim e o Gabão, apresentavam rácios equivalentes a 15 % ou menos³¹⁹.

Note-se a propósito que o Banco Mundial reconheceu no seu Relatório Anual de 1996, o facto de que a situação global da dívida externa dos países subsarianos permanece entre os grandes entraves ao desenvolvimento da região³²⁰.

Por sua vez, o F.M.I. considerava no seu Relatório Anual de 1995, que o serviço da dívida às instituições multilaterais poderia tornar-se mais gerível, se os fluxos concessionais dos credores bilaterais se mantivessem e se novos empréstimos em termos mais concessionais fossem concedidos pelas ditas instituições. Segundo o Fundo, esse seria o caminho para uma política global de ajuda ao crescimento “modesto mas real” das exportações dos países subsarianos³²¹.

Entretanto, de um total da dívida externa da África Subsariana calculado em 1993 em cerca de 169 mil milhões de dólares, e apesar de vinte e três países³²² terem beneficiado de cancelamentos temporários do serviço da dívida no período 1988-Julho de 1994, o montante efectivo do alívio da dívida só terá atingido os 2,5 mil milhões de dólares³²³.

O Banco Mundial reconheceu que decididamente, o crescimento das exportações não é suficiente para os países altamente endividados colmatarem a sua situação de endividamento. **A maioria desses países necessitaria de uma taxa anual de crescimento das exportações de não menos que 15 % nos próximos três a cinco anos, por forma a trazer o rácio da dívida pelas**

³¹⁸ Ver ANEXO Nº 15.1

³¹⁹ Ver ANEXO 8.

³²⁰ CF. WORLD BANK (1996), *Annual Report*, p. 72.

³²¹ Cf. ALIBERT, Jacques (1996), *L' évolution de la dette africaine, Afrique Contemporaine*, Nº 178, 2º Trimestre, p. 48.

³²² “Dois países ‘pobres e altamente endividados’ (SILC), os dados incluem cinco países não-eficazes

³²³ ENGBERG-PEDERSON, Paul, GIBBON, Peter, RAIKES, Phil e UDSHOLT, Lars (1996), *Limits of Adjustment in Africa – The effects of economic liberalization, 1986-94*, Centre for Development Research Copenhagen, p. 71.

exportações para baixo de um patamar de 200 %. Porém, o crescimento real das exportações subsarianas tem registado uma média anual de apenas 3 %.

Eram urgentes novas iniciativas no sentido de reduzir drasticamente a dívida da região, e nomeadamente o seu stock total. Assim, através dos seus Comitês de Desenvolvimento, reunidos no Outono de 1996, o Banco Mundial e o FMI lançaram a Iniciativa relativa à dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (SILIC, na versão inglesa). Esta destina-se aos PPAE que prossigam ou adoptem Programas de Ajustamento Estrutural sob a tutela das instituições de Bretton Woods e que registem um endividamento insustentável, mesmo após a aplicação integral dos actuais mecanismos de redução da dívida. A referida iniciativa pretende mobilizar outros credores, nomeadamente o Clube de Paris, que nesse âmbito, indicou a sua disponibilidade para melhorar as condições estabelecidas em Nápoles, permitindo numa base casuística, uma redução da dívida em até 80 % do valor actual. Para além disso, os países que recebam assistência no âmbito da iniciativa poderão solicitar um tratamento equivalente no que se refere à dívida a outros credores bilaterais e comerciais.

A iniciativa considerará elegíveis para assistência os países que apresentem resultados francamente positivos ao nível da gestão macroeconómica, da Despesa Pública, do reforço da capacidade institucional e do incremento da prestação de serviços sociais.

Ora, dos treze países que as instituições de Bretton Woods consideraram necessitar de medidas mais favoráveis do que os actuais mecanismos de redução da dívida, onze situam-se na África Subsariana.

Perante esta realidade, torna-se urgente uma flexibilização dos requisitos impostos para a elegibilidade no âmbito da iniciativa, designadamente através da redução do período mínimo de três anos de sustentabilidade da dívida após a adopção dos mecanismos de redução da dívida actualmente em vigor.

Os critérios de aferição da sustentabilidade da dívida, tendo em consideração todos os esforços levados a cabo até hoje para a sua garantia, não vão plenamente ao encontro das necessidades de um grande número de países subsarianos e outros, como a Nicarágua e a Mianmar (ex-Birmânia).

Efectivamente, aplicadas as várias modalidades de diminuição do peso do serviço da dívida, em particular a sua remissão e/ou refinanciamento, e ainda as modalidades de assistência técnica à gestão dessa dívida, constatamos que o peso socioeconómico da mesma permanece incomportável para economias cuja base de produção é ainda tão

mesma permanece incomportável para economias cuja base de produção é ainda tão estreita e cujo grau de industrialização as remete ainda para uma situação de tão profunda dependência externa.

O rácio do stock total da dívida sobre a exportação de bens e serviços para a África Subsariana em 1996 previa-se que atingisse cerca de 237%, sendo certo que a média de doze dos treze países que a presente análise abrange, para o ano de 1994, atingia cerca de 668%, e que o Gabão se apresentava como o único país com um rácio inferior a 340%, concretamente 164,1%. Na pior situação estão ainda a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Em contrapartida, a aplicação dos mecanismos de redução do peso do serviço da dívida tem proporcionado nos últimos anos uma melhoria que se reflecte no rácio do serviço anual da dívida sobre as exportações de bens e serviços. Tendo em conta que segundo as instituições de Bretton Woods, esse não deveria ultrapassar os 20-25%, para além dos quais a dívida se torna insustentável, afiguram-se-nos em progresso os rácios quer da África Subsariana, quer dos países do Golfo da Guiné sobre os quais nos debruçámos.

Em 1996, o rácio do serviço anual da dívida sobre as exportações de bens e serviços da África Subsariana cifrava-se em 12,4%. O mesmo rácio, num valor médio de doze dos treze países que analisámos (excluindo a Libéria, pelas razões já invocadas), era em 1994, cerca de 23%.

Em síntese, somos levados a inferir que o Banco Mundial e o FMI têm neste momento consciência da inevitabilidade de um esforço suplementar e substancial para a redução do stock da dívida externa, bem como para o alívio do serviço da mesma, por parte dos países pobres altamente endividados. É disso sinal esta iniciativa, que estará aberta aos referidos países, nos dois anos posteriores ao seu lançamento em Setembro de 1996, após o que se procederá à sua revisão e decidirá quanto à sua eventual continuação.

Contudo, os esforços agora envidados poderiam ter maior alcance. Aliás, tal como as várias iniciativas de reescalonamento, de refinanciamento e de assistência técnica à gestão da dívida.

Por outras palavras, face aos ténues progressos realizados quer em matéria de dívida acumulada quer do serviço da dívida, no Golfo da Guiné e mesmo em toda a África Subsariana, os critérios da sustentabilidade da dívida poderiam ser redefinidos para uma maior acessibilidade dos países mencionados às medidas extraordinárias de resolução do problema, previstas na Iniciativa para a Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados.

Especificamente, sem interferir na calendarização e no faseamento das medidas a adoptar, o que

sugerimos seria uma redução dos valores de referência dos rácios do stock total da dívida e do serviço anual da dívida sobre as exportações, numa margem que abrangesse um maior número de países, sobretudo os que hoje, manifestamente, se mantêm no patamar da sustentabilidade de forma tangencial e sacrificando a economia e um maior crescimento económico.

Entretanto, dois outros factores são relevantes para a estratégia internacional, na medida em que possa existir, de ajuda ao desenvolvimento da África Subsariana. Em primeiro lugar, referimo-nos à intensificação da A.P.D., por parte dos países da O.C.D.E., aos países da Europa de Leste e da ex-União Soviética. Em segundo, e apesar do aumento da ajuda em valores absolutos anuais, pensamos na tendência decrescente da percentagem do P.I.B. dos países do C.A.D., canalizada para a A.P.D., que em 1994 atingiu os valores mais baixos dos últimos vinte anos, com 0,29 %.

Em compensação, as negociações para o alívio da dívida bilateral e multilateral deveriam incidir particularmente sobre o aprofundamento dos mecanismos de conversão e de re-compra da mesma, sob pena das economias do subcontinente, sobretudo as de rendimento baixo ³²⁴, perderem contacto com os mercados mundiais de bens e serviços, e estagnarem no seu crescimento económico.

³²⁴ As quais têm um acesso irrisório aos mercados de capitais privados.

6 - CONCLUSÕES

Dos dois objectivos fundamentais dos PAE's do Banco Mundial e do F.M.I., no caso da maioria dos países da África Subsariana e do Golfo da Guiné em particular, apenas o da estabilização macroeconómica apresenta hoje sinais de alguma consolidação. De facto, os défices das BTC registaram uma diminuição relativa nos últimos dois a três anos, comparando com o início dos Programas, nos anos 80. O mesmo revelam os dados sobre o índice de preços no consumidor e a taxa de câmbio real, apesar da inflação não estar ainda aparentemente controlada, no conjunto dos países.

Por outro lado, verificou-se um controlo do défice fiscal através da contenção da Despesa Pública, consentânea com as reformas de Ajustamento Estrutural. Porém, como vimos no capítulo referente, o aumento da Receita foi ténue para os países que analisámos, designadamente por inconsistências na mobilização da colecta, na privatização das empresas públicas, e na própria promoção das exportações. Em resultado, deve entender-se que as causas estruturais para a iniciativa dos PAE's são ainda hoje parcialmente manifestas naquelas economias.

No que toca ao segundo grande objectivo, isto é, à liberalização dos mercados e das trocas no sentido de uma "transformação estrutural da economia", não se realizaram progressos satisfatórios.

Ao analisarmos a composição actual do comércio externo daqueles países, à luz das reformas previstas em mais de uma década de ajustamento estrutural, concluímos que o seu padrão não se alterou significativamente. Apesar das perspectivas de crescimento, a médio prazo, de determinadas indústrias de manufacturas e de certos serviços como o turismo, os dados disponíveis sugerem que o principal factor de aumento das exportações dos países em questão, nos últimos anos, foi a expansão do comércio mundial e a procura das suas exportações tradicionais, incluindo a nível regional.

A evolução da estrutura produtiva das economias da região é um reflexo dos insuficientes progressos realizados no sentido da diversificação e da maior competitividade nas exportações, considerados os factores associados, nomeadamente as políticas macroeconómicas conduzidas e os termos de troca, as políticas comerciais dos países industrializados e a problemática do serviço da dívida externa.

A liberalização comercial preconizada pelos PAE's, apesar dos avanços nos últimos anos, gerou

custos orçamentais e socioeconómicos que não foram compensados por políticas sectoriais estáveis e eficazes. Assim, surgiram diversas externalidades, em resultado da desarticulação das políticas, como é o caso da degradação geral das infraestruturas locais e regionais.

Ainda se verifica uma considerável resistência à eliminação de barreiras à importação³²⁵ por parte das autoridades e de quadrantes nacionais interessados, perdendo-se ganhos potenciais na diversificação do comércio, o que por outro lado, representa um risco político de retaliação dos parceiros comerciais.

A presente análise sustenta a ideia de que a maior proporção do aumento nos últimos dois a três anos, das exportações da generalidade dos países subsarianos, incluindo os do Golfo da Guiné, resulta de preços internacionais mais elevados, e de uma procura mundial relativamente acrescida. Isto é, a diversificação e a transformação do tecido produtivo estão ainda e apenas, no horizonte do ajustamento.

A diversificação da produção de bens transaccionáveis e das exportações como estratégia de desenvolvimento adequa-se aos países subsarianos e aos países do Golfo da Guiné, na medida em que possa contribuir para a correcção dos desequilíbrios externos e para compensar as carências nas zonas rurais, limitando assim o êxodo e estancando a degradação das condições de vida nos pólos urbanos.

Ora, um dos instrumentos primordiais dessa transformação do tecido produtivo é certamente a liberalização do comércio externo, que legitimamente consagram os P.A.E.'s. Nesse sentido, a maior abertura das economias da região é no futuro próximo, uma meta a alcançar.

A liberalização do comércio deve pois seguir a prioridade de converter as B.N.T.'s em tarifas, o que nos remete para a discussão da credibilidade das reformas de ajustamento. Efectivamente, o nível mais ou menos elevado das tarifas à importação está sujeito ao período de transição das reformas, que deve ser claramente definido, por forma a que os níveis fixados sejam interpretados pelos investidores nacionais e estrangeiros como necessários e temporários. Em paralelo, deve ser gradualmente desmantelado o remanescente dos regimes de licenciamento de importações.

Da mesma forma, a promoção das exportações passa por políticas selectivas de crédito, cujos termos disponíveis na banca deverão favorecer os sectores mais dinâmicos. A desregulamentação dos mercados passa ainda pela extinção definitiva dos monopólios de estado no sector dos transportes em benefício particular dos exportadores.

³²⁵ Ver. alínea 3.3.1.

As reformas de ajustamento em curso na África Subsariana são não somente irreversíveis, como merecem hoje suporte na sua vertente comercial, no capítulo da reestruturação das finanças públicas nacionais e nos incentivos ao investimento privado.

Para mais, o desenvolvimento das economias da região não é incompatível com a exploração de vantagens comparativas em matérias-primas, desde que tal não limite a expansão de indústrias de manufacturas em particular.

No entanto, os P.A.E.'s têm revelado uma eficácia que mesmo que variável consoante os países destinatários, não tem sido isenta de críticas, quer de autores, quer por parte de instituições como a Comissão Económica para a África, das Nações Unidas. Face ao debate actual sobre o futuro da Ajuda Pública ao Desenvolvimento entre os países subsarianos e os credores multilaterais, bilaterais e privados, cabe sublinhar a urgência de algumas medidas de “aperfeiçoamento” do crédito para Ajustamento Estrutural.

Essas passam desde logo por P.A.E.'s cujas reformas fiscais quando estreitamente associadas a políticas deflacionistas, não conduzam a níveis desproporcionais de investimento em infraestruturas e em capital humano, nos sectores da formação básica e da saúde, por exemplo.

Como tal, passam por uma maior dotação financeira daqueles Programas e por um aprofundamento da incorporação de medidas específicas na Estratégia de Assistência de cada país³²⁶.

De novo num ponto de vista global do crédito ao Ajustamento Estrutural, importa que os recursos financeiros acrescidos e as políticas sectoriais definidas permitam gerar incrementos de produtividade na agricultura, e a sua transformação com maior incidência de produtos transaccionáveis³²⁷.

³²⁶ O acompanhamento mais racionalizado das várias estratégias nacionais é aliás um compromisso amplamente assumido pelo Banco Mundial, desde o início da década de 90. Sobre a questão, ver WORLD BANK (1995), *Annual Report*, pp. 56-57; WORLD BANK (1997), *Annual Report*, p. 39; e WORLD BANK (1997), *IDA in Action 1993-1996 – The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, p. 29.

³²⁷ Em 1994, Frances Stewart recomendava concretamente a canalização de recursos dos P.A.E.'s para iniciativas de I.&D. que impulsionem a diversificação da produção agrícola.. Cf. STEWART, Frances (1994), *Are Adjustment Policies in Africa Consistent with Long-Run Development Needs?*, in: *Negotiating Structural Adjustment in Africa*, Willem van der Geest (ed.), s.l., United Nations Development Program (UNDP), p. 107.

Assim; os ganhos de comércio e os incentivos à industrialização com a abertura dos mercados nacionais não foram realizados, por duas razões fundamentais e indissociáveis:

- em primeiro lugar, os P.A.E.'s e as inerentes reformas não foram plenamente implementadas por falta de um mais vigoroso compromisso político das autoridades e devido à resistência oferecida pelos beneficiários dos monopólios de Estado, bem como em razão da rigidez do mercado de trabalho, na economia formal subsariana. Este contexto político-económico influenciaria na última década a credibilidade das medidas de liberalização perante os agentes económicos, cuja prudência explica em parte o fraco aumento do investimento privado interno e externo, na região.
- em segundo, o crescimento económico dos países do subcontinente em geral e dos do Golfo da Guiné que aqui destacámos, tem sido marcado nos últimos anos pela exploração intensiva dos abundantes recursos energéticos e minerais, mas num processo em que o endividamento externo representa uma restrição insustentável à acumulação de capital e de receitas. Por outro lado, o investimento privado interno é manifestamente reduzido e o I.D.E. residual na região, quando comparado com os níveis actuais no Sudeste Asiático e mesmo na América Latina

As instituições de Bretton Woods devem racionalizar a sua função consultiva e técnica junto das autoridades locais, como referimos concretamente a páginas 25 desta dissertação.

A assistência técnica poderia ser reorientada em especial para incentivos à flexibilização dos mercados de trabalho e para o reforço das reformas no sector público, que representam matérias delicadas nos próprios países industrializados, como acontece no âmbito de processos de privatização³²⁸

Esta será em última análise, uma alternativa para tornar os mercados da região mais atractivos para o investimento privado, medrando o comércio externo daquelas economias.

³²⁸ RUCKSTAD, Michael G., *Macroeconomic Decision Making in the World Economy*, Part III – Managing Fiscal Policy, Cap. 12, Selling Government Assets to Reduce Fiscal Deficits., Case - Privatization in the United Kingdom, pp. 405-433, Orlando, Florida: The Dryden Press, Third Edition

Bibliografia

- ABBOT, George C. (1994), Two perspectives on adjustment in Africa, *African review of Money, Finance and Banking*, n° 1, pp. 5-32.
- BHATTACHARYA, A., e LINN, J. (1988), Trade and Industrial Policies in the Developing Countries of East Asia, in World Bank Discussion Paper N° 27.
- ADAM, Chistopher (1995), Review Article: Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead, *The World Economy*, Vol. 18, n° 5, September, pp. 729-735.
- AJAYI, Simeon Ibi (1995), L'état des recherches sur l'efficacité macroéconomique des programmes d'ajustement structurel en Afrique subsaharienne, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
- ALAM, Asam (1995), The New Trade Theory and its Relevance to the Trade Policies of Developing Countries, *The World Economy*, Vol. 18, n° 3, May, pp. 367-385.
- ALIBERT, Jacques (1996), Un bilan de la dévaluation du franc CFA, *Afrique contemporaine*, Trimestriel n°179, juillet-septembre, pp. 16-26.
- ALIBERT, Jacques (1996), L'évolution de la dette Africaine, *Afrique contemporaine*, n° 178, avril-juin, pp. 41-50.
- AZAM, Jean- Paul (1995), Les effets incertains de l'ajustement structurel sur la répartition des revenus en Afrique Subsaharienne; in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
- BANCO MUNDIAL (1988), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, s.l., Fundação Getulio Vargas.
- BANCO MUNDIAL (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, s.l..
- CALVO, Guillermo A. (1987), On the Cost of Temporary Liberalization/Stabilization Experiments, in M. Connol e C. Gonzalez, ed., *Economic Reform and Stabilization in Latin America*, Edições Praeger, Nova York
- CASSEN, Robert (1994), *Structural Adjustment in Sub-Saharan Africa*, in: *Negotiating structural Adjustment in Africa*, edited by Willem van der Geest, s.l., United Nations Development Programme (UNDP), pp. 7-13.
- CHENERY, Hollis B. (1979), *Structural change and Development Policy*, Baltimore: John Hopkins University Press.



- CLÉAVER, M. Kevin and DONAVAN, W. Graeme (1995), *Agriculture, Poverty, and Policy Reform in Sub-Saharan Africa*, World Bank Discussion Paper, nº 280.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – (1994), *Comunicação da Comissão – O apoio comunitário ao ajustamento estrutural nos países ACP: para a consolidação e o aprofundamento de uma abordagem realista e concertada*, COM(94) 447 final, Bruxelas.
- CORNIA, Giovanni Andrea, MKANDAWIRE, Thandika e HOEVEN, van der Rolph (ed.), *L' Afrique vers la reprise économique – De la stagnation et l'ajustement au développement humain*, (une étude de l' UNICEF) , Cap. XI, p. 14, Paris: Economica.
- CORBO, Vittorio and ROJAS, Patricio (1992), *World Bank – Supported Adjustment Programs: Country Performance and Effectiveness*, in: *Adjustment Lending Revisited – Policies to Restore Growth*, Washington, D.C.: The World Bank.
- DE LA TORRE, A. e KELLY, M.R. (1992), *Regional Trade Arrangements*, F.M.I., *Ocasional Papers*, Nº 93, Março
- DATTA-MITRA, Jayati (1997), *Fiscal Management in Adjustment Lending*, World Bank, Wasington D.C.: World Bank Operations Evaluation Study.
- DIALLO, Mamadou Lamine (1996), *Les Africains sauveront-ils l'Afrique?*, Paris: Éditions Karthala.
- DORNBUSCH, Rudiger (1992), The case for Trade Liberalization in Developing Countries, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 6, nº 1, pp. 69-85.
- DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley (1985), *Macroeconomics*, 3ª edição, Singapura: McGraw-Hill.
- EDWARDS, Sebastian (1992), *Structural Adjustment and Stabilization – Issues on Sequencing and Speed*, Washington, D.C.: The World Bank – The Economic Development Institute.
- EL-AGRAA, Ali M. (1994), *The economics of the European Community*, 4ª edição, Reino-Unido: Harvester Wheatsheaf.
- ENGBERG-PEDERSEN, POUL, GIBBON, Peter, RAIKES, Phil, UDSHOLT, Lars (1986-94), *Limits of Adjustment in Africa – The effects of Economic Liberalization*, Copenhagen: Centre for Development Research, in association with CURREY, James, Oxford, HEINEMAN, Portsmouth (N.H.).
- EUROPA PUBLICATIONS LIMITED (1997), *Africa – South of the Sahara*, 26ª edição, Londres.

-
- FARUQUEE, Rashid and HUSAIN, Ishrat (1994), Adjustment in seven African countries, in: *Adjustment in Africa – Lessons from Country Case Studies*, World Bank – Regional and Sectoral Studies.
 - FINE, Ben and STONEMAN Colin (1996), Special Issue: State and Development, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 22, n° 1, March, pp. 5-10.
 - GRAUWE, Paul De (1994), *The Economics of Monetary Integration*, s.l., Oxford University Press.
 - HOEVEN, Rolph van der (1992), *La dépendance externe et le développement à long terme*, in: *L'Afrique vers la reprise économique – De la stagnation et l'ajustement au développement humain (une étude de l' UNICEF)*, sous la direction de Giovanni Andrea Cornia, Thandika Mkandawire et Rolph van der Hoeven, Paris: Economica.
 - HOEVEN, Rolph van der et KRAAIJ, Fred van der (1995), *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Éditions Karthala.
 - HUSAIN, Ishrat (1995), Ajustement structurel et développement à long terme en Afrique subsaharienne, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
 - INTERNATIONAL MONETARY FUND – (1997), *The ESAF at Ten Years – Economic Adjustment and Reform in Low-Income Countries, Staff of the International Monetary Fund*, Washington DC.
 - INTERNACIONAL MONETARY FUND – (1993), *Annual Report*, s.l..
 - KILLICK, Tony & MALIK, Moazzam (1992), Country Experiences with IMF Programs in the 1980's, *The World Economy*, Vol.15, n° 5, pp. 599-632.
 - KILLICK, Tony (1995), Can the I.M.F. Help Low-Income Countries? Experiences with its Structural Adjustments Facilities, *The World Economy*, Vol. 18, n° 4, July, pp. 603-616.
 - LUCAS, Robert. E. (1981), *Econometric Policy Evaluation: A Critique*, in *Studies in Business Cycle Theory*, M.I.T. Press, Cambridge, Massachusetts
 - LEECHOR, Chad (1994), Ghana: frontrunner in adjustment, in: *Adjustment in Africa – Lessons from Country Case Studies*, edited by Ishrat Husain and Rashid Faruquee.
 - MAHJOUR, Azzam (1990), *Adjustment or Delinking? – The African Experience*, Tokio: United University Press, London and New Jersey: Zed Books Ltd.

-
- MALIMA, Kighoma (1995), L'ajustement structurel: L'expérience africaine, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
 - MEDEIROS, Eduardo Raposo de (1988), *O Sistema Comercial Internacional - Factores e Técnicas de Intervenção (Um Quadro Geral Metodológico)*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
 - MLAMBO, A. S. (1995), Towards an Analysis of IMF Structural Adjustment Programs in Sub-Saharan Africa (SSA): The Case of Zimbabwe 1990-94, *Africa Development*, Vol. XX, n° 2, pp. 77-98.
 - MOMOH, Abubakar (1996), The Structural Adjustment Program and the Transition to Civil Rule in Nigeria (1986-1993), *Africa Development*, Vol. XXI, n° 1, pp. 19-37.
 - MOSLEY, Paul (1995), Analyse des effets de l'ajustement structurel: Le cas de l'Afrique subsaharienne, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
 - MORRISSEY, W. Oliver (1992), Bilateral Aid to Africa and Structural Adjustment Loans: Conflict or Consistency, in: *Policy Adjustment in Africa – Case-Studies in Economic Development*, Vol. 1, edited by Chris Milner and A.J. Rayner, London: Macmillan – Academic and Professional Ltd.
 - MURIEL, Devey (1997), La Guinée en 1997, *Marchés Tropicaux et méditerranéens*, 52 Année, n° 2698, juillet, pp. 1635-1641.
 - NAÇÕES UNIDAS – Comissão Económica para África – (Julho/1989(?)), *Quadro Africano Alternativo aos Programas de Ajustamento Estrutural para a Recuperação e Transformação Sócio-Económica (AAF – SAP)*, Adis Abeba.
 - ONIMODE, Bade (1989), *The IMF, the World Bank and the African Debt*, Vol. I – The Economic Impact, London and New Jersey: Zed Books Ltd.
 - OPPENHEIMER, Jochen (1992), Cooperação para o Desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique., in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N° 16 e 17, 1992-1994
 - PLEASE, Stanley (1994), *From Structural Adjustment to Structural Transformation*, in: *Negotiating Structural Adjustment in Africa*, edited by Willem van der Geest, s.l., United Nations Development Program (UNDP), pp. 14-24.
 - P.N.U.D. – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O

DESÊNVOLVIMENTO – (1997), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Trinova Editora.

- TOYE, John (1995), L'ajustement structurel: contexte, hypothèses, origine et diversité, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
- RODRIK, Dani (1992), The Limits of Trade Policy Reform in Developing Countries, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 6, n° 1, pp. 87-105.
- RUKSTAD, Michael G. (1992), *Macroeconomic Decision Making in the World Economy*, Third Edition, United States of America: The Dryden Press.
- SANTOS, Theotónio dos (1969), A crise da teoria do desenvolvimento e o problema da dependência da América Latina, Siglo 21.
- SCHADLER, Susan (1995), Can the IMF Help low-Income Countries: A Reply, *The World Economy*, Vol. 18, n° 4, Julho, pp. 617-625.
- SCHATZ, Sayre P. (1994), The World Bank's Fundamental Misconception in Africa, *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 33, n° 3, pp. 239-247.
- SCHATZ, Sayre P. (1996), Structural Adjustment in Africa: a Failing Grade So Far, *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, n° 4, pp. 679-692.
- SESHAMANI, Venkatesh (1995), L'ajustement structurel et la lutte contre la pauvreté: filets de protection sociale et dépenses publiques ciblées, in: *L'ajustement structurel et au-delà en Afrique subsaharienne – Thèmes de recherche et thèmes politiques*, Paris: Édition Karthala.
- SINGER, Hans (1970), Dualism revisited: A new approach to the problems of dual societies in developing countries, *Journal of Development Studies* 7, pp 60-61
- SINGH, A. (1994), State intervention and "market-friendly" approach to development: A critical analysis of the World Bank theses, in Amitava K. Dutt, Kwan S. Kior, and Ajit Singh (eds.), *The States Markets and Development*, Londres: Elgar.
- SOLOW, Robert (1956), A contribution to the theory of economic growth, *Quarterly Journal of Economics* 70, , pp. 65-94.
- STEWART, Frances (1994), *Are Adjustment Policies in Africa Consistent with Long-Run Development Needs?*, in: *Negotiating Structural Adjustment in Africa*, edited by Willem van der Geest, s.l., United Nations Development Programme (UNDP), pp. 99-112.
- TANZY, Vito e BLEJER, Mário I. (1985), Política Orçamental numa Economia com

-
- Inflação Elevada, in: *Ajustamento e Crescimento na Actual Conjuntura Económica Mundial*, edição de José da Silva Lopes, Seminário do F.M.I. realizado no Estoril, Portugal, pp. 121-150.
- TODARO, P. Michael (1997), *Economic Development*, 6ª edição, London & New York: Longman.
 - TRICONTINENTAL EDITORA (1993), *Guia do Terceiro Mundo*, Lisboa, Junho
 - VADCAR, Corine (1995), La constitution de zones de libre-échange et l'Afrique, *Afrique contemporaine*, Trimestriel n°175, juillet-septembre, pp. 31-42.
 - WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Washington, D.C..
 - WORLD BANK (1997), *Global Development Finance*, Vol. 1, analysis and summary tables, A World Bank Book.
 - WORLD BANK (1997), *Global Economic Prospects and the Developing Countries*, A World Bank Book.
 - WORLD BANK (1997), *IDA in Action 1993-1996 – The Pursuit of Sustained Poverty Reduction*, Washington, D.C..
 - WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Washington, D.C.
 - WORLD BANK (1997), *The World Bank Annual Report*, Washington, D.C..
 - WORLD BANK (1997), *World Development Indicators*, Washington, D.C..
 - WORLD BANK (1996), *African Development Indicators*, Washington, D.C..
 - WORLD BANK (1996), *The World Bank Annual Report*, Washington D.C..
 - WORLD BANK (1996), *Trends in Developing Economies*, A World Bank Book.
 - WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, country tables, A World Bank Book.
 - WORLD BANK (1995), *Africa's Experience with Structural Adjustment – Proceedings of the Harare Seminar*, May 23-24, 1994, n° 288, edited by Kapil Kapoor, s.l., World Bank Discussion Papers.
 - WORLD BANK (1995), *The World Bank Annual Report*, Washington D.C..

-
- WORLD BANK (1994), *Adjustment in Africa – Reforms, Results, and the Road Ahead*, A World Bank Policy Research Report, s.l., Oxford University Press.
 - WORLD BANK (1989), *Industrial Adjustment in Sub-Saharan Africa*, edited by Gerald M. Meier and William F. Steel, Washington, D.C.: Oxford University Press.
 - WORLD BANK (?), *Structural and Sectoral Adjustment – World Bank Experience 1980-92*, edited by Carl Jayarajah and William Branson, s.l., A World Bank Operations Evaluation Study.
 - YEATS, Alexander J., AMJADI, Azita, REINCKE, Ulrich and NG, Francis (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade*, World Bank – Directions in Development.

ANEXO 1

Anexo 1 - Financiamento aos Países Africanos, por sector, anos fiscais 1988-97
(US\$ milhões)

Sector	Média anual,					
	AF88-92	AF93	AF94	AF95	AF96	AF97
Agricultura	657,6	300,2	152,6	287,1	301,3	193,7
Educação	257,2	401,9	325,5	201,2	131,6	75,1
Energia eléctrica e outras energias	163,1	356,0	90,0	255,3	73,3	163,7
Ambiente	36,9	18,1	2,6	8,0	38,5	95,4
Finança	222,0	279,6	400,1	7,2	116,9	65,9
Saúde, população e nutrição	181,6	99,5	161,6	271,7	158,7	54,9
Indústria	310,9	20,9	16,8	120,0	23,7	23,8
Indústria mineira	15,1	-	-	24,8	12,2	21,4
Multisectores	641,0	451,2	724,1	470,9	387,8	707,5
Petróleo e gasolina	57,6	2,4	186,2	-	-	-
Gestão do sector público	125,7	155,3	61,0	117,3	592,2	110,1
Sector social	39,9	43,7	46,7	39,8	257,5	-
Telecomunicações	68,2	89,1	-	-	-	-
Transportes	405,4	483,0	501,9	74,8	420,7	52,9
Desenvolvimento urbano	234,3	49,2	64,7	158,0	190,0	147,3
Abastecimento de água e saneamento	214,4	67,2	74,1	248,2	35,7	25,0
Total	3630,9	2817,3	2807,9	2284,3	2740,1	1736,7
Do qual: BIRD	966,8	47,0	127,7	80,7	-	56,7
AID	2,664.0	2,770.3	2.680.2	2,203.6	2,740.1	1,680.7

Nota: Poderá não haver correspondência entre os detalhes e os totais devido aos arredondamentos; AF: Ano Fiscal

Fonte: WORLD BANK (1997), *Annual Report*, Table 3-1, p. 40

ANEXO 2

Anexo 2 - Características da industrialização em 41 economias em desenvolvimento agrupadas por estratégia comercial

	Aumento anual médio do valor adicionado real na manufatura b		Aumento anual médio do valor adicionado na agricultura		Participação média, no PIB, do valor adicionado na manufatura b		Participação média da força de trabalho na indústria		Aumento médio anual do emprego na manufatura c	
	1963-73	1973-85	1963-73	1973-85	1963	1985	1963	1980	1963-73	1973-84
<i>Estratégia comercial a</i>										
Muito voltada p/ fora	15,6	10,0	3,0	1,6	17,1	26,3	17,5	30,0	10,6	5,1
Moderadamente voltada p/ fora	9,4	4,0	3,8	3,6	20,5	21,9	12,7	21,7	4,6	4,9
Voltada para fora (média)	10,3	5,2	3,7	3,3	20,1	23,3	13,2	23,0	6,1	4,9
Moderadamente voltada p/ dentro	9,6	5,1	3,0	3,2	10,4	15,8	15,2	23,0	4,4	4,4
Muito voltada p/ dentro	5,3	3,1	2,4	1,4	17,6	15,9	12,1	12,6	3,0	4,0
Voltada p/ dentro	6,8	4,3	2,6	2,1	15,2	15,8	12,7	14,1	3,3	4,2

Nota: As médias são ponderadas pela participação de cada país no total do grupo para cada indicador.

a. Ver na figura 5.1 a lista das economias incluídas em cada grupo comercial.

b. Não se dispõem de dados para a Jugoslávia.

c. Não se dispõem de dados para a Costa Rica e a Malásia (1963-75, 1973-84), nem para a Tailândia e o México (1963-73).

Fonte: BANCO MUNDIAL (1987), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Tabela 5.1, p. 87

ANEXO 3

Anexo 3.1 - Direitos à importação

	Porcentagem do rendimento total													Média Annual		
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	75-84	85-89	90-MR		
África subsariana	..	10,6	12,4	11	12,3	13,7	10,2	12	..	
Excluindo a África do Sul	
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	
Benim	45,5	
Camarões	28,3	13,9	14,1	16	13,5	11	13,2	11,7	17,6	18,6	..	27,4	13,7	15,3	..	
Costa do Marfim	30,8	20	22,3	26,6	25,3	29,8	27,7	24,8	
Guiné Equatorial	
Gabão	15,8	14,9	22,7	14,2	16,1	16,4	18,8	15,1	..	
Gana	12,2	17	20,4	16,9	18	22,3	26,4	22,4	26	20,2	..	15	18,9	23,7	..	
Guiné	5,8	8	10,3	12,3	10,2	..	
Guiné Bissau	..	19,3	15,2	11,8	15,6	12,4	14,3	14,9	
Libéria	32,6	27,9	28,4	26,8	34,3	31,3	29,4	
Nigéria	..	11,5	16,2	6,5	16,1	11,4	
São Tomé e Príncipe	
Serra Leoa	36,6	36,4	30,6	52,5	28,8	43,5	39,3	37,2	34,9	34,6	39,5	34,5	38,4	37,1	..	
Togo	23,1	23,5	26,2	26,7	23,9	25,5	
África do Norte	
Algéria	
Egípto, República Árabe	..	15,2	12,4	11,5	12,4	13,2	13	9,7	9,9	9,1	..	18,5	12,9	10,4	..	
Libia	
Marrocos	18,9	14,8	13,4	12	15,7	16,9	17,4	18,2	17,5	17,5	14,6	17,7	..	
Tunísia	23,8	27,2	24,5	24	26	27,1	27,4	27,7	27,8	24,9	25,8	27,6	..	
Toda a África	

Nota: O rendimento total não inclui concessões

Fonte: WORLD BANK (1996), *African Development Indicators*, Table 7-11, p. 192

ANEXO 4

Anexo 4 - Taxas de cobertura das BNT's à importação dos países da OCDE, provenientes dos países industrializados, PED's e África subsariana.

Grupo de produtos (CTCI)	Rádios de cobertura da barreira não tarifária		
	Países industriais	Países em vias de desenvolvimento	África Subsariana
Todos os itens não derivados do petróleo (0 a 9-3)	9,7	16,6	10,8
Todos os bens alimentares (0+1+22+4)	24,6	17,1	23,4
Alimentos e gado vivo (0)	28,1	18,2	24,5
Sementes e oleaginosas (229)	1,3	3,6	6,3
Óleos animais e vegetais (4)	5,7	5,7	0,1
Matérias agrícolas (2-22-27-28)	1,3	1,3	0,3
Minérios e metais (27+28+67+68)	13,6	10,1	5,7
Metais férreos (67)	38,2	35,9	38,6
Metais não férreos (68)	0,0	0	0
Combustíveis minerais (3)	21,5	16,4	17,4
Todas as manufacturas (5 a 8-68)	8,5	18,8	5,6
Químicos (5)	6,0	3,9	0,2
Outras manufacturas (6 a 8-67-68)	8,8	19,9	6,4
Cortumes (61)	3,0	1,2	0
Fio têxtil, tecido (65)	4,4	52,5	18,7
Vestuário (84)	3,4	62,5	44,8
Calçado (859)	12,2	32	1,3
Todos os itens (0 a 9)	10,2	16,6	13,1

Nota: As seguintes medidas são incluídas na computação do rácio de cobertura das medidas não tarifárias: quotas, direitos de salvaguarda, direitos retaliatórios e sobre taxas aduaneiras, direitos variáveis e direitos à importação flexíveis, licenciamento não automático e licenciamento descritivo, quotas e proibições, restrições voluntárias à exportação, quotas no âmbito do Acordo Multifibras e outras restrições (incluindo acordos de restrição aos têxteis), outras restrições quantitativas, restrições voluntárias aos preços na exportação, monopólios estatais de importação e preços mínimos, referenciais, e outros controlos de preços à importação.

Fonte: Base de dados World Bank - UNCTAD SMART (Software for Market Analyses and Restrictions to Trade); YEATS Alexander J., AMJADI Azita, REINCKE, Ulrich and NG, Francis (1997), *Did domestic Policies Marginalize Africa in International Trade*, World Bank - Directions in Development, Table 2, p. 12

ANEXO 5

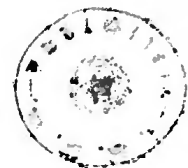
Anexo 5 - Rácios de cobertura das barreiras não tarifárias pré e pós Uruguai Round OCDE, para a África subsariana

Exportador	Todos os bens		Não-derivados do petróleo	
	Pré-Uruguai Round	Alterações projectadas	Pré-Uruguai Round	Alterações projectadas
<i>Altamente afectados</i>				
Camarões	20,8	-1,1	3,7	-2,1
<i>Moderadamente afectado</i>				
São Tomé e Príncipe	17,2	-14,5	17,5	-14,5
Gabão	15,8	0	1,5	0
Nigéria	14,4	0	1	-0,1
Costa do Marfim	14,1	-12,6	14,4	-12,8
<i>Ligeiramente afectado</i>				
Guiné Bissau	1,3	-1,2	1,6	-1,2
Benim	1,3	-1	1,5	-1,2

Não afectado^a

a. Entre os países não afectados contam-se o Gana, a Guiné Conakry, a Guiné Equatorial, a Libéria, a Serra Leoa e o Togo. Todos têm menos de 0,5% do total das suas exportações sujeitos a barreiras não tarifárias.

Fonte: YEATS, Alexander J. e AMJADI, Azita (1997), *Did Domestic Policies Marginalize Africa in International Trade*, World Bank - Directions in Development, Table A.1., p. 25



ANEXO 6

Anexo 6 - Taxa de câmbio real efectiva

	Index 1990=100														Média Annual		
	1990	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	126,6	107,1	104,2	100,9	100	96,9	94,6	93,2	76,9	79,3	82,4	126,1	108,2	89			
Excluindo a África do Sul	123,7	107,2	104,4	101,1	100	96,8	94,6	93,1	74,2	78,3	82,3	123,5	108,8	88,5			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	120,7	107,1	104,2	100,9	100	96,9	94,6	93,2	73,1	77,7	80,9	119,4	108,2	88			
Benim	..	100,1	100,4	98	100	96,4	102,5	99,7	67,3	77,2	79,6	..	99,7	89			
Camarões	86,2	108,1	105,1	97,1	100	95,7	96,5	89,8	57,6	66,4	67,3	83,9	96,8	81,9			
Costa do Marfim	106,1	102,1	104	98,5	100	96,5	100,8	99,2	60,9	70,3	70,5	90	94,5	85,4			
Guiné Equatorial	..	107,2	102,2	100	100	92,1	88,3	93,1	71	75,7	79,4	..	116,1	85,7			
Gabão	113,4	105,4	90,8	92	100	87,1	87,3	84,1	56,5	62,5	63,9	103,8	96,7	77,3			
Gana	..	111,2	106,5	100,2	100	102,2	90,3	79,3	63,5	72,9	79,4	128,9	142,6	83,9			
Guiné	..	93,8	104,4	106,6	100	103,4	95,5	99,5	96,7	91,2	93	..	100	97			
Guiné Bissau	..	143,3	98	106,6	100	91,2	74,4	80,8	71,9	66,5	69,5	..	115,9	79,2			
Libéria			
Nigéria	350,6	120,2	120,5	107,6	..	85	70,5	77,2	142,8	122,1	150	..	282,8	106,8			
São Tomé e Príncipe	431,4			
Serra Leoa	120,7	131	154,8	134,9	100	101,1	92,3	102,7	116,9	105,6	106,1	451,7	164,1	80,7			
Togo	126,6	109,4	103,7	96,5	100	95	96,6	93,3	62,1	71,9	71,5	120,7	101,4	109,5			
África do Norte	156,7	118,6	104,9	104,7	100	99,4	102,5	103,2	105,1	107,9	108,6	139,6	120,7	84,3			
Argélia	..	166,8	137,6	118,1	100	59,7	61,4	74	63,7	53,3	54,5	..	163	103,8			
Egipto, República Árabe	..	129,9	97	103,4	100	96,6	102,1	117	121,2	120	128,3	..	122,5	66,7			
Líbia	112,2			
Marrocos	156,7	107,3	105,7	106	100	102,2	103	105,9	109,1	112,4	113,2	139,6	109,3	106,5			
Tunísia	..	106,2	104,2	102,8	100	102,1	104,5	100,6	101,2	103,4	103,9	..	116,3	102,2			
Toda a África	127,5	107,3	104,3	101,6	100	96,9	95	93,7	80,7	81,9	83,4	127,6	109,1	90,2			

Nota: Os dados de 1996 são provisórios
 Fonte: World Bank (1997), African Development Indicators, Tabela 3-9, p. 52

ANEXO 7

Anexo 7.1 - Déficit/Superavit da Administração Pública

	Porcentagem de GDP													Média Annual		
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	75-84	85-89	90-MR		
África subsariana	16,6	-5,4	-6,4	-8,9	-7,1	-4,8	-5,8	-6,3	-9,1	-10,1	-9	14,8	-6,5	-8,1		
Excluindo a África do Sul	..	-5,9	-6,8	-9,6	-7,8	-7,5	-6,6	-7,4	-8,6	-9,7	-9	..	-7,5	-8,3		
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	..	-7,9	-7,8	-10	-7,4	-8,3	-7,5	-7,5	-8,7	-7,7	-8,7	..	-8,3	-8		
Benim	..	-4,7	-5,5	-4,4	-3,4	-9,5	-8,3	-6,6	-6,6	-4,4	-7,3	0,2	-5,5	-6,6		
Camarões	0,5	-1,2	-0,2	-12,6	-5	-3,2	-6	-5,3	-2,6	-1,9	-9,9	-0,7	-4,4	-5,1		
Costa do Marfim	-10,9	3,2	0,0	-9,6	-13	-16,7	-14,8	-14,9	-11,2	-18,9	-8	-7,7	-7,2	-13,6		
Guiné Equatorial		
Gabão	5,7	-0,2	-5,2	3,1	-2	-2,9	-2,7	0,5		
Gana	-4,2	-2,7	-0,7	-0,3	-0,7	-0,8	-1,2	0,1	-5,9	-4,2	1,4	-6,5	-1	-3,9		
Guiné	-6	-4	-6,8	-7,1	-7	-7,1	-7,5	-3,8	-3,6	..	-6	-5,8		
Guiné Bissau	..	-50,1	-31,3	-43	-38,7	-43,7	-42,6	-41,3	..		
Libéria	-10	-10	-10,7	-8,9	-9,1	-9,9	..		
Nigéria	..	-2,8	-3,8	-8,9	-9,5	-4,3	-2,9	-6,8	-8,1	-17,7	-9,6	-5,1	-5,9	-9		
São Tomé e Príncipe	20,2	-26,6	-30,8	-62,7	-59,4	-54,6	-54,2	-61,2	-101,9	..	-35	-66,2		
Serra Leoa	-13,5	-8,7	-3,8	-21,2	-8,5	-7,7	-3,3	-8,7	-7,3	-6,2	-7,7	-10,9	-10	-6,6		
Togo	-2	-4,5	-8,8	-4,7	..	-5,4	-6,1	-7,5	-5,9	-14,5	-12,2	-10,6	-5,9	-9,2		
África do Norte		
Algéria		
Egipto, República Árabe	..	-11	-13,1	-8,2	-9,6	-7,9	-8,8	-3,9	-6,9	-0,4	..	-15,3	-10	-5		
Libia		
Marrocos	-9,7	-7,3	-7,7	-4,5	-3,2	-5,1	-2,2	-2,1	-1,4	-11,1	-5,6	-4,5		
Tunísia	-3,4	-5,2	-7,3	-4,9	-4,1	-5,8	-6,1	-4,4	-3,1	-4,8	-5,5	-4,5		
Toda a África	..	-6,3	-7,6	-8,6	-7,3	-5,6	-6,2	-6,3	-8,8	81,9	-7,1	-7,1		

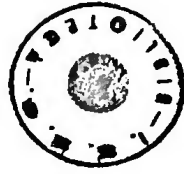
Fonte: World Bank (1996), African Development Indicators, Tabela 7-2, p. 183

Anexo 7.2 - Déficit/Superavit Primário da Administração Pública

	Porcentagem do GDP														Média Annual		
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	..	-8,2	-9,6	-12,7	-12,1	-9,9	-10,7	-11,2	-14,4	-15,1	-14,2	..	-10,5	-13,1			
Excluindo a África do Sul	..	-8,5	-9,7	-13,4	-13,5	-12,8	-12	-12,6	-14,3	-14,5	-14,1	..	-11,6	-13,5			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	..	-9,4	-10	-12	-11	-11,4	-10,4	-10,7	-12,9	-5,4	-6	..	-10,8	-9,1			
Benim	..	-3,1	-5,8	-3,2	-2	-8,4	-10,1	-8,2	-10,5	-6,4	-10	0,8	-4,5	-9,1			
Camarões	0,4	-1,2	-0,9	-13,7	-6,1	-4,4	-7,1	-6,6	-3,8	-3,8	-23,3	-0,6	-5,3	-8,9			
Costa do Marfim	-10,8	-9,6	-12,3	-22,5	-29,3	-33,5	-33,4	-37,2	-29,8	-41,7	-29,5	-12,3	-21,4	-34,3			
Guiné Equatorial			
Gabão	6,1	-2,1	-4,8	3,4	-1,6	-3,3	-3,4	0,9			
Gana	-5,9	-3,7	-2,2	-0,9	-1	-0,6	-1,2	-0,1	-6,8	-5,9	-2,1	-8	-1,7	-4,1			
Guiné	-11,2	-9,2	-13,1	-4,6	-4,8	-5,2	-4,4	-6,5	-6,6	..	-9,6	-5,5			
Guiné Bissau	..	-28,4	-17,3	-23,1	-18	-14,7	-25,4	-20,3	..			
Libéria	-10,4	-14,2	-12,1	-11,1	-9	-15,2	..			
Nigéria	..	-6,8	-8,9	-20,3	-23,8	-19,2	-19,3	-21	-21,2	-29,6	-18,2	-6,3	-15,8	-21,9			
São Tomé e Príncipe	8,1	-36,6	-35,5	-57,5	-64,5	-63,8	-67,2	-68,9	-104,2	..	-30,4	-73,7			
Serra Leoa	-12,8	-9,2	-5,3	-19,4	-9,9	-12,4	-4,7	-13,5	-12,4	-9,3	-8,6	-10,9	-11,2	-9,7			
Togo	-2	-7,3	-4,5	-2,5	..	-11,4	-5	-7,5	-6,2	-19,2	-19,7	-11,7	-6,4	-11,5			
África do Norte			
Algéria			
Egipto, República Árabe	..	-14,2	-16,2	-9,9	-13,1	-11	-11,7	-7	-11,5	-8,2	..	-16,9	-12,9	-9,6			
Libia			
Marrocos	-12,1	-12,1	-12,7	-9,1	-8,4	-10,9	-6,9	-7,2	-6,7	-13,5	-10,6	-6,9			
Tunísia	-4,2	-7,8	-10,4	-7,9	-6,9	-7,6	-8,7	-7,6	-5,8	-5,9	-8,1	-7,4			
Toda a África	..	-9,3	-10,8	-12,2	-12,3	-10,6	-11,1	-11,4	-14,5	-11	-12,3			

Nota: O déficite/superavit primário exclui a despesa total o pagamento de juros da dívida do passado

Fonte: World Bank (1996), African Development Indicators, Tabela 7-3, p. 184



Anexo 7.3 - Despesa Pública: em capital

	Porcentagem da Despesa Total															Média Annual		
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1994	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	..	22,2	19,7	18,7	16	17,5	16,8	16,2	15,1	15,8	13,6	18,8	15,5			
Excluindo a África do Sul	..	27,5	24,8	26,5	22,2	23,5	21,9	24	19,4	21,4	24,9	24,9	22,3			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	..	21,1	21	25,2	20,5	22,6	20,8	20,1	18,5	19,9	22,5	22,1	20,3			
Benim	26,6	26,8	26,3	25,6	23,2	30,2	29,8	26,4			
Camarões	32,8	40,6	50,9	56,6	34,8	36,8	25,8	21	17,5	9,4	17,2	34,2	43,9	18,2				
Costa do Marfim	25,8	22,2	20	9,1	8,3	10	10	10	11,1	10	16,7	22,9	13,6	11,6				
Guiné Equatorial				
Gabão	..	52,2	39,4	31,8	44,9	50,3	45,8	38,3				
Gana	10,3	15,2	13,4	20	21,9	18,7	18,3	19,1	19,3	14,5	36	17,4	17,9	21,4				
Guiné	37,8	41,7	44,7	51,7	52,7	48	50,3	49,4	46,3	..	44	49,3				
Guiné Bissau	..	60,4	57,1	63,1	67,8	58	58	61,3	..				
Libéria	32,3	14,8	23,1	13,2	12,7	30,5	16	..				
Nigéria	..	39,9	37,5	32,9	30,8	29,5	27,6	39,7	26,1	27,7	36,1	37,4	34,1	31,4				
São Tomé e Príncipe	37,5	47,8	61,7	61	59	56,7	52,1	57,2	..	49	57,2				
Serra Leoa	..	22,6	40,7	41,1	16,7	18,8	8,1	27,1	34,9	32,3	32	20,1	28	26,9				
Togo	..	27,3	36,7	30,8	..	26,4	25,2	18,1	15,9	8,8	9,2	32,6	30,3	15,4				
África do Norte				
Algéria				
Egipto, República Árabe	..	11,8	12,2	15,1	14,3	13,7	15,2	15,5	29,4	17,6	..	16	13,4	19,4				
Libia				
Marrrocos	31	19,1	23,7	21,7	25,2	25,8	27,9	22,1	22,8	35,1	23,1	24,2				
Tunísia	27,1	28,9	25,7	26	21,7	20	20,6	20,9	20,9	29,2	24,5	20,8				
Toda a África	..	20	18,5	18,6	16,6	17,6	17,5	16,8	18,1	18,2	17,5				

Fonte: World Bank (1996), African Development Indicators, Tabela 7-19, p. 200

Anexo 7.4 - Financiamento Externo

	Porcentagem do PIB														Média Annual		
	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	..	0,6	1	2	2,2	2	2,1	1,7	1,6	1,6	2,2	..	1,6	1,8			
Excluindo a África do Sul	..	1	1,5	3,2	3,6	3,3	3,6	2,6	2,6	3	4,4	..	2,5	3,2			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	..	2,5	2,3	3,3	3,6	3,2	4,7	3,4	3,7	3,3	5,5	..	3	4,1			
Benim	..	1,3	2,3	1,4	3,8	0,7	2,2	..			
Camarões	0,6	1,7	1,2	3	4,5	2,8	5,3	4,3	3,4	2,1	21,5	1	2,6	7,3			
Costa do Marfim	6,5	3,2	3,1	6,4	6,5	10	11,1	11,2	11,2	11,4	10,7	6,8	5,8	11,1			
Guiné Equatorial			
Gabão	0	0,2	0,3	2,9	0	3,7	0,2	1,4			
Gana	0,7	1	-1,1	-0,2	0,2	0,3	1,2	0,5	0	1,3	-1,6	0,3	0,1	1,5			
Guiné	6,1	4,3	5,2	4,5	4,1	3,4	4,1	4,9	2,6	..	5	3,8			
Guiné Bissau	..	19,5	12,3			
Libéria	2,7	4,8	6,3	3,7	3,8	4,9	..			
Nigéria	..	-0,6	-0,4	3,2	3,7	3,6	-0,1	-0,2	-1,6	1,9	1,4	0,7	1,9	0,3			
São Tomé e Príncipe	30	23,7	38,3	29,7	21,3	26,7	25,5	32,5	..	30,7	27,5			
Serra Leoa	3,8	1,1	0,5	4,7	3	-0,2	0,6	3,6	5,5	5,3	5,6	2,9	1,8	4,1			
Togo	1,6	0,8	3,2	5,1	1,8	3,9	2	2,9	7,5	9,6	3,1	3,6			
África do Norte			
Algéria			
Egipto, República Árabe	..	1,5	0,6	0,7	-0,6	-0,6	-0,8	-1,2	-1,6	-1	..	4,2	0,3	-1,2			
Libia			
Marrocos	5,3	3,5	-0,1	0,6	2	1,9	3,9	1,9	-0,2	6,7	1,6	1,9			
Tunísia	2,3	2,9	3,4	1,1	2	1,2	1,8	0,8	3,1	2,1	1,3			
Toda a África	1	1,7	2	1,8	2,1	1,5	1,1	1,6	1,6			

Nota: Os valores negativos indicam que a amortização excede novos empréstimos
 Fonte: World Bank (1996), *African Development Indicators*, Tabela 7-8, p. 189

ANEXO 8

Anexo 8 - Rácios de Dívida Externa e Serviço da Dívida

	Rácio Dívida-PIB		Dívida Externa Total per capita (US Dollars)	% da Dívida Disbursed	Rácio Dívida- Exportações		Rácio Serviço da Dívida - Exportações	
	Concessional	Não concessional			Conce ssional	Não concessional	Ex- ante	Ex- post
ÁFRICA SUBSARIANA	49	75	380	85	131	202	-	20
excluindo África do Sul	49	75	380	85	131	202	-	20
excluindo África do Sul e Nigéria	57	62	397	85	161	176	-	21
Benim	61	12	301	81	209	62	-	8
Camarões	53	37	704	88	199	244	-	20
Costa do Marfim	47	45	1356	93	104	318	-	23
Guiné Equatorial	92	34	733	84	170	151	-	2
Gabão	19	57	4091	89	34	1220	-	15
Gana	62	5	344	69	238	129	-	23
Guiné	70	9	492	82	314	85	-	22
Guiné-Bissau	301	32	836	87	1737	295	-	37
Libéria	-	-	778	99	-	-	-	-
Nigéria	6	80	315	87	13	301	-	14
São Tomé e Príncipe	556	17	2150	83	2974	288	-	25
Serra Leoa	88	24	272	77	717	442	-	78
Togo	73	23	362	89	200	115	-	6
ÁFRICA DO NORTE	21	44	812	82	64	132	-	23
Argélia	7	30	1166	79	25	243	-	36
Egipto	34	15	586	91	112	74	-	13
Líbia	-	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	16	33	834	81	47	151	-	32
Tunísia	19	21	1106	69	38	74	-	17
ÁFRICA	35	59	460	84	99	168	-	22

Fonte: WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Table 6-26, p. 180

ANEXO 9

Anexo 9 - Índice de preços no consumidor

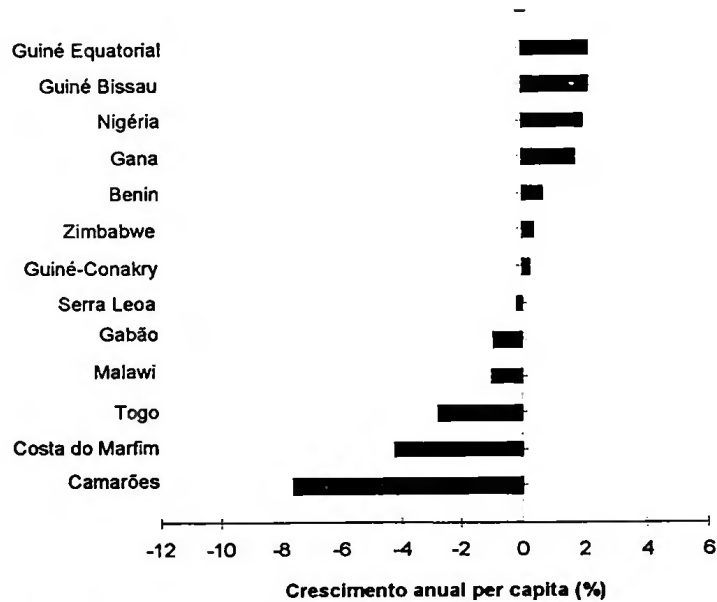
	Índice 1987=100													Média Annual			
	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	46,9	100,0	110,4	120,9	135,4	150,1	168,4	189,1	218,8	250,5	341,0	12,1	9,5	15,6			
Excluindo a África do Sul	47,4	100,0	109,6	120,9	135,1	149,7	162,0	188,6	216,7	248,5	403,0	12,3	9,1	17,8			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	48,4	100,0	109,4	120,9	134,9	149,5	161,7	180,6	209,8	246,4	403,0	12,4	9,3	17,6			
Benim			
Camarões	46,4	100,0	101,7	100,0	101,1	101,1	101,1	97,9	132,2	150,6	..	11,5	6,4	6,4			
Costa do Marfim	64,9	100,0	106,9	108,1	107,2	109,0	113,6	84,9	107,1	122,4	125,4	12,9	6,0	1,6			
Guiné Equatorial	..	100,0	102,3	108,4	109,6	106,1	98,5	102,4	-6,0	-2,2			
Gabão	59,5	100,0	91,2	97,4	104,9	110,5	105,1	95,7	130,4	143,3	..	12,5	1,0	5,3			
Gana	6,3	100,0	131,4	184,5	225,8	266,6	293,3	366,5	475,6	797,9	1069,6	67,9	27,7	28,8			
Guiné			
Guiné Bissau	..	100,0	160,3	289,8	365,4	607,4	1000,0	1525,5	1757,0	2554,1	45,4			
Libéria	78,0	100,0	109,6	119,6	8,1	5,5	..			
Nigéria	35,4	100,0	154,5	232,5	249,6	282,1	407,9	641,0	1006,6	1739,5	..	17,7	23,2	41,1			
São Tomé e Príncipe			
Serra Leoa	2,6	100,0	134,3	215,9	455,5	923,3	1528,0	1867,4	2319,2	2922	3600,1	22,7	85,1	46,3			
Togo	69,7	100,0	99,8	99,0	100,0	100,4	101,8	100,8	11,1	0,5	0,5			
África do Norte	53,6	100,0	106,6	115,6	129,0	151,5	182,3	200,3	214,1	240,5	169,1	11,3	7,9	7,0			
Algéria	53,6	100,0	105,9	115,8	135,0	170,0	223,8	269,7	348,1	460,1	..	10,9	8,9	26,1			
Egipto, República Árabe	35,0	100,0	117,7	142,7	166,6	199,5	226,7	354,1	274,8	318,1	340,9	13,2	19,3	13,2			
Libia			
Marrocos	56,0	100,0	102,4	105,6	112,9	121,9	128,9	135,6	142,5	151,3	156,8	9,9	4,7	5,8			
Tunísia	..	100,0	107,2	115,5	123,1	133,1	140,9	146,5	153,4	163,0	169,1	..	7,3	5,6			
Toda a África	47,4	100,0	109,4	120,9	135,0	150,1	168,4	189,1	218,8	250,5	310,3	12,2	9,4	14,5			

Nota: Os dados de 1996 são provisórios. Os dados por grupos são calculados pela média anual dos valores individuais de cada país

Fonte: WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Table 3-3, p. 146

ANEXO 10

Anexo 10 - Taxas de crescimento do PIB per capita, dos Países da África Subsariana (1988-94)



Fonte: World Bank Data (1994) - WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Figura 1.1, p.26.

ANEXO 11

Anexo 11 - Estrutura Industrial da Força de Trabalho

	Porcentagem de Força de Trabalho em								
	Agricultura			Indústria			Serviços		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
ÁFRICA SUBSARIANA	78	72	67	8	9	9	14	20	24
excluindo África do Sul	82	76	71	6	7	7	12	18	22
excluindo África do Sul e Nigéria	84	80	77	6	6	7	10	13	16
Benim	81	67	64	5	7	8	14	26	28
Camarões	85	73	70	5	8	9	10	19	21
Costa do Marfim	76	65	60	6	8	10	19	27	30
Guiné Equatorial	82	78	75	5	5	5	14	17	20
Gabão	79	65	52	9	12	16	12	22	33
Gana	60	61	59	15	13	13	25	25	28
Guiné	92	91	87	1	1	2	7	8	11
Guiné-Bissau	89	87	85	1	2	2	9	11	13
Libéria	81	76	72	7	6	6	12	17	22
Nigéria	71	54	43	11	8	7	19	38	50
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serra Leoa	76	70	67	12	14	15	12	16	17
Togo	74	69	66	9	10	10	17	22	24
ÁFRICA DO NORTE	51	51	37	18	20	25	31	29	38
Argélia	47	36	26	21	27	31	31	37	43
Egipto	52	57	40	16	16	22	32	27	38
Líbia	29	25	11	25	24	23	46	51	66
Marrocos	58	56	45	17	20	25	25	24	31
Tunísia	42	39	28	26	30	33	33	31	39
ÁFRICA	75	69	63	9	10	11	16	21	26

Fonte: WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Table 11-4, p. 290

ANEXO 12

Anexo 12 - Estrutura do Output

	Produto Interno Bruto (PIB)		Valor Acresc. da Agricultura		Valor Acresc. da Indústria		Valor Acresc. da Manufatura		Valor Acresc. dos Serviços	
	Bilhões de \$		% do PIB		% do PIB		% do PIB		% do PIB	
	1980	1995	1980	1995	1980	1995	1980	1995	1980	1995
Benim	1 405	1 552	2	2	12	12	8	7	52	53
Camargões	6 741	7 931	29	39	23	23	9	10	48	38
Costa do Marfim	10 175	10 069	27	31	20	20	13	18	53	50
Gabão	4 285	4 691	7	-	60	-	5	-	33	-
Gana	4 445	6 315	58	46	12	16	8	6	30	38
Guiné Bissau	105	257	44	46	20	24	-	7	36	30
Guiné-Conakry	-	3 686	-	24	-	31	-	5	-	45
Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nigéria	93 082	40 477	27	43	40	27	8	9	32	31
Serra Leoa	1 166	824	33	42	21	27	5	6	47	31
Togo	1 136	981	27	38	25	21	8	9	48	41
Outros países subsarianos										
Malawi	1 238	1 465	37	42	19	27	12	13	44	31
Zimbabwe	5 365	6 522	14	15	34	36	25	30	52	48
Mundo	10 768 090 t	27 846 241 t	7 w	5 w	38 w	33 w	23 w	21 w	53 w	63 w
Salário baixo	739 236 t	1 352 256 t	34 w	25 w	32 w	38 w	21 w	27 w	32 w	35 w
excl. China e Índia	390 472 t	316 889 t	25 w	33 w	-	25 w	-	13 w	-	41 w
Salário médio	2 461 307 t	4 033 376 t	-	11 w	-	36 w	-	18 w	-	52 w
Salário médio baixo	-	2 025 853 t	-	13 w	-	36 w	-	-	-	49 w
Salário médio alto	989 317 t	1 981 511 t	8 w	9 w	47 w	37 w	20 w	18 w	43 w	53 w
Salário baixo e médio	3 192 729 t	5 393 142 t	-	14 w	-	36 w	-	20 w	-	48 w
Ásia Ocidental e Pacífico	464 719 t	1 341 265 t	27 w	18 w	39 w	44 w	27 w	32 w	32 w	38 w
Europa e Ásia central	-	1 103 330 t	-	-	-	-	-	-	-	-
América Latina e Caralbas	758 570 t	1 688 195 t	10 w	10 w	37 w	33 w	25 w	21 w	51 w	55 w
Médo Oriente e África Norte	463 031 t	-	9 w	-	57 w	-	7 w	-	32 w	-
Sul da Ásia	219 283 t	439 203 t	39 w	30 w	24 w	27 w	15 w	17 w	35 w	41 w
África Subsariana	292 557 t	296 748 t	24 w	20 w	36 w	30 w	12 w	15 w	38 w	48 w
Salário alto	7 758 074 t	22 485 548 t	3 w	2 w	37 w	32 w	24 w	21 w	58 w	66 w

Fonte: adaptado de World Bank (1997), *World Development Indicators*, Tabela 4.2, p.134.

ANEXO 13

Anexo 13 - Investimento Interno Bruto

	Index 1987=100														Média Annual		
	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	75-84	85-89	90-MR			
África subsariana	23,0	17,7	18,7	18,4	17,0	17,3	16,8	16,0	17,6	18,5	17,8	22,9	17,7	17,3			
Excluindo a África do Sul	20,9	17,6	17,9	17,2	17,0	18,0	18,9	16,9	18,3	18,4	18,1	21,0	16,9	17,9			
Excluindo a África do Sul e a Nigéria	19,9	17,9	17,9	17,1	17,4	17,0	16,7	16,5	18,3	18,4	17,8	19,9	17,3	17,5			
Benim	15,2	12,9	12,8	11,8	14,2	14,3	13,7	15,2	15,5	19,0	17,5	17,7	12,0	15,6			
Camarões	21,0	24,7	20,9	17,1	17,8	16,7	13,5	16,6	15,3	14,5	16,1	25,1	22,6	15,8			
Costa do Marfim	26,5	14,6	15,0	10,8	8,5	8,0	5,5	8,3	12,5	15,0	13,7	23,6	13,7	10,2			
Guiné Equatorial	..	20,6	18,7	20,4	26,6	43,3	24,2	25,1	23,1	13,9	15,9	28,4			
Gabão	27,5	30,8	35,7	26,3	21,7	26,5	22,4	22,4	21,9	21,2	20,1	42,9	34,5	22,3			
Gana	5,6	13,4	11,3	13,2	14,4	15,9	12,8	14,8	15,9	18,6	18,7	6,9	11,4	15,9			
Guiné	..	16,3	17,1	17,2	17,5	16,5	16,5	16,2	13,6	14,5	13,0	..	16,4	15,4			
Guiné Bissau	29,6	36,5	46,5	41,3	30,9	33,6	49,2	30,9	16,1	22,9	26,9	23,9	37,8	30,1			
Libéria	27,3	23,8	9,2	..			
Nigéria	22,2	16,0	18,0	17,7	14,7	23,4	28,7	19,3	18,3	18,4	19,3	22,4	15,1	20,3			
São Tomé e Príncipe	34,2	15,3	19,7	26,3	29,4	31,4	38,7	40,6	41,1	57,5	49,8	33,4	24	41,2			
Serra Leoa	17,2	8,1	8,0	9,8	9,4	10,5	8,2	7,7	8,5	5,2	9,3	14,5	9,3	8,5			
Togo	28,4	17,6	16,0	24,5	26,6	17,1	14,6	5,3	13,3	14,3	13,7	29,8	16,7	15,0			
África do Norte	28,8	27,6	28,4	29,1	28,8	26,2	25,0	23,6	23,5	23,0	..	31,7	28,7	25,0			
Algéria	39,1	30,0	27,2	29,0	29,3	31,0	30,0	29,2	31,7	32,0	..	41,5	30,6	30,5			
Egipto, República Árabe	27,5	26,1	34,9	31,8	28,8	21,2	18,2	16,2	16,6	16,3	..	29,9	28,6	19,5			
Líbia	22,1	26,3			
Marrocos	24,2	21,1	21,0	23,7	25,2	22,7	22,5	21,0	21,3	21,0	..	26,5	23,1	22,3			
Tunísia	29,4	23,5	20,7	23,9	27,1	26	29,2	28,5	24,9	24,0	..	31,2	25	26,6			
Toda a África	24,5	21,2	22,0	22,0	21,0	20,1	19,6	18,7	19,8	20,1	..	25,4	21,6	19,9			

Nota: Os dados de 1996 são provisórios. Desde 1994, os rácios da Nigéria estão distorcidos porque a taxa de câmbio oficial usada pelo governo para as exportações do petróleo e o valor acrescentado do petróleo é significativamente sobrevalorizado

Fonte: WORLD BANK (1997), *African Development Indicators*, Table 2-8, p. 24

ANEXO 14

Anexo 14 - Poupança Interna Bruta

	Porcentagem de PIB										Média anual			
	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	75-84	85-89	90-MR
ÁFRICA SUBSARIANA	26.1	18.2	18.4	18.8	18.8	17.0	15.5	14.2	15.8	15.5	16.2	21.3	18.2	16.1
excluindo África do Sul	21.7	14.3	14.5	15.0	16.3	14.4	13.9	11.1	13.8	13.2	15.2	17.6	14.1	14.0
excluindo África do Sul e Nigéria	14.8	13.2	13.6	13.1	13.7	11.4	9.6	9.0	12.4	11.9	13.5	15.3	13.4	11.6
Benim	-5.1	3.6	1.7	3.6	5.5	5.8	4.2	5.2	9.4	9.3	9.2	0.0	2.5	7.0
Camarões	20.4	20.8	21.0	20.0	20.9	22.0	19.0	17.5	17.9	20.6	39.3	22.0	22.9	22.5
Costa do Marfim	20.4	18.4	17.6	13.8	13.0	11.0	9.4	9.7	22.4	20.3	20.0	24.3	20.3	15.1
Guiné Equatorial	-	-16.9	-22.9	-11.8	-10.9	-14.5	2.8	7.5	16.4	-	-	7.6	-12.7	0.3
Gabão	60.6	28.7	30.6	30.9	36.9	40.5	34.7	36.7	45.3	42.1	43.1	58.1	31.5	39.9
Gana	4.9	5.8	5.7	5.6	5.5	7.3	1.3	-2.2	4.0	9.9	9.0	6.2	5.7	5.0
Guiné	-	17.2	12.9	18.5	17.7	15.6	11.2	10.9	9.0	10.1	10.0	-	16.6	12.1
Guiné-Bissau	-6.0	4.2	2.3	-4.1	-0.3	1.0	1.0	4.6	-1.8	-0.6	5.7	-4.6	-0.7	1.4
Libéria	27.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.3	16.4	-
Nigéria	32.3	19.9	19.1	25.3	29.4	29.3	33.3	22.7	20.6	20.9	23.8	21.6	17.7	25.7
São Tomé e Príncipe	-14.9	-17.3	-25.8	-41.1	-37.2	-27.3	-27.8	-23.2	-18.0	-22.1	-23.4	-9.0	-22.4	-25.6
Serra Leoa	-0.2	2.4	1.4	-1.7	8.3	8.1	6.3	3.3	3.4	-9.1	-9.7	1.6	1.9	1.5
Togo	23.2	8.2	7.1	15.3	14.7	9.0	5.3	-2.5	9.4	8.5	6.4	21.4	9.1	7.3
ÁFRICA DO NORTE	39.2	22.8	20.8	21.3	20.3	22.1	20.7	18.1	16.6	17.0	-	34.1	23.0	19.1
Argélia	43.1	31.9	27.0	29.3	27.5	36.7	32.4	27.8	27.0	28.8	-	38.9	30.8	30.0
Egipto	15.2	15.9	17.1	17.3	16.1	13.2	15.4	13.2	11.4	14.0	-	15.4	15.7	13.9
Líbia	56.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.5	-	-
Marrocos	13.7	16.8	20.7	18.3	19.2	17.2	16.1	15.5	15.7	13.4	-	12.9	18.2	16.2
Tunísia	24.0	22.5	21.1	20.6	20.0	21.0	22.3	21.4	22.1	20.3	-	24.2	21.6	21.2
ÁFRICA	29.4	19.8	18.8	19.2	18.9	18.1	16.7	15.1	15.6	15.5	-	24.5	19.9	16.6

Fonte: *African Development Indicators 1997*, The World Bank, Washington D.C.

ANEXO 15



Anexo 15.1 – Resumo dos dados sobre a dívida externa – África Subsariana

Mil Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1990	1995	1996
Resumo dos Dados sobre a Dívida					
DÍVIDA TOTAL ARMAZENADA (EDT)	-	84.1	191.3	226.5	235.4
Dívida de longo prazo (LDOD)	6.1	58.5	166.7	175.7	182.0
Pública e publicamente garantida	5.7	53.9	151.5	168.6	169.1
Privada não-garantida	0.3	4.6	5.3	7.1	12.9
Uso do crédito IMF	0.1	3.0	6.6	8.7	8.7
Dívida de curto prazo	-	22.6	27.9	42.1	44.8
da qual os interesses recaem sobre a LDOD	-	0.3	9.3	20.8	21.7
Memo:					
BIRD	0.6	2.5	9.2	7.6	6.8
IDA	0.2	2.6	15.8	27.9	30.5
TRANSAÇÕES DA DÍVIDA TOTAL					
Despesa	1.2	15.5	11.2	13.8	15.1
Dívida de longo prazo	1.2	14.3	10.5	10.8	14.3
Pública e publicamente garantida	1.1	13.1	9.9	8.9	7.9
Privada não-garantida	0.1	1.2	0.6	1.8	6.4
Aquisições IMF	0.0	1.2	0.7	3.0	0.8
Memo:					
BIRD	0.1	0.4	0.8	0.3	0.2
IDA	0.1	0.4	2.0	2.4	2.8
Principais reembolsos	0.5	3.3	7.5	8.5	6.8
Dívida de longo prazo	0.4	2.8	6.5	6.1	6.3
Pública e publicamente garantida	0.3	2.2	6.0	5.8	5.7
Privada não-garantida	0.1	0.6	0.5	0.3	0.6
Novas Aquisições IMF	0.1	0.5	1.0	2.4	0.6
Memo:					
BIRD	0.0	0.1	0.7	1.1	1.1
IDA	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2
Transações líquidas da Dívida	1.5	17.5	5.9	8.2	10.1
da quais a dívida de curto prazo	-	-	2.2	2.9	1.8
Pagamento de Interesses (INT)	-	5.7	7.7	5.2	5.5
Dívida de longo prazo	0.2	3.6	5.9	3.6	4.3
Transferências líquidas na dívida	-	11.8	-1.8	3.0	4.6
Dívida Total de Serviços	-	9.0	15.2	13.6	12.3
Transações Líquidas Agregadas dos Recursos e Transferências Líquidas (Longo Prazo)					
TRANSAÇÕES LÍQUIDAS DOS RECURSOS	1.7	15.2	17.2	23.2	26.1
Transação líquida de longo prazo (ex. IMF)	0.8	11.5	4.0	4.7	8.1
Investimento externo directo (líquido)	0.4	0.0	0.9	2.2	2.6
Portfolio das transações de equidade	0.0	0.0	0.0	4.9	3.6
Financiamentos (excl. Cooperação técnica)	0.4	3.7	12.3	11.4	11.8
	0.4	7.6	6.8	15.1	17.6
TRANSFERÊNCIA LÍQUIDA					
Interesses na dívida de longo prazo	0.2	3.6	5.9	3.6	4.3
Lucro nas transações no FDI	1.1	4.0	4.5	4.4	4.2
Indicadores da Dívida					
EDT/XGS (%)	-	91.7	241.7	241.7	236.9
EDT/GNP (%)	-	30.6	81.3	81.3	76.2
TDS/XGS (%)	-	9.8	14.5	14.5	12.4
INT/XGS (%)	-	6.2	5.5	5.5	5.6
INT/GNP (%)	-	2.1	1.9	1.9	1.8
RES/MGS (months)	2.4	3.0	2.3	2.3	-
Curto prazo / EDT (%)	-	26.8	18.6	18.6	19.0
Concessionável / EDT (%)	-	18.3	34.8	34.8	34.6
Multilateral / EDT (%)	-	9.0	24.3	24.3	24.6

Nota: XGS – Exportações de bens e serviços; TDS – Serviço da dívida (total pago); MGS – Importações de bens e serviços; RES – Reservas em divisas

Fonte: adaptado de World Bank (1997), *Global Development Finance*, Volume 1, p.202.

Anexo 15.2 – Benim

Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	424	1146	1065	1184	1224	1344	1387	1460	1619
Longo Prazo	41	334	932	914	1108	1157	1264	1339	1380	1508
Pública e de Garantia Pública	41	334	932	914	1108	1157	1264	1339	1380	1508
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	0	16	8	4	10	18	22	22	43	71
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	73	206	147	66	50	57	27	37	40
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	5	82	88	23	15	12	9	17	17
Credores Oficiais	-	0	10	12	8	13	11	8	16	16
Credores Privados	-	5	72	75	15	2	1	1	1	1
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	14	285	321	77	40	24	21	23	25
Credores Oficiais	-	1	26	34	34	28	16	18	20	21
Credores Privados	-	13	259	287	43	12	8	4	4	4
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	442	156	203	304	261	223	220	215
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	2	71	70	57	141	120	112	104	100	125
Dívida de Longo Prazo	2	62	70	57	133	120	99	104	78	99
Compras de FMI	0	10	0	0	8	0	13	0	22	26
Reembolsos Principais	1	6	17	13	9	21	16	14	18	21
Dívida de Longo Prazo	1	6	14	10	7	19	16	14	18	20
Compras de FMI	0	0	3	3	2	2	0	0	0	1
Fluxos Líquidos da Dívida	1	66	67	-21	116	92	106	63	84	107
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	15	-65	-17	-8	10	-27	2	3
Pagamento de Juros (PJ)	-	14	24	15	17	18	15	12	16	21
Dívida de Longo Prazo	0	3	15	8	12	14	12	10	14	19
Cobranças de FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dívida de Curto Prazo	-	11	8	7	5	4	3	2	1	1
Transferências Líquidas da Dívida	-	51	44	-36	99	74	91	51	68	86
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	20	41	28	26	38	31	26	34	41
Dívida de Longo Prazo	2	9	29	18	19	33	28	24	32	39
Compras e Cobranças de FMI	0	0	3	3	2	2	0	0	0	1
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	11	8	7	5	4	3	2	1	1
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	414	105	62	53	55	52
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	17	101	114	120	243	213	230	263	205	192
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	1	56	56	46	126	102	84	90	60	79
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	7	4	0	0	1	1	13	7	10	5
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grants (excluindo coop. técnica)	9	41	58	73	116	110	134	166	134	108
Memo: concessões de coop. técnica	6	26	49	46	48	50	60	56	58	54
Transferências Líquidas	13	96	99	112	231	199	218	253	191	172
Juros de Dívida de Longo Prazo	0	3	15	8	12	14	12	10	14	19
Remissões de Lucros para FDI	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	133.1	214	190.4	350.5	245.3	243.9	225	256.9	399.9
DT/PIB (%)	-	30.2	74.6	66.5	80.9	67.8	72	66.2	70	109.4
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	6.3	7.6	5.0	7.7	7.6	5.6	4.2	5.9	10.2
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	4.5	4.4	2.7	5	3.5	2.7	1.9	2.8	5.1
PJ/PIB (%)	-	1.0	1.5	0.9	1.2	1	0.8	0.6	0.8	1.4
Reservas Internacionais/DT (%)	-	3.5	0.8	0.8	0.7	5.7	14.6	17.9	17	16.2
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	2	0.4	0.2	0.1	0.2	1.4	3.6	3.8	3.9	6.1
Curto Prazo/DT (%)	-	17.3	18	13.8	5.6	4.1	4.3	2	2.5	2.5
Concessional/DT (%)	-	39.2	40.9	45.8	72.5	79.9	78.4	80.2	79.8	79.2
Multilateral/DT (%)	-	24.5	31.6	35.7	36.5	43.8	44.2	45.4	46.8	48.5

Fonte: WORLD BANK (1996), *World Dept Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 42

Anexo 15.3 – Camarões
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	2513	4075	4189	4819	5987	6167	6707	6818	7275
Longo Prazo	140	2183	3347	3333	4146	4939	5102	5849	5871	6217
Pública e de Garantia Pública	131	2005	2827	2906	3768	4709	4918	5595	5602	5970
Privada não Garantida	9	178	520	427	378	230	184	254	269	246
Utilização de FMI	0	59	16	100	113	121	121	63	16	44
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	271	712	758	560	927	945	796	931	1014
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	2	24	66	29	159	325	262	480	533
Credores Oficiais	-	1	8	39	11	80	201	183	377	452
Credores Privados	-	1	16	28	18	79	124	79	103	82
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	4	195	259	70	295	456	351	526	450
Credores Oficiais	-	1	23	69	22	96	208	137	248	248
Credores Privados	-	3	173	191	48	198	249	214	278	203
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	1750	1632	1753	2196	2462	2184	2191	2501
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	40	624	481	686	798	694	394	643	470	432
Dívida de Longo Prazo	40	612	481	592	778	694	363	643	470	401
Compras de FMI	0	12	0	94	20	0	11	0	0	31
Reembolsos Principais	6	131	393	380	193	233	200	187	261	196
Dívida de Longo Prazo	6	114	384	371	188	232	188	132	214	191
Compras de FMI	0	17	9	8	5	1	12	54	47	6
Fluxos Líquidos da Dívida	33	493	16	307	447	698	46	371	126	266
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	-72	1	-158	237	-148	-86	-83	30
Pagamento de Juros (PJ)	-	149	243	272	186	213	207	181	182	178
Dívida de Longo Prazo	5	119	178	197	122	160	164	143	149	152
Cobranças do FMI	0	2	0	1	8	11	10	8	3	2
Dívida de Curto Prazo	-	28	65	74	57	43	33	31	30	24
Transferências Líquidas da Dívida	-	344	-227	35	261	485	-161	189	-56	88
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	280	636	652	379	446	406	368	443	374
Dívida de Longo Prazo	11	233	562	569	309	361	351	275	362	343
Compras e Cobranças do FMI	0	19	9	9	13	13	22	62	50	7
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	28	65	74	57	43	33	31	30	24
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	754	777	701	1070	825	1068
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	70	656	159	349	728	663	439	744	372	148
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	33	496	97	221	590	463	195	511	256	210
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	16	130	12	67	-87	-113	-15	29	5	105
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	21	29	50	61	225	313	259	204	111	333
Memo: concessões de coop. técnica	17	85	93	118	107	128	123	134	122	101
Transferências Líquidas	61	422	-168	19	607	503	276	601	223	496
Juros de Dívida de Longo Prazo	5	119	178	197	122	160	164	143	149	152
Remissões de Lucros para FDI	4	115	149	133	0	0	0	0	0	0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	136.7	190.5	202.6	207.0	259.5	236.8	280.4	306.9	321.7
DT/PIB (%)	-	36.8	35.0	35.4	45.8	56.7	54.0	63.7	65.8	107.0
DTP/Export. De Bens e Serviços (%)	-	15.2	29.7	31.5	16.3	19.3	15.6	15.4	19.9	16.5
PJ/Export. de Bens e Serviços (%)	-	8.1	11.3	13.2	8.0	9.2	7.9	7.6	8.2	7.9
PJ/PIB (%)	-	2.2	2.1	2.3	1.8	2.0	1.8	1.7	1.8	2.6
Reservas Internacionais/DT (%)	-	8.2	1.9	4.5	1.9	0.6	0.9	0.5	0.2	0.2
Res. Intem./Imp. Bens e Serv. (mês)	3.0	1.1	0.3	0.7	0.4	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1
Curto Prazo/DT (%)	-	10.8	17.5	18.0	11.6	15.5	15.3	11.9	13.7	13.9
Concessional/DT (%)	-	33.9	31.2	29.5	30.7	28.3	28.2	32.3	33.6	36.6
Multilateral/DT (%)	-	16.8	26.4	24.5	22.5	21.6	22.9	21.2	20.4	22.3

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 78

Anexo 15.4 - Costa do Marfim
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	7445	12504	12504	13991	16456	17432	17847	19017	18452
Longo Prazo	267	6321	10484	10107	10726	12407	13112	13144	13047	13882
Pública e de Garantia Pública	256	4310	8199	7770	8239	9849	10509	10528	10430	11271
Privada não Garantida	11	2012	2285	2338	2487	2558	2603	2616	2617	2611
Utilização de FMI	0	65	604	509	370	431	372	267	219	328
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	1059	1403	1888	2895	3618	3948	4436	5751	4241
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	0	138	458	756	841	939	1059	1277	1042
Credores Oficiais	-	0	13	60	173	69	72	165	363	50
Credores Privados	-	0	125	398	883	772	867	894	894	993
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	0	282	758	1456	1733	2065	2364	2696	2604
Credores Oficiais	-	0	19	23	188	14	24	127	350	37
Credores Privados	-	0	263	735	1268	1719	2041	2237	2345	2568
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	2801	2611	2948	3659	3845	3844	3567	3147
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	82	1776	854	662	726	1186	946	782	675	1629
Dívida de Longo Prazo	82	1738	854	542	689	1033	900	782	675	1459
Compras de FMI	0	38	0	121	38	153	45	0	0	171
Reembolsos Principais	31	722	749	549	456	571	569	535	479	718
Dívida de Longo Prazo	31	722	602	364	294	447	465	443	430	641
Compras de FMI	0	0	148	185	161	123	105	92	49	77
Fluxos Líquidos da Dívida dos quais de Dívida de Curto Prazo	51	1054	582	279	979	1254	608	621	1293	-363
Pagamento de Juros (PJ)	-	-	478	165	709	639	231	368	1097	-1275
Pagamento de Juros (PJ)	-	685	692	489	581	641	663	565	501	556
Dívida de Longo Prazo	12	590	472	367	400	443	493	410	373	460
Cobranças do FMI	0	0	45	43	39	31	33	26	18	11
Dívida de Curto Prazo	-	95	75	79	142	167	138	130	110	85
Transferências Líquidas da Dívida	-	369	-10	-210	399	613	-55	58	792	-919
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	1407	1342	1038	1036	1211	1233	1100	980	1274
Dívida de Longo Prazo	43	1312	1074	731	694	890	917	853	803	1101
Compras e Cobranças do FMI	0	0	193	221	200	155	137	118	67	87
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	95	75	79	142	167	138	130	110	85
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	2018	2284	1972	1686	1420	2144
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	94	1138	380	461	589	921	680	306	498	1525
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	51	1016	252	178	395	586	436	345	245	818
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	31	95	88	52	19	48	16	-231	40	17
Fluxos de Equidade de Portfólio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Concessões (excluindo coop. técnica)	12	27	40	232	176	287	228	192	212	683
Memo: concessões de coop. técnica	21	99	79	65	100	131	139	131	125	115
Transferências Líquidas	33	360	-250	-47	134	414	125	-169	63	999
Juros de Dívida de Longo Prazo	12	590	472	367	400	443	493	410	373	460
Remissões de Lucros para FDI	49	188	157	141	55	64	62	66	61	65
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	204.5	350.6	376.8	432.0	455.9	538.1	514.6	576.6	580.9
DT/PIB (%)	-	76.9	131.0	133.1	165.5	186.6	215.7	206.9	242.2	338.9
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	38.7	37.7	31.3	32.0	33.6	38.0	31.7	29.7	40.1
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	18.8	16.6	14.7	17.9	17.7	20.5	16.3	15.2	17.5
PJ/PIB (%)	-	7.1	6.2	5.2	6.9	7.3	8.2	6.5	6.4	10.2
Reservas Internacionais/DT (%)	-	0.6	0.2	0.2	0.2	0.1	0.2	0.1	0.1	1.2
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-2.4	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.7
Curto Prazo/DT (%)	-	14.2	11.2	15.1	20.7	22.0	22.6	24.9	30.2	23.0
Concessional/DT (%)	-	6.0	8.5	7.7	8.4	12.9	14.7	15.4	15.4	18.3
Multilateral/DT (%)	-	7.0	18.0	17.0	15.2	15.7	16.4	16.3	15.0	18.2

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Dept Tables - External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 81

Anexo 15.5 – Gabão

Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1991	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	1514	2613	2832	3336	3967	4177	3803	3818	3967
Longo Prazo	91	1272	2146	2288	2596	3135	3180	3002	2891	3483
Pública e de Garantia Pública	91	1272	2146	2288	2596	3135	3180	3002	2891	3483
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	0	15	60	133	135	140	121	81	45	90
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	228	406	411	605	692	876	721	882	395
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	0	1	9	43	130	276	285	449	59
Credores Oficiais	-	0	1	9	36	111	220	212	362	40
Credores Privados	-	0	0	0	7	19	56	72	87	18
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	0	1	2	29	82	261	423	655	140
Credores Oficiais	-	0	1	1	2	17	82	144	279	54
Credores Privados	-	0	0	1	27	65	179	279	376	85
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	1902	1643	1594	1933	2158	2162	2032	1977
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	26	171	237	340	157	186	160	105	92	187
Dívida de Longo Prazo	26	171	218	264	152	177	155	105	92	123
Compras de FMI	0	0	20	76	5	9	6	0	0	164
Reembolsos Principais	9	279	24	33	22	39	113	136	66	109
Dívida de Longo Prazo	9	279	24	33	22	25	88	99	30	86
Compras de FMI	0	0	0	0	0	15	25	36	36	23
Fluxos Líquidos da Dívida	17	-109	179	303	295	147	85	-194	23	19
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	-34	-3	160	0	38	-164	-3	97
Pagamento de Juros (PJ)	-	163	73	100	123	135	195	294	83	143
Dívida de Longo Prazo	3	119	41	64	69	77	135	235	32	96
Cobranças do FMI	0	1	2	4	9	13	12	9	6	3
Dívida de Curto Prazo	-	33	30	32	45	45	48	50	45	43
Transferências Líquidas da Dívida	-	-262	106	203	172	12	-110	-488	-69	-162
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	432	97	133	145	174	308	429	148	252
Dívida de Longo Prazo	12	398	65	97	91	102	224	334	62	182
Compras e Cobranças do FMI	0	1	2	4	9	27	36	45	42	26
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	33	30	32	45	45	48	50	45	43
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	417	634	635	674	500	1441
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	26	-73	293	387	135	256	40	163	14	81
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	17	-109	194	231	130	152	67	6	62	37
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	-1	32	90	133	-31	74	-55	127	-114	-103
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	10	4	9	23	35	30	28	30	66	147
Memo: concessões de coop. técnica	7	37	40	38	32	36	34	49	50	44
Transferências Líquidas	16	-465	220	291	117	62	-237	-229	-218	-236
Juros de Dívida de Longo Prazo	3	119	41	64	69	77	135	235	32	86
Remissões de Lucros para FDI	8	273	32	32	-52	116	141	156	200	220
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	62.2	184.3	198.9	172.5	144.2	161.9	143.3	154.7	164.1
DT/PIB (%)	-	39.3	83.8	79.7	85.7	81.7	85.5	78.3	79.9	122.5
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	17.7	6.9	9.3	7.5	6.3	11.9	16.2	6.0	10.4
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	6.3	5.2	7.0	6.4	4.9	7.6	11.1	3.3	5.9
PJ/PIB (%)	-	4.0	2.4	2.8	3.2	2.8	4.0	6.0	1.7	4.4
Reservas Internacionais/DT (%)	-	7.6	0.7	2.6	1.2	7.0	7.9	2.0	0.1	4.5
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	0.8	0.7	0.1	0.5	0.2	1.4	1.7	0.3	0.0	0.9
Curto Prazo/DT (%)	-	15.1	15.5	14.5	18.1	17.4	21.0	19.0	23.1	9.9
Concessional/DT (%)	-	8.3	10.5	10.1	9.2	10.8	11.8	11.8	10.6	13.8
Multilateral/DT (%)	-	2.7	6.2	5.8	6.9	7.8	8.2	9.3	10.6	11.4

Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 170

Anexo 15.6 – Gana

Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1991	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	1398	3299	3098	3368	3854	4351	4477	4835	5389
Longo Prazo	520	1162	2310	2258	2425	2789	3123	3324	3621	4107
Pública e de Garantia Pública	510	1152	2281	2226	2392	2756	3089	3289	3584	4075
Privada não Garantida	10	10	30	32	33	33	34	35	37	32
Utilização de FMI	46	105	867	762	737	745	834	740	738	700
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	131	122	78	205	320	394	414	476	582
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	5	22	23	39	56	37	41	56	59
Credores Oficiais	-	4	18	19	31	45	18	19	26	21
Credores Privados	-	1	4	4	8	11	18	22	30	38
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	5	55	55	74	77	76	81	101	91
Credores Oficiais	-	3	44	41	44	50	39	43	61	49
Credores Privados	-	2	11	14	29	27	37	38	40	42
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	325	267	307	411	410	385	319	409
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	44	249	520	623	574	502	657	486	484	422
Dívida de Longo Prazo	42	220	372	406	397	436	498	486	419	422
Compras de FMI	2	29	147	217	177	65	159	0	66	0
Reembolsos Principais	39	106	299	418	338	251	190	201	184	227
Dívida de Longo Prazo	14	77	110	142	155	135	113	137	117	146
Compras de FMI	25	29	188	277	183	117	78	64	66	83
Fluxos Líquidos da Dívida dos quais de Dívida de Curto Prazo	6	143	191	161	348	349	559	301	348	298
Pagamento de Juros (PJ)	-	53	116	128	116	107	112	120	120	116
Dívida de Longo Prazo	12	31	57	71	63	58	66	81	84	80
Cobranças do FMI	0	4	50	47	43	37	29	20	14	11
Dívida de Curto Prazo	-	18	10	9	10	12	17	19	22	26
Transferências Líquidas da Dívida	-	90	75	33	230	242	448	181	228	182
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	159	415	646	454	359	302	321	303	343
Dívida de Longo Prazo	26	108	167	213	218	193	178	217	201	224
Compras e Cobranças do FMI	25	33	238	324	226	154	107	84	81	93
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	18	10	9	10	12	17	19	22	26
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	484	367	326	311	317	322
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	101	181	367	440	466	765	875	590	645	1286
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	28	143	262	264	242	302	385	349	302	278
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	68	16	5	5	15	15	20	23	125	233
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	557
Concessões (excluindo coop. técnica)	6	23	101	171	208	449	470	218	218	218
Memo: concessões de coop. técnica	15	42	46	60	59	62	82	103	98	88
Transferências Líquidas	77	135	305	363	396	700	802	500	552	1197
Juros de Dívida de Longo Prazo	12	31	57	71	63	58	66	81	84	80
Remissões de Lucros para FDI	12	15	6	6	7	7	8	9	9	10
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	115.2	364.4	325.5	380.1	389.4	393.2	396.1	393.7	386.4
DT/PIB (%)	-	31.6	66.8	61.2	65.6	63.0	63.3	68.4	81.0	101.5
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	13.1	45.9	57.4	51.3	36.2	27.3	28.4	24.7	24.6
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	4.4	12.9	13.4	13.1	10.8	10.1	10.6	9.8	8.3
PJ/PIB (%)	-	1.2	2.4	2.5	2.3	1.8	1.6	1.8	2.0	2.2
Reservas Internacionais/DT (%)	-	23.6	10.1	10.0	12.9	8.0	14.8	9.2	10.7	12.8
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	0.9	3.1	3.0	2.7	3.7	2.3	4.4	2.5	2.7	3.9
Curto Prazo/DT (%)	-	9.4	3.7	2.5	6.1	8.3	9.0	9.3	9.8	10.8
Concessional/DT (%)	-	58.3	50.0	52.7	54.5	55.8	55.8	58.6	60.7	62.6
Multilateral/DT (%)	-	19.9	34.5	42.5	43.9	47.7	47.8	49.1	49.6	49.6

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 182

Anexo 15.7 - Guiné-Bissau
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1991	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	1345	1843	5150	5616	6684	7189	7276	7562	8163
Longo Prazo	0	1280	4481	4732	5198	6095	6525	6633	6864	7356
Pública e de Garantia Pública	0	1280	4481	4732	5198	6095	6525	6633	6864	7356
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	0	1.4	4.5	3.0	4.9	5.3	5.4	5.2	4.7	4.6
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	5.1	31.7	38.8	36.9	53.6	61.0	59.2	65.1	76.0
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	1.1	10.7	17.8	21.8	27.0	39.0	51.3	60.4	69.0
Credores Oficiais	-	1.1	9.8	14.4	17.0	24.7	34.7	46.0	54.5	62.1
Credores Privados	-	0	1.0	3.4	4.8	2.4	4.3	5.4	5.9	7.0
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	4.5	34.4	27.6	41.6	50.3	73.0	102.0	131.9	153.4
Credores Oficiais	-	2.7	29.4	22.6	34.6	44.4	61.8	85.7	112.0	125.4
Credores Privados	-	1.8	5.0	5.0	7.0	5.9	11.2	16.3	19.9	28.0
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	79.0	62.0	70.0	82.0	101.0	97.0	76.0	80.0
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	0	69.5	47.1	47.7	45.5	36.6	44.4	41.1	23.0	23.4
Dívida de Longo Prazo	0	69.5	45.1	47.7	42.6	36.6	44.4	41.1	23.0	23.4
Compras de FMI	0	0	2.0	0	2.9	0	0	0	0	0
Reembolsos Principais	0	3.0	3.8	3.9	6.2	2.6	4.1	5.6	2.6	3.9
Dívida de Longo Prazo	0	3.0	3.5	2.6	5.3	2.6	4.1	5.6	2.1	3.5
Compras de FMI	0	0	0.3	1.3	0.9	0	0	0	0.4	0.4
Fluxos Líquidos da Dívida	0	66.5	53.4	43.9	33.3	45.4	35.8	21.3	17.4	21.8
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	10.1	0	-6.0	11.5	-4.5	-14.2	-3.1	2.3
Pagamento de Juros (PJ)	-	1.6	6.6	5.7	5.5	6.2	4.3	3.6	2.2	2.9
Dívida de Longo Prazo	0	1.1	4.3	3.5	3.9	3.6	2.9	3.2	2.0	2.7
Cobranças de FMI	0	0.1	0.2	0.1	0.1	0	0	0	0	0
Dívida de Curto Prazo	-	0.5	2.1	2.1	1.5	2.7	1.3	0.4	0.2	0.3
Transferências Líquidas da Dívida	-	64.9	46.8	38.2	27.8	39.2	31.6	17.7	15.1	18.9
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	4.6	10.3	9.6	11.7	8.9	8.4	9.2	4.8	6.8
Dívida de Longo Prazo	0	4.1	7.8	6.1	9.2	6.2	7.0	8.8	4.2	6.1
Compras e Cobranças de FMI	0	0.1	0.5	1.4	1.0	0	0	0	0.4	0.4
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	0.5	2.1	2.1	1.5	2.7	1.3	0.4	0.2	0.3
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	47.4	43.9	50.7	51.4	47.0	68.7	
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	0	103.1	84.0	79.8	102.3	98.5	90.2	63.0	52.4	70.4
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	0	65.5	41.6	45.1	37.3	33.9	40.3	35.5	20.9	20.0
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	0	0	0	1.0	1.0	2.0	0	0	0	1.0
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	0	36.6	42.4	33.7	64.0	62.6	49.9	27.5	31.5	49.4
Memo: concessões de coop. técnica	0.1	12.0	27.3	33.4	25.3	22.6	32.0	51.0	50.7	44.8
Transferências Líquidas	0	102.1	79.7	76.4	98.4	95.0	87.3	59.8	50.4	67.7
Juros de Dívida de Longo Prazo	0	1.1	4.3	3.5	3.9	3.6	2.9	3.2	2.0	2.7
Remissões de Lucros para FDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	-	1787.2	1769.7	2135.3	1364.2	1529.6	2302.5	2071.9	1473.4
DT/PIB (%)	-	128.3	292.6	334.8	288.6	268.9	307.5	326.7	319.2	340.7
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	-	38.2	32.8	44.5	18.1	17.9	29.3	13.2	12.3
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	-	24.2	19.6	20.8	12.7	9.1	11.5	6.2	5.3
PJ/PIB (%)	-	1.6	4.0	3.7	2.8	2.5	1.8	1.6	0.9	1.2
Reservas Internacionais/DT (%)	-	-	2.1	3.1	3.7	2.7	2.0	2.4	1.9	2.3
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-	-	1.5	1.9	2.0	2.0	1.4	1.5	1.6	2.2
Curto Prazo/DT (%)	-	3.8	6.6	7.5	6.6	8.0	8.5	8.1	8.6	9.3
Concessional/DT (%)	-	64.4	52.9	56.9	61.8	64.6	65.4	67.2	68.9	70.9
Multilateral/DT (%)	-	21.6	36.0	38.4	39.5	40.3	43.6	44.4	44.7	44.6

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Dept Tables - External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 188

Anexo 15.8 – Guiné
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	1398	3299	3098	3368	3854	4351	4477	4835	5389
Longo Prazo	520	1162	2310	2258	2425	2789	3123	3324	3621	4107
Pública e de Garantia Pública	510	1152	2281	2226	2392	2756	3089	3289	3684	4075
Privada não Garantida	10	10	30	32	33	33	34	35	37	32
Utilização de FMI	46	105	867	762	737	745	834	740	738	700
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	131	122	78	205	320	394	414	476	582
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	5	22	23	39	56	37	41	56	59
Credores Oficiais	-	4	18	19	31	45	18	19	26	21
Credores Privados	-	1	4	4	8	11	18	22	30	38
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	5	55	55	74	77	76	81	101	91
Credores Oficiais	-	3	44	41	44	50	39	43	61	49
Credores Privados	-	2	11	14	29	27	37	38	40	42
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	325	267	307	411	410	385	319	409
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	44	249	520	623	574	502	657	486	484	422
Dívida de Longo Prazo	42	220	372	406	397	436	498	486	419	422
Compras de FMI	2	29	147	217	177	65	159	0	66	0
Reembolsos Principais	39	106	299	418	338	251	190	201	184	227
Dívida de Longo Prazo	14	77	110	142	155	135	113	137	117	145
Compras de FMI	25	29	188	277	183	117	78	64	66	83
Fluxos Líquidos da Dívida	5	143	191	161	346	349	559	301	348	298
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	-30	-44	110	98	92	16	47	103
Pagamento de Juros (PJ)	-	53	116	128	116	107	112	120	120	116
Dívida de Longo Prazo	12	31	57	71	63	58	66	81	84	80
Cobranças do FMI	0	4	50	47	43	37	29	20	14	11
Dívida de Curto Prazo	-	18	10	9	10	12	17	19	22	26
Transferências Líquidas da Dívida	-	90	76	33	230	242	448	181	228	182
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	159	415	546	454	359	302	321	303	343
Dívida de Longo Prazo	26	108	167	213	218	193	178	217	201	224
Compras e Cobranças do FMI	25	33	238	324	226	154	107	84	81	93
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	18	10	9	10	12	17	19	22	26
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	484	367	326	311	317	322
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	81	106	148	269	330	212	340	392	411	314
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	80	47	70	187	187	101	147	151	245	122
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	0	34	13	16	12	18	39	20	3	30
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	2	25	65	66	130	93	154	221	163	162
Memo: concessões de coop. técnica	4	19	36	42	43	63	74	77	84	66
Transferências Líquidas	77	43	60	195	227	98	210	300	348	234
Juros de Dívida de Longo Prazo	4	23	41	30	32	53	39	33	37	40
Remissões de Lucros para FDI	0	40	47	44	71	61	91	60	26	40
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	201.8	316.7	348.3	284.9	281.8	302.8	362.6	392.7	451.6
DT/PIB (%)	-	-	108.6	102.2	97.2	94.7	93.3	93.4	93.1	94.7
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	19.8	25.2	19.7	15.1	19.2	15.5	11.6	11.6	14.1
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	6.0	7.5	5.4	4.9	6.7	5.0	5.0	5.5	6.3
PJ/PIB (%)	-	-	2.6	1.6	1.7	2.3	1.5	1.3	1.3	1.3
Reservas Internacionais/DT (%)	-	-	-	-	-	-	3.1	3.3	4.6	2.8
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-	-	-	-	-	-	0.9	1.0	1.6	1.1
Curto Prazo/DT (%)	-	7.0	6.7	7.8	6.7	7.0	6.4	4.6	4.5	4.9
Concessional/DT (%)	-	59.4	64.7	65.7	64.3	67.7	70.1	76.4	77.6	77.2
Multilateral/DT (%)	-	11.6	21.6	21.4	26.1	27.5	31.3	34.5	39.3	42.0

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Dept Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 194

Anexo 15.9 - Guiné Equatorial
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	756	1958	2106	2291	2411	2538	2553	2670	2906
Longo Prazo	5.0	525	1732	1845	2054	2092	2155	2144	2177	2224
Pública e de Garantia Pública	5.0	525	1732	1845	2054	2092	2155	2144	2177	2224
Privada não Garantida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Utilização de FMI	0.0	16.1	11.5	14.3	8.8	5.8	13.2	12.6	16.4	19.6
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	7.0	11.0	11.9	14.9	26.0	25.1	28.3	32.9	48.6
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	0.0	7.0	9.4	12.5	19.7	24.9	28.0	32.6	37.6
Credores Oficiais	-	0.0	6.1	8.9	11.1	17.3	21.8	24.5	28.4	32.7
Credores Privados	-	0.0	1.0	0.6	1.3	2.3	3.1	3.5	4.2	4.9
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	5.6	14.4	20.2	20.8	28.4	44.2	54.6	56.1	71.9
Credores Oficiais	-	5.6	7.2	15.4	17.5	24.4	37.3	45.8	47.7	59.8
Credores Privados	-	0.0	7.1	4.8	3.3	4.0	6.9	8.8	8.4	12.1
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	67.0	36.0	36.0	64.0	64.0	91.0	60.0	68.0
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	0.0	37.6	24.1	26.5	19.1	9.9	16.4	14.5	16.4	6.6
Dívida de Longo Prazo	0.0	19.6	24.1	21.5	19.1	9.9	8.8	14.5	12.5	4.0
Compras de FMI	0.0	18.0	0.0	4.9	0.0	0.0	7.6	0.0	3.9	2.6
Reembolsos Principais	0.0	1.7	7.7	2.7	5.0	4.2	2.3	2.0	0.5	0.7
Dívida de Longo Prazo	0.0	1.7	6.5	1.1	0.0	0.6	1.7	2.0	0.5	0.1
Compras de FMI	0.0	0.0	1.2	1.6	5.0	3.6	0.6	0.0	0.0	0.5
Fluxos Líquidos da Dívida	0.0	35.9	16.5	22.1	14.1	9.8	8.0	12.5	15.9	16.7
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	0.1	-1.6	0.0	4.0	-6.1	0.0	0.0	10.8
Pagamento de Juros (PJ)	-	0.8	3.9	2.5	0.9	0.9	1.7	1.1	0.7	1.4
Dívida de Longo Prazo	0.0	0.1	3.1	1.8	0.2	0.5	1.6	1.0	0.6	0.8
Cobranças do FMI	0.0	0.2	0.5	0.4	0.5	0.2	0.1	0.1	0.1	0.0
Dívida de Curto Prazo	-	0.6	0.3	0.3	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.5
Transferências Líquidas da Dívida	-	35.0	12.6	12.8	13.2	8.8	6.3	11.4	15.1	15.4
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	2.6	11.6	11.6	5.9	5.1	4.0	3.1	1.2	2.0
Dívida de Longo Prazo	0.0	1.8	9.7	9.7	0.2	1.1	3.3	3.0	1.1	0.9
Compras e Cobranças do FMI	0.0	0.2	1.6	1.6	5.5	3.8	0.6	0.1	0.1	0.6
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	0.6	0.3	0.3	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.5
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	20.8	19.7	25.0	16.6	7.3	22.3
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	0.0	19.2	44.2	36.0	46.1	62.7	59.0	55.5	49.4	40.7
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	0.0	17.8	17.6	20.4	19.1	9.4	7.1	12.5	12.0	3.8
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.3	10.0	42.0	20.0	23.0	26.0
Fluxos de Equidade de Portfolio	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Concessões (excluindo coop. técnica)	0.0	1.4	26.6	15.6	27.3	43.3	9.9	23.0	14.4	10.9
Memo: concessões de coop. técnica	0.0	1.9	7.4	10.1	12.4	14.0	34.1	24.0	21.3	13.6
Transferências Líquidas	-0.6	19.2	41.1	34.2	45.9	62.2	57.4	54.5	48.8	40.0
Juros de Dívida de Longo Prazo	0.0	0.1	3.1	1.8	0.2	0.5	1.6	1.0	0.6	0.8
Remissões de Lucros para FDI	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	-	419.2	393.7	526.7	531.0	562.7	435.6	434.1	439.7
DT/PIB (%)	-	-	169.5	173.3	214.9	190.7	203.3	171.9	180.3	180.1
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	-	24.8	9.7	13.5	11.2	8.8	5.2	2.0	3.1
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	-	8.4	4.6	2.1	2.0	3.7	1.9	1.2	2.1
PJ/PIB (%)	-	-	3.4	2.0	0.8	0.7	1.3	0.8	0.5	0.8
Reservas Internacionais/DT (%)	-	-	0.3	2.6	0.3	0.3	3.7	5.2	0.2	0.1
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-	-	0.1	0.6	0.1	0.1	0.9	1.5	0.1	0.1
Curto Prazo/DT (%)	-	9.3	5.6	5.6	6.5	10.8	9.9	11.1	12.3	16.7
Concessional/DT (%)	-	41.7	44.9	49.4	55.6	51.3	51.9	54.2	55.5	52.2
Multilateral/DT (%)	-	3.6	19.7	22.3	25.8	27.9	28.1	31.4	34.5	34.4

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables - External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 154

Anexo 15.10 – Libéria
Miões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	686	1705	1656	1685	1849	1954	1923	1957	2056
Longo Prazo	158	516	1114	1077	1064	1116	1106	1081	1102	1137
Pública e de Garantia Pública	158	516	1114	1077	1064	1116	1106	1081	1102	1137
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	4	89	327	309	299	322	324	312	311	330
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	81	263	271	322	411	523	630	544	589
da qual os juros atrasados s/ dívida de LP.	-	2	213	216	267	355	469	477	500	545
Credores Oficiais	-	1	147	142	186	251	342	329	349	390
Credores Privados	-	1	66	74	81	104	127	148	151	155
Memo: montante atrasado s/ dívida de LP.	-	3	532	500	595	722	781	798	823	924
Credores Oficiais	-	2	369	327	408	530	586	603	623	715
Credores Privados	-	1	163	174	187	192	196	195	200	208
Memo: montante atrasado s/ dívida de LP.	-	-	365	298	192	203	304	293	283	248
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	9	109	32	15	0	0	2	0	33	0
Dívida de Longo Prazo	7	76	32	15	0	0	2	0	33	0
Compras de FMI	2	34	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos Principais	17	18	5	12	5	2	15	0	13	15
Dívida de Longo Prazo	11	15	5	11	2	1	15	0	13	14
Compras de FMI	5	3	0	1	3	1	0	0	0	1
Fluxos Líquidos da Dívida	-7	91	27	8	-4	-1	-15	-1	10	-14
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	0	5	0	1	-2	-1	-10	1
Pagamento de Juros (PJ)	-	35	11	12	1	1	2	1	9	0
Dívida de Longo Prazo	6	23	7	8	1	1	1	0	8	0
Cobranças do FMI	0	2	0	0	0	0	1	1	1	0
Dívida de Curto Prazo	-	11	4	4	0	0	0	0	0	0
Transferências Líquidas da Dívida	-	55	16	-4	-5	-2	-17	-1	1	-14
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	54	16	25	6	3	17	1	22	15
Dívida de Longo Prazo	18	38	12	19	3	2	17	0	21	14
Compras e Cobranças do FMI	5	5	0	2	3	1	1	1	1	1
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	11	4	4	0	0	0	0	0	0
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	152	218	191	24	71	160
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	-3	83	84	27	26	59	134	96	123	40
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	-4	60	27	4	-1	-1	-13	0	20	-14
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	0	0	39	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	1	23	19	23	27	60	147	96	103	53
Memo: concessões de coop. técnica	8	24	31	39	36	21	12	24	24	12
Transferências Líquidas	-9	61	77	19	25	58	133	98	115	40
Juros de Dívida de Longo Prazo	6	23	7	8	1	1	1	0	8	0
Remissões de Lucros para FDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	111.8	394.1	-	-	-	-	-	-	-
DT/PIB (%)	-	62.7	160.4	-	-	-	-	-	-	-
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	8.7	3.7	-	-	-	-	-	-	-
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	5.8	2.5	-	-	-	-	-	-	-
PJ/PIB (%)	-	3.2	1.0	-	-	-	-	-	-	-
Reservas Internacionais/DT (%)	-	0.8	0.0	0.0	0.5	-	0.1	0.1	0.1	0.2
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-	0.1	0.0	-	-	-	-	-	-	-
Curto Prazo/DT (%)	-	11.8	15.5	16.4	19.1	22.2	26.8	27.6	27.8	28.7
Concessional/DT (%)	-	31.4	34.3	34.0	33.4	31.9	29.7	29.6	30.4	30.0
Multilateral/DT (%)	-	19.1	24.9	25.0	24.1	23.4	21.6	21.2	22.0	21.4

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 270

Anexo 15.11 – Nigéria

Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	8921	29021	29621	30122	33440	33527	29019	30699	33485
Longo Prazo	567	6368	27454	28074	29657	31936	32668	26809	26742	28479
Pública e de Garantia Pública	452	4271	26902	27537	29251	31546	32325	26478	26421	28168
Privada não Garantida	115	1097	552	537	406	391	343	331	321	311
Utilização de FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	3553	1668	1547	465	1504	859	2210	3957	5006
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	0	669	887	221	1040	482	1197	2438	3699
Credores Oficiais	-	0	271	414	64	465	180	1021	2065	3328
Credores Privados	-	0	398	473	157	575	302	176	374	672
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	0	54	2955	313	1091	531	1841	3866	6239
Credores Oficiais	-	0	13	380	99	194	133	1333	2723	4399
Credores Privados	-	0	41	2575	214	897	398	508	1144	1840
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	17388	14504	19887	20263	21232	19307	12855	14934
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	81	1753	1262	914	1588	927	787	535	544	610
Dívida de Longo Prazo	81	1753	1262	914	1588	927	787	535	544	610
Compras de FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos Principais	68	242	459	692	607	1180	862	1878	579	758
Dívida de Longo Prazo	68	242	459	692	607	1180	862	1878	579	758
Compras de FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos Líquidos da Dívida	13	1610	2933	1637	566	-34	-162	-708	472	-660
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	2130	1415	-415	219	-86	635	507	-512
Pagamento de Juros (PJ)	-	909	647	1618	1511	2156	2082	1871	912	1158
Dívida de Longo Prazo	28	529	607	1478	1480	2124	2054	1831	862	1108
Cobranças do FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dívida de Curto Prazo	-	379	40	40	31	32	28	40	50	50
Transferências Líquidas da Dívida	-	602	2285	118	-945	-2190	-2244	-2579	-440	-1818
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	1151	1106	2210	2118	3336	2945	3749	1491	1916
Dívida de Longo Prazo	96	772	1066	2170	2087	3304	2917	3709	1441	1866
Compras e Cobranças do FMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	379	40	40	31	32	28	40	50	50
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	6172	6351	5481	6122	4708	5799
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	259	773	1420	634	2991	460	767	-330	1364	1871
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	13	1510	803	222	981	-253	-76	-1343	-35	-148
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	205	-740	603	377	1882	588	712	897	1345	1959
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Concessões (excluindo coop. técnica)	40	3	14	36	128	125	131	116	54	43
Memo: concessões de coop. técnica	36	47	54	66	71	95	96	99	98	78
Transferências Líquidas	-207	-1354	95	-1180	1415	-1799	-1473	-2277	352	598
Juros de Dívida de Longo Prazo	28	529	607	1478	1480	2124	2054	1831	862	1108
Remissões de Lucros para FDI	438	1598	717	336	97	135	186	116	150	165
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	32.1	371.2	405.6	350.9	226.4	249.9	222.3	268.2	341.9
DT/PIB (%)	-	10.1	119.2	101.8	108.1	114.8	112.8	107.1	118.9	102.5
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	4.1	14.2	30.3	24.7	22.6	21.9	28.7	13.0	19.6
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	3.3	8.3	20.8	17.6	14.6	15.5	14.3	8.0	11.8
PJ/PIB (%)	-	1.0	2.7	5.2	5.4	7.4	7.0	6.9	3.5	3.5
Reservas Internacionais/DT (%)	-	119.3	5.2	3.1	6.8	12.3	14.0	4.1	5.3	4.9
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	1.5	5.8	2.3	1.5	3.2	5.0	4.4	1.2	1.5	1.7
Curto Prazo/DT (%)	-	39.8	5.4	5.2	1.5	4.5	2.6	7.6	12.9	15.0
Concessional/DT (%)	-	6.0	1.9	1.8	1.7	1.8	3.1	3.6	3.8	4.0
Multilateral/DT (%)	-	6.4	10.6	9.6	10.5	11.2	12.0	14.1	14.1	14.4

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 350

Anexo 15.12 - São Tomé e Príncipe
Millões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	235	977	1093	1361	1529	1980	2169	2368	2521
Longo Prazo	-	235	912	1009	1149	1356	1804	1956	2086	2290
Pública e de Garantia Pública	-	235	912	1009	1149	1356	1804	1956	2086	2290
Privada não Garantida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Utilização de FMI	0.0	0.0	0.0	0.0	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	0.0	6.6	8.4	20.1	16.1	16.5	20.2	27.1	22.0
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	0.0	3.0	4.9	6.4	7.7	9.1	9.9	15.9	16.0
Credores Oficiais	-	0.0	2.9	4.6	6.2	7.5	8.8	9.6	15.6	15.6
Credores Privados	-	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	0.3
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	0.0	7.0	10.0	16.1	22.6	28.2	30.1	36.2	42.4
Credores Oficiais	-	0.0	6.4	9.0	15.1	21.5	27.0	28.9	35.0	41.2
Credores Privados	-	0.0	0.7	1.0	1.0	1.1	1.2	1.2	1.2	1.2
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	18.0	17.0	18.0	18.0	17.0	17.0	16.0	0.0
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	-	9.9	11.6	12.0	18.9	16.7	43.6	21.7	15.8	15.2
Dívida de Longo Prazo	-	9.9	11.6	12.0	17.9	16.7	43.6	21.7	15.8	15.2
Compras de FMI	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reembolsos Principais	-	0.9	2.4	1.3	1.5	1.1	0.8	1.3	0.8	1.3
Dívida de Longo Prazo	-	0.9	2.4	1.3	1.5	1.1	0.8	1.3	0.8	1.2
Compras de FMI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Fluxos Líquidos da Dívida	-	9.0	11.7	10.8	27.6	10.3	41.8	23.2	15.9	8.7
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	2.5	0.0	10.2	-5.3	-1.0	2.8	0.9	-5.2
Pagamento de Juros (PJ)	-	0.3	0.8	1.2	3.4	1.7	1.1	1.2	1.8	1.5
Dívida de Longo Prazo	-	0.2	0.6	0.9	2.6	1.2	0.7	0.9	0.9	1.2
Cobranças do FMI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Dívida de Curto Prazo	-	0.1	0.2	0.3	0.8	0.5	0.3	0.4	0.8	0.3
Transferências Líquidas da Dívida	-	8.7	10.9	9.6	24.2	8.5	40.7	22.0	14.1	7.2
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	1.2	3.2	2.4	4.9	2.8	1.9	2.5	2.6	2.7
Dívida de Longo Prazo	-	1.1	3.0	2.1	4.1	2.3	1.6	2.2	1.8	2.3
Compras e Cobranças do FMI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	0.1	0.2	0.3	0.8	0.5	0.3	0.4	0.8	0.3
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	11.7	10.2	8.5	9.2	13.8	8.7
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	-	11.5	18.3	19.1	35.4	43.6	61.9	43.3	34.7	36.7
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	0.0	9.0	9.2	10.8	16.4	15.6	42.8	20.4	15.0	14.0
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fluxos de Equidade de Portfolio	-	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Concessões (excluindo coop. técnica)	0.0	2.5	9.1	8.3	19.0	27.9	19.1	22.9	19.7	22.7
Memo: concessões de coop. técnica	0.0	1.3	3.2	6.1	7.5	7.2	11.4	16.3	16.3	13.7
Transferências Líquidas	-	11.3	17.7	18.2	32.8	42.3	61.2	42.5	33.7	35.5
Juros de Dívida de Longo Prazo	-	0.2	0.6	0.9	2.6	1.2	0.7	0.9	0.9	1.2
Remissões de Lucros para FDI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	100.7	1656.6	874.2	1283.5	1819.8	1833.8	2085.7	1973.6	2032.9
DT/PIB (%)	-	51.2	178.7	226.2	297.7	321.0	418.7	567.8	702.8	1077.3
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	5.0	53.7	19.4	46.4	33.8	17.7	24.3	21.8	22.1
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	1.1	12.9	9.3	32.1	20.4	10.1	11.7	14.8	11.8
PJ/PIB (%)	-	0.6	1.4	2.4	7.5	3.5	2.3	3.2	5.3	6.3
Reservas Internacionais/DT (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curto Prazo/DT (%)	-	0.0	6.7	7.7	14.8	10.5	8.3	9.3	11.4	8.7
Concessional/DT (%)	-	83.6	67.8	69.9	67.1	73.6	79.6	79.9	78.8	82.3
Multilateral/DT (%)	-	45.0	32.5	38.5	42.1	49.2	59.9	61.5	60.7	65.6

 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 398

Anexo 15.13 - Serra Leoa
Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	435	1018	1023	1043	1155	1249	1265	1346	1392
Longo Prazo	61	323	544	538	530	604	657	680	699	737
Pública e de Garantia Pública	61	323	544	538	530	604	657	680	699	737
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	0	59	116	109	105	108	101	92	84	146
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	53	358	377	409	442	491	493	563	509
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	7	33	57	76	110	146	72	67	26
Credores Oficiais	-	4	20	41	58	85	115	53	56	13
Credores Privados	-	4	13	15	18	25	31	19	11	12
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	18	91	176	213	256	279	162	141	64
Credores Oficiais	-	6	48	124	153	182	195	115	112	33
Credores Privados	-	12	43	52	60	74	84	47	29	31
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	142	107	115	195	194	161	135	135
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	8	106	14	32	6	46	53	48	64	197
Dívida de Longo Prazo	8	86	14	32	6	46	53	48	64	60
Compras de FMI	0	21	0	0	0	0	0	0	0	137
Reembolsos Principais	16	49	7	8	3	7	9	17	16	92
Dívida de Longo Prazo	11	32	5	7	1	2	1	11	8	11
Compras de FMI	5	17	2	1	2	5	8	5	8	81
Fluxos Líquidos da Dívida	-8	58	59	19	16	38	57	108	123	92
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	52	-5	13	-1	13	76	75	-13
Pagamento de Juros (PJ)	-	16	8	8	2	9	5	18	11	54
Dívida de Longo Prazo	3	8	1	3	1	3	1	11	5	12
Cobranças do FMI	0	2	1	0	0	0	1	3	2	38
Dívida de Curto Prazo	-	6	6	5	1	5	4	5	4	5
Transferências Líquidas da Dívida	-	42	51	11	14	30	52	89	112	38
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	64	15	16	5	16	14	35	27	146
Dívida de Longo Prazo	13	39	6	10	2	6	3	22	13	23
Compras e Cobranças do FMI	5	16	3	1	2	5	8	9	10	119
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	6	6	5	1	5	4	5	4	5
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	60	87	70	224	78	186
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	7	69	76	67	78	106	90	76	189	160
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	-3	54	9	25	5	44	52	37	56	49
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	8	-19	39	-23	22	32	8	-6	-7	39
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	1	24	28	55	51	30	31	45	140	72
Memo: concessões de coop. técnica	5	21	28	33	29	30	28	28	30	27
Transferências Líquidas	0	47	26	66	48	62	79	64	181	145
Juros de Dívida de Longo Prazo	3	8	1	3	1	3	1	11	5	12
Remissões de Lucros para FDI	5	5	49	-12	30	51	10	1	2	3
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	156.6	758.2	791.2	833.6	745.1	783.8	733.7	814.1	953.2
DT/PIB (%)	-	40.7	188.6	90.8	111.6	149.5	191.6	210.4	212.1	187.8
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	23.0	10.8	12.0	3.7	10.1	8.9	20.3	16.3	100.0
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	5.6	5.8	6.1	1.5	5.6	3.4	10.7	6.7	37.1
PJ/PIB (%)	-	1.5	1.5	0.7	0.2	1.1	0.8	3.1	1.7	7.3
Reservas Internacionais/DT (%)	-	7.0	0.6	0.7	0.4	0.5	0.8	1.6	2.4	3.6
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	3.3	0.7	0.4	0.4	0.2	0.2	0.4	0.9	1.3	2.1
Curto Prazo/DT (%)	-	12.2	35.2	36.8	39.2	38.3	39.3	38.9	41.8	36.5
Concessional/DT (%)	-	32.8	29.9	31.9	30.7	31.0	33.2	37.4	38.8	38.8
Multilateral/DT (%)	-	14.2	15.8	16.6	16.5	15.7	14.9	16.2	19.6	23.9

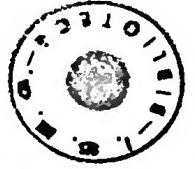
 Fonte: WORLD BANK (1996), *World Dept Tables - External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 410

Anexo 15.14 – Togo

Milhões de US\$, excepto quando especificado

	1970	1980	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Sumário dos Dados da Dívida										
DÍVIDA TOTAL (DT)	-	1052	1239	1227	1184	1285	1354	1351	1289	1455
Longo Prazo	40	899	1052	1063	945	1085	1142	1134	1123	1228
Pública e de Garantia Pública	40	899	1052	1063	945	1085	1142	1134	1123	1228
Privada não Garantida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de FMI	0	33	85	78	75	87	79	77	69	82
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	-	120	102	86	164	113	133	141	98	145
da qual os juros atrasados s/ dívida de L.P.	-	15	26	0	0	1	16	32	51	85
Credores Oficiais	-	7	24	0	0	1	11	24	41	73
Credores Privados	-	9	1	0	0	0	5	8	10	12
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	34	93	4	2	3	5	21	54	111
Credores Oficiais	-	14	73	1	0	2	4	11	33	77
Credores Privados	-	19	20	3	1	1	1	10	21	34
Memo: montante atrasado s/ dívida de L.P.	-	-	479	384	339	382	373	372	246	262
FLUXOS DE DÍVIDA TOTAIS										
Desembolsos	5	122	50	137	84	102	67	54	16	55
Dívida de Longo Prazo	5	100	50	113	61	82	67	44	16	40
Compras de FMI	0	22	0	24	23	21	0	11	0	16
Reembolsos Principais	2	19	50	52	49	43	27	20	15	14
Dívida de Longo Prazo	2	19	32	25	25	27	19	10	6	8
Compras de FMI	0	190	18	27	24	16	8	10	8	7
Fluxos Líquidos da Dívida	3	104	-12	95	113	8	44	27	-62	55
dos quais de Dívida de Curto Prazo	-	-	-11	10	78	-51	5	-8	-62	13
Pagamento de Juros (PJ)	-	34	40	79	43	43	27	17	13	10
Dívida de Longo Prazo	1	19	29	69	33	33	20	11	8	6
Cobranças do FMI	0	0	6	5	5	4	3	2	1	0
Dívida de Curto Prazo	-	14	6	6	6	6	5	5	4	4
Transferências Líquidas da Dívida	-	70	-52	16	70	-35	17	10	-75	44
Serviço de Dívida Total Pago (DTP)	-	52	91	32	91	86	54	37	28	24
Dívida de Longo Prazo	2	38	61	94	57	60	39	20	14	14
Compras e Cobranças do FMI	0	0	24	32	28	20	11	12	10	7
Juros de Dívida de Curto Prazo	-	14	6	6	6	6	5	5	4	4
Serviço de Dívida Total em Dívida	-	-	-	-	184	163	95	105	89	112
Transferências Líquidas e Fluxos Líquidos de Recursos de Longo Prazo (valores agregados)										
Fluxos de Recursos Líquidos	11	139	66	158	116	174	129	141	66	105
Fluxo Líq. da Dívida de LP (excp. FMI)	3	82	17	88	36	55	48	34	9	32
Investimento Estrangeiro Directo Líq.	1	42	7	13	7	0	0	0	0	0
Fluxos de Equidade de Portfolio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões (excluindo coop. técnica)	7	15	41	57	72	119	81	107	57	73
Memo: concessões de coop. técnica	7	29	45	51	47	61	58	54	38	23
Transferências Líquidas	5	119	26	83	74	129	97	117	50	93
Juros de Dívida de Longo Prazo	1	19	29	69	33	33	20	11	8	6
Remissões de Lucros para FDI	6	0	11	7	10	12	12	14	9	6
Indicadores da Dívida										
DT/Export. de Bens e Serviços (%)	-	181.3	223.2	210.6	201.9	216.9	232.6	267.6	370.1	463.5
DT/PIB (%)	-	95.9	103.2	92.2	90.2	80.0	85.5	81.4	98.7	156.6
DTP/ Export. De Bens e Serviços (%)	-	9.0	16.3	22.6	15.6	14.5	9.3	7.3	7.9	7.7
PJ/ Export. de Bens e Serviços (%)	-	5.8	7.3	13.6	7.3	7.3	4.7	3.4	3.7	3.2
PJ/PIB (%)	-	3.1	3.4	6.0	3.3	2.7	1.7	1.0	1.0	1.1
Reservas Internacionais/DT (%)	-	8.1	29.1	19.3	24.5	27.9	27.3	20.5	12.5	6.8
Res. Intern./Imp. Bens e Serv. (mês)	4.8	1.4	6.2	3.7	4.8	5.4	6.1	4.9	4.3	3.0
Curto Prazo/DT (%)	-	11.4	8.2	7.0	13.8	8.8	9.8	10.4	7.6	10.0
Concessional/DT (%)	-	24.2	40.2	47.8	46.9	55.5	57.7	59.9	63.4	62.1
Multilateral/DT (%)	-	11.3	35.0	38.3	42.2	43.9	45.1	45.7	48.4	46.9

Fonte: WORLD BANK (1996), *World Debt Tables – External Finance for Developing Countries*, Vol. 2, p. 470



ANEXO 16



Anexo 16 - Estrutura da Procura

	Consumo Privado		Consumo Global do Governo		Investimento Interno Bruto		Exportação de Bens e Serviços		Importação de Bens e Serviços		Economia Interna Bruta	
	% do PIB		% do PIB		% do PIB		% do PIB		% do PIB		% do PIB	
	1980	1995	1980	1995	1980	1995	1980	1995	1980	1995	1980	1995
Benim	96	82	9	9	15	20	23	27	43	37	-5	9
Camarões	70	71	10	9	21	15	27	26	27	20	20	21
Costa do Marfim	63	67	17	12	27	13	35	41	41	34	20	20
Gabão	26	42	13	10	28	26	65	61	32	39	61	48
Gana	84	77	11	12	6	19	8	25	9	34	5	10
Guiné Bissau	77	98	29	8	30	16	8	13	44	35	-6	-5
Guiné-Conakry	-	81	-	8	-	15	-	21	-	25	-	11
Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nigéria	56	-	12	10	22	-	29	-	19	-	32	-
Serra Leoa	91	98	8	11	18	6	23	13	39	27	2	-9
Togo	53	80	22	11	30	14	51	31	56	35	25	9
Outros países subsarianos												
Malawi	70	76	19	20	25	15	25	29	39	40	11	4
Zimbabwe	64	64	20	19	19	22	30	34	33	40	16	17
Mundo	59	63	16	15	24	23	22	22	21	21	25	21
Salário baixo	66	59	12	12	24	32	13	19	15	21	22	30
excl. China e Índia	-	80	-	13	-	20	-	24	-	30	-	10
Salário médio	-	59	-	14	-	25	-	24	-	25	-	25
Salário médio baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salário médio alto	56	61	12	15	25	21	27	22	20	20	32	23
Salário baixo e médio	57	63	14	14	26	27	23	22	20	24	30	22
Ásia Ocidental e Pacífico	58	51	12	11	28	39	16	29	15	31	28	28
Europa e Ásia central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
América Latina e Caribe	67	67	11	12	25	20	16	17	18	18	23	19
Médo Oriente e África Norte	39	-	16	-	26	-	47	-	30	-	45	-
Sul da Ásia	75	69	9	11	20	23	8	14	13	18	15	20
África Subsariana	60	67	14	17	23	19	31	28	27	31	27	16
Salário alto	60	63	17	15	23	21	22	22	22	21	23	21

Fonte: adaptado de World Bank (1997), *World Development Indicators*, Tabela 4.12, p.176.